

# O Cruzeiro - Tomo I (25.01.1964 a 15.08.1964)



direitaminas

# Muito Obrigado!



## *Salve 31 de março de 1964!*

“ DEFENDEREI E CUMPRIREI COM HONRA E LEALDADE A CONSTITUIÇÃO DO BRASIL, INCLUSIVE O ATO INSTITUCIONAL QUE A INTEGRA. CUMPRIREI E DEFENDEREI AMBOS COM DETERMINAÇÃO, POIS SEREI ESCRAVO DAS LEIS DO PAÍS E PERMANECEREI EM VIGÍLIA PARA QUE TODOS AS OBSERVEM COM EXAÇÃO E ZELO. MEU GOVERNO SERÁ O DAS LEIS, O DAS TRADIÇÕES E PRINCÍPIOS MORAIS E POLÍTICOS QUE REFLETEM A ALMA BRASILEIRA. ”



**O Cruzeiro nº 16, Rio de Janeiro, RJ**  
**Sábado, 25.01.1964**



**Um só Adjetivo: Brizola**  
**A Fazenda Sarandi**  
**(David Nasser)**



**T**emos tratado o Sr. Leonel Brizola como adjetivo. Vamos agora tratá-lo como substantivo. Brizola quer dizer engodo. Brizola quer dizer mistificação. Brizola quer dizer demagogia. Mas, o que Brizola quer dizer, antes de tudo, é Brizola mesmo. Nenhum adjetivo lhe poderia servir melhor do que o do seu próprio nome.

A mentira levada aos camponeses, ludibriados por suas reformas agrárias, para o enriquecimento próprio. A bandeira de um corsário dos tempos modernos, pronta a ser desfraldada no momento propício.

Só os mais esclarecidos podem ver o que se oculta sob a capa desse falso líder nacionalista, homem sem dogma, sem ideal, sem outra ambição, que não seja a ambição do poder.

**T**entemos levar a nossa mensagem aos primários. Aqueles que acreditam no homem que lhes fala da miséria – e vive em hotéis de luxo – e ao mesmo tempo em que prega a divisão da terra alheia, sempre longe da sua área, acumplicia com o silêncio as maiores negociatas que este País já conheceu.

**E**stou escrevendo para a História, todos os capítulos de uma vez, certo de que o próximo será sempre publicado, aqui, num livro, num folheto, na superfície de um País livre ou no subterrâneo de uma Pátria escravizada.

**E**ste País vai ser um dia, queiram ou não os seus demolidores, um País decente, onde os ricos não tenham vergonha de ser ricos, porque só desonra o dinheiro ganho desonestamente, só é vergonhosa a fortuna que se não explica, de inventário em punho, de relatório na mão.

**As** ameaças nunca me fizeram mudar do caminho que tracei, para ver se consigo viver um dia numa Pátria que não ruborize aos homens de bem. A Pátria do Sr. Brizola, essa, é uma espécie de Tortura, a ilha de um pirata de dois olhos muito vivos e de duas mãos muito rápidas. Vejam, por exemplo, o episódio da Fazenda Sarandi, já ventilado por João Calmon na sua cruzada higiênica.

**Nos** derradeiros dias de 1981 e primeiros de 1962, eclodia no Rio Grande do Sul uma aparente insurreiçãõ de camponeses, batizados desde logo como "*agricultores sem terras*". Era o último ano do Sr. Leonel Brizola como Governador daquele Estado. O movimento rebentara no Município de Sarandi, no Planalto Médio do RS, próximo à fronteira de Santa Catarina. A zona se caracteriza pelo atraso econômico relativo, levando-se em conta o elevado grau de progresso daquela unidade da Federação.

**Cerca** de três mil agricultores acamparam no local denominado Capão do Cascavel, reivindicando a posse das terras da chamada Fazenda Sarandi – uma extensa gleba de quase 25 mil hectares, de propriedade da firma uruguaia estabelecida em Montevideú, Estâncias Júlio Mailhos S.A. e tida como um latifúndio improdutivo. A área da propriedade corresponde, aproximadamente, à quinta parte do município do mesmo nome.

**A** opinião pública gaúcha foi posta diante do seguinte quadro: centenas de famílias de agricultores vegetavam em Sarandi e municípios vizinhos, num deplorável estado de miséria, enquanto uma rica família uruguaia conservava, com intuito de valorizá-lo um imenso e improdutivo latifúndio.



**D**eputados estaduais visitaram o acampamento e um correligionário do Sr. Brinda proclamava, entusiasmado:

*Esta é uma reunião de homens livres, que sabem o que querem, e, por isso mesmo, merecem nosso integral apoio. Seremos na Assembleia Legislativa do Estado, porta-vozes das centenas de apelos que aqui nos fizeram estes bravos conterrâneos.*

**P**reparado o cenário, a 13 de janeiro de 1962, iniciava o Governador Brizola o seu plano de Reforma Agrária no RS declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação por interesse social, os, exatamente 24.234 hectares da Fazenda Sarandi.

**D**e um momento para outro, a imensa gleba, 250 km<sup>2</sup>, passou, sem maiores delongas, das mãos dos seus legítimos proprietários para a posse do Estado. Eis que, em meio ao movimento de opinião pública favorável ao ato governamental, surgiram as primeiras objeções.

**D**eputados de oposição, mais particularmente o representante libertador Paulo Brossard de Souza Pinto, levantaram, em plenário, a suspeita de que se tratava de uma vingança pessoal do Governador Brizola contra os proprietários da Fazenda Sarandi, porque estes não quiseram, tempos atrás, vender-lhe as terras, numa negociata com o dinheiro oficial.

**O** assunto ganhou proporções, e cinco dias após a desapropriado, a 18 de janeiro, era encaminhado à Mesa da Assembleia um requerimento pedindo a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os antecedentes da declaração de utilidade pública da Fazenda Sarandi.

**A** Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, cinco dias após a desapropriação da Fazenda Sarandi, pelo Governo do Estado, admitia a hipótese do Sr. Leonel Brizola ter sido levado àquele ato movido por intenções ocultas. Uma das bases dessa suspeita era a de não terem sido desapropriadas, também, as terras do Prefeito de Carazinho, Sr. Ernesto José Anoni, que, se esclareça, é um antigo correligionário do Sr. Leonel Brizola e – mais do que Isto – apontado como um dos seus mais íntimos amigos.

**N**ão compreendiam os deputados gaúchos como as terras do Sr. Anoni, lindeiras às da família Mailhos, e integrando o mesmo complexo sócio-econômico-financeiro, não tinham sido igualmente desapropriadas.

**C**onstituída, a Comissão Parlamentar de Inquérito tomou conhecimento, a 22 de janeiro, da evidência dos autos de uma ação movida por Ernesto José Anoni contra os proprietárias ou administradores da Fazenda Sarandi, assim como dos acórdãos proferidos a respeito, pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado e pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal.

**S**e há mais coisa entre o Céu e a Terra do que possa supor a nossa vã imaginação, nesses referidos autos, está documentada, até mesmo com uma excessiva abundância de detalhes, uma vinculação umbilical, antiga e indissolúvel, do Sr. Brizola com as terras do Sarandi.

**C**artas, telegramas, depoimentos, inclusive o do próprio Sr. Leonel Brizola, constantes desse volumoso processo, de 830 folhas, provam claramente:

- 1.** *Desde 1945 se encontram situadas na Fazenda Sarandi as maiores reservas de pinheiros do Estado do Rio Grande do Sul;*

2. *Várias tentativas foram feitas, desde aquele ano, por grupos diversos, para adquirir ou explorar aquelas terras;*
3. *Essas tentativas oscilaram das propostas protocolares e clássicas de negócio, até os recursos ao suborno, coação e chantagem;*
4. *Em 1952, também levado pela cobiça, entrou no páreo para a conquista, a qualquer preço, da Fazenda Sarandi o Sr. Ernesto José Anoni;*
5. *Para forçar a venda das terras, o Sr. Anon! usou de sua projeção política junto ao Governo do Estado, na época nas mãos do Partido Trabalhista Brasileiro, assombrando os proprietários da Fazenda com o fantasma da desapropriação;*
6. *Agiu o Sr. Anoni em nome de um grupo econômico, atrás do qual surge, como figura de maior evidência e de atuação decisiva, o Sr. Leonel de Moura Brizola;*
7. *Em abril de 1953, como último recurso para não perder as terras, por meio de uma desapropriação, a família Mailhos assinou com o Sr. Anoni um contrato de opção, para a venda das terras a uma sociedade anônima a ser organizada por esse amigo do Sr. Brizola;*
8. *O Sr. Brizola só não permitiu aparecer ostensivamente como diretor dessa sociedade por temer explorações políticas;*
9. *A partir da assinatura do contrato de opção, o Sr. Anoni passou a um plano secundário e o negócio foi então conduzido pela família Mailhos, através do seu procurador em Passo Fundo, o advogado Herculano Annes Dias, de um lado, e pelo Sr. Leonel Brizola, do outro;*



- 10.** Como não se tratava de um negócio sério, e sim de uma das negociatas, do tipo das que caracterizaram o “*mar de lama*” dos últimos tempos do Governo do Sr. Getúlio Vargas, com base em financiamentos fantásticos do Banco do Brasil, não chegou a ser concretizado;
- 11.** *O entendimento entre os Srs. Mailhos e Anoni previa a constituição de uma sociedade, na qual a família uruguaia entraria com as terras e os pinheiros e o Sr. Brizola e seus amigos com a influência junto ao Governo Federal para obter financiamento do Banco do Brasil e o aval do Banco de Desenvolvimento para conseguir empréstimos no exterior, tudo no intuito da criação de uma fábrica de papel;*
- 12.** *Com a mudança da situação política, fechando-se as portas do Banco do Brasil a tais espécies de negócios, tornou-se impraticável a organização da sociedade anônima, sendo o contrato denunciado unilateralmente pela família Mailhos;*
- 13.** *Inconformado, o Sr. Anoni impetrou, a 8 de agosto de 1955, uma ação ordinária de rescisão de contrato, cumulada com perdas e danos, contra a Estâncias Júlio Mailhos e contra o seu procurador em Passo Fundo, o Advogado Herculano Annes pleiteando uma indenização de 51.877.500 cruzeiros;*
- 14.** Essa ação foi julgada improcedente, em 1ª instância, pelo Juiz de Direito da 2ª Vara de Passo Fundo, a 23 de abril de 1957; havendo recurso para 2ª instância, foi confirmada a sentença, a 18 de agosto de 1959, pela 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; tentada a apelação para a 3ª e última instância, a 4 de agosto de 1961 foi lavrado acórdão pelo Supremo Tribunal Federal, negando-lhe provimento;

**15.** *A sentença foi publicada no "Diário da Justiça" de 19 de outubro de 1961; os autos recebidos de volta pelo Tribunal de Justiça do RS a 1º de dezembro do mesmo ano e, um mês e pouco depois, a 13 de janeiro de 1962, era decretada a desapropriação da Fazenda Sarandi, mediante ato assinado pelo antigo pretendente à compra das terras, agora no exercício das funções de Governador do Estado.*

**N**ão fosse a ambição desmedida do Sr. Anoni, as provas da vinculação do Sr. Brizola a uma possível compra da Fazenda Sarandi, com dinheiro do Banco do Brasil e de grupos estrangeiros, norte-americanos e franceses, seriam muito vagas. Entretanto, os autos da ação movida pelo Sr. Anoni contra os proprietários das terras permitiram acumular-se uma irresponsável documentação.

**E**m 31 de março de 1952, positivou-se a certeza de que o Sr. Leonel de Moura Brizola seria parte efetiva no mesmo.

**E**m maio desse ano já o Sr. Brizola havia assumido a liderança das negociações, na qual o Sr. Anoni tomava parte em caráter secundário. Aquele propunha uma viagem a Montevidéu para uma solução rápida do assunto. Efetivamente esses senhores foram àquela cidade.

**E**m 24 de julho seguinte, o proprietário, por Inter-médio do Sr. João d'Ávila, fazia sentir que embora Estâncias Júlio Mailhos estivesse acossada pelos acontecimentos não estava disposta a entregar a Fazenda como um brinde, ao chamado "*Grupo Anoni*" e que só entraria em negócio que tivesse as garantias comerciais comuns.



**E**m 29 de outubro do ano citado, o projeto da Fábrica tomava corpo, pela distribuição das quotas, pelo estabelecimento de preços e pelo compromisso, assumido pelo Dr. Brizola, de pagar à proprietária, a compra do imóvel, em pesos uruguaios, ao câmbio oficial, o que era difícil de conseguir, mas representava uma compensação a Estâncias Júlio Mailhos S.A. pelos baixos preços de venda.

**U**ma observação: que os uruguaios desconhecessem as nossas leis e aceitassem o acerto de contas em moeda de seu País num contrato firmado no Brasil, pode-se compreender.

Mas naquela época, o Sr. Brizola, em plena atividade no mundo dos negócios, não podia desconhecer o Art. 2º do Dec. 23.501 de 27 de novembro de 1935, a partir da publicação desse decreto é vedada:

*Sob pena de nulidade, nos contratos exequíveis no Brasil a estipulação de pagamento em moeda que não seja a corrente, pelo seu valor legal.*

**N**outro trecho, afirma ainda o Sr. Herculano Annes:

*Quem assinou o contrato em Montevideú, através do seu procurador, foi o Sr. Ernesto José Anoni, mas para Estâncias Júlio Mailhos S.A. era indiferente que fosse ele ou outro qualquer. Todo o negócio fora tratado, discutido, estudado e esmiuçado em todas os pormenores com o Dr. Leonel Brizola.*

*O Autor não passava de um mero elemento do ligação que pouco ou nada influía nas resoluções que se tomavam. Era um personagem secundário cujas opiniões pouca importância se dava.*

**P**or que a atenção dos Mailhos se dirigira toda para o Sr. Brizola? O detalhe é explicado pelo Advogado Herculano Annes:

*Em terceiro lugar, os dirigentes da Estâncias Júlio Mailhos S.A. conheciam bem o autor, sabiam que lhe faltava também capacidade comercial para uma empresa semelhante. Conheciam-lhe o otimismo exagerado que o levava a sacar contra o futuro desenfreadamente, sem o menor sentimento de prudência. Finalmente, tinham-no como antítese de seus próprios métodos de trabalho e assim, seria o Sr. Anoni o último homem com quem se pensaria fazer algum negócio de importância. Com o Dr. Brizola as coisas mudavam de aspecto.*

**A** crescentou o Advogado Herculano Annes.

*Por que o Autor assinou o contrato, desculpe-se-nos pela expressão vulgar, mas não achamos outra, como simples "testa de ferro". O contrato não era com ele, mas na realidade com o Dr. Leonel Brizola, o qual nada reclamou nem em juízo nem fora dele, a não ser que tapássemos a boca do Autor com 50 quadras de campo".*

**N**uma época em que apenas o Sr. Brizola, talvez, previsse o seu futuro político, que acabaria Governador do Estado, com poderes para desapropriar terras, encampar companhias, ameaçar impunemente os investimentos privados, o Advogado Herculano Annes, estabelecia uma íntima conexão do político gaúcho com as terras do Sarandi sem outro propósito que o de defender os seus constituintes contra uma ação espoliadora.

**A**té ai o "testa de ferro" do Sr. Brizola tentou simular a participação do amigo no negócio. Mais adiante, porém, cai numa contradição:

*... foram a Montevideu o depoente, o Dr. Herculano e o Dr. Brizola; que lá acertaram definitivamente o negócio, mas não assinaram o contrato porque queriam estar certos do financiamento antes de assumir o compromisso.*

**E** Noutro trecho:

*O depoente esteve numa reunião no City Hotel onde se encontravam o Dr. Brizola, o Dr. Nicolaiwsky, sócios da firma Mailhos e o Engenheiro Vejo.*

**N**essa reunião é que o Sr. Brizola, segundo consta dos autos, vendo o negócio irremediavelmente perdido, pleiteou dos Mailhos que vendessem ao Sr. Anoni 50 quadras de campo, a 30 mil cruzeiros cada, para “*calar a boca*” do seu impulsivo “*testa de ferro*”. O Sr. Anoni teria um lucro imediato, na transação, de três milhões e meio, porquanto a quadra de campo naquela época estava sendo vendida, naquela região, a cem mil cruzeiros.

**H**á, porém, uma parte obscura no depoimento do Sr. Anoni, quando este afirma:

*... não havia confiança na atuação do Dr. Brizola para a passagem do dinheiro no câmbio oficial*

**N**ão se esclarece de onde partia a desconfiança.

**M**as, e o que dia o Sr. Brizola? Eis trechos do seu depoimento, tomado a termo a 16 de agosto de 1956.

*O depoente mantinha relações cordiais de amizade com o autor e tendo sabido deste que pretendia adquirir uma área de terras, no Município de Sarandi e que lhe foram oferecidas pela Ré Estâncias Júlio Mailhos S.A., por preço*

*até bastante vantajoso, o depoente aconselhou o autor a que em vez de comprar as terras para desmatamento, procurasse formar uma sociedade para exploração da indústria de celulose e papel, o que reputava muito vantajoso economicamente inclusive para o Estado;*

*[...] que inclusive o autor queria que o depoente se tornasse Sócio, mas o depoente declarou-lhe que esta questão seria secundária, pois o que importava essencialmente era que o entendimento saísse.*

*[...] que o depoente manteve uma palestra a certa altura desses entendimentos com o Doutor Murilo Annes, na qual fez uma referência sobre a sua, digo, sobre a inconveniência de sua participação pessoal no empreendimento por motivo do escândalo criado a respeito de "Última Hora" e outros e cujas circunstâncias poderiam dar margem a explorações políticas, mas que tais motivos não impugnavam o empreendimento em si.*

#### **Moral da história:**

*Partindo do pressuposto de que a todo o homem público não satisfaz apenas saber-se honesto e bem intencionado, mas sobretudo, à semelhança da mulher do romano, em saber que todos o consideram honesto e bem intencionado, o então Governador Brizola não poderia ter desapropriado a Fazenda Sarandi antes de ungir-se com os santos óleos da boa intenção. Diante do exposto, dos documentos contidos no processo do Sr. Anoni contra os Srs. Mailhos, quem poderá acreditar que o Sr. Bitola não agiu com intenções ocultas ao desapropriar uma fazenda que ele não conseguiu comprar para si com o dinheiro do Banco do Brasil? Mas, como diria Rudyard Kipling, essa é outra história.*

David Nasser



O Cruzeiro nº 20, Rio de Janeiro, RJ  
Sábado, 22.02.1964



Nos Bastidores da Crise da Petrobras



Políticos de todos os partidos, ao impacto das graves revelações do Presidente e Diretores da Petrobras, chegaram à conclusão de que a crise que envolveu a grande empresa monopolista do petróleo no Brasil não será a última. Vive-se, na realidade, o início de um virulento processo de deterioração da autoridade e, na Petrobras, os alarmantes sintomas dessa doença se manifestaram com mais rapidez. E o que está em jogo é para todos, *inclusive homens da esquerda*, a segurança nacional, senão a soberania brasileira.

A exceção do General Juracy Magalhães, seu fundador, *todos os Presidentes da Petrobras procuraram no sindicalismo apoio para governá-la*. Acham os críticos da situação que todos erraram no particular, pois que se encaminharam para um tipo de política "*esquerdizante*", hoje prevalecente em todos os escalões administrativos da organização.

Mas a grande tarefa de aprisionar a Petrobrás nos sindicatos coube ao Sr. Francisco Mangabeira, o único civil até agora a dirigir a empresa. Exagerou de tal modo essa política que homens da esquerda temeram pela sorte do monopólio estatal do petróleo no Brasil.

Os sindicatos tinham, na gestão Mangabeira, detonado o convulsionamento da companhia, desorganizado o seu trabalho, substituído a autoridade dos chefes pelas deliberações dos seus "*conselhos*".

Quando especialistas russos examinaram a Petrobrás pelo seu lado técnico administrativo, condenaram, em relatório até hoje inédito na sua íntegra, a "*politi-zação*" de uma empresa industrial, esteio do desenvolvimento nacional. Tinha atingido a influência sindical o mais alto ponto.



POLÍTICA

Bastidores da crise da Petrobrás

# PETRÓLEO QUEIMA A ESQUERDA

**P**OLÍTICOS de todos os partidos, ao longo das graves reuniões do presidente e diretores da Petrobrás, chegaram à conclusão de que a crise que envolve a grande empresa monopolista de petróleo no Brasil não será a última. Tive-se, na realidade, a início de um árduo processo de deterioração da autoridade e, na Petrobrás, os elementos situados à esquerda se manifestaram com mais razão. É o que está em jogo e para todos, inclusive honraria da esquerda, a segurança nacional, assim a soberania brasileira.

A renúncia do General Getúlio Magalhães, seu fundador, todos os presidentes da Petrobrás procuraram se solidarizar após para governá-lo. Acharam de crítica a situação que todos erraram no particular, pois que se encaminhavam para um tipo de política "corporativista", isto é, privilegiando os interesses administrativos da organização.

Mas a grande tarefa de estabelecer a Petrobrás nos moldes sociais do Sr. Francisco Magalhães, o único civil até agora a dirigir a empresa. Esforços de tal modo essa política que honraria da esquerda tiveram pelo norte do monopólio estatal de petróleo no Brasil.

Os sindicatos ligados, na parte Magalhães, detestavam o corporativismo da companhia, desorganizado o seu trabalho, submetido a autoridade dos chefes pelas deliberações das suas "comissões".

Quando especialistas rumos econômico e Petrobrás pelo seu lado técnico-administrativo, condenaram, em relatório até hoje lido em sua íntegra, a "política" de uma empresa industrial, visto do desenvolvimento nacional. Tinha atingido a influência sindical e não só política, e daí a impugnação de elementos fragmentados de esquerda para serem seus diretores, como o Sr. João Farias, cujo substituto para que se admitisse o General Albino Silva como substituto do General Francisco Magalhães.

Não se sabe até que ponto as milícias armadas entre o presidente e os diretores da Petrobrás são verdadeiras. Esclareceu-se, de grande, como realidade, a situação política da Petrobrás e esta, segundo as observações, é possível, sendo lamentável, pouco em jogo a tese do monopólio estatal de petróleo de administração no Brasil isolado na verdade, com o petróleo, na parte de pesquisa e extração, e agora, na parte comercial.

A substituição de Magalhães, encabeçada pelo presidente da República na primeira hora da crise, é, evidentemente, insatisfatória. O próprio Magalhães diz com a condição dos seus sucessores no cargo da Petrobrás a um curto espaço de tempo, três meses no máximo.

Mas visto e quanto foram que antecederam a sua posse, a base eleitoral, que encabeça o General Albino Silva, preparava-se para uma grave crise e para sobreviver com a nacionalidade. Mas, sobrevivendo a um levantamento nacional poderia ser apro-



O MARCHEL Otrino Fereira Alves assumiu a presidência da Petrobrás com autoridade suficiente para combater a grave crise. É possível, porém, que não fique muito de trás mesmo. Já se considera-o para salvar o prestigio da maior companhia petrolífera da América Latina.

visado pelo corporativismo, tal o exemplo em que se encontraram para enfrentar uma crise de normalidade constitucional, preferiu aceitar e aceitar a encunhamento das eleições presidenciais.

A mais grave ameaça que se faz é a de que se apresente de esquerda da Petrobrás arrastando todos, através dos negócios que existiam, para sustentar financeiramente o comunismo, na sua atividade nos campos e nas organizações industriais, tanto as oficiais quanto as particulares.

É esta situação que está servindo, no momento, para manter o novo presidente da Petrobrás, Marcelino Otrino Alves. Ela que os aspectos políticos do ex-Comandante do I Exército avaliava nesse momento e não apresentava mais sugestões. Seria possível que quais seriam frustradas as tentativas de investigar e penetrar nas atividades de investigar e penetrar das atividades feitas pelo General Albino Silva e pelos diretores, João Farias e Hugo Nogueira, sustentados pela dispositivo estadual de esquerda, dentro da Petrobrás.

Mas não é apenas o problema da moralidade administrativa que está em jogo, no entender dos políticos, sobretudo no de oposição, agora fortalecidos pelas manifestações de legalidade que evidenciam dentro do PTB como uma bomba inesperada. Os aspectos políticos da organização da empresa é que terão que ser pontos de referência, e a existência de grupos subversivos infiltrados nos sindicatos que colocaram em jogo de perigo a difícil perspectiva de tanto da grande empresa industrial.

Disposto a dar uma solução financeira ao problema de Alves, inclusive de sua política e a curto prazo, o Ten de maior aproveitamento de maior montante de dívidas, advinda para o Brasil nesta fase, o Presidente João Goulart confessou ter sido surpreendido com a crise da Petrobrás. Mas, de qualquer modo, não uma vez pôde em jogo a sua habilidade, encontrou para o problema uma solução no Marcelino Otrino Alves.

A segunda crise, ou a reorganização da presente crise no órgão estatal do petróleo, se verificou, de acordo com os critérios que estão sendo feitos, dentro de três meses. Dever-se-á, então, na verdade, o destino da grande empresa, cuja sobrevivência se trata em termos de bilhões de cruzados, constituindo o maior dos fatores de sustentação da economia brasileira.

Quando se propuseram de prontos crises, ninguém pôde fazer previsões, mas, pelas indicações, não pode parecer melhor o futuro do Marcelino Otrino, os resultados foram, na opinião do General Albino Silva.



A DINA denúncia de diretores da Petrobrás, o General Albino Silva respondeu com diretores generalistas sobre várias irregularidades, que estavam ocorrendo na empresa sob responsabilidade dos diretores que estão ligados aos sindicatos. Denúncia e foi depois na CTV de petróleo.

E daí a imposição de elementos flagrantemente de esquerda para serem seus diretores, como o Sr. Jairo Farias, num acordo para que se admitisse o General Albino Silva como substituto do baiano Francisco Mangabeira.

Não se sabe até que ponto as mútuas acusações entre o Presidente e os Diretores da Petrobrás são verdadeiras. Examine-se, de pronto, como realidade, a situação política da Petrobras e esta, segundo as observações, é péssima, senão lamentável, pondo em jogo a tese do monopólio estatal ou toda a política de estatização, no Brasil iniciada, na verdade, com o petróleo, na parte de pesquisa e lavra, e, agora, na parte comercial.

A solução Osvino Alves encontrada pelo Presidente da República na primeira hora da crise, é, entretanto, transitória. O próprio Marechal fez questão de condicionar sua permanência na direção da Petrobrás a um curto espaço de tempo, três meses no máximo.

Nas vinte e quatro horas que antecederam a sua posse, a base sindical, que esmagara o General Albino Silva, preparava-se para uma greve geral e para arrebentar com a normalidade. Mas, advertidos de que o convulsionamento nacional poderia ser aproveitado pelo conservadorismo, tal o despreparo em que se encontravam para enfrentar uma crise da normalidade constitucional, preferiram recuar e aguardar o encaminhamento das soluções presidenciais.

A mais grave acusação que se faz é a de que os elementos de esquerda da Petrobrás arrecadavam meios, através dos negócios que realizavam, para sustentar financeiramente o comunismo, na sua

atividade nos campos e nas organizações industriais, tanto as oficiais quanto as particulares. E esta acusação é que está servindo, no momento, para testar o novo Presidente da Petrobrás, Marechal Osvino Alves.

Eis que os aspectos políticos do ex-Comandante do I Exército avultam nesse momento e são apresentados como negativos, brechas através das quais serão frustradas as tentativas de investigar a procedência das acusações feitas pelo General Albino Silva e pelos diretores, Jairo Farias e Hugo Régis sustentados pelo dispositivo sindical de esquerda, dentro da Petrobrás.

Mas não é somente o problema da moralidade administrativa que está em jogo, no entender dos políticos, sobretudo os da oposição, agora fortalecidos pelas manifestações de legalidade que eclodiram dentro do PTB como uma bomba inesperada. Os aspectos políticos da organização da empresa é que terão que ser postos em evidência, a influência de grupos minoritários infiltrados nos sindicatos que colocaram em ponto de perigo a débil perspectiva de êxito da grande empresa industrial.

Disposto a dar uma solução financeira ao cruzeiro na área interna da sua política e a curto prazo, a fim de melhor aproveitar-se da maré montante de divisas, advinda para o Brasil nesta fase, o Presidente João Goulart confessou ter sido surpreendido com a crise da Petrobrás. Mas, de qualquer modo, mais uma vez pondo em jogo a sua habilidade, encontrou para o problema uma solução no Marechal Osvino Alves.

A segunda crise, ou a continuação da presente crise no órgão estatal do petróleo, se verificará, de acordo com os cálculos que estão sendo feitos, dentro de três

meses. Decidir-se-á, então, na verdade, o destino da grande empresa, cujo faturamento se mede em centenas de bilhões de cruzeiros. Constituindo o mais rico lastro de sustentação da economia brasileira.

Quanto às proporções da próxima crise ninguém pode fazer previsões, mas, pelas indicações, ela pode nascer também à sombra do Marechal Osório, se verdadeiras forem as denúncias do General Albino Silva.





O Cruzeiro nº 23, Rio de Janeiro, RJ  
Sábado, 14.03.1964



**Reforma Agrária Gera Revolta**



## **A Luta dos Sem-Terra (Reportagem de Oswaldo Amorim)**

O município mineiro de Governador Valadares é hoje um pequeno território conflagrado. De um lado, os camponeses liderados pelo já famoso Chicão. De outro, os donos de terras, temerosos de uma ação violenta por parte dos sem-terra. No meio dessa efervescência, colocou-se o superintendente da SUPRA, que, indo a Valadares numa pregação demagógica, mais não fez que pôr mais lenha na fogueira. E o resultado é que o caldeirão político-social de Valadares poderá ferver a qualquer momento, com consequências que escapam a qualquer previsão.

### **Presidente da SUPRA Jogou Mais Lenha na Fogueira de Valadares**

A luta, em Governador Valadares, entre fazendeiros e pretendentes à terra não teria maior repercussão se não simbolizasse um litígio de âmbito nacional, ainda que embrionário. O quadro regional mostra-se sombrio: os sem-terra dispõem-se a ir até a violência para consegui-la, enquanto os proprietários prometem repelir os invasores à bala, se as autoridades cruzarem os braços. A crise pode ter sido criada artificialmente – e o foi –, mas não pode mais ser negada ou ignorada.

Apesar de tudo e de toda a celeuma levantada, parece improvável, no momento, um choque armado no Município: as invasões provocariam mortes e ninguém quer a terra para morrer, mas para viver. O próprio Chico, líder dos camponeses (que os ruralistas chamam de falsos lavradores), já recusou de seus propósitos de violência, preferindo confiar na ação do Governo.



Os fazendeiros, de sua parte, dizem que só recorrerão às armas em caso extremo: se as invasões forem realizadas com a complacência das autoridades. Convém lembrar que o índice de assassinatos em Governador Valadares é dos mais altos de Minas, e que a região, ainda hoje, é infestada de pistoleiros (assassinos profissionais), em cujo combate celebrou-se o hoje Coronel Pedro Ferreira, espécie de Wyatt Earp caboclo.

Com apenas 26 anos e uma população urbana de cem mil pessoas, Governador Valadares é a maior cidade do Vale do Rio Doce e uma das quatro maiores do Estado. Sua economia repousa sobretudo na pecuária: seu rebanho de 270 mil cabeça (entre bovinos, suínos, equinos) foi avaliado pelo IBGE, em 1960, em mais de dois bilhões de cruzeiros, enquanto o valor global da produção agrícola não foi além de 187 milhões de cruzeiros.

Na verdade, a agricultura não ocupa nem um décimo dos seus 2.550 quilômetros quadrados. Com a anunciada desapropriação ao longo das rodovias e ferroviárias federais a situação vai mudar: o município é cortado pela Rio-Bahia e pela Estrada de Ferro Vitória-Minas. Antes disso, o Governo repartirá os 800 alqueires (mais de 5 mil hectares) da Fazenda do Ministério da Agricultura entre lavradores, e desapropriará as terras da Grã-Duquesa de Luxemburgo (188 alqueires) e do Frigorífico Anglo (828 alqueires).

A justificativa para a desapropriação é a de que se trata de fazendas mal exploradas. Mas a Anglo se defende, alegando que suas pastagens engordam milhares de reses, que ajudam a abastecer de carne o mercado guanabarrino.

Na fazenda do Ministério da Agricultura, pessimamente administrada, já existem cerca de 70 famílias de lavradores, que obedecem à liderança de Tibúrcio, um preto alto, forte, sempre bem-humorado, corajoso mas inimigo da violência e que não concorda com as invasões pretendidas por Chicão. Tibúrcio, considerado por todos excelente lavrador, afirma que nunca participará de movimentos para tomar terras de fazendeiros. Mas é favorável à desapropriação dos latifúndios improdutivos, aproveitáveis para a lavoura.

*Sustenta que "só aguenta a roça quem é roceiro mesmo". E que "quem se acostumou com a vidinha da cidade, mesmo ruim, não quer mais saber de largá-la nem tem mais ânimo para enfrentar a dureza aqui da roça". Por isso pensa que apenas a parte constituída de autênticos lavradores, dos liderados de Chicão, é capaz de se fixar à terra.*

Como os fazendeiros encaram a Reforma Agrária? De modo geral se declaram favoráveis, desde que executada dentro da lei (a ser aprovada). Alguns até sugerem a criação de grupos de colônias agrícolas, pelo Governo, que se encarregaria de dar-lhes completa assistência técnica, financeira e social. O que eles temem mesmo são as invasões.

Aliás, toda agitação verificada em Valadares tem sua raiz na perspectiva de invasões, anunciadas pelo líder Chicão. Se as autoridades evitarem isso, os ruralistas estão dispostos até a ceder parte de suas terras, talvez lembrando o velho refrão: "Vão-se os anéis, mas ficam os dedos". Também não se opõem à criação de sindicatos de lavradores, argumentando que se, de um lado, isso assegurará os direitos do empregado, por outro lado regulamentará também seus deveres.

O município mineiro de Governador Valadares é hoje um pequeno território conflagrado. De um lado, os camponeses liderados pelo já famoso Chico. De outro, os donos de terras, temerosos de uma ação violenta por parte dos sem-terra. No meio dessa efervescência, colocou-se o superintendente da SUPRA, que, indo a Valadares numa propagação demagógica, mais não fez que pôr mais lenha na fogueira. E o resultado é que o caldeirão político-social de Valadares poderá ferver a qualquer momento, com conseqüências que escapam a qualquer previsão.

GOVERNADOR VALADARES

# A LUTA DOS SEM-TERRA

REPORTAGEM DE OSWALDO AMORIM



PRESTIGIANDO, ademaismente, Chico (ao seu lado) e Carlos Otton, o Sr. João Pinheiro não passa a ser encarado com suspeita pelos "valadarenses". (Foto de Otto José Salas)



Chico é Chico que comanda a "revolução" de Governador Valadares, mas não se manifesta por Carlos Otton.



ESTES lavradores, que se agrupam em torno de Luiz Tiburcio, já estão reunidos lá com os fazendeiros de Nicolândia. Não querem sair de Nicolândia, mas apenas alugar maior ajuda para trabalhar a terra.



## Presidente da SUPRA jogou mais lenha na fogueira de Valadares

**A**LUITA, em Governador Valadares, entre fazendeiros e proprietários de terra não teria mais repercussão se não simbolizasse um litígio de âmbito nacional, ainda que embrionário. O quadro regional mostra-se sombrio: os semi-terra dependentes se vêem à violência para conseguir, enquanto os proprietários prometem esperar os lavradores à toa, se as autoridades cederem às intuições. A crise pelo lado das áreas agrícolas tem — e o Sol — mas não pode mais ser ignorada.

Agora de tudo e de tudo a reclamação, parece impróprio, no momento, um choque armado no município: as lutas provocam mortes e sangues que a terra para morrer, mas para viver. O próprio Chidre, líder dos camponeses (que os ruralistas chamam de fazendeiros), já vem de uma propostiva de violência, preferindo confiar na ação do Governo. Os fazendeiros, de sua parte, como se só recebessem as armas em caso extremo: se as lutas fossem realizadas com a complicitade das autoridades. Contudo lembrar que o índice de assassinatos em Governador Valadares é dos mais altos do Minas, e que a região ainda hoje é infestada de pistoleiros ("assassinos profissionais"), em cujo ambiente existiram-se o hoje Coronel Antônio Pereira, exército de Wyatt Earp caboclo.

Com apenas 28 anos e uma população urbana de trezentos mil pessoas, Governador Valadares é a maior cidade do Vale do Rio Doce e uma das quatro maiores do Estado. Sua economia repousa sobretudo na pecuária: são rebanhos de 270 mil cabeças (bovinos, suínos, equinos), apícolas (até 20 mil colmeias), em mais de dois milhões de acres, enquanto o valor global da produção agrícola não foi além de 187 milhões de cruzeiros. Na produção, a agricultura não possui nem o domínio de área (3 mil quilômetros quadrados). Com a agricultura desamparada ao longo das rodovias e ferrovias Interferrô, a situação vai melhor: o município é cortado pelo Rio-Doce e pela Estrada de Ferro Vitória-Minas. Antes disso, o Governo possuía de 800 alqueires (mais de 3 mil hectares) da Fazenda do Ministério de Agricultura entre lavradores, e desapropriou as terras do Grã-Duques de Luxemburgo (120 alqueires) e de Príncipe-Angelo (120 alqueires). A justificativa para a desapropriação é a de que se trata de fazendas mal exploradas. Mas a Angola se defende, alegando que suas plantações aguardam milhares de reses, que aguardam a abate de carne e o mercado gabaireiro.

Não fadada do Ministério da Agricultura, pessoalmente administrada, já existem obras de 70 famílias de lavradores, que obedecem à liderança de Tibério, um preito não, seria, sempre bem-humorado, sempre mais indolente da violência e que não convenceu com as lutas. Mas pretendem por Chidre, Tibério, confundido por todos esseente lavrador, afirma-

ção nunca participar de movimentos para tomar terras de fazendeiros. Mas é favorável à desapropriação das fazendas improdutoras e aproveitáveis para a lavoura. Mentira que "ele aguenta a juva quem é rogado mesmo". E que "quem se atolava com a violência da cidade, mesmo assim, quem mais mal de largo-lua tem são mais lentos para entender a dureza aqui da roça". Por isso pensa que apenas a parte constituída de autoridades lavradoras (os lavradores do Chidre, é capaz de se fixar à terra).

Como os fazendeiros encaram a Reforma Agrária? De modo geral se declaram favoráveis, desde que realizada dentro da lei (e se aprovada). Alguns até sugerem a criação de grupos de colônias agrícolas, pelo Governo, que se encarregaria de dar-lhes completa assistência técnica, financeira e social. O que não tem mesmo nada as lavradas. Alas, só a aplicação verificada em Valadares tem sua raiz na perspectiva de lavradores, analisada pelo líder Chidre. Os se associados evidenciam isso, os ruralistas estão dispostos até a ceder parte de suas terras, talvez lembrando o velho refrão: "Vão-se os alhos, mas ficam os dentes". Também não se opõem à criação de sindicatos de lavradores, argumentando que se, de um lado, tem assegurada ao diretor do emprego, por outro lado representativa também sua defesa. Entretanto, como qualquer autoridade do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura, dirigido por Chidre. Ele um trecho de recente manifesto lançado por eles: "A Associação Rural e os ruralistas não são contra a agricultura rural autêntica, são contra, pelo contrário, a utilização de pessoas que nunca foram de lavoura e são aproveitadas no primeiro urbano desta cidade, sob a promessa de que receberão terras "na lei ou na morte".

Como está a situação em Governador Valadares? Quem responde é o líder marxista Chidre. O líder da Frente Popular, irmão do deputado Federal Rômulo da Cunha (CID de Minas), dono do jornal "O Combate" e mentor intelectual de Chidre (segundo os fazendeiros):

— Em parte dos trabalhadores rurais está o medo e a tranquilidade. Porque há certa consciência de que o Governo cumprirá integralmente o prometido; a divisão da Fazenda do Ministério e a desapropriação das fazendas de Angola e do Grã-Duques de Luxemburgo. Os lavradores não temiam voltar terras de ninguém. O perigo, o mesmo vez, reside no desejo de que se tenham possuídas os três fazendeiros que além de tentarem impedir o Sr. João Pinheiro Neto, proclamaram abertamente que se amariam organizar em milícias, sob o comando do Cel. Pedro Ferreira, oficial recruta formado da Polícia Militar, e de que possuíam metrômetro e granadas de mão para impedir qualquer ação de Reforma Agrária.

— E se que o Cel. Alípio Machado, líder dos fazendeiros, se oficial recruta da Polícia Militar?

— Há insuportável situação, pois o Detachamento Especial do município disse que os po-

deria proteger nossas propriedades com ordens de Belo Horizonte. E até agora não sei ordem não. Por isso disse o trabalho nas fazendas entram em colapso. Mas estamos lavradores da terra das terras de Governo desde a palavra de que a propriedade será garantida, todas voltaram ao trabalho. De jeito que está não é possível, pois se estamos de cidade para as fazendas podemos ser atacados por um grupo. É uma situação horrível. Isso que foi detido durante 27 anos e nunca possui que o País chegasse a fase estado, em que as autoridades cruzam os braços até as pessoas.

O Cel. Pedro Ferreira, responsável "o terreiro dos pistoleiros" lá, prediz o "terro" de detidos mais de vinte assentamentos misteriosos... inclusive o do Deputado Nácio Raduan, ocorrido há dois anos, e no momento liberado por Chidre e Carlos Olavo numa manobra revolucionária.

— O problema não é de Governador Valadares: é um problema de âmbito nacional: é um problema da democracia. Não todos os fazendeiros que ninguém está preocupado em dar terra a ninguém, que existe e alguns se dão uma atitude, que todos sabem, preocupam em desmantelar a organização rural, para dominar depois, liquidando o feudo do latifundiário. Para isso, a utilização do malvado armamento de detidos. Mas é preciso que fique claro que não somos contra a Reforma Agrária com criação do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura, dirigido por Chidre. Ele um trecho de recente manifesto lançado por eles: "A Associação Rural e os ruralistas não são contra a agricultura rural autêntica, são contra, pelo contrário, a utilização de pessoas que nunca foram de lavoura e são aproveitadas no primeiro urbano desta cidade, sob a promessa de que receberão terras "na lei ou na morte".

Valadares agora e que dia o Rômulo Ezequias de Governador Valadares, Dom Barnabé Máximo Hays (exa) dizem abrangem 23 municípios e meio milhão de almas:

— É o que está acontecendo em Governador Valadares, outra coisa não é que a exploração por parte de uma posse elementar. Porém são situações, persistentes. Mas a intrusão não continua de honrar indolência de dos responsáveis. Estivimos, graças a Deus, o ambiente na cidade é de calma. Há desorganização e vivem algumas horas de loucura, levantamento de terra. De realidade de Brasília. Mas pouco a mais não se tornam logo se revolta entre os membros do campo. O mesmo é hoje e sempre da paz. Tenho a convicção de que todos, camponeses e fazendeiros, querem as coisas dentro da lei pura. Qualquer coisa, portanto, das autoridades competentes. Quero dizer para não ser "violência", levantamento de terra, incomodação da ordem e possesimento que todos aliamos.

Chetando a luta dos seus, tem o mesmo vez declarando ao Governador Valadares: Francisco Rodrigues de Paiva, um agricultor, chefe de 22 anos, casado, pai de 2 filhos. Afinal quem é esse Chidre? Carlos Olavo afirma:



DOM Barnabé Máximo Hays, chefe da Associação, pronunciando uma reforma agrária.



O Cel. Pedro Ferreira afirma que as condições estão organizadas a lavoura em Valadares.



ACIMA, o Cel. Adão, líder dos ruralistas. Abaixo, Carlos Olavo, chefe da associação.



## Calma de Valadares é apenas aparente

— É um líder mudo, os trabalhadores dizem que surgiu nos capacidades de liderança. Seus laborados são até capazes de morrer por ele. Pode não ter cultura, mas é um homem inteligente, além de corajoso e decidido.

Para o Cel. Alípio Machado, Chidre é apenas um instrumento manobrado por Carlos Olavo.

Quando indagado a respeito de Chidre, o Cel. Pedro Ferreira, em resposta —, tem um documento da lista, assinado pelo Sr. Oscar Ribeiro Fátima, de Cotacatuê, Minas, onde se lê, entre outras coisas: "Declaro de plena consciência e com absoluta segurança que o indivíduo Francisco Rodrigues de Paiva, conhecido como Chidre, que veio de Mantena e esteve por algum tempo, nesta cidade (Governador Valadares), em fins de 1953, faz uso de altíssimo-antido virtuos para policiar para se fazer calar, bem como várias ferramentas de agitação, sendo a furto descoberto e apreendido pelo Polícia em cidade. Indivíduo Francisco Rodrigues de Paiva, depois de passar um dia na cadeia, foi obrigada a deixar Governador Valadares por meu elemento, não mais voltando a cidade. A declaração foi assinada no Cordeiro Juarez Fátima, com firma no Tabelião Penafiel, Vila de Oliveira, 30 de Outubro de 1953."

Agora de não ser e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura, é muito mais do que "assessor", é o chefe de fato. Tanto que abandonou a profissão de advogado, para só mudar de profissão, que já conta com duas mil e trezentas pessoas inscritas. Para isso recebe uma ajuda de 18 mil cruzeiros mensais dada por amigos sua — segundo ele.

Mostrando as inscrições assinadas em rapidamente seguindo algumas visitas de apresentação. Em fim de tempo, segundo Chidre, o número de associados deverá atingir o de seis mil, passando para 20 mil o fim do mês, conforme espera. "Tudo se pode de uma gamba de terra".

Em novo diálogo com Chidre, assinado por um grupo de lavradores seu, no interior de Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura, discutido tudo dependência de sua casa, no bairro Santa Teresinha: a mesma onde funcionava a república; e

— É verdade que o Sr. pretende comandar lavradores de fazendeira?

— De nossa parte não há disposição de luta. Não pretendemos o domínio legal e econômico das autoridades competentes. Nunca pensamos ao desapropriar a lei.

— A restrição dos lavradores não vai além da posse de terras?

— É a terra para nós é a fazendeira. Mas o Governo promete dar ferramentas, adubo e até alimentação; já se necessita.

— Háverá dificuldade para o pagamento das terras?

— Não. O pagamento será feito a partir do 4º ano de posse, com vinte anos de prazo e pelo preço de custo.

— E o envio de agulhas, como se tornou líder de lavradores?

— É um líder mudo de 23 anos trabalhado na roça. Era um trabalhador despretado. Meu pai tinha 200 alqueires de cultura, em Agua Doce, Distrito de Mantena. Trabalhava ali só para não plantar lá. Branco II invade. Chico trabalhava na terra, os outros eram pagados. Em 1940 meu pai teve de entregar a fazenda por ter os mil cruzeiros, obrigada por outros fazendeiros. Do contrário seria morto.

— Que fazendeiro?

— Não me lembro. Nunca época era criança. Depois de grande, tentei recuperar a fazenda. Me asseguraram matar. Era em terras devolutas no lugar chamado Diatina.

— O Sr. é considerado um comunista?

— Não sei e que é ser comunista. Sou petista radical e sanguento de coração.

— Quais os objetivos básicos do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura?

— É dar terra aos lavradores que não possuem e que estão vivendo nas condições miseráveis.

— Háverá um sistema de prioridades?

— Vamos atender as famílias mais numerosas e que vivem em maior miséria. Há as áreas colônias pioneiras.

O tom moderado das respostas de Chidre contrasta com a agressiva declaração feita por ele, dia 3 de fevereiro, no 4º Batalhão de Infantaria de Governador Valadares, para visita oficial da Polícia Militar Intitutor de controle da unidade, um subtenente do Exército, outro do Governador Magalhães Pinto e diversos jornalistas: "Não faz mal que morras dois milhões de brasileiros nesta terra por causa das fazendas. Não importa se as propriedades e fazendas os fazendeiros exigem os salários de armas que possuem. Estamos cansados de esperar por uma solução pacífica e usaremos os nossos garanhões para resistir à impotência dos fazendeiros. Os revolucionários, lavradores e sangüentos são ladões e vão fazer uso de suas terras".

O ingresso no Sindicato é simples: basta dois cruzeiros 34 e 200 cruzeiros. Não se exige nenhum documento e nenhuma prova de que é interessado e lavrador. A maioria dos associados, pelo que podemos observar, é composta de alguns lavradores, que deixaram o campo em busca de melhor sorte na cidade. Será que nunca chegou: grande parte não soube trabalhar e muitos não têm mais tempo para se dedicar, devido a distância de pontos ou sobre as colinas. Mas agora há há uma legislação de Chidre, que por via ou submissão de Governador Valadares, espera voltar o vácuo de uma decisão vital para os alhos prometidos pela SUPRA. Jogam tudo nessa partida. Há um ponto que exige a maior atenção: se as lavradas não será difícil mobilizar-se para a luta de fazendeiros. Afinal eles não têm muito pouco a perder.

Não dita de maior tensão em Governador Valadares, após a visita do Presidente da SUPRA, Sr. João Pinheiro Neto, ao bairro Felicidade na região, fazendo: alguns milhares de armas que estavam sendo guardadas





ACIMA e abaixo, lavadeiras lideradas por Tibúrcio, que transformaram parte de Fazenda de Ribeirão em assentamento coletivo, apesar do risco de expulsão. Não querem indenizações.



## Rio Doce é agora um vulcão: pode explodir a qualquer hora

recebidas pelas fazendeiras e pelas honrarias de Chico. Mas nada ficou previsto, nem de uma parte nem de outra. Ubaldo Otávio informou que os fazendeiros distribuíam de retroativas de 50, excluindo que os próprios fazendeiros afirmaram isso. O Cel. Alípio Machado disse: "Eu vi nos a primeira vez pelo Carlos Otávio, no quartel de 4º BE. Ele me contou que não haviam sido com metalhadores de pé e que podia até precisar onde elas se encontravam. E acrescentou que não grupo estava nas mesmas condições de antes".

Outra notícia inquietadora: as supostas listas de morte, uma organizada pelos fazendeiros e outra pelo grupo de Chico. O Coronel Alípio Machado e Pedro Ferreira e Ca-



O SINDICATO dos Proprietários na Lavagem Favelada na própria sede da Chico.

do os fazendeiros ouvindo regras, provavelmente que tinham cogitado incluir alguns. Carlos Otávio e Chico fazem o mesmo negativa com igual êxito.

Em Volcans não está mais a mesma tranquilidade de antes, porque todos sabem que o desastre dos seus dias, liderada por Chico, poderá explodir de repente. Por isso, quanto aos aspectos a distribuição de terras, alvoroçados pelas promessas do Presidente da SUPRA. Entretanto, se isto não acontece, a distribuição e a receita poderão não ser compensar Chico ou outros líderes no assunto de fazendas. Ali, então, correrá o risco, porque os fazendeiros se dispõem a jogar até as vidas nas mãos de suas promessas, levando a mesma liderança do Cel. Alípio Machado pelo agronegócio assinado do Cel. Pedro Ferreira, que controla uma legião de braves, combatendo os interesses particulares do Vale do Rio Doce.

O ESTADO, 14-1-1964



A NOTÍCIA relativa à distribuição de terras em Governador Valadares está virando a cabeça lavadeiras das montanhas. Elas, que deixam tudo na esperança de conseguir uma gleba de terra. Este fato não poderá agravar a tensão existente.

Entretanto, negam qualquer autenticidade ao Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura, dirigido por Chicão. Eis um trecho de recente manifesto lançado por eles:

*A Associação Rural e os ruralistas não são contra a sindicalização rural autêntica. São contra, isto sim, a sindicalização de pessoas que nunca foram da lavoura e são arregimentadas no perímetro urbano desta cidade, sob a promessa de que receberão terras "na lei ou na marra".*

Como está a situação em Governador Valadares? Quem responde é o líder marxista Carlos Olavo da Cunha Pereira, irmão do Deputado Federal Simão da Cunha (UDN – Minas), dono do jornal "O Combate" e mentor intelectual de Chicão (segundo os fazendeiros):

*Da parte dos trabalhadores rurais está calma e tranquila. Porque eles estão confiantes de que o Governo cumprirá integralmente o prometido: a divisão da Fazenda do Ministério e a desapropriação das fazendas da Anglo e da Grã-Duquesa de Luxemburgo. Os lavradores não tencionam invadir terras de ninguém. O perigo, a nosso ver, reside no desespero de que se acham possuídos os Srs. fazendeiros que, além de tentarem agredir o Sr. João Pinheiro Neto, proclamaram abertamente que estavam organizados em milícias, sob o comando do Cel. Pedro Ferreira, oficial reformado da Polícia Militar, e de que possuíam metralhadoras e granadas de mão para impedir qualquer medida de Reforma Agrária.*

Eis o que diz o Cel. Altino Machado, líder dos fazendeiros (e oficial reformado da Polícia Militar):

*Há insegurança absoluta, pois o Delegado Especial do Município disse que só poderia proteger nossas propriedades com ordem de Belo Horizonte. E até agora*



*esta ordem não veio. Por causa disso o trabalho nas fazendas entrou em colapso. Mas estamos tirando leite das vacas. Se o Governo desse a palavra de que a propriedade será garantida, todos voltariam ao trabalho. Do jeito que está não é possível, pois se sairmos da cidade para as fazendas podemos ser atacados por um grupo. É uma situação horrível. Eu que fui delegado durante 27 anos e nunca pensei que o País chegasse a esse estado, em que as autoridades cruzam os braços ante as ameaças.*

O Cel. Pedro Ferreira, cognominado “o terror dos pistoleiros” (já prendeu cerca de duzentos e deslindou mais de vinte assassinatos misteriosos – inclusive o do Deputado Nacip Raidan, ocorrido há dois anos), vê no movimento liderado por Chicão e Carlos Olavo uma manobra revolucionária:

*O problema não é de Governador Valadares: é um problema de âmbito nacional. É um problema da democracia. Nós todos sabemos que ninguém está preocupado em dar terra a ninguém. O que existe é alguém ou alguma entidade, que todos conhecemos, preocupada em desmantelar a organização nacional, para dominar depois, implantando o regime bolchevista. Para isso se utilizando do maior número possível de incautos. Mas é preciso que fique claro que não somos contra a Reforma Agrária nem contra a criação do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura. Ninguém se bate contra a melhoria do homem do campo. Pelo contrário. Mas o que estamos vendo é outra coisa. É a organização da baderna. Como se vê, o problema não é local, mas nacional, porque ideológico. Haja vista ser dirigido pelo jornalista comunista Carlos Olavo da Cunha Pereira.*

Vejamos agora o que diz o Bispo Diocesano de Governador Valadares, Dom Hermínio Malzone Hugo (cuja diocese abrange 26 municípios e meio milhão de almas):

*O que está acontecendo em Governador Valadares, outra coisa não é que a exploração por parte de uns poucos elementos. Poucos, mas atuantes, persistentes. Mas a intranquilidade só continuará se houver desinteresse dos responsáveis. Entretanto, graças a Deus, o ambiente na cidade é de calma.*

*Há descontentamento e vivemos algumas horas de inquietação, de nervosismo e de exaltação de ânimos. Mas passou e não há nenhuma luta ou revolta entre os homens do campo. O nosso povo é bom e amigo da paz. Tenho a convicção de que todos, camponeses e fazendeiros, querem as coisas dentro da lei justa. Aguardam-na, portanto, das autoridades competentes. Quero deixar clara esta ideia: violência, derramamento de sangue, insubordinação da ordem é pensamento que todos afastam.*

Chefiando a luta dos sem-terra, um nome vem-se destacando em Governador Valadares: Francisco Rodrigues da Paixão, um sapateiro, claro, de 32 anos, casado, pai de 4 filhos. Afinal quem é esse Chicão? Carlos Olavo afirma:

*É um líder mesmo, dos trabalhadores. Desses que surgem com capacidade de liderança. Seus liderados são até capazes de morrer por ele. Pode não ter cultura, mas é um homem inteligente, além de corajoso e decidido.*

### **Calma de Valadares é Apenas Aparente**

Para o Cel. Altino Machado, Chicão é apenas um instrumento manobrado por Carlos Olavo.

Quando indagado a respeito de Chicão, o Cel. Pedro Ferreira – sem responder – tirou um documento do bolso, assinado pelo Sr. Oscar Ribeiro Fontes, de Conselheiro Pena, onde se lê, entre outras coisas:

*Declaro de plena consciência e com absoluta segurança que o indivíduo Francisco Rodrigues da Paixão, conhecido como Chicão, que veio de Man-tena e esteve por algum tempo nesta cidade (Conselheiro Pena), em fins de 1952, furtou do abaixo-assinado várias peças próprias para se fazer calçados, bem como várias ferramentas de sapateiro, sendo o furto descoberto e apreendido pela Polícia com o citado indivíduo. Francisco Rodrigues, o Chicão, depois de passar uns dias na cadeia, foi obrigado a deixar Conselheiro Pena por ser mau elemento, não mais voltando à cidade.*

A declaração foi autenticada no Cartório Juarez Ferraz, com firma no Tabelião Penafiel, Rua do Ouvidor, 58 – Guanabara.

Apesar de não ser o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura, é muito mais do que “*assessor*”: é o chefe de fato. Tanto que abandonou a profissão de sapateiro, para só cuidar do Sindicato, que já conta com duas mil e trezentas pessoas inscritas. Para isso recebe uma ajuda de 15 mil cruzeiros mensais dada por amigos seus – segundo disse.

No Sindicato as inscrições avolumam-se rapidamente, revelando eficiente trabalho de arrecimação. Em fins de março, segundo Chicão, o número de associados deverá atingir a doze mil, passando para 25 até a fim do ano, conforme espera. “*Todos de posse de uma gleba de terra*”.

Eis nosso diálogo com Chicão, assistido por um grupo de liderados seus, no interior do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura (instalado numa dependência de sua casa, no bairro Santa Teresinha: a mesma onde funcionava a sapataria):

**P.** *É verdade que o Sr. pretende comandar invasões de fazendas?*

**R.** *De nossa parte não há disposição de luta. Nós preferimos o caminho legal e confiamos nas autoridades constituídas. Nunca pensamos em desrespeitar a lei.*

**P.** *A reivindicação dos lavradores não vai além da posse de terras?*

**R.** *A terra para nós é o bastante. Mas o Governo prometeu dar ferramentas, adubos e até alimentação, se for necessário.*

**P.** *Haverá dificuldade para o pagamento das terras?*

**R.** *Não. O pagamento será feito a partir do 4º ano da posse, com vinte anos de prazo e pelo preço de custo.*

**P.** *Se o senhor é sapateiro, como se tornou líder de lavradores?*

**R.** *Até a idade de 23 anos trabalhei na roça. Era um trabalhador disputado. Meu pai tinha 300 alqueires de cultura, em Água Doce, Distrito de Mantena. Tínhamos 40 mil pés de café plantados lá. Éramos 11 irmãos. Cinco trabalhavam a terra, os outros eram pequenos. Em 1940 meu pai teve de entregar a fazenda por nove mil cruzeiros, obrigado por outros fazendeiros. Do contrário seria morto.*

**P.** — *Que fazendeiros?*

**R.** *Não me lembro. Nessa época era criança. Depois de grande, tentei recuperar a fazenda. Me ameaçaram matar. Eram terras devolutas no lugar chamado Itaúna.*

**P.** *O Sr. se considera um comunista?*

**R.** *Não sei o que é ser comunista. Sou petebista radical e janguista de coração.*

**P.** *Quais os objetivos básicos do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura?*

**R.** *É dar terra aos lavradores que não a possuem e que estão vivendo em condições miseráveis.*

**P.** *Haverá um sistema de prioridades?*

**R.** *Vamos selecionar as famílias mais numerosas e que vivem em maior dificuldade. Estas serão colocadas primeiro.*

O tom moderado das respostas de Chicão contrasta com a agressiva declaração feita por ele, no dia 1º de fevereiro, no 6º Batalhão de Infantaria de Governador Valadares, para vários oficiais da Polícia Militar (inclusive o comandante da unidade), um emissário do Exército, outro do Governador Magalhães Pinto e diversos jornalistas:

*Não faz mal que morram dois milhões de brasileiros nesta luta pela posse das fazendas. Nós iremos invadir as propriedades e faremos os fazendeiros engolir os caixotes de armas que possuem. Estamos cansados de esperar por uma solução pacífica e usaremos as nossas garruchinhas para reduzir à impotência os fazendeiros. Os reacionários, fazendeiros e banqueiros são ladrões e vão ficar sem as terras.*

O ingresso no Sindicato é simples: bastam dois retratos 3/4 e 200 cruzeiros. Não se exige nenhum documento e nenhuma prova de que o interessado é lavrador. A maioria dos associados, pelo que podemos observar, é constituída de antigos lavradores, que deixaram o campo em busca de melhor sorte na cidade. Sorte que nunca chegou: grande parte mora em favelas e muitos não têm nem teto para se abrigar, dormindo debaixo de pontes ou sobre as calçadas.

Mas agora toda essa legião de infelizes, que povoa os submundos de Governador Valadares, espera cobrir o vácuo de suas desilusões urbanas com as glebas prometidas pela SUPRA. Jogam tudo nesta cartada. Eis um ponto que exige a maior atenção: se isto acontecer não será difícil mobilizá-los para a invasão de fazendas. Afinal eles não têm nada ou muito pouco a perder.

Nos dias de maior tensão em Governador Valadares, após a visita do Presidente da SUPRA, Sr. João Pinheiro Neto, os boatos fervilhavam na região, falando sobre grande quantidade de armas que estariam sendo recebidas pelos fazendeiros e pelos homens de Chicão.

### **Rio Doce é Agora um Vulcão: Pode Explodir a Qualquer Hora**

Mas nada ficou provado, nem de uma parte nem de outra. Carlos Olavo informou que os fazendeiros dispunham de metralhadoras de pé, esclarecendo que os próprios fazendeiros afirmaram isso.

O Cel. Altino Machado desmente:

*Eu ouvi isso a primeira vez pelo Carlos Olavo, no quartel do 6º BI. Disse, então, que nós havíamos recebido cem metralhadoras de pé e que podia até precisar onde elas se encontravam. E acrescentou que seu grupo estava nas mesmas condições do nosso.*

Outra notícia inquietadora: as supostas listas de morte, uma organizada pelos fazendeiros e outra pelo grupo de Chicão. Os Coronéis Altino Machado e Pedro Ferreira e todos os fazendeiros ouvidos negam peremptoriamente que tenham cogitado matar alguém.

Carlos Olavo e Chicão fazem a mesma negativa com igual ênfase.

Em Valadares não existe mais a mesma tranquilidade de antes, porque todos sabem que o desespero dos sem-terra, liderados por Chicão, poderá explodir de repente. Por enquanto eles esperam a distribuição de terras, alvoroçados pelas promessas do Presidente da SUPRA. Entretanto, se isto não acontecer, a decepção e a revolta poderão fazê-los acompanhar Chicão ou outros líderes no assalto às fazendas.

Aí, então, correrá sangue, porque os fazendeiros se dispõem a jogar até as vidas na defesa de suas propriedades, trocando a amena liderança do Cel. Altino Machado pelo agressivo comando do Cel. Pedro Ferreira, que construiu uma legenda de bravura, combatendo os temíveis pistoleiros do Vale do Rio Doce.







O Cruzeiro nº 24, Rio de Janeiro, RJ  
Sábado, 21.03.1964



A Esquerda Fugitiva (David Nasser)



**Se** você vivesse numa terra como Minas Gerais, entenderia o que se passou lá. Eles acham muito bonito o direito de reunião e a liberdade de pensamento, desde que não sejam para suprimir a liberdade de pensamento e o direito de reunião.

**O MINEIRO** é, antes de tudo, um lógico.

*Ué, diz com a alma aberta de todo montanhês, se eles vêm aqui para subir na mesa e gritar que a democracia é uma lenda, eu simplesmente puxo a mesa.*

**O RACIOCÍNIO** do mineiro é quase bíblico. Oscila entre José de Arimatéia e José Alkmin. O mineiro sabe adaptar-se às coisas da terra. Sabe mineirar tudo. O Evangelho, traduzido por mineiro, teria forçosamente um lugar para Valadares, o único Benedito, segundo Capanema, que não é preto, nem santo, nem Benedito.

**Se** os homens, ao nascer, fossem marcados como bois, os mineiros seriam dispensados. Ninguém precisaria marcar um Ari Barroso, um Juscelino, um Sebastião Paes de Almeida, um Geraldo Carneiro. Recuando no tempo, José Aparecido de Oliveira, mesmo sentado na Ceia de Cristo de sacola na mão, seria identificado como mineiro. O próprio Magalhães Pinto, cuja fisionomia carregada parece aos outros brasileiros com a de um Almirante batavo, é, no conteúdo, no recheio de seu coração, todo feijão mulatinho. Todo lombo de Minas.

**Os** mineiros brigam na Câmara, brigam no Senado, brigam no Ministério, brigam pelas reformas, brigam contra as reformas, brigam por Juscelino, brigam contra Juscelino, mas dentro de casa ou seja, na

imensa paróquia que é Minas Gerais. Tancredo, o abominável fala ao ouvido de Magalhães, o indecifrável. Porque Minas Gerais é San Thiago Dantas, pode até ser Afonso Arinos, mas nunca seria Abelardo Jurema.

**Este é o cenário municipalista que, criado na Pátria vegetal de Carlos Drummond de Andrade, procurei esboçar, para que se pudesse entender, como entendo, a reação de Minas Gerais, primeiro ao comício da CUTAL, depois ao tal da Frente Comunista Nacionalista.**

**Minas não suporta os comunistas nem de frente nem de costas. Tem um horror físico a tudo que traz o chifre do diabo.**

**Pode ser que seja mania de beata, pode ser. Pode ser, como disse um comentarista de televisão, que o sentimento religioso do povo mineiro estivesse sob o impacto de uma exploração política. Pode ser que Minas Gerais, por um instante, fosse apresentada ao Brasil como uma velha freira com a cara do Oto Lara Rezende, rezando um terço.**

**Para mim que bebi na infância o leite de Minas Gerais como se estivesse mamando nas próprias tetas da liberdade. Minas Gerais é um estado de consciência. A teimosia de ser livre faz do mineiro um introvertido, embora o José Luiz Magalhães Lins, um mineiro extrovertido, diga que é para economizar até as palavras.**

**Sovina, se vocês quiserem, reacionário, se assim o desejam, o mineiro é o brasileiro médio. É o center-half da liberdade. Não sabe galopar como o gaúcho, não sabe falar como o baiano, não sabe produzir como**

o paulista, não sabe cantar como o carioca, mas, assim como todo romano, quando nasce, pode ser um futuro Papa, todo mineiro é um candidato nato à Presidência da República. Ou a Presidente do Atlético.

**Essa gente feliz vivia por lá, rezando o seu rosário, contando os seus juro, quando um gaúcho bagunceiro resolveu amarrar-se ao obelisco de Belo Horizonte, sem saber que Belo Horizonte não tem obelisco. O obelisco humano de Belo Horizonte é o Jorge Carone, um prefeito que é mistura de Juscelino, Israel Pinheiro e Ben Bella. Maus psicólogos, os aventureiros imaginaram vingar-se do que a cidade leal e democrática fizera aos cubanos, checos, chineses, russos e outros representantes das nações escravizadas. "Vamos mostrar a esses carolas que mineiro não é de nada" – disse Brizola à sua trupe. E a cavalaria revolucionária pôs-se em marcha para ocupar a praça fácil de Belo Horizonte.**

**O**que aconteceu, todo o Brasil já sabe Minas se levantando como uma só pessoa contra a reunião subversiva. E a caravana vermelha, pondo-se em fuga, deixando atrás de si as armas de guerra que alguns oficiais, sargentos e praças da Marinha e da Aeronáutica, vergonhosamente transformados em capangas do agitador, haviam levado para assustar os mineiros. Mas, como mineiro só se assusta com cheque sem fundo, as metralhadoras foram apreendidas, as pistolas ".45" também – e a turma voltou no primeiro avião, enquanto o baderneiro-mor dizia aos seus capangas: "Vamos embora daqui senão morre todo mundo".

**V**oltou com uma certeza: o mineiro tem atributos invisíveis. O mineiro é o Sargento York da democracia.

Não encomenda coragem à fábrica Taurus, não arrota valentia, mas na hora do pega pra capar, mineiro não é bode de gaiola – é homem mesmo. Se a cegonha que conduzia Denner, símbolo de uma época, sobrevoou a Mantiqueira, alguém lhe deu fôlego para continuar a viagem.

**M**inas tem seus senões. Mas é autêntica. É brasileira. É católica. Padre que nasce em Minas tem de ser padre mesmo, de dizer missa em latim, batizar fora de hora, recolher-se antes do Ângelus. Nos meus tempos de criança, os coroinhas saíam com umas matracas de pau fazendo um barulho danado para espantar o diabo. Agora, fizeram o mesmo, os católicos de Belo Horizonte, com os pregoeiros da revolução e da desordem. E se as matracas não silenciassem – os heróis da Esquerda Fugitiva a estas horas estariam atravessando Paso de los Libres, de calças na mão.

David Nasser





David Nasser:

# A ESQUERDA

**S**E você vivesse numa terra como Minas Gerais, entenderia o que se passou lá. Eles acham muito bonito o direito de reunião e a liberdade de pensamento, desde que não sejam para suprimir a liberdade de pensamento e o direito de reunião.

**O** MINEIRO é, antes de tudo, um lógico. "— Ué — diz com a alma aberta de todo montanhês —, se eles vêm aqui para subir na mesa e gritar que a democracia é uma lenda, eu simplesmente puxo a mesa."

**O** RACIOCÍNIO do mineiro é quase bíblico. Oscila entre José de Arimatéia e José Alkmmim. O mineiro sabe adaptar-se às coisas da terra. Sabe mineirar tudo. O Evangelho, traduzido por mineiro, teria forçosamente um lugar para Valadares, o único Benedito, segundo Capanema, que não é prêto, nem santo, nem Benedito.

**S**E os homens, ao nascer, fôsem marcados como bois, os mineiros seriam dispensados. Ninguém precisaria marcar um Ari Barroso, um Juscelino, um Sebastião Paes de Almeida, um Geraldo Carneiro. Recuando no tempo, José Aparecido de Oliveira, mesmo sentado na Ceia de Cristo de sacola na mão, seria identificado como mineiro. O próprio Magalhães Pinto, cuja fisionomia carregada parece aos outros brasileiros com a de um almirante batavo — é, no conteúdo, no recheio de seu coração, todo feijão mulatino. Todo lombo de Minas.

**O**S mineiros brigam na Câmara, brigam no Senado, brigam no Ministério, brigam pelas reformas, brigam contra as reformas, brigam por Juscelino, brigam contra Juscelino, mas dentro de casa, ou seja, na imensa paróquia que é Minas Gerais, Tancredo, o abominável, fala ao ouvido de Magalhães, o indecifrável. Porque Minas Gerais é San Thiago Dantas, pode até ser Afonso Arinos, mas nunca seria Abelardo Jurema.

**É**STE é o cenário municipalista que, criado na pátria vegetal de Carlos Drummond de Andrade, procurei esboçar, para que se pudesse entender, como

entendo, a reação de Minas Gerais, primeiro ao comício da CUTAL, depois ao tal da Frente Comunista Nacionalista.

**M**INAS não suporta os comunistas nem de frente nem de costas. Tem um horror físico a tudo que traz o chifre do diabo.

**P**ODE ser que seja mania de beata, pode ser. Pode ser, como disse um comentarista de televisão, que o sentimento religioso do povo mineiro estivesse sob o impacto de uma exploração política. Pode ser que Minas Gerais, por um instante, fôsse apresentada ao Brasil como uma velha freira, com a cara do Oto Lara Resende, rezando um terço.

**P**ARA mim, que bebi na infância o leite de Minas Gerais como se estivesse mamando nas próprias tetas da liberdade, Minas Gerais é um estado de consciência. A teimosia de ser livre faz do mineiro um introvertido, embora o José Luiz Magalhães Lins, um mineiro extrovertido, diga que é para economizar até as palavras.

**S**OVINA, se vocês quiserem, reacionário, se assim o desejam, o mineiro é o brasileiro médio. É o center-half da liberdade. Não sabe galopar como o gaúcho, não sabe falar como o baiano, não sabe produzir como o paulista, não sabe cantar como o carioca, mas, assim como todo romano, quando nasce, pode ser um futuro papa, todo mineiro é um candidato nato à Presidência da República. Ou a Presidente do Atlético.

**É**SSA gente feliz vivia por lá, rezando o seu rosário, contando os seus juro, quando um gaúcho bagunceiro resolveu amarrar-se ao obelisco de Belo Horizonte, sem saber que Belo Horizonte não tem obelisco. O obelisco humano de Belo Horizonte é o Jorge Carone, um prefeito que é mistura de Juscelino, Israel Pinheiro e Ben Bella. Maus psicólogos, os aventureiros imaginaram vingar-se do que a cidade leal e democrática fizera aos cubanos, checos, chineses, russos e outros representantes das nações escravizadas. "— Vamos mostrar a êsses carolas que mineiro não é de nada" — disse Brizola a sua tropa. E a cavalaria revolu-

# FUGITIVA



ARMAS GLO. 7545 de Brasil, que defenderam o liberdade nos campos de Itaipá, foram crimonosamente bradas por militares de Armatória e de Marinha, transformados em capangas de Leonel Brizola e sua "tropa". Essas armas, deixadas no fogo de- balado, foram apreendidas pela polícia mineira e depois devolvidas aos seus legítimos donos, para que tenham melhor utilização.

Foto: "Tribuna de Imprensa"

cionária pôs-se em marcha para ocupar a praça fácil de Belo Horizonte.

**O** QUE aconteceu, todo o Brasil já sabe. Minas se levantando como uma só pessoa contra a reunião subversiva. E a caravana vermelha, pondo-se em fuga, deixando atrás de si as armas de guerra que alguns oficiais, sargentos e praças da Marinha e da Aeronáutica, vergonhosamente transformados em capangas do agitador, haviam levado para assustar os mineiros. Mas, como mineiro só se assusta com cheque sem fundo, as metralhadoras foram apreendidas, as pistolas "45" também — e a arma voltou no primeiro avião, enquanto o baderneiro-mor dizia aos seus capangas: "Vamos embora daqui senão morre todo mundo".

**V**OLTOU com uma certeza: o mineiro tem atributos invisíveis. O mineiro é o Sargento York da democracia. Não encomenda coragem à fábrica Taurus,

não arrota valentia, mas na hora do pega pra capar, mineiro não é bode de gaiola — é homem mesmo. Se a cegonha que conduzia Denner, símbolo de uma época, sobrevoou a Mantiqueira, alguém lhe deu fôlego para continuar a viagem.

**M**INAS tem seus senões. Mas é autêntica. É brasileira. É católica. Padre que nasce em Minas tem de ser padre mesmo, de dizer missa em latim, batizar fora de hora, recolher-se antes do Ângelus. Nos meus tempos de criança, os coroinhas saíam com umas matracas de pau fazendo um barulho danado para espantar o diabo. Agora, fizeram o mesmo, os católicos de Belo Horizonte, com os pregoeiros da revolução e da desordem. E se as matracas não silenciassem — os heróis da Esquerda Fugitiva a estas horas estariam atravessando Paso de los Libres, de calças na mão.

DN

## **Rosário Contra Brizola**

De repente, os tranquilos mineiros perderam a paciência e, tomados de ira, revoltaram-se contra a manifestação esquerdista e revolucionária comandada pelo gaúcho Brizola. De rosário em punho, milhares de pessoas, homens e mulheres, saíram às ruas de Belo Horizonte, invadiram o anfiteatro onde se realizaria o comício brizolista, cadeiras voaram, gente ferida, correrias, numa impressionante demonstração do antiesquerdismo brasileiro.

### **Guerra das Cadeiras Começou na Base dos Gritos e das Preces**

Os da direita se reuniram, na noite anterior, no salão da Secretaria de Saúde e Assistência, mesmo local marcado para a concentração que, vinte e quatro horas depois, deveria ser realizada pelo modesto elenco esquerdista, liderado pelos Deputados Leonel Brizola, Max da Costa Santos, Neiva Moreira e Almino Afonso.

*“Não deixaremos que aqui venham fazer pregações revolucionárias”,* foi a decisão tomada sob palmas. Manhã seguinte, carros com alto-falantes conclamavam o povo, e principalmente as mulheres, para a reação. O ambiente se tornara tenso, o que determinou o cerco da Secretaria de Saúde, pela Polícia Militar, por ordem do Governador do Estado. Seria garantida a realização do comício. Surgiram, à tarde, os primeiros cartazes e faixas com os dizeres *“Sumam os Comunistas”, “Abaixo os Gorilas”*.

Quando a noite caiu, as perspectivas do entrechoque, até então tensas, se tornaram sombrias. De um lado,



e em número consideravelmente maior, situaram-se os manifestantes que ali foram para impedir a anunciada “*concentração reformista*”. De outro lado, estavam elementos extremistas que desejavam penetrar no auditório para ouvir os seus representantes. A partir daí, impotente para conter a massa popular, deslocou a polícia o cordão de isolamento, que antes tomava todo o quarteirão, para a entrada da Secretaria de Saúde. Até a chegada de Brizola e seus adeptos, repetiram-se, a todo momento, cenas de correrias, vaias e aplausos, num tumulto era que houve pancadarias, tiros e numerosos feridos, entre os quais o Deputado estadual Sinval Bambina e o suplente de vereador Dimas Perrin, ambos da linha esquerda.

Admoestado, em Palácio, sobre o risco da aventura, Brizola reafirmava a sua disposição de falar aos mineiros “*nem que precisasse de dar uns tirinhos*”. E efetivamente, pouco antes de o parlamentar chegar até o auditório, davam entrada no recinto o 1º Tenente José Leite Costa Filho e os Sargentos Wilson Vieira Costa, Washington Elins de Almeida e Gabriel Salvador de Lima, todos do Corpo de Fuzileiros Navais, já punidos pelo Almirante Aragão, conduzindo, dentro de maletas cinza duas metralhadoras, três pistolas de calibre “.45” e dois revólveres de igual calibre, armas privativas das Forças Armadas.

Eram os primeiros guarda-costas do deputado gaúcho, que exibiam, para entrar sem sofrer revista por parte dos policiais, identidades de oficiais. Com trânsito livre, carregaram o armamento bélico até o palco, onde pouco depois iria o Coronel José Pereira, comandante do Policiamento Ostensivo, apreender as armas.

Sob vaias e gritos de "*Viva Lacerda*", e também de palmas, momentos depois chegavam, fortemente escoltados por elementos da Polícia Militar, Brizola e seus seguidores, entre os quais figuravam também "*padre*" Alípio e o Deputado Paulo de Tarso. O séquito do parlamentar gaúcho não chegou a penetrar no auditório.

La dentro, terço à mão e ajoelhadas, senhoras da Liga Democrática, que momentos antes ocupavam as cadeiras onde deveriam sentar-se os oradores, começaram a rezar o terço em voz alta, junto com o Padre Caio de Castro, da paróquia da cidade de Diamantina.

Formou-se, então, um tumulto tão grande que, iniciada uma revolução de cadeiradas entre as alas da direita e da esquerda, teve a Polícia de lançar mão de bombas de gás lacrimogêneo para fazer evacuar o recinto. Mesas foram quebradas, cadeiras arrancadas, numa reação jamais presenciada em Minas. Impedidos de realizar o comício, tal qual planejaram, Brizola e seus partidários subiram pelas escadas laterais do saguão da Secretaria de Saúde, onde cada qual, sob vaias ensurdecedoras da direita e gritos da esquerda, tentaram gravar seus discursos, para a emissora Mayrink Veiga, cujos aparelhos e cristais destinados à transmissão direta foram quebrados pelo povo.

Trinta minutos após ter chegado, o deputado gaúcho teve que se retirar, indo diretamente para o aeroporto, num carro cujo motorista foi subjugado pelo revólver que Brizola conduzia. Porque o dirigente esquerdista tinha pressa, e muita pressa (por motivos imperiosos) em voltar para o Rio.



TERÇOS suspiram no local de realização da concentração dentro de que querem fazer a reconstrução esquerdista.

## ROSÁRIO CONTRA BRIZOLA

TEXTO DE JOSÉ FRANCO FOTOS DE LUÍZ ALFREDO

De repente, os tranqüilos mineiros perderam a paciência e, tomados de ira, revoltaram-se contra a manifestação esquerdista e revolucionária comandada pelo gaúcho Brizola. De rosário em punho, milhares de pessoas, homens e mulheres, saíram às ruas de Belo Horizonte, invadiram o anfiteatro onde se realizaria o comício brizolista, cadeiras voaram, gente ferida, correrias, numa impressionante demonstração do antiesquerdismo brasileiro.

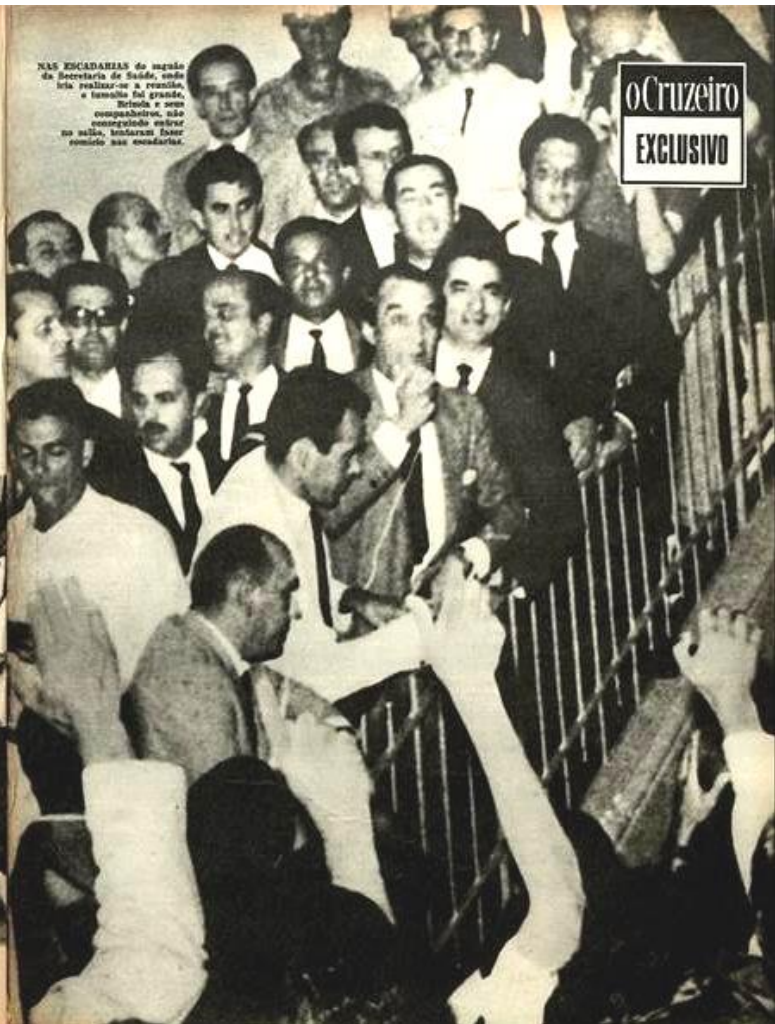
# NOITE DAS CADEIRADAS



O PADRE Ceto de Castro salúta à frente do grupo de senhoras e jovens católicas que resistiram, apedrejadas e resando o terço, à reunião da FNP.

© GEMELLI, 11 - 1 - 1964

NAS ESCADARIAS do saguão da Secretaria de Saúde, onde iria realizar-se a reunião, Brizola e seus companheiros, não conseguindo entrar na sala, tentaram fazer comício nas escadarias.



o Cruzeiro  
EXCLUSIVO



*TUDO acontece no palco. Os comunistas entraram pela esquerda. Mas desde o começo do ritual demonstraram que tinham entrado sem a necessidade brava ideológica que sempre apreçoem.*



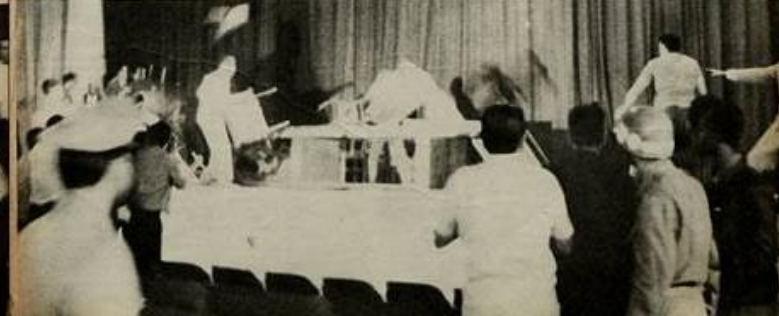
*AOs primeiras embates com os que reagiam aos seus ataques, os vermelhos amareleciram. Ficaram em cena por horas de firma... lucrando-se como podiam dos que proíbem a subversão.*



*NAG ficou uma cadeira estreme. As que estavam a mão foram aproveitadas para a festa do jardim. A quando e quando, um comunista se põe o auditório e se transforma em espectador.*



*OS ULTIMOS saentes da pregação revolucionária desatiram de vez quando chegou a Polícia. Bombas de gás lacrimogéneo passaram-nos a chorar sobre o erro de pretenderem a agitação...*







O Cruzeiro nº 25, Rio de Janeiro, RJ  
Sábado, 04.04.1964



O Menino da SUPRA (David Nasser)



**N**ão me parece mau esse garotão da Supra, o João Pinheiro Netto, vendendo a sua mensagem agrária com a desenvoltura de um excelente relações públicas de uma empresa falida. É um moço inteligente, quem sabe um rapaz bem intencionado, e o mostuário que leva não é desprezível. Muitos dos seus argumentos são válidos e usados pelos próprios opositores das soluções radicais que ele, o elegante de Ipanema, preconiza para a tragédia agrária brasileira. Infelizmente, é certo que muita terra permanece improdutiva, nas mãos dos especuladores. Desgraçadamente, é verdade que, por esses Brasis afora, milhares de lavradores precisam de terra – e a generosidade do Executivo, transformado em legislador, talvez lhes dê o chão para plantar. Há muita exploração, muita insensibilidade, muita falta de sentimento nos corações de velhos senhores de glebas tituladas.

Mas (e aqui vejo que o jovem Pinheiro Netto é um primário ou não acredita no que diz) as medidas que ele aconselhou ao Presidente – jamais poderiam vir à luz desacompanhadas, incomplementadas de uma regulamentação que desse o mais importante ao lavrador, mais importante que a terra: os recursos para fecundá-la. A terra para o lavrador, digamos assim, é como o ventre. Seu trabalho é o desejo. Mas o crédito é o instrumento com que ele verdadeiramente a possuirá.

**D**irá o moço iluminado que o resto virá depois. Que este é o primeiro passo. Mas o primeiro passo também teria sido o projeto Milton Campos, o substitutivo Aniz Badra, que equacionam a Reforma Agrária, sem reformar a Constituição. Desapropriar terra com pagamento prévio em dinheiro é impossível – argumenta, com razão, o sinhozinho da Supra.



Mas de que maneira serão desapropriadas as terras com o histórico decreto da Supra? A dinheiro. Se a Supra usará o mesmo recurso do pagamento em espécie – constituindo-se no primeiro passo, na medida mais positiva, ou antes, na única medida para a Reforma Agrária – por que, então, valendo-se da boa vontade manifesta do Parlamento, não se aceitou o seu ruivo estatuto como um primeiro passo mais largo e mais legal? No momento em que ficasse provada a impossibilidade da desapropriação em dinheiro – talvez já estivéssemos numa fase mais calma – e a Câmara e o Senado, temerosos de tocar na atual virgindade da Constituição, avançariam mais, ousariam mais, cederiam mais.

● Senado e a Câmara, nesta legislatura, tem-se comportado com a dignidade de um parlamento romano, cabeça e glória da República. Não é admissível que, no caso das reformas, substituíssem o interesse da Pátria pelo interesse particular. O Estatuto do Trabalhador Rural foi obra parlamentar, do escoteiro maravilhoso de um ideal indefinido, o Deputado Fernando Ferrari – e descansou nas gavetas burocráticas dois anos a fio, até que, livre do pó, teve a sua regulamentação presidencial. Progredir é reformar – diz o jovem Pinheiro Netto – como se tivesse descoberto a penicilina. É mesmo. Todos, todos queremos as reformas, elas serão feitas, o Brasil precisa funcionar, mas não me parece lógico que se destrua o que existe, para se plantar, sobre o caos, uma boa ideia. Este País, quando Juscelino encerrou o seu governo contraditório, tinha um nível de crescimento superior a 7, o maior do Mundo. Desceu para um terço. A entrada de capitais parou, apesar de a Lei de Remessa de Lucros disciplinar e garantir o investimento estrangeiro. Não foi apenas o investimento

estrangeiro que sumiu, mas o nacional também. Só um débil mental (e ainda existem alguns por aí) se atreve a enterrar dinheiro vivo em uma democracia que parece morta. A confusão da pirotécnica agrária imobiliza o homem do campo. Ele teme plantar, ele teme comprar bois, ele teme fazer a sua terra viver, porque teme que, amanhã, um sapateiro como Chicão venha ocupá-la.

**A** propaganda intensa, frenética, maciça, cruel, deturpou a imagem do homem do campo ante os olhos nacionais. Existem os maus, os insensíveis, os exploradores, como noutras áreas, mas, para esses, aí está a lei para ser cumprida. A grande, a absoluta maioria dos fazendeiros é constituída de homens bons, amigos de seus colonos, sócios de seus lavradores – numa parceria agrícola que só o açodamento do moço da Supra em apresentar o problema generaliza como um mau negócio. O fazendeiro entra com a terra, a aração, a gradeação, custeia o adubo, o inseticida – e se chove ou se não chove muito, pois ele, o homem do campo, é o industrial que não trabalha debaixo do telhado – se tudo ajuda, ele desconta apenas o custo do adubo, procedendo a uma divisão da qual ele fica, sem dúvida, com a menor parte. Perguntem a Jango – que é fazendeiro e planta arroz – se lhe toca na meação mais de 20%. O problema, em grande parte do Brasil, não é a terra. É o meio para usá-la. E esse, a não ser em certas áreas de crédito do Banco do Brasil, se não existe para o homem que já possui terra, que dirá para o homem que ainda terá de pagá-la. Essa foi, a meu ver, a principal falha do decreto da Supra, além do seu aspecto eminentemente político.

**O** presidente João Goulart teve o mérito de agitar o problema agrário – e terá, certamente, a virtude de

não monopolizá-lo. Senadores e deputados deviam ter aceito com um sorriso a faca que o Presidente, segurando-a pela lâmina, estava a lhes dar para que fizessem todas as reformas, menos a reforma do capítulo das inelegibilidades.

Qualquer dos candidatos que vêm aí – Lacerda, Juscelino ou Adhemar – acredita nas verdades que o diligente moço da Supra diz, quando insiste na indispensabilidade de reformar para progredir. Mas, até isto não está no decreto da Supra, está na Carta de Pero Vaz de Caminha.

David Nasser

### **A Agonia da Classe Média (Texto de Nilo de Oliveira)**

A classe média brasileira, estrangulada pela espiral inflacionária, está agonizando. A alta incontrollada dos preços sufoca, dia a dia, os lares da classe média, determinando o desequilíbrio total de seus orçamentos. Para restabelecer a normalidade, já que o trabalho feminino, fora de casa, foi, também, absorvido pelo torvelinho inflacionário, só lhes resta o recurso do corte de bens de consumo, da eliminação integral dos divertimentos e do trabalho excessivo.

Nesta reportagem mostramos como e por que a classe média está morrendo, está sendo eliminada da estrutura social brasileira, por um processo impiedoso. E quando a classe média sofre, caminha para o esmagamento, o perigo revolucionário está à vista.

● trabalho da mulher, fora do lar, foi determinado mais pelo desejo de melhoria de padrão de vida que

pela ânsia de libertação da dependência econômica do homem. No princípio, este trabalho deu, realmente, oportunidade à classe média de elevar sua capacidade aquisitiva, já que a mão-de-obra de trabalho doméstico era barata. Hoje em dia não há doméstica que trabalhe por menos de Cr\$ 25.000,00 mensais, em média, com casa e alimentação, o que eleva o custo de uma empregada para Cr\$ 50.000,00. Ora, a média salarial das funcionárias públicas, que representam grande parte da classe média, é, no momento em que escrevo esta reportagem de Cr\$ 45.000,00, tornando-se, assim, deficitário seu trabalho. Portanto, na receita mensal de uma família da classe média, não devemos incluir o produto do trabalho feminino, porque este foi absorvido por uma despesa que deixamos de computar.

**A** relação de despesas que apresentamos foi tirada dos cadernos de uma dona de casa, cuja família é constituída de cinco pessoas. Fizemos as compras para atualizar os preços e fotografamos a mercadoria. É bem possível que quando esta Revista estiver circulando, os preços dos gêneros alimentícios e dos bens de consumo domésticos já estejam desatualizados, tal a situação calamitosa em que o País chegou graças à inflação. Podemos dizer, sem nenhum intuito sensacionalista, que grande parte do povo brasileiro já não luta para viver e sim para sobreviver. Resolvemos tomar por base a classe média, para um levantamento de custo de vida, porque esta é, realmente, a que mais sofre o impacto inflacionário. O salário-mínimo foi elevado nos grandes centros para Cr\$ 42.000,00, enquanto 40% do funcionalismo público estão recebendo menos de que o salário-mínimo. Há uma diferença de preços muito acentuada entre o comércio dos núcleos populacionais operários e o dos

bairros onde vive a classe média. Do mercado de Madureira para as feiras em Copacabana, os preços variam, em média, de Cr\$ 60,00 por dúzia ou quilo de cada gênero.

**O** governo Federal, através do Ministro da Justiça, Sr. Abelardo Jurema, esforça-se para colocar um paradeiro à ação desenfreada de certos comerciantes que, sem noção alguma da gravidade da situação em que vivemos, procuram tirar vantagens ilícitas das dificuldades do povo. Foi criado o Comissariado de Defesa da Economia Popular, órgão da Polícia Federal, que já está agindo em todo o território nacional, fazendo levantamentos e planificando seu trabalho. Na Guanabara, o Comissariado, sob a chefia do Sr. Dares de Araújo e do Detetive Oswaldo Santos, já está agindo ostensivamente. A Ilha das Flores foi transformada em prisão federal e para lá serão encaminhados todos exploradores do povo. O Sr. José Pires de Sá, Diretor do Departamento do Interior e Justiça, está fazendo instaurar processo de expulsão de todos os estrangeiros que estão sendo apanhados em delito de economia popular. O primeiro estrangeiro a ser expulso do Brasil é o português João Gomes Alves da Cunha, gerente de uma padaria em Copacabana, que foi preso pela Polícia Federal, por esconder mercadorias em sua residência. A prisão administrativa por 90 dias, prazo para conclusão do respectivo processo deste estrangeiro, já foi providenciada pelo Sr. José Pires de Sá.

**Nos** cálculos de despesas da classe média o cálculo do aluguel e condomínio foi feito pelo mínimo. Aliás, seria bom que o Comissariado de Defesa de Economia Popular voltasse suas vistas para o problema do con-

domínio, procurando fiscalizar, quando houver queixas, e estas serão muitas, a ação de muitos síndicos e de certas companhias administradoras que não agem corretamente com o inquilino e proprietário. A média salarial da classe média é, segundo dados que levantamos, de Cr\$ 80.000,00. Se a despesa ascende à casa de Cr\$ 165.823,00, é justo que se conclua que a classe média está agonizando. Se ela não desapareceu totalmente do panorama social, é porque tem usado do recurso de se privar de muitos bens de consumo e de entretenimentos. As donas de casa, que trabalham fora do lar, não têm mais empregadas, aumentando desmesuradamente suas jornadas de trabalho. Assim é que a classe média luta desesperadamente para sobreviver.

● operariado brasileiro, embora sofrendo também as consequências do alto custo de vida, não recebe os efeitos do mesmo de forma tão cruel como a classe média, pois enquanto o operariado tem melhorado seu padrão de vida, conquistando acesso a muitos bens, a classe média atravessa um processo de privação dos que já havia conquistado. O endividamento progressivo da classe média, através de compras a prestação e outros artifícios, é um fator de prolongamento de sua agonia. Ultimamente, no Estado da Guanabara, está surgindo um comércio singular: venda a prestação de gêneros alimentícios. Se não se pode pagar hoje o alimento que se consome, como se poderá fazê-lo amanhã? Esta modalidade de negócio é planejada para ser utilizada pelo funcionalismo público que, de modo geral, recebe seus aumentos de salários atrasados. A Polícia Federal está em plena ação no Estado da Guanabara. Prendeu alguns exploradores do povo na Rua do Acre. Tem-se mostrado

eficiente e compenetrada do problema que está enfrentando. Mas se o Governo Federal tem, realmente, o propósito de dar combate aos "tubarões", que dê recursos a esta Polícia para que ela possa defender o povo. O que não se pode exigir é que um detetive da Polícia Federal, que, em grande parte, ganha Cr\$ 42.000,00 por mês, possa, efetivamente, caçar e punir os especuladores. Pois ele também agoniza.







**O Cruzeiro n° 26 (Edição Extra), Rio de Janeiro, RJ  
Sexta-Feira, 10.04.1964**

— ← — 365 — 365 — → —  
**Edição Histórica da Revolução**



## **Saber Ganhar (David Nasser)**

**Agora**, eles sabem que a sua espada não é de pau, meu velho Capitão, e eu volto o pensamento até aquele quarto da casa paulista, onde as suas mãos trémulas escreviam a história deste país, dizendo-me: "*Péter plus haut que son cul*" (<sup>1</sup>).

**Agora**, eles sabem que a sua doença democrática só tinha este remédio. Deputado João Calmon, quando você, na sua admirável teimosia, recusava todo e qualquer acordo e desfraldava a bandeira suicida. Se teríamos que morrer vergonhosamente amanhã, que morrêssemos com honra, hoje.

**Agora**, eles sabem que as suas palavras não eram simples filigranas verbais Governador Carlos Lacerda, homem afirmativo, líder másculo, democrata autêntico, brasileiro enlouquecido de amor à sua Pátria – e que se desesperava ao vê-la conduzida ao curral das nações arrebanhadas. Meses a fio, exposto na primeira linha, combatente de vanguarda, sabendo que a cada esquina um novo perigo o esperava, você, meu bravo companheiro, só teve um guarda-costas: Deus. O capanga divino, que com a sua infinita sabedoria enguiçava o carro do Faz-Tudo, iluminava o espírito dos coronéis, cobria de lucidez a decisão dos paraquedistas, evitava a sua eliminação, o caminho aberto, supunham eles, para a fácil conquista de um resto de Pátria. Mas eles estavam enganados, sempre estiveram enganados, continuam enganados. Nenhum de nós era essencial, qualquer de nós, bem ou mal, seria substituído, mesmo você, grande e insubstituível Carlos Lacerda. Não se matam ideias.

---

<sup>1</sup> Peidar mais alto que a sua bunda. (Hiram Reis)

**Agora**, eles sabem que a sua intransigência democrática, Jovem Adhemar de Barros, moço governador de uma terra indomável, agora eles sabem que a fé o rejuvenesceu, o espírito de luta o retemperou, e você, moço Adhemar, sejam quais forem os erros do passado, a todos redimiu na bravura de sua última jornada. Mil vezes você, com todos os pecados, Adhemar, diabo velho! Mil vezes você que aquele falso honrado, Jânio Quadros, até agora escondido debaixo da cama, à espera de que a última cidadela se renda, que o último homem se defina. Ah, tivéssemos nós ensarilhado as armas, tivéssemos nós tido piedade dos canalhas, tivéssemos nós permitido com o nosso silêncio que eles voltassem – e quem se encontraria, agora, no governo de São Paulo? A cachaça cívica, o fauno de Adelaide, o entreguista Jânio Quadros, responsável primeiro pela guinada do Brasil para o Oriente, aliado dos comunistas, traidor de sua Pátria. Graças a Deus, à Providência de que nos fala Adhemar, como o instrumento divino, foi buscar no museu dos canastrões, o canastrão maior – você velho, passado, cansado, desonrado, reabilitado, contestado, esquartejado, encarcerado, processado, libertado, envergonhado, ressuscitado, reabilitado – e agora nunca demais exaltado Adhemar de Barros. A História, se alguma verdade houve no balanço das seus erros, a História o passou por seu banheiro carrapaticida. E o futuro o julgará pela importância de sua luta na redemocratização de sua Pátria.

**Agora**, eles sabem que a sua coragem não se conta pelos fios de cabelo, ó indecifrável Magalhães Pinto, mineiro silencioso, patriota humilde, general sem farda de um dos movimentos mais perfeitos da história revolucionária. O Brasil nunca se esquecerá que o primeiro grito foi seu, o primeiro gesto de um ballet inesquecível, o primeiro passo da longa marcha democrática.

**Agora**, eles sabem que os três anos de silêncio do General Mourão não significavam três anos de capitulação, mas três anos de conspiração, três anos de prudência, três anos de silêncio – para o grande despertar da nacionalidade. Alguns Generais que pareciam anestesiados – hoje o sabemos – estavam apenas de vigília. Luiz Guedes, Castello Branco, Costa e Silva, Décio Escobar. Correia de Melo, tantos Generais, tantos Brigadeiros, tantos Almirantes jurados na intransigente defesa da democracia brasileira.

**Agora**, eles sabem que aquelas medalhas exibidas pelo General Amaury Kruel não eram de lata nem foram conquistadas noutro campo que não fosse o de honra. Eles sabem, meu bravo Kruel, acima de sua fidelidade a um homem, você colocava a lealdade à sua Pátria ameaçada por um bando de canibais políticos.

**Sabíamos**, todos que estávamos na lista negra dos apátridas que se eles consumassem os seus planos, seríamos mortos. Sobre os democratas brasileiros não pairava a mais leve esperança, se vencidos. Uma mala de sangue, vermelha como eles, atravessaria o Brasil de ponta a ponta, liquidando os últimos soldados da democracia, os últimos paisanos da liberdade. Onde estaria Carlos Lacerda a esta hora? Onde estariam Adhemar, Calmon, Armando Falcão, Castello Branco, Mourão, Gustavo Borges, Anísio Rocha, Alkimin, Magalhães Pinto, Ney Braga, Costa e Silva, Décio Escobar, tantas, tantas vozes e tantas espadas que não se calaram, não se embainharam em todos esses longos meses da comunização do Brasil? Se outros fiassem os vencedores, não haveria contemplação.

**A** virtude da democracia está em saber ganhar. Em seu nome, em nome da Democracia, não se pode permitir que a injustiça se pratique em nome da Justiça, que sejam anulados, sem processo legal, os mandatos populares, que a Constituição seja rasgada em nome da Constituição.

**T**odos sabem o desprezo vegetariano que voto a certos homens fistulizados que compunham o cerne desse governo que caiu. Mas – advertiu na sua cristalinidade política o próprio Governador da Guanabara – um democrata autêntico não odeia um homem, odeia uma ideia. Odeia, não a figura ridícula de um ministro comendo feijoada e bebendo enquanto a lama corria sob os pés de um regime vilipendiado. Odeia, não os gestos febris de um adolescente político saído de uma taba espiritual para a Casa Civil da presidência. Odeia, não aquelas figuras tenebrosas do CGT, aqueles pobres moços ensandecidos da UNE, aqueles sargentos equivocados, mas tudo o que a ideia que eles defendiam, honesta ou estupidamente, representava.

**N**ão é porque eram criminosos, que em criminosos vamos nos transformar. Não é porque representavam o totalitarismo, a radicalização, o que de mais vergonhoso, mais sórdido, mais brutal e mais brasileiro pudesse existir no Brasil que devemos nós, os democratas, pedir-lhes as armas e as usar com a mesma ausência, de liberalidade democrática. O que nos diferencia deles é justamente isto. O mesmo que diferencia a carniça que eles são do abutre que não somos.

**N**ão significa que os criminosos não devam ser punidos nem os responsáveis irresponsabilizados.

Significa que cada um pague pelo que fez, não pelo que foi. Ninguém tem culpa de ter sido Ministro de um governo legalmente eleito, constitucionalmente organizado. Ninguém tem culpa de ter sido ministro de João Goulart, nem mesmo o Senhor Abelardo Jurema.

**O** que me enoja não é ver os ratos tugirem do navio que se afunda, mas aqueles que ontem lhes comiam a comida, ajudar a matá-los.

**P**arte o Senhor João Goulart para Porto Alegre, para o Uruguai, para a Espanha, sem o meu ódio. Nunca consegui odiá-lo – e até hoje – permita-se a um adversário de suas ideias e de seus métodos confessar após o crepúsculo de um deus que tinha os pés de barro não o consigo odiar. Vejo-o ainda, no seu pequeno trono do Alvorada, como um pobre homem, incapaz de governar, de distinguir amigos de aproveitadores, inimigos de oponentes.

**C**aiu porque em seu espírito engarrafado pela mediocridade mais positiva deste País, nunca deixou de existir o estancieiro que contava os aliados como quem conta o gado no curral.

**C**aiu porque acreditou que aqueles que lhe faziam planos de continuísmo, acenando com o poder sindical, com o dispositivo militar, acreditavam no que diziam. E lutariam por tudo aquilo que o Senhor João Goulart acreditava. Mas o Senhor João Goulart não acreditava realmente em nada. A não ser na sua boa estrela, que era a estrela vermelha.

**R**ecuso-me a pisar sobre os cadáveres morais desses homens sobre os quais, com o risco da própria vida, dentro das limitações que me eram impostas por uma organização que eles ameaçavam destruir, tantas



vezes caminhei pela estrada que nos conduzia ao imprevisto de um fim melancólico ou de uma liberdade sonhada.

**N**ão será em nome dessa liberdade conquistada que iremos tripudiar sobre os vencidos. Aqueles que eram comunistas, continuarão a sê-lo, talvez com menos esperança. Aqueles que eram os pobres enganados dessa República – talvez abram os olhos, se os vencedores não procederem com a mesma fúria, o mesmo despotismo, a mesma insensibilidade daqueles que nem por isto deixaram de ser brasileiros e possivelmente democratas equivocados. A compreensão e a justiça talvez os ajudem a abrir os olhos.

**W**ilson Figueiredo conta que, em plena ocupação do velho órgão da Condessa, um fuzileiro pediu para telefonar para a mulher a quem não via há três dias de longa e sofrida prontidão. Não apenas deixaram o invasor telefonar, mas lhe serviram um cafezinho bem brasileiro. Nesse momento, também, o Brasil estava voltando a ser brasileiro.

**P**ois é esse cafezinho brasileiro que devemos servir aos que erraram por acreditar demais ou erraram por acreditar de menos. Respeitemos as suas famílias, as suas ideias falsas, e apuremos apenas os seus possíveis crimes. A menos que voltem a ser inimigos, a se se constituírem em vírus vivos – os inimigos vencidos deixam de ter nomes.

David Nasser



## **Fala aos Sargentos: Princípio do Fim**

**(Texto de Glauco Carneiro, Fotos de João Rodrigues)**

Perante mil sargentos das Forças Armadas e Auxiliares, o Sr. João Goulart, em violento discurso, pronunciado na noite de segunda-feira, tornou irreversível sua posição de esquerda e desencadeou, graças a essa definição, feita em termos candentes, a movimentação das forças que o derrubaram. Consideraram os chefes da revolta que, transigir mais com a posição ostensiva do Sr. Goulart, seria decretar a morte da democracia. O discurso de Jango, a 30 de março, foi o começo do fim.

### **Ênfase de Jango: ato Final**

Na opinião unânime dos chefes da "*Revolução Libertadora pela Democracia*", a reunião a que compareceu o Sr. João Goulart na noite de segunda-feira, quando acesas estavam ainda as paixões ocasionadas pela rebelião dos marinheiros, foi a gota d'água que fez transbordar o copo. E que houve nessa reunião?

Há alguns meses a Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Ministério da Justiça (a que optou pelo serviço federal) convidara o Sr. João Goulart para se fazer presente à festa do 40º aniversário da entidade, convite este adiado, a pedido do próprio Sr. Goulart, para outra oportunidade. Sentindo, porém, o presidente, que se avolumavam as críticas contra a sua orientação julgada "*quebrantadora da hierarquia e disciplina militares*", principalmente no caso dos marinheiros chefiados pelo Cabo José Anselmo, quis dar uma demonstração de força e prestígio junto aos escalões menores das Forças Armadas, aceitando a homenagem que lhe seria prestada pelos subalternos sediados na Guanabara, que aceitavam a sua orientação.

# FALA AOS SARGENTOS: PRINCÍPIO DO FIM

TEXTO DE GLAUCO CARNEIRO FOTOS DE JOÃO RODRIGUES



A ENTRADA de Jango no cinema no estuário de sustentação e sargento da Associação, que se reuniram no Alameda Cidreira. Na noite seguinte, o Presidente Goulart tomou das mãos de seu infamado oração, que atualizaram o rolê da subtração militar que o depôs.

Perante mil sargentos das Forças Armadas e Auxiliares, o Sr. João Goulart, em violento discurso, pronunciado na noite de segunda-feira, tornou irreversível sua posição de esquerda e desencadeou, graças a essa definição, feita em termos candentes, a movimentação das forças que o derrubaram. Consideraram os chefes da revolta que, transgrirem mais com a posição ostensiva do Sr. Goulart, seria decretar a morte da democracia. O discurso de Jango, a 30 de março, foi o começo do fim.



FALA a São, Jango. A sua direita o Ministro da Marinha, o Almirante José Inácio de Azevedo, o Presidente João Goulart, o Ministro Amador Silva e Espinha Machado e o General Genaro Mendonça.

A reunião da ASSPM realizou-se, portanto, com oradores inflamados e com discursos que repisaram, invariavelmente, a mesma tecla: reformas. E reformas nas próprias Forças Armadas. Chegou mesmo a ser vaiado o Sgt. Ciro Vogt, um dos oradores, que se atreveu a fazer reivindicações e agradecer ao Sr. Goulart benefícios prestados à classe dos sargentos. *Foi vaiado porque, conforme declarou, respeitava os regulamentos disciplinares e se sentia impedido de fazer declarações políticas.*

O discurso do Sr. João Goulart nessa reunião, realizada no Automóvel Clube, foi considerado pelos observadores como o mais violento de sua carreira, acusando seus adversários de subsidiados pelo estrangeiro e prometendo as devidas "*represálias do povo*".

A exaltação do ambiente, carregada ainda mais pela presença de agitadores comunistas, atingiu o auge quando da chegada do Almirante Cândido Aragão e do Cabo José Anselmo, tendo-se ambos abraçado sob os aplausos gerais. Anselmo quis falar à força na reunião, só sendo impedido por interferência direta do Gabinete Militar de Goulart.

Os chefes militares avaliaram a repercussão de uma reunião como essa, em que a hierarquia cedeu lugar a uma indisciplinada confraternização, e decidiram deflagrar a revolta. O discurso de Jango fora o último pronunciado como presidente.

### **Por que Jango Caiu**

O senhor João Goulart perdeu o jogo no momento em que, abandonando a tática da conciliação política, que prevaleceu nos dois primeiros anos de seu governo, preferiu comandar ostensivamente o esquema da esquerda radical que tinha numa entidade juridicamente ilegal, o Comando Geral dos Trabalhadores, o antro de suas atividades revolucionárias.

Chegando ao Poder pela sua extraordinária habilidade política, usada principalmente no amaciamento dos impulsos revolucionários do seu cunhado Leonel Brizola e de uma paciente e longa viagem da Ásia a Porto Alegre quando ganhou tempo para assumir de modo pacífico a presidência vaga com a renúncia de Jânio, o Sr. João Goulart passou a estruturar um dispositivo de segurança baseado em alguns oficiais de sua confiança pessoal.

Esse dispositivo teve que ser revisto mais de uma vez. As contingências do regime parlamentarista obrigaram o presidente Goulart a manter no Ministério da Guerra o General Nelson de Melo, notoriamente anti-comunista. Derrubado o sistema parlamentar de governo, através de uma intensa pressão política, sindical e militar, pôde, então, o Sr. João Goulart preparar o caminho para sua futura aliança total com as esquerdas.

A Marinha e a Aeronáutica passaram a ter, a partir do primeiro ano de governo presidencialista, comandos fiéis ao Presidente. O Ministério da Guerra foi entregue, então, ao General Amaury Krueel, amigo pessoal do presidente mas oficial tão anticomunista quanto o seu antecessor na Pasta. O Sr. Leonel Brizola iniciou, então, e vitoriosamente, uma intensa campanha, pelo rádio e televisão, contra a permanência de Krueel no Comando Geral do Exército.

O General legalista Jair Dantas Ribeiro foi convocado para assumir o Ministério da Guerra. Construiu, então, um esquema militar inteiramente legalista e anticomunista, substituindo mais de cem comandos em todo o território nacional. Para manter, porém, um dispositivo militar esquerdista, fiel às reformas econômicas que propunha e à sua futura aliança com a esquerda, o Sr. João Goulart levou para a chefia de seu gabinete

militar o General Assis Brasil. Aí começou a estruturação de uma ampla frente esquerdista, política, sindical e militar, sob a orientação direta da Casa Militar da Presidência.

A um ano e meio das eleições presidenciais o Senhor João Goulart recusava-se a conversar sobre a sua sucessão. O Sr. Juscelino Kubitschek, que seria o candidato natural do esquema governista, teve seu nome sumariamente vetado pelas forças esquerdistas mais radicais, que obedeciam ao comando do Deputado Leonel Brizola. Deu-se o esvaziamento da candidatura Kubitschek e o crescimento da candidatura Lacerda, na área oposta.

As lideranças políticas, inclusive as mais próximas do Presidente Goulart, passaram a desconfiar das intenções continuístas do chefe trabalhista. O PSD não lhe dava cobertura parlamentar para as reformas. A UDN liderava, no Congresso, a antirreforma. *Estruturava-se, assim, um dispositivo de defesa do regime democrático, que os principais partidos e vários governadores comandados por Adhemar e Lacerda puseram a funcionar inicialmente na área puramente política para, mais tarde, ganhar a consciência e o apoio das Forças Armadas.*

O governo fez várias tentativas de contenção desse dispositivo oposicionista. Mal aconselhado tanto política quanto militarmente, o Sr. João Goulart contava, apenas, com apoios populares, suportes sindicais e sua intuição e habilidade política para sobreviver. A inflação se agravava, desmoronavam-se os planos administrativos do governo. Necessário que o presidente apressasse sua aliança com as esquerdas, passasse a comandá-las ostensivamente a fim de ocupar o espaço de tempo, os dois meses que separavam a primeira quinzena de março da oficialização da candidatura de Lacerda, já marcada para princípios de



abril. Com a candidatura Kubitschek já lançada pelo PSD, restava ao Sr. João Goulart fazer a sua opção: ou marcharia com ela, ou concentraria seus esforços para a esquematização de uma candidatura esquerdista com tintas democráticas. Ele desprezou a solução eleitoral e decidiu romper a barreira da conciliação política, indo ao encontro das lideranças identificadas com o pensamento marxista.

Estaria absolutamente convencido o presidente Goulart de contar com apoios militares para essa jogada? Estaria certo de que as Forças Militares dariam cobertura, ao menos parcial, às teses defendidas pela esquerda radical e comunistas no palanque armado em frente ao Ministério da Guerra no dia 13 de março? O simples fato da presença do general Jair Dantas Ribeiro naquele palanque não autorizava a ninguém a acreditar que Exército, Marinha e Aeronáutica estavam solidárias com a nova posição do presidente da República.

*A partir do comício do dia 13 radicalizaram-se as posições políticas e as Forças Armadas começaram a sensibilizar-se.* O Decreto de desapropriações de terras, o do tabelamento dos aluguéis, o de encampação de refinarias de petróleo foram os dados menos importantes na crise que se armava. Para exercer a sua autoridade de presidente da República e para tomar medidas administrativas até mesmo reformistas, o Sr. João Goulart contava, ao menos aparentemente, com a cobertura militar do esquema montado pelo Ministro Jair Dantas Ribeiro. Mas o próprio Ministro confessava, em conversas confidenciais, que não teria condições de mobilizar seus comandos no sentido de prestigiar uma solução golpista para o problema sucessório, nem de esquerda, nem de direita.

Na realidade – verificou-se mais tarde – o presidente Goulart não tinha estruturado um dispositivo militar de esquerda, capaz de prestigiar sua aliança com os

revolucionários. Se estava mal informado pela sua assessoria militar chefiada pelo General Assis Brasil, não se sabe. Se agiu conscientemente, certo de que contaria com a cobertura popular para a sua ação, só ele poderá responder.

A verdade é que, a partir do momento em que consolidou sua liderança esquerdista, o Senhor João Goulart foi radicalizando sua posição política e arrastou suas teses para os quartéis. Do outro lado, as forças oposicionistas passaram da tática política para a estratégia militar. Construiu-se, rapidamente, um poderoso dispositivo militar inicialmente defensivo, para evitar que o CGT, a UNE, a Frente Parlamentar Nacionalista, os comandos do Deputado Brizola, o Governador Miguel Arraes – o esquema da esquerda radical – pudessem dar solução prática às teses revolucionárias que defendiam.

De um lado, o sr. João Goulart estimulou a reação de sargentos e praças, soldados e marinheiros à política tradicional das Forças Armadas, provocando um clima de indisciplina que se generalizou na Marinha sob a orientação do almirante Aragão. A insubordinação de marinheiros e fuzileiros navais, e a solução dada pelo presidente à crise na Armada, fazendo o almirante Aragão retornar ao comando dos fuzileiros, pondo no Ministério um almirante identificado com o marxismo e designando o Almirante Suzano para o Estado-Maior – já encontravam, do outro lado, uma poderosa aliança de governadores do Centro-Sul, com a cobertura militar do II Exército do General Kruehl. Há mais de dois meses que essa aliança estava sendo esquematizada. Ney Braga aderiu a ela quando da visita do Governador Lacerda a Curitiba.

Adhemar, Lacerda e Meneghetti já estavam entendidos. Faltava a adesão de Magalhães Pinto. O próprio Lacerda a obteve, entregando ao Governador mineiro o Comando-Geral das Forças Democráticas. Mato

Grosso e Goiás foram adesões que se fizeram naturalmente, devido à situação geográfica dos dois Estados centrais e da posição ideológica de seus governadores.

Quando o Governador Adhemar de Barros afirmava que tinha condições de reagir à investida esquerdista, não estava blefando. Quando os dirigentes da esquerda radical afirmavam que a revolução estava ganha e eles já se aproximavam do Poder, estavam mentindo. *Não contavam as esquerdas com a opinião pública, e o esquema adversário era tremendamente mais poderoso.*

O choque pareceu inevitável no momento em que o presidente João Goulart resolveu tornar irreversível sua posição de comandante de um esquema mal estruturado, e baseado tão somente na sua liderança popular e nas falsas lideranças sindicais comunistas.

Quando falou a sargentos e marinheiros, no dia 30 de março, atacando seus adversários e mantendo sua determinação de ir mais adiante nos seus propósitos, o sr. João Goulart fez, definitivamente, sua opção. Preferiu contar com as forças populares que esperava se rebelassem em todo o País para enfrentar a reação política e militar ao seu novo governo, à quebra da hierarquia nas Forças Armadas e ao poder sindical representado no CGT.

Essas forças, porém, não foram suficientes para manter o sr. João Goulart no Poder e garantir a sobrevivência de seu esquema político. Muito mais poderosas do que elas, melhor articuladas, e com apoio da opinião pública dos principais Estados do País, eram as Forças Contrárias.

O Sr. João Goulart marchou, então, para a luta, consciente de que contava ao menos com os trabalhadores mobilizados pelos sindicatos e com a lealdade dos chefes militares à autoridade do Presidente da República. Mas os sindicatos falharam totalmente na mobilização das massas operárias, e os chefes militares viram-se na contingência – cruel para eles – de sacrificar o mandato do Chefe da Nação para evitar a desagregação das Forças Armadas, a tomada do Poder pelo esquema esquerdista radical e, quem sabe, a Guerra Civil no País.

O General Krueel não desejava a deposição do presidente. O General Jair nunca a desejou. Nem o General Ancora, nem o General Castello Branco. O Comandante do II Exército chegou a sugerir ao presidente, no momento em que suas Forças se preparavam para marchar sobre o Rio, que desarticulasse o sistema esquerdista, fechasse o CGT, normalizasse a situação na Marinha e ele, Goulart, contaria com o apoio das Forças Armadas. Mas o presidente disse não. Não sacrificaria seus aliados, frase que repetiria mais tarde ao Ministro Jair Dantas Ribeiro, quando este lhe fez idêntico apelo.

Estava o presidente diante de uma opção que lhe era colocada pela quase totalidade das Forças Armadas: ou desarticulava o dispositivo de esquerda que passara a comandar, ou os generais teriam que tomar posição para defender a integridade do regime democrático que juraram defender. Conscientemente, o sr. João Goulart marchou para o sacrifício. Não recuou um passo, quando poderia ter declarado a ilegalidade do CGT, reformado o comando da Marinha e mantido a prisão do Almirante Aragão, decretada pelo Ministro Silvío Mota.

E quando já se esperava o choque das Forças do II Exército com as tropas da Vila Militar, que se mantinham fiéis ao Presidente, o General Jair – recusado o apelo que fez ao sr. João Goulart – renunciou ao

posto, deixando ao Estado-Maior do Exército a decisão suprema. O presidente pensou em resistir, mas nunca na Guanabara, onde os comandos militares agiam com extraordinária rapidez na mobilização de tropas e no encaminhamento de uma solução política para a crise.

Não tendo renunciado ao posto nos momentos decisivos da crise, o Presidente quis que se caracterizasse a sua deposição. Escolheu o seu caminho, quando teve todas as condições para contornar a crise no seu primeiro instante. Trocou o seu mandato pela liderança popular que espera exercer na faixa revolucionária que o Sr. Brizola ocupou sozinho nos dois últimos anos.

Adirson de Barros



**Magalhães, o Herói da Revolução**  
**(Reportagem de Oswaldo Amorim,**  
**Luiz Alfredo e José Nicolau)**

**Articulador e iniciador do movimento que culminou com o afastamento do presidente João Goulart, o Governador Magalhães Pinto foi aclamado em Minas como o grande herói da Insurreição Vitoriosa e calorosamente festejada em todo o Estado.**

Contando com a decidida colaboração das tropas do Exército sediadas em Minas, além dos 18 mil homens da Força Pública do Estado e de total apoio popular, o Governador Magalhães Pinto iniciou a histórica arrancada pelas liberdades democráticas com um vigoroso manifesto, em que afirmou terem sido inúteis todas as advertências contra a radicalização de posições e atitudes e contra a diluição do princípio federativo.

A eficiente articulação empreendida, que garantiu a adesão de elementos decisivos, e a rapidez e ação foram preciosos para a fulminante vitória das Forças Democráticas.

Durante todo o desenrolar da crise, o Sr. Magalhães Pinto permaneceu no Palácio da Liberdade, cercado pelo seu “*staff*” e em permanente contato com os Generais Carlos Luís Guedes. Comandante da ID-4 (sediada em Belo Horizonte) e Olímpio Mourão Filho, Comandante da 4ª Região Militar (Juiz de Fora) e fazendo ligações para outros chefes militares e vários Governadores de Estado. Somente saiu, no dia 1º, para visitar os quartéis do 12º RI e da Polícia Militar, o Destacamento da Base Aérea (único núcleo rebelado da FAB) e o Centro de Recrutamento de Voluntários, acompanhados do Cel. José Geraldo de Oliveira, comandante da Polícia Militar, Cel. José Guilherme, chefe do Gabinete Militar (ambos foram peças importantes do movimento que eclodiu em Minas e se alastrou no País) e dos Senadores Milton Campos e Afonso Arinos – nomeados secretários sem Pasta do Governo Mineiro.



A vitória final, vibrantemente festejada pelo povo de Minas, teve no tranquilo e decidido Governador Magalhães Pinto o seu grande comandante e maior alvo das manifestações populares em todo o País.

## **Minas Hora a Hora**

### **Dia 30 de Março**

**20h30.** O General Carlos Luís Guedes, comandante da IV Infantaria Divisionária, sediada em Belo Horizonte, reúne todos os seus comandados e comunica que se rebelara contra o presidente João Goulart. Reúne-se, depois, com o General João de Faria e o Coronel Emílio Montenegro Filho, da FAB, além do General José Lopes Bragança, no comando da ID-4. Traçam um esquema.

### **Dia 31 de Março**

**03h30.** A reunião continua. O General Bragança é incumbido de fazer a convocação dos civis para a Revolução. O Governador Magalhães Pinto, no Palácio da Liberdade, declara que apoia e comanda o movimento.

**04h00.** Tem início a mobilização dos civis.

**07h30.** O Comandante da Base Aérea de Belo Horizonte, Coronel Afrânio da Silva Aguiar, é chamado ao Palácio da Liberdade pelo Governador Magalhães Pinto. O Chefe do Executivo mineiro expõe ao oficial os seus planos. Fala a respeito dos motivos que o levaram a tomar a decisão. Após conferência de uma hora, a portas fechadas, o Cel. Afrânio dirige-se para a Base Aérea: tinha dado total apoio ao Governador.

**08h30.** O General Bragança vai ao comando da ID-4 e comunica ao General Guedes o andamento da mobilização de civis. No Palácio da Liberdade, o Governador Magalhães Pinto toma todas as providências com o Coronel José Geraldo de Oliveira, Comandante da Polícia Militar, para que fossem guarnecidos os pontos estratégicos do Estado. Tropas da PM se deslocam para as fronteiras.

**09h30.** O General Olímpio Mourão Filho, Comandante da Quarta Região Militar, sediada em Juiz de Fora, telefona ao General Guedes. Conversam reservadamente. Nessa hora, o Movimento Revolucionário já é do conhecimento do povo. Uma violenta proclamação do General Guedes é lida em todas as rádios da capital mineira e de algumas cidades do Interior. Acusa Jango.

**10h00.** O General Guedes comunica-se com o Governador Adhemar de Barros pelo telefone. É a primeira vez, desde a deflagração do movimento, que o General conversa com o Governador paulista. No QG da ID-4, estão sendo montadas as instalações telefônicas que iriam ligar, diretamente, o Palácio da Liberdade, o comando do 12º Regimento de Infantaria, a Polícia Militar, o Destacamento da Base Aérea, o CPOR e outras Unidades Militares.

**13h00.** No Palácio da Liberdade, o movimento é intenso. O Governador, até o momento, não havia aparecido em público. Chegam o Senador Milton Campos, o ex-Chanceler Afonso Arinos, assessores do Governo e o Secretário da Fazenda, Deputado José Maria Alkmin. Trazem a notícia de que o Marechal Odílio Dennys se encontrava em Juiz de Fora articulando o Movimento com o General Olímpio Mourão Filho. No Departamento de Instrução da Polícia Militar, mais de 500 jovens já se haviam alistado no chamado Exército Civil.

**13h30.** O Coronel Emílio Montenegro Filho, da FAB, é mandado a Barbacena, de avião, para entrar em contato com o Brigadeiro Comandante da Escola Preparatória de Cadetes do Ar. Em sua companhia, segue o Jornalista Aloísio Cunha, que leva a gravação da proclamação do General Guedes.

**14h00.** Os dois enviados chegam a Barbacena. Conversam com o Comandante da Escola. Um filho do Deputado José Bonifácio prende o juiz de direito de Barbacena. Em Belo Horizonte, o movimento de automóveis aumenta nos postos de gasolina. O combustível fora requisitado pelo Governo.

**14h30.** Chega a Belo Horizonte o Deputado José Bonifácio, primeiro secretário da Câmara dos Deputados. Anuncia a disposição do Congresso de instalar-se na Capital mineira. E diz que todos os Deputados por Minas Gerais já haviam sido chamados.

**15h00.** Na Assembleia Legislativa, o deputado comunista Gomes Pimenta pede uma comissão para entender-se com as autoridades a fim de ser posto em liberdade o Deputado Sinval Bambirra, preso na madrugada. A comissão foi formada, mas Bambirra não foi solto.

**16h00.** Aproximam-se de Juiz de Fora as tropas do 11º Regimento de Infantaria, de São João del Rey, que começara a deslocar-se para aquela cidade aos primeiros minutos da madrugada. O General Guedes retorna ao QG da ID-4 após conferenciar, mais uma vez, com o Governador Magalhães Pinto. Outra reunião contou com a presença dos dois chefes mineiros da Revolução e do Coronel José Geraldo de Oliveira, Secretários de Estado Oswaldo Pierucetti (Interior) , Roberto Resende (Agricultura) e José Maria Alkmin (Fazenda) e os Srs. Milton Campos e Afonso Arinos.

**17h00.** A Polícia Militar começa a ocupar a capital mineira. A Companhia Telefônica, o DCT, empresas de comunicações e redações de jornais e rádios foram tomadas pela PM.

**19h00.** Aumenta o número de adesões de civis ao Movimento Revolucionário. As inscrições são feitas no Grupo Escolar Pandiá Calógeras. Todos usam no braço direito uma braçadeira verde-amarela com um triângulo no centro. É o símbolo mineiro do Levante Revolucionário.

**19h30.** O General Guedes solicita a cooperação de companhias construtoras para que enviem carretas pesadas: transporte de material até Juiz de Fora. Quinze carretas são colocadas à disposição do Comandante da ID-4.

**20h00.** O Governador Magalhães Pinto fez seu pronunciamento à Nação. Estava formada a Cadeia da Liberdade, que levou a todo o Brasil a palavra do líder mineiro. Governadores de outros Estados, como São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Guanabara, Goiás, Mato Grosso e Bahia, apenas esperavam a palavra do Governador de Minas, para dar início ao Movimento nas áreas de sua responsabilidade.

**20h30.** Chega ao comando da ID-4 o Coronel Paulo Hildebrando de Campos Góes, Comandante do 4º Regimento de Obuses, sediado em Pouso Alegre. Procedia do Rio de Janeiro. Após rápido contato com o General Guedes, põe-se à disposição do Comandante da ID-4.

**21h00.** Engenheiros se apresentam ao comando da ID-4 para as emergências que surgirem com o decorrer da crise militar. São especialistas em restauração de pontes e construções. Médicos dão conhecimento ao Comando Revolucionário da instalação de vários postos em Belo Horizonte.

**22h00.** Com exclusividade, a reportagem de "O Cruzeiro" consegue entrar na Base Aérea de Belo Horizonte e fotografa os praças e oficiais revoltosos. O Comandante da guarnição só havia dado conhecimento da Revolução aos oficiais. Mais tarde falaria ao resto do contingente. Indagado a qual comando estava subordinado, disse o Coronel Afrânio Aguiar que *"seu único comandante era o Governador Magalhães Pinto"*. Os oficiais mantinham-se calmos e aguardavam o desenrolar dos acontecimentos.

**22h30.** Pelo telefone o General Guedes é informado de que o presidente João Goulart deseja um entendimento com o Governador Magalhães Pinto e os chefes militares de Minas Gerais. Afirma-se que o sr. João Goulart chegou a propor uma mediação *"para resolver o impasse surgido entre a administração federal e o Governo Mineiro"*. O General Guedes se recusa a manter conversação com o chefe da Nação. Idêntica é a atitude do Governador Magalhães Pinto.

**23h00.** Todo o dispositivo revolucionário se encontra em ação. O secretário da Agricultura de Minas, Sr. Roberto Resende, toma as providências necessárias a que não houvesse falta de gêneros nos dias seguintes. *"Minas poderá resistir cem dias"* – afirmou. Foi determinado o levantamento de todo o estoque de carne no Estado.

**24h00.** As poucas pessoas que se mantinham próximas ao Palácio da Liberdade se mostravam apreensivas com as notícias de que tropas do I Exército estavam marchando contra Minas Gerais. Entretanto, neste momento, o Coronel José Guilherme anuncia que o Governador Magalhães Pinto havia recebido um comunicado do General Amaury Krueel, dizendo que estava à frente do II Exército marchando contra o Estado da Guanabara. A alegria foi geral.

# MAGALHÃES, O HERÓI DA REVOLUÇÃO

REPORTAGEM DE OSWALDO AMORIM, LUIZ ALFREDO  
E JOSÉ NICOLAU



CERCADO por sua mulher (D. Rosalinda) e dois filhos (Fernanda e Eduardo), o governador Magalhães Pinto comemora a vitória da revolução declarada por ele, com o sinal do 'V' dos dedos em 'V'.



A FIBRACAO comemora 2500 mortos e 10000 feridos após o sucesso da vitória final, refletida pela multidão que se do Palácio da Liberdade.



O CORONEL Val, comandante do 12º RI, recebe o abraço do Gov. Magalhães Pinto, à saída dos Serviços Armados e Pioranti.

**A** REVELAÇÃO e início do movimento que culminou com o afastamento do Presidente João Goulart, o Governador Magalhães Pinto foi aclamado em Minas como o grande herói da insurreição vitoriosa e raiosamente festejada em todo o Estado.

Comandante com a decidida colaboração das tropas do Exército sediadas em Minas, além dos 31 mil homens da Força Pública do Estado e de toda a agitação popular, o Governador Magalhães Pinto iniciou a história arrebatada pelas libertadas instituições com um vigoroso manifesto, em que afirmou ter-se aliado às forças adversárias contra a radicalização de posições e alianças e contra a atuação de grupos fanáticos.

A eficiente articulação empreendida, que garantiu a seleção de circunstâncias decisivas, e a rapidez e ação foram decisivas para a fulgurante vitória das forças democráticas.

Durante todo o desenrolar da crise, o Sr. Magalhães Pinto permaneceu

CONTINUA

**24h00.** As poucas pessoas que se mantinham próximas ao Palácio da Liberdade se mostravam apreensivas com as notícias de que tropas do I Exército estavam marchando contra Minas Gerais. Entretanto, neste momento, o Coronel José Guilherme anuncia que o Governador Magalhães Pinto havia recebido um comunicado do General Amaury Krueel, dizendo que estava à frente do II Exército marchando contra o Estado da Guanabara. A alegria foi geral.

### **Dia 1º de Abril**

**01h15.** O Comandante da Base Aérea de Belo Horizonte fala, pelo telefone, com o Brigadeiro Francisco Teixeira, comandante da 3ª Zona Aérea, e comunica a sua condição de rebelado. É imediatamente exonerado, juntamente com o Subcomandante, Major Nelson Santiago.

Não acata a decisão. Reúne a tropa, dá ciência de sua condição e liberdade de ação para os que não quiserem aderir. Toda a tropa se mantém com o comandante destituído. O Coronel Afrânio Aguiar, então, toma medidas de segurança.

**08h00.** No QG da ID-4, a satisfação é geral. O General Guedes recebe dez pilotos civis que se colocam à disposição para qualquer eventualidade. Várias companhias de aviação põem suas aeronaves a serviço do Governador Magalhães Pinto.

**08h30.** Pela primeira vez, desde o início do Movimento, o Governador Magalhães Pinto deixa o Palácio da Liberdade. Visita várias unidades rebeladas. Vai ao Centro de Recrutamento, onde é recebido entusiasticamente. Depois, dirige-se ao Departamento de Instrução da Polícia Militar e ao 12º Regimento de Infantaria. Por último, visita a Base Aérea de Belo Horizonte.



**12h30.** Num contato com os repórteres de “*O Cruzeiro*”, o Governador Magalhães Pinto declara que “*foi diminuído o prazo que se esperava para a vitória final*”. O prazo inicial era de dez dias.

**14h00.** No Palácio da Liberdade, o Governador Magalhães Pinto continua reunido com o seu secretariado. O Secretário do Interior, Oswaldo Pierucetti, articulador civil da Revolução, faz vários contatos com São Paulo, Guanabara e outros pontos do País. As notícias continuam a chegar, sempre animadoras. Os Chefes Revolucionários aumentam a sua euforia. O prazo, de que falou o Governador Magalhães Pinto, encurta ainda mais. Para todos, a coisa mais certa é que as Forças Democráticas consigam dominar o País dentro de mais algumas horas. Os Chefes Militares conferenciam. De repente, as ligações telefônicas com Brasília são cortadas. Não se fala mais com a Capital do País. Há uma notícia, logo desmentida, que preocupa o Chefe do Executivo mineiro: é a de que o Palácio Guanabara está cercado e de que havia sido cometido um atentado contra o Governador Carlos Lacerda.

**15h00.** O Governador de Minas Gerais deixa o Palácio da Liberdade para passar em revista as tropas da Polícia Militar que, em oito ônibus, deixam Belo Horizonte com destino a Juiz de Fora e várias outras cidades do interior do Estado. É aclamado pela multidão que se reúne em frente à sede do Executivo mineiro.

**15h15.** Quando regressava ao Palácio, as rádios comunicam a adesão do I Exército, Aos gritos de “*Terminou a revolução!*” e “*Vitória!*” a multidão carrega em delírio o Governador Magalhães Pinto. Nas ruas centrais da cidade, a população lança papéis picados do alto dos edifícios. É a comemoração da vitória. Milhares de pessoas subiam a Avenida João Pinheiro com destino ao Palácio da Liberdade cantando “*Minas*”

*Gerai*” e o Hino Nacional O Governador Magalhães Pinto, entretanto, preocupava-se ainda com as notícias de que havia resistência no Rio Grande do Sul, embora estivesse certo de que a sua luta pela democracia tinha sido coroada de êxito e, praticamente, chegara ao fim.

**20h00.** Através de uma cadeia de rádio e televisão, o Governador Magalhães Pinto, no Palácio da Liberdade, faz sua primeira proclamação como Chefe Vitorioso da Revolução de 72 horas que abalou o Brasil.



## **São Paulo em Guerra Pela Liberdade (Reportagem do "Bureau" de "O Cruzeiro" em São Paulo)**

**A** companhia Telefônica Brasileira (CTB) foi ponto de uma pequena guerra particular. Trinta e dois homens estavam lá dentro. Os policiais se dispõem a invadir o prédio. Quando o conseguem, Nelson Gatto, a quem procuravam, tinha desaparecido. Antes, porém, houve isolamento da área, pedidos de jornalistas aos policiais super armados em favor de Nelson Gatto, que é também jornalista, e tudo acabou sem que um tiro sequer fosse disparado. A CTB foi dominada.

### **Ruas Interditadas Protegeram os Democratas**

**O** problema do transporte teve duas faces, durante a crise em São Paulo. De um lado, várias ruas da cidade foram interditadas ao trânsito, principalmente aquelas que davam acesso ou passavam bem próximas a lugares considerados de importância militar, como o Quartel General do II Exército e a Secretaria de Segurança Pública.

De outro lado, porém, meios mais rápidos de transporte foram utilizados para a movimentação das tropas, que tinham de atingir pontos estratégicos com rapidez, a fim de ganhar eficiência na Operação de Guerra. Tudo foi cumprido dentro de um plano rígido de segurança e de bom rendimento tático.

São Paulo viveu, assim, horas de guerra, ainda que não resultassem os movimentos e as medidas em nenhum choque verdadeiramente sangrento. O que havia de realmente desejado era que o País retornasse aos caminhos da Democracia e da paz. Isto foi conseguido.

## **Vitória da Democracia foi Festa de Todo o Povo de São Paulo**

**As** horas de angustiante expectativa, quando as notícias mais desencontradas eram ouvidas pelo povo paulista, terminaram em festa, com a notícia muito certa da vitória das Forças Democráticas. O Governador Adhemar de Barros, que se mantivera sem descanso, sorriu satisfeito: a vitória da Democracia era, de certo modo, um pouco a sua própria vitória. Ele se pusera, desde o início, na posição de um batalhador irreduzível de sua causa e São Paulo marchou coeso com ele, atendendo à sua palavra inflamada e patriótica.

Nas ruas, à hora final, o povo esteve presente, comemorando com papéis picados atirados do alto dos edifícios. De cada janela, pulsava um coração paulistano ao mesmo compasso de alegria de todos os corações brasileiros que desejavam o retorno do País à ordem.

### **S. Paulo Hora a Hora**

**31 de Março**

**De Manhã.** São Paulo amanhece sob a repercussão da manifestação dos sargentos e do discurso do Presidente Goulart na Guanabara e a notícia de mobilização de Voluntários em Minas Gerais. No Palácio dos Campos Elíseos o clima é de nervosismo. O Governador Adhemar de Barros nega-se a falar à imprensa e mantém reunião secreta com o Deputado Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara Federal. De prontidão e com tanques em fila no Ibirapuera, o II Exército não revela seus objetivos. Muitas notícias continuam a chegar de Minas Gerais. A 4ª Região Militar teria deslocado suas tropas para as fronteiras com o Estado do Rio. Anuncia-se manifesto do Governador Magalhães Pinto.

**De Tarde.** Comenta-se no Palácio dos Campos Elíseos que o Governador passara a madrugada do dia 31 em Belo Horizonte, com o Sr. Magalhães Pinto. Governador de Minas lança manifesto à Nação: "*o presidente da República subverteu a disciplina e Minas se levanta para garantir a normalidade constitucional*", diz. Correm boatos de que Minas se proclamaria "*território nacional livre*" com Constituição própria, inclusive. O Governador Adhemar de Barros afirma que "*não existe mais o regime federativo no País*".

Nas ruas há um evidente nervosismo. As calçadas estão cheias de gente agitada que corre aos bancos, os quais, sem cobertura do Banco do Brasil, vão pagando cheques enquanto têm dinheiro e depois fecham suas portas. Com exceção dos bancos mineiros que fecharam as portas antes e se negaram a pagar. Apurou-se que assim fizeram por recomendação do Governador Magalhães Pinto.

Sabe-se que as tropas do Exército em Minas estão sublevadas. Chegam notícias de deslocamentos de tropas da Guanabara para enfrentá-las. Teme-se o choque. O Governador paulista continua se recusando a falar. Igualmente o General Kruel, Comandante do II Exército.

**De Noite.** Às 19h00, o Governador ainda se recusava a falar, mas, às 20h30, gravaria um vídeo-tape com uma declaração de apoio ao movimento de Minas. Antes, porém, de divulgado o documento de Adhemar, era Magalhães Pinto quem falava outra vez: "*Temos certeza da ajuda de São Paulo. Com São Paulo ao lado de Minas, a vitória será rápida*". Depois de incidentes com funcionários federais que queriam impedir a transmissão, a fala do Governador Adhemar de Barros foi, afinal, ao ar, por uma cadela de rádio (mais tarde também de TV) às 22h30. Os policiais afirmam que vão invadir o prédio da CTB.



# SÃO PAULO EM GUERRA PELA LIBERDADE

REPORTAGEM DO "BUREAU" DE "O CRUZEIRO" EM SÃO PAULO



AS FOTOS mostram, em primeiro lugar, o momento em que revolucionários foram dispersados próximo ao QG do Exército; depois, a comemoração da "revolução" de Jango, iniciada por Rio, alunos de Maracanaú, com a libertação em junho, em plena manifestação.

CONTINUA

Preparam-se, isolam a área, afugentam os curiosos, começam a entrar por uma porta lateral, armadíssimos. A rua está escura por causa do racionamento, a noite é de garoa e há um grande silêncio. Dezenas de jornalistas esperam em silêncio do lado de fora. Os minutos passam e não há tiros. Os repórteres intercedem em favor do colega, fazem apelo ao Secretário da Segurança, o tempo passa, não há tiros, nem solução.

Pouco antes da meia-noite é divulgada a posição do General Amaury Krueel, Comandante do II Exército: apoia o movimento de Minas Gerais, contra "*o jugo vermelho*". Tendo-se o Exército mostrado aliado e não havendo nenhum outro incidente em todo o Estado, o Governador Adhemar de Barros tem agora um só ponto de resistência em seu território: 32 homens fechados dentro do prédio da CTB. As ordens de prisão a qualquer preço são renovadas. A adesão do Exército alivia evidentemente as expressões dos policiais. Como há elementos do Exército dentro do prédio, a Secretaria de Segurança pede ajuda ao Exército para resolver a questão. Um Tenente-Coronel não identificado pelos repórteres chega ao prédio logo depois. Entra e não volta mais. "*Foi preso como refém*", dizem os policiais. Um pelotão de soldados do Exército chega logo depois. Os soldados estão muito nervosos.

**De Madrugada.** O tempo passa e a única notícia que se tem é de que o Tenente-Coronel não voltou mais ao andar térreo (o resto está, tomado pelos que resistem). Anuncia-se a censura das estações de rádio, jornais e televisão. Baixada portaria a respeito, pelo Governo.

**01h40.** A voz do Governador voltou ao ar. Informava que havia seis Estados sublevados para derrubar o sr. João Goulart, a quem o Governador chama de "ex-presidente". Os Estados sublevados são Minas, São Paulo, Paraná, Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do



Sul. Anuncia a união do Governo de São Paulo com o II Exército.

Notícias de Santos – mais tarde confirmadas pelo próprio Governador – davam conta, pela madrugada, de que vários líderes sindicais haviam sido presos, o Fórum Sindical de Debates invadido e posto fora de ação pela Polícia Estadual. Enquanto isso, mantinha-se o impasse na Telefônica. As luzes do prédio agora estão todas acesas, há boato de que os sitiados fugiram. O Tenente-Coronel ainda não voltou, ninguém sabe onde estará.

**03h30.** O jornal “*Última Hora*” é cercado pela Polícia Estadual e, posteriormente, invadido sem resistência. Sua edição é impedida de circular e o jornal passa a ficar sob controle do Governo do Estado.

**05h00.** Quase claro, o Tenente-Coronel desce e informa: “*Nelson Gatto e seus homens fugiram. Presumo que fugiram pelo telhado. Não fui preso por eles. Perdi todo este tempo procurando-os pelo prédio sem os achar*”. O que os jornalistas concluíram, porém, é que o choque, que seria violento, foi contornado por conversações e dada a Gatto a oportunidade de evadir-se. A madrugada termina com a Polícia correndo para um prédio próximo, supondo que Gatto para lá tivesse passado e pretendendo ali cercá-lo novamente. Foram vãoos seus esforços.

## **1º de Abril**

**Manhã.** A chuva tantas vezes anunciada pelo Sr. Adhemar de Barros chegou de duas formas: uma, natural, garoa fininha, bem paulista, molhando o asfalto das ruas; outra – aquela a que se referia o Governador – simbolizada pelos carros de tropas que se movimentavam em todas as direções e pelas metralhadoras e fuzis embalados.

Foi sob as duas chuvas que o povo saiu às ruas, como todos os dias, para as fábricas, para os escritórios, para as lojas. Nisto São Paulo não se alterou. Apesar da tensão, da expectativa e da apreensão estampadas em todos os rostos, o povo foi trabalhar. A primeira alteração notada na fisionomia da cidade foi congestionamento maior do tráfego nas imediações de quartéis, saídas para as rodovias, estações ferroviárias e outros pontos estratégicos, todos ocupados por soldados do Exército e da Força Pública. Quarteirões inteiros estavam isolados e, em alguns pontos, armadas barricadas com sacos de areia e arame farpado.

O Palácio dos Campos Elíseos estava isolado e protegido por um cinturão de segurança que abarcava quatro quarteirões em torno. O movimento de tropas do II Exército, iniciado às primeiras horas da madrugada, continuava. Pela manhã eram embarcados na Estação Roosevelt (Central do Brasil) duas dezenas de carros-tanques com destino ao Vale do Paraíba, já então sob o controle do II Exército. Apesar dessa intensa movimentação de tropas, a situação era de calma em todo o Estado. O Palácio dos Campos Elíseos distribuiu comunicado do Governador Adhemar de Barros concitando o povo a manter-se em calma e, logo mais, por ordem do Governo, eram requisitados todos os estoques de combustíveis.

Enquanto isto o QG do II Exército distribuía comunicado dizendo *"considerar muito boa a evolução dos acontecimentos, particularmente pelo número de adesões de Estados da Federação, com seus Governos e tropas militares neles sediadas"*. O Governo do Estado e o II Exército dominavam inteiramente a situação. Além do episódio da noite anterior, quando o Gen. Puertas e o Jornalista Nelson Gatto tomaram o prédio da Companhia Telefônica, não se verificou nenhum outro movimento de resistência ostensiva.

Em Santos, porém, amanheceu paralisado o Porto. A COSIPA, as indústrias petroquímicas de Cubatão e a Estrada de Ferro Santos-Jundiá foram igualmente paralisadas pelo movimento grevista em solidariedade ao sr. João Goulart. Grandes contingentes do DOPS e da Força Pública ocupavam toda a Baixada Santista e, por volta das 09h00, choques da Polícia Marítima invadiram a sede do Sindicato dos Estivadores. Foram efetuadas detenções de vários elementos ligados aos sindicatos. Durante todo o dia seriam detidos mais de duzentos comunistas. Alguns dos mais ativos líderes sindicais desapareceram. A Alfândega e demais repartições federais foram ocupadas pela Polícia.

Ainda na parte da manhã foi aberto o voluntariado. Um no Ginásio do Departamento de Educação Física e Esportes, por um ex-Comandante da Revolução de 32, Cel. Homero Silveira, e outro no local onde funcionava o escritório regional da SUPRA. Antes de ser transformado em posto para alistamento de voluntários, o escritório da SUPRA foi vistoriado por elementos do DOPS, que ali apreenderam material de propaganda da Reforma Agrária. No fim do dia, só no primeiro posto haviam-se apresentado mais de quatro mil Voluntários.

A tarde começou com uma proclamação do Governador Adhemar de Barros. *“Como um só corpo, como uma só alma, ergue-se a gente paulista”*, dizia o Governador, em sua oração transmitida pelo rádio, logo depois do meio-dia. O povo paulista, acrescentava, *“ergue-se mais uma vez na defesa dos ideais democráticos, na salvaguarda dos valores supremos de nossa civilização cristã”*. E mais adiante: *“Com o Exército, a Marinha, a Aeronáutica e a Força Pública, com o apoio de todas as suas classes sociais, ressurgem o São Paulo eterno para a eternidade do Brasil”*.

As constantes notícias difundidas pela "*Rede da Democracia*", que transmitia da Secretaria da Segurança Pública, informavam sobre as adesões recebidas em vários pontos do País pelas Forças contrárias ao Governo do Sr. João Goulart. O noticiário do Rio, ainda confuso, sem determinar exatamente a posição do I Exército, ainda causava alguma apreensão, principalmente o cerco do Palácio Guanabara por Fuzileiros Navais. A medida que o tempo corria, porém, o otimismo aumentava entre as autoridades e transbordava para as ruas. O General Aldévio, em rápido encontro com a imprensa, disse que "*movimento dessa natureza estava previsto nos planos Alvorada, Eclipse e Boreal*", referindo-se à crise político-militar. Tais planos foram elaborados por uma equipe de técnicos estrategistas quando o General assumiu, em 63, a Pasta da Segurança.

Sua confiança em que as autoridades paulistas e o Exército dominavam inteiramente a situação foi demonstrada pelo fato de serem retirados os carros blindados da Força Pública, que haviam tomado posição em pontos estratégicos da cidade, pois a calma era "*absoluta*". Outro fato que justificava otimismo: a solicitação de conferência feita pelo General Moraes Ancora ao General Kruel. Este já se dirigira a Resende, onde se realizaria o encontro para parlamentação.

Às 17h00, havia intensa expectativa nas ruas. Logo, um boato lançado pela emissora que encabeçava a "*Rede da Democracia*", sobre a "*renúncia*" do sr. João Goulart, provocou uma explosão de contentamento, com a reunião imediata de várias autoridades no Palácio dos Campos Elíseos, para "*festear o acontecimento*". Nas ruas centrais começou a cair uma outra chuva, desta vez de papel picado que caía em grande quantidade dos edifícios de escritórios. Estudantes da Universidade Mackenzie chegaram a organizar uma passeata que percorreu as ruas do centro.

Essa manifestação quase gerou um incidente de graves consequências, quando o grupo de estudantes tentou manifestar o seu apoio ao General Krueel. Apareceram de repente na Rua Conselheiro Crispiniano, onde se localiza o edifício do QG do II Exército. Os soldados que mantinham guarda chegaram a apontar as suas armas, mas logo tudo se esclareceu. E os estudantes continuaram em sua passeata, dando vivas à democracia e à liberdade e aplaudindo os carros blindados da Força Pública que passavam de volta ao quartel.

Nos jardins dos Campos Elísios, tomados pelo povo e por autoridades, o clima era de euforia. O Governador Adhemar de Barros saiu e, logo após, fazia uma proclamação conclamando o povo a não se exceder em manifestações, pois considerava cedo para se *"festejar a vitória de uma luta que mal começou"*.

*"A erva daninha da infiltração comunista", disse, "continua entre nós. Só haverá vitória, realmente, quando vencermos a resistência dos que, da retaguarda, impulsionaram as autoridades federais".* E mais adiante: *"A vigília não pode terminar. É preciso evitar a guerra civil dos desesperados. Mantenhamos alerta permanente. Agentes de Pequim, Moscou e Cuba não se entregaram ainda, mas nós vamos caçá-los de agora em diante"*. A fala do Governador e, mais tarde, o desmentido da renúncia do Presidente, foram como água na fervura. E a noite desceu sobre São Paulo. Com uma constante e fria garoa. Os constantes comunicados das autoridades estaduais e do II Exército, dando conta da marcha dos acontecimentos em todo o País, deixavam claro às primeiras horas da noite que o movimento iniciado em Minas Gerais estava vitorioso. A única nota dissonante (e isto não era noticiado) era a tomada de posição de Brizola no Rio Grande Sul.

Antes da meia-noite, o General Kruel voltava a São Paulo, vindo de Resende, onde fora triunfalmente recebido pelos Cadetes das Agulhas Negras. A Conferência com o General Moraes Ancora não chegara a se realizar, pois o I Exército aderira quase totalmente ao Gen. Kruel.

A madrugada chegou com a notícia da viagem do Presidente Goulart para Porto Alegre, onde "*assumiria a resistência*". E a madrugada trouxe mais uma notícia importante: o Sr. Ranieri Mazzilli é o novo Presidente do Brasil, por decisão do Congresso Nacional. E a garoa continuava a cair sobre a calma da cidade.



## **A Batalha do Guanabara**

Durante um dia e uma noite, o Palácio da Guanabara e o Governador Carlos Lacerda foram nomes que representaram a resistência democrática na chamada “*Capital Cultural e Política*” do País. Ninguém pregou olho. As horas transcorreram em regime de sentinela bem acordada, até que a Vitória se desenhasse nos céus do Rio.

### **Não Houve um Instante de Repouso Para o Governador Carlos Lacerda Durante Todas as Horas de sua Vigília Pela Democracia**

#### **31 de Março**

**18h30.** Os Tanques do Exército estavam no Largo do Machado. No Palácio da Guanabara, o Governador Carlos Lacerda se mantinha em calma e em expectativa. Todo o secretariado presente.

O feriado escolar, depois de estudado, teve sua decretação feita às 23 horas. Cerca de 300 oficiais das diversas armas se dirigiam para o Guanabara, a fim de solidarizar-se com o Governador.

**24h00.** Sabe-se do movimento de tropas de São Paulo em direção ao Rio de Janeiro. Junto à igreja, um foguete (antitanque) é montado em longarinas de asa de avião.

#### **1º de Abril**

**00h05.** Chega o Senador Artur Bernardes Filho. O Governador se mantém em vigília e fala com o Jornalista Jules Dubois, de Miami, Estados Unidos, e dá notícia da adesão do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo.



**00h35.** Lacerda sai, acompanhado apenas pelo General Mandim, responsável pela segurança de Palácio, e inspeciona, até as 00h55, os arredores.

**01h00.** Começaram a cortar os telefones da linha 25, que serve ao Guanabara, mas continuaram a funcionar três da linha 45, que passaram a ser utilizados pelo Governador.

**02h45.** Corre no Palácio a notícia de que os fuzileiros navais iriam atacar. A expectativa prossegue até às 05h00, quando entram mais 30 generais do Exército.

**06h30.** Nova notícia promoveu atitude semelhante, logo relaxada por saber-se que se tratava de um rebate falso.

**07h55.** O dia 1º de abril estava claro. O Governador Carlos Lacerda recebe o Manifesto dos Generais, que iria ser lido após o hasteamento da Bandeira Nacional, às 08h00, através da Rádio Inconfidência, de Minas Gerais.

**08h15.** Juracy Magalhães entra em Palácio e conferencia com Carlos Lacerda.

**10h45.** O Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Vicente Faria Coelho, chega e conferencia com o Chefe do Executivo.

**13h15.** Entra no Palácio o Sr. Armando Falcão. As notícias se aceleram.

**16h00.** Há o momento de maior emoção para o Governador Carlos Lacerda: tanques do Exército, que se encontravam no Palácio das Laranjeiras, estão agora guarnecendo o Palácio da Guanabara. O Chefe do Executivo carioca, ao ouvir a notícia, chora e exclama: "*Graças a Deus! Deus está conosco!*"

## Reportagem da Equipe de "O Cruzeiro"

### 31 de Março

O Governo Carlos Lacerda prende líderes sindicais reunidos em assembleia permanente. Entre eles, Rafael Martineli, o que redundou na greve imediata da Leopoldina, como protesto. Dez vagões colocados numa passagem de nível, na Rua Francisco Bicalho, foram empurrados por choferes e passageiros de ônibus e lotações. (Mas os vagões voltaram a impedir o tráfego, até o fim da crise).

**19h00.** No dia de temor que era o 31 de março a Rádio Jornal do Brasil é invadida por um grupo de fuzileiros. Armados de metralhadoras, equipados para uma batalha. Motivo alegado para a invasão: divulgação de uma nota em que se dizia que o General Humberto Castello Branco se reunira com diversos oficiais-generais no Ministério da Guerra. O Ministério, àquela altura, era tido e havido como reduto do Governo Federal. A Rádio, daí em diante, passou a transmitir apenas noticiários internacionais, em seus programas noticiosos. Pouco mais tarde, naquela mesma noite, 200 soldados tomavam conta da Central do Brasil, que aderira à greve da Leopoldina. Na Avenida Presidente Vargas, o povo, que sem condução se concentrara em frente ao monumento ao Duque de Caxias, esperava ordeiramente os poucos caminhões que faziam o tráfego para o subúrbio.

### 1º de Abril

**02h30.** Vila Militar, já no dia seguinte. Preparo de tropas para serem enviadas a S. Paulo. Enquadrados, os oficiais negavam-se a prestar qualquer declaração. Cidade.

**07h00.** Dia de cada um. Extensas filas se formam em frente às casas comerciais. Padarias, botequins, grandes mercearias e supermercados têm seus estoques esgotados. Lataria é o primeiro tipo de gênero que se acaba, entre o correr dos boatos nas filas. O saque não deixou de dar o ar da sua graça: a filial das Mercearias Nacionais, instalada nas proximidades do Parque Proletário da Penha, é assaltada por um grupo de favelados, quando os operários arrumavam (sem saber que estavam fazendo um gesto para entrar na história da sobrevivência) latas de conserva nas prateleiras. Um saqueador foi ferido pelas balas da guarnição da Polícia Estadual, que compareceu.

**10h00.** Estamos em pleno 1º de abril, que desta vez não foi motivo de brincadeiras. Avenida Presidente Vargas e Rio Branco com muita gente em seu cruzamento, procurando apanhar carona para os seus bairros da Zona Norte, em face da greve geral dos transportes coletivos da cidade. Nas esquinas, piquetes nitidamente esquerdistas e antimilitares, que dominaram a Cinelândia até às 14 horas. A sede do Diretório Regional do PTB, na Cinelândia, ampliava, por seus alto-falantes, a pregação revolucionária, incitando os populares a invadirem o Clube Militar, na esquina da Rua Santa Luzia. Na verdade, populares tentaram, pouco depois, invadir a sede da entidade de classe dos oficiais do Exército, no que foram obstados pelos disparos dos Tenentes, Capitães, Majores, Coronéis e Generais que lá se encontravam. Os oficiais dispararam de início para o ar e por fim para valer.

**15h00.** Um automóvel lançou volantes na Cinelândia, convocando o povo a participar de um comício de protesto contra o Movimento Revolucionário e que deveria realizar-se meia hora depois.

**14h00.** É o sangue. A multidão tenta, mais uma vez, invadir e depredar o Clube Militar. Um carro de choque da PM posta-se diante do Clube. O povo presente vai os soldados. Mais tarde, choques do Exército, chamados a pedido do Marechal Magessi, Presidente do Clube Militar, dispersam os agitadores. Que voltam na recarga, pouco depois (para sua infelicidade). Repelidos a bala, deixam em campo, feridos, vários manifestantes; entre eles Labib Carneiro Habibude e Ari Oliveira Mendes Cunha, que morreram às 22h00, no Pronto-Socorro.

### **Guanabara Hora a Hora**

**16h30.** Fuzileiros navais que protegem o Palácio das Laranjeiras retiram-se em 4 caminhões. Um deles traz, como apêndice, um canhão. Mais atrás, um ônibus da Marinha. O restante da defesa era a guarda do Palácio por conta de alguns poucos soldados da Polícia do Exército, colocados na esquina de Gago Coutinho com Laranjeiras, e um pelotão de tanques do Regimento de Reconhecimento Mecanizado, formado por seis tanques, sob o comando de um 1º Tenente.

**16h45.** Radiopatrulha do Estado, com três homens da Polícia de Vigilância, se aproxima e conversa com o Tenente dos tanques da Rua Gago Coutinho. O povo, estupefato, não entende de nada. Mais tarde, porém, se sobressalta. O oficial-comandante ordena que avancem rumo ao Palácio Guanabara. Sobre os barricadas. O povo pensa que se trata do assalto ao Guanabara. Muitos correm, muitos se atiram ao chão. Mas para pouco depois, quando entendem a manobra, voltarem, para festejar os tanques que aderiam à causa revolucionária. Verdadeira multidão, que se encontrava às janelas dos edifícios, compreende logo o que se passa e aplaude o gesto das tropas federais

que se bandeiam às Forças Revolucionárias. Uma chuva de papéis picados. Povo e tanques ultrapassando a barricada, até então indevassável. Alarido ensurdecedor.

Na esquina de Laranjeiras e Pinheiro Machado, cento e cinquenta metros do Palácio do Governo Estadual, varam três dos seis tanques. Desce sua tripulação (desarmada). Em seu interior apenas os motoristas.

Quando o Governador Carlos Lacerda desceu do Palácio Guanabara, protegido por sua guarda, os tanques estão à frente do Palácio. Guarnições marchando à sua frente. Canhões e metralhadoras desguarnecidos. Era a honrosa adesão. Adesão como passo para a pacificação sem sangue.

Cartas na mesa, a multidão aumenta em frente à sede do Governo da Guanabara. É quando chega a notícia de que os fuzileiros navais se aproximavam para atacar o Guanabara. Correria geral, enquanto os altofalantes pediam que o povo se retirasse da linha de fogo. E foi a debandada. Para a retirada ser honrosa, divulgou-se que se tratava de tropas de navais que vinham apresentar sua adesão. Prestar continência ao Governador Carlos Lacerda. E a praça ficou vazia, com policiais e tanques em posição de combate que não veio, pois a notícia de que os fuzileiros terríveis se aproximavam para o combate de vida ou morte não passou de rebate falso.

**17h30.** Deixemos a Cinelândia e as imediações do Palácio Guanabara. Praia do Flamengo, 132, sede da União Nacional dos Estudantes. Grupos de jovens atiravam bombas incendiárias (coquetel Molotov) para o interior da UNE, àquela altura abandonada pelos dirigentes da entidade estudantil. Tinham fugido, sob as vaias dos que se aproximavam do local.



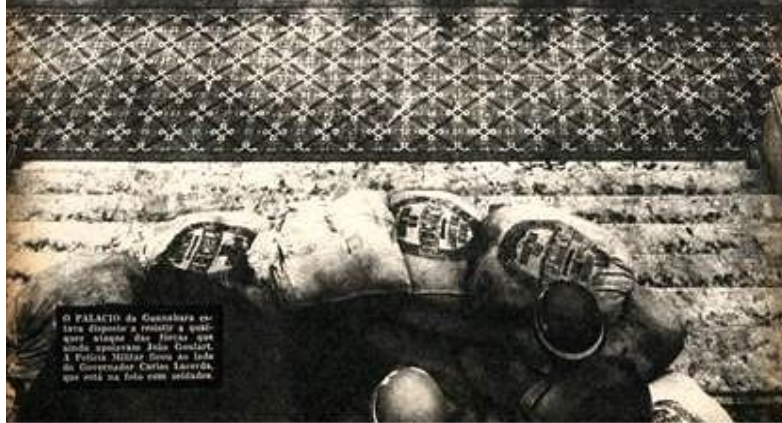
# A BATALHA DO GUANABARA

FOTOS DE ANTÔNIO RUDGE

Durante um dia e uma noite, o Palácio da Guanabara e o Governador Carlos Lacerda foram nomes que representaram a resistência democrática na chamada "capital cultural e política" do País. Ninguém pregou ódio. As horas transcorreram em regime de sentinela bem acordada, até que a vitória se desenhasse nos céus do Rio.



OS SOLDADOS caminham em plena via pública, de modo calmo em junho. Fotografia do Governador Carlos Lacerda, no foto-aberto em companhia de Eduardo Gomes, General Mendonça e Alvaro Sabini, se materializa em atividade total dos soldados.



O PALÁCIO da Guanabara estava disposto a resistir a qualquer situação. As forças que ali se aglutinaram João Goulart, o Polício Militar Gerson de Azevedo, o Governador Carlos Lacerda, que está na foto com soldados.



Ou mesmo pelos fundos, pelos telhados do prédio, para edifícios vizinhos. Precipitadamente. Duas atitudes: uma senhora acompanhou os acontecimentos da UNE com um comentário: *"Vi arder na UNE uma permanente provocação aos sentimentos cívicos e democráticos dos cariocas"*. Um senhor, cidadão muito sério, pediu licença para os policiais. E se aproximou: *"Quero"*, disse, *"colocar amanhã, aqui, substituindo essa faixa em que os estudantes desafiam a ordem constituída, uma outra em que se leia que será instalada brevemente, neste mesmo lugar, uma escola"*.

Mulheres e rapazes, em opinião unânime, diziam que nunca tinham visto um momento como aquele. *"Eles pagaram"*, diziam, contritos do que diziam. Apesar do que se disse, o incêndio não foi ateado dentro do próprio prédio, por quem lá se encontrava. Os dirigentes da União Nacional dos Estudantes livraram-se de livros e documentos, que foram incendiados e devolvidos para o interior do edifício em forma de tochas de fogo e objetos que se incendiavam no interior das salas das entidades sob as siglas de UNE, AMES, UBES e outras.

Os policiais e bombeiros que pouco depois chegaram para combater o incêndio disseram que encontraram nas salas da UNE armas e munições.

**18h00.** É a vez do jornal *"Última Hora"*. Enquanto no dia anterior o *"Jornal do Brasil"* era invadido por fuzileiros, a *"Última Hora"* se mantinha intacta. Agora, desta vez, o vespertino, na Rua Sotero dos Reis, era atacado. Grupos arrombaram a porta da garagem, puxando as viaturas para a rua, depredaram-nas e atearam-lhes fogo. Escritórios, idem. Rotativas, idem. Depoimento de testemunhas: a Operação *"Última Hora"* foi obra de comandos.



Em pouco mais de 15 minutos os depredadores executaram a sua obra. Ignoravam a existência de um cabo de alta tensão que, se atingido, causaria danos de extensão imprevisíveis, chegando mesmo a sacrificá-los.

## **O Carnaval**

O dia 1º de abril foi de tráfego congestionado, avançado passo a passo, no Rio de Janeiro. Especialmente na Zona Sul. Quase duas horas para ir de Copacabana ao Leblon, percurso que se faz normalmente em meia hora. Madrugada de colisões.

Na praia de Botafogo três carros de passeio chocaram-se, em horas diferentes, contra postes e árvores. No Flamengo, um carro estadual, oficial, cujos ocupantes metralharam a sede da União Nacional dos Estudantes, estava completamente danificado. Colidira com um poste, após o atentado. Na Avenida Beira-Mar, duas Kombis chocaram-se contra um poste e uma árvore. Um carro de praça incendiou-se na Avenida Brasil, enquanto o auto particular, do juiz trabalhista Orlando Silva Oliveira, atropelava e matava uma doméstica na Rua Haddock Lobo.

Filas extensas na Rua Barata Ribeiro e Av. Nossa Senhora de Copacabana. Casas comerciais, mercearias, bares, cafezinhos, restaurantes continuavam a atender ao público, normalmente, embora devagar e em grupos, pois entravam poucos consumidores nas lojas ao mesmo tempo. Soldados do Exército patrulhavam as ruas, nas proximidades da praia, cujo ambiente era de otimismo, com populares se manifestando: "*Isso não vai dar em nada*". Era o lugar-comum e denominador das crises brasileiras: a inclinação do brasileiro para resolver tudo sem sangue e que a calma devia prevalecer.

Na Rua Sá Ferreira meninos e meninas iam até a praia, aproveitando o feriado escolar de fato e de direito, buscar areia para barricadas. Populares, solidários ao Forte de Copacabana, que àquela hora já aderira, isolavam, com cordas, todas as ruas. À tardinha. Dois tiros vinham do Leme. Era o sinal de vitória, que acionou o gatilho da explosão popular. E tudo se misturou na chuva, alegria e carnaval, refletidos nos olhos dos soldados que ocupavam o Forte de Copacabana, patrulhas do Posto Seis.

Uma história: homens, mulheres e crianças, empunhando bandeiras, lenços brancos, lençóis, comemoravam o que ficou sendo o Carnaval da Vitória. Das janelas dos apartamentos em toda a Zona Sul, eram estendidos lençóis e colchas, numa homenagem à Vitória da Revolução. E duas chuvas se misturaram no espaço; a que caía de muito alto, de água, e a de papéis picados. E uma caravana de automóveis, buzinando, vespas nas avenidas e ruas de Copacabana, de Botafogo, do Jardim Botânico, do Leblon e Ipanema. Era a festa da vitória!

### **Copacabana, 12h30**

Vinte oficiais da Escola do Estado-Maior de Exército e vinte da Escola Superior de Guerra, chefiados pelo Coronel César Montanha de Sousa, tomaram, pouco depois do meio-dia de 1º de abril, o Forte de Copacabana. A dramática operação foi considerada decisiva para a vitória das Forças que se opunham ao presidente Goulart. Chegando ao Forte num grupo de carros particulares, os oficiais invadiram, atirando. Um oficial foi atingido na barriga. Imediatamente, uma ambulância do Hospital Miguel Couto, que acompanhara os carros, levou o ferido. Os outros se encaminharam para o portão do Forte, gritando: "*Não atirem. São dos nossos!*" O portão se abriu, houve apertos de mão e continências. Estava configurada a posição revolucionária do Forte de Copacabana.

# EXÉRCITOS SE ENCONTRAM NA MANTIQUEIRA

FOTOS DE  
LUIZI MAMPRIM E  
JOÃO RODRIGUES



FANQUE, caminhão e carro blindado do Exército serviram para Revolução, ao encontro das tropas do Gen. Kruel, para uma brigada que não houve.

Partido de São Paulo a 1.º de abril, sob o comando do General Amaury Kruel, tropas do II Exército rumaram para a Guanabara a fim de submeter o I Exército. Quando chegaram a Revolução, E. do Rio, deslocaram-se com efetivos do I Exército. Mas não houve brigas. A Revolução estava vitoriosa e a causa era comum: Democracia.

## REVOLUÇÃO



CADETES da Academia Militar de Agulhas Negras, que participaram das operações, regressam à sua Escola.



ALFORJADOS pelo Comandante da Academia Militar de Agulhas Negras, General Emílio Corrêas Meloan, os cadetes se deslocam na noite de um entrecruze perto de Escada.



UTILIZANDO conhecimentos e técnicas aprendidas na Academia, os cadetes, sob o comando dos Comandantes a Escada Rio — São Paulo, montaram ninhos de resistência.



CORTIQUENTES foram espalhados nos matos e serras das montanhas da zona — em São Paulo. Em algumas colinas havia cobões 100. Os cadetes impediram o choque dos Exércitos.

## **Guanabara, Alvo de Mineiros e Paulistas**

**(Reportagem de Oswaldo Amorim, Anver Bilate e José Carlos Vieira – Juiz De Fora, e Eduardo Ramalho, João Rodrigues e Walter Luiz – Resende)**

### **Mourão Conspirava Desde o Plebiscito**

Juiz de Fora, Minas Gerais.

Aos 30 minutos do dia 31 de março; entrava em ação um dispositivo militar forte, há muito tempo preparado, após uma declaração do General Carlos Luís Guedes, da guarnição de Belo Horizonte. O movimento, que estivera marcado para iniciar-se dia 1º de abril contra o Governo Federal, foi antecipado porque o General Guedes não achou que se devia deflagrar a ação num dia de Lua Minguante. E desceu para tomar a Guanabara.

Um violento combate esteve prestes a travar-se em Areal (Estado do Rio), quando se encontraram as tropas mineiras que marchavam rumo à Guanabara e as tropas ainda fiéis ao Presidente João Goulart, estrategicamente colocadas nas montanhas adjacentes à BR-3. Depois de alguns instantes de angustiada indecisão, o Comandante da tropa, fiel ao Governo Federal, General Cunha Melo, se comunicou com o General Assis Brasil, perguntando o que devia fazer e se o Chefe da Casa Militar da Presidência da República mandaria carros de assalto.

Depois de ouvir as ordens do General Assis Brasil, perguntou se houvera alguma prisão. E que tinha acabado de saber que o Presidente João Goulart deixara o Rio de Janeiro em avião especial. E assim, o General Cunha Melo resolveu abrir passagem para as Forças Mineiras e dar ordem para as suas se recolherem aos quartéis.

A primeira adesão se deu logo depois de se encontrarem o 1º Batalhão de Caçadores, de Petrópolis, com o Grupamento Tático Tiradentes sobre a ponte do Rio Paraibuna, onde parlamentaram os emissários das duas Forças. Mais tarde, dava-se a adesão mais importante, às 05h30 do dia 1º, quando as tropas do Regimento Sampaio se bandearam para o lado das tropas mineiras. Com o regresso do General Cunha Melo, as Forças do Governo Federal postadas na estrada Rio-Petrópolis não ofereceram nenhuma resistência às tropas oriundas de Minas Gerais, que entraram na Guanabara durante a noite do dia 1º.

As tropas deslocadas rumo à Guanabara pelo General Olímpio Mourão Filho contavam com 18 mil homens. Cento e trinta ônibus de várias empresas que fazem transporte normal em Minas Gerais foram requisitados para transportar as tropas mineiras. Os soldados, transportados em caminhões do Exército, demonstraram estar preparados para qualquer batalha militar, o que não se, deu face às adesões recebidas pelos Generais Mourão Filho e Amaury Krueel. Por todas as localidades por onde passavam, as tropas de Minas Gerais eram saudadas pela multidão agrupada nas estradas. Em Três Rios, foi impressionante a adesão do Regimento Sampaio, e em Pedro do Rio a notícia da renúncia (como correu inicialmente) do Presidente João Goulart evitou que os batalhões mineiros fossem massacrados pela artilharia localizada nos morros das imediações daquela cidade.

O General Mourão Filho, após o movimento em direção ao Rio de Janeiro, revelou que "a atuação do Presidente João Goulart, de dois anos para cá, apoiando-se no CGT e em grupos reconhecidamente comunistas, obrigou-o a fazer o que devia ser feito, obrigando-o a conspirar contra o seu Governo desde o dia 06 de janeiro de 1962, quando o plebiscito fez retornar o regime presidencialista".

Em tom de blague <sup>(2)</sup>, disse o General Mourão Filho que o General Jair Dantas Ribeiro o promoveu gratuitamente quando o destituiu do Comando da sua Divisão e que, se fosse político, poderia explorar certos fatos e candidatar-se a qualquer cargo, elegendo-se com bastante facilidade por qualquer legenda. Um dos pontos abordados pelo General Olímpio Mourão Filho, na sua entrevista a "O Cruzeiro", foi o do êxito da sua campanha, que ele atribui a três fatos:

*As operações silêncio (agir quase durante dois anos sem que ninguém de nada soubesse, principalmente a Imprensa);*

*A operação gaiola (detenção de todos os elementos considerados subversivos) e;*

*A operação Popeye (descer para a Guanabara, onde estava tudo preparado, e lá chegar sem derramar sangue).*

### **Amaury Kruel foi Peça Decisiva Para a Vitória**

Resende, Rio de Janeiro.

O fim das manobras do I Exército, sob o comando do General Moraes Ancora, que se dirigia da Guanabara para deter as Forças do General Amaury Kruel, vindas de S. Paulo, foi decidido em reunião entre os dois Comandantes na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). O encontro se deu após a participação efetiva dos Cadetes da AMANr nas operações de batalha, após proclamação em favor do General Kruel e às tropas mineiras comandadas pelo General Mourão Filho. Antes que as tropas chegassem, oficiais e Cadetes já haviam formado uma trincheira quase que inexpugnável para contrapor-se ao I Exército. Seu comandante era o General Comandante da AMAN, Emílio Garrastazu Médici.

---

<sup>2</sup> Blague: gracejo, pilhéria. (Hiram Reis)

Após a proclamação dos Cadetes as tropas se colocaram em operação de combate ao longo da estrada Rio – São Paulo, ocupando, imediatamente, a fábrica de explosivo Dupont e outros pontos-chaves. Enquanto isso, ainda havia dúvida, em São Paulo, sobre a marcha para a Guanabara, visando a deter as tropas do I Exército, o 5º Regimento de Infantaria de Lorena (Regimento Itororó) colocava seus caminhões e jipes na estrada, seguindo em direção de Resende, onde se juntou ao pessoal das Agulhas Negras. O Comandante dessa tropa, Coronel Manuel José Correia Lacerda, armou o seu dispositivo, à espera de outras tropas, que não se fizeram demorar, para ajudá-lo: o 6º RI, o BCCL, o RECMEC e o RO, este mobilizado sobre trens da Rede Ferroviária Federal.

Por volta das 14 horas a expectativa é intensa. De um lado, quase que em frente, as tropas da AMAN e do 5º RI, enquanto do outro se acham as do I Exército: BE-MB, 1º G Can 90 AAer, REsA, REsI e BEsE.

Notícias as mais contraditórias. Os oficiais de ambos os lados se comunicavam, pelo telefone de campanha, indagando sobre quem teria as mais recentes notícias do que acontecia nos altos escalões da República. É quando se dá o começo do fim. Duas baterias do REsA atravessam a faixa de segurança, delimitada entre Resende e Barra Mansa e aderem à tropa de São Paulo. É como se fosse o sinal. Logo depois um grupo de oficiais da EsAO, em sua maioria Capitães, chega à paisana e se apresenta ao Coronel Manuel Lacerda, aderindo ao II Exército.

Por perto das 17h00 corre a notícia de que o Presidente João Goulart deixara o Rio de Janeiro. Pouco depois chega à AMAN o General Kruel e se reúne com o General Moraes Ancora. Retornam às suas unidades às 20h00. A paz estava selada.

A noite transcorreu normalmente, com os Cadetes voltando à Academia pela manhã. Os seis canhões 105 mm são retirados. Os serviços logísticos funcionaram perfeitamente, nada faltando aos Cadetes, "como se estivessem em operação normal de treinamento" que durou 22 horas.

As tropas fizeram sua entrada na Academia de maneira solene, havendo leitura da proclamação do General Amaury Krueel, Comandante do II Exército, aos alunos e praças da Escola, em que o chefe da tropa sediada em São Paulo disse que:

*Tinha a certeza de que, sentados nos mesmos bancos que antes ocuparam ele e outros oficiais, a mocidade da Academia Militar das Agulhas Negras não faltaria ao Brasil, na hora mais decisiva, em defesa da democracia.*

O General Amaury Krueel termina a sua nota afirmando que:

*Podemos dizer que a Academia Militar começou e findou, sobretudo com bravura moral, aquela luta em prol da liberdade.*

Mais tarde, as tropas do I Exército voltavam para o Estado da Guanabara, a fim de se recolherem aos seus quartéis. E a luta que se esboçara terminava com o canto, na Academia Militar das Agulhas Negras, do Hino Nacional, por centenas de Soldados, Cadetes, Oficiais do I e do II Exércitos.





## **A Marcha de Minas Sobre a Guanabara**

### **O Avanço dos Mineiros**

**A** Marcha sobre a Guanabara, vinda de Minas, foi iniciada na madrugada do dia 31, quando as tropas do 12º e do 10º Regimentos de Infantaria se deslocaram de Belo Horizonte e de São João del Rey rumo a Juiz de Fora, juntamente com três Batalhões da Força Pública do Estado de Minas Gerais. Juntaram-se às Forças sediadas em Juiz de Fora, daí prosseguindo, incorporadas, para o Rio. Por onde passavam, os soldados eram festejados pelo povo das cidades e lugarejos das margens das estradas e pelos passageiros de ônibus e carros que por eles cruzavam, o que contribuiu para elevar o moral da tropa. A primeira cidade ocupada foi Três Rios, onde a população recebeu alegremente as tropas mineiras e a partir da qual a fila de caminhões retardou sua marcha.

O General Carlos Luís Guedes revelou que a articulação em favor do Movimento ora vitorioso começou há poucas semanas, após o fracassado Congresso da CUTAL, em Belo Horizonte. As primeiras adesões na área civil foram as dos Governadores de S. Paulo, S. Catarina, Paraná, Mato Grosso, Goiás, Espírito Santo e Bahia. A precipitação dos acontecimentos deveu-se ao comício do dia 13, quando o presidente João Goulart, segundo o General Guedes, *“abandonou imprudentemente as Forças Armadas para dar apoio às lideranças sindicais”*. Antes da deflagração do Movimento, o Governador Magalhães Pinto enviou emissários ao Governador Adhemar de Barros e ao General Amaury Kruehl, tendo o primeiro alegado ser demasiado visado para iniciá-la, enquanto o militar afirmava que o movimento teria o seu apoio. E assim foi feito.

## **De Brasília Pelo Bureau de “O Cruzeiro” no D.F.**

Tinha chegado a Brasília, inesperadamente, o Presidente João Goulart. Do Palácio do Congresso para o Palácio do Planalto, onde tremulava o pavilhão presidencial, a distância é de 500 m, em linha reta.

As declarações do Presidente da República tinham sido sucintas:

- 1) *Controlaria a rebelião dentro de horas;*
- 2) *Mandara prender o Governador Carlos Lacerda;*
- 3) *Tinha vindo para Brasília para dar uma demonstração ao Mundo da segurança em que se encontrava no exercício da presidência da República.*

Uma hora depois, o presidente Goulart abandonou o Palácio do Planalto e se dirigiu à Granja do Torto, tendo convocado para uma conferência o Deputado Doutel de Andrade, o Senador Artur Virgílio e o Deputado Tancredo Neves.

Mas, na cauda do “*Viscount*” presidencial, cortando os céus de Brasília, todo mundo viu a esteira de fumaça de um poderoso jato transcontinental, o “*Coronado*” da Varig. Ao mesmo tempo, os receptores mostravam que a situação na Guanabara evoluía de modo diferente. Proclamações sucessivas do Governador da Guanabara chegavam através dos rádios. Ao entardecer, a Câmara e o Senado encerravam suas sessões e os meios políticos ficaram à espera do regresso dos líderes do PTB que se encontravam na Granja do Torto. Por volta das 19h00, o Deputado Doutel de Andrade reunia a bancada do PTB para comunicar-lhe: “*O presidente João Goulart estava disposto a defender as suas prerrogativas constitucionais e o partido devia estar preparado para enfrentar uma tentativa de impeachment*”. Os deputados do PTB dispersaram-se, sombrios.



NOITE de primeiro de abril de 1964. Cui o voto sobre o Palácio do Planalto a nome de Trótski de Presidente está sendo abandonada. O deputado João Goulart pede a ser declarado vago pelo Congresso. Goulart não. Mas o voto sobre a posse de Goulart.

# A CRISE VISTA

**Q**UANDO, às 15 horas do dia 30 de março, o Deputado Raulier Mattias abandonou abruptamente a presidência da Câmara para se dirigir a São Paulo, soube-se que se iniciava um processo capaz de modificar profundamente o quadro político brasileiro.

Em Minas Gerais, o Governador Magalhães Lima reformulou sua secretariado para recompor-se em Minas de uma frente política interpartidária, colocando a Secretaria de Finanças e Deputado José Maria Alvim, e dando ao Senador Milton Campos, seu controlador, um lugar de secretário seu pai.

O Presidente João Goulart encontrava-se no Rio, e se preparava para receber uma homenagem de saúdes, no Automóvel Clube, homenagem que aos olhos de todos parecia o cenário daquela episódio marcado pela insubordinação de marulheiros, no Sindicato de Metalúrgicos, na quinta-feira da semana Santa.

Nada mais restava para completar o quadro dos acontecimentos que culminaram, quarta e quinta-feira, com a entrada do Deputado Raulier Mattias no gabinete privado do Presidente da República, no Palácio do Planalto, na quinta-feira da madrugada.

Encerrava-se um período e explosivo ciclo da política brasileira. Talvez, então, o pano sobre a primeira grande tentativa de lançar-se no campo de luta da conquista do Poder as chamadas forças populares, representadas pelas sindicatos e milícias militares, numa revolução de grande revolução de outubro, no Brasil. Uma revolução dos episódios de São Petersburgo e Odessa.

A marcha das guerrilhas militares de Minas Gerais sobre o Rio, sob o comando do General Olímpio Mourão Filho, a proclamação do Governador Admar de Barros, Teles, e, afinal, o círculo da rebelião democrática.

Mobilizadas as tropas, ocupada a estrada, estabelecido o clima de guerra, restava como ponto de resistência o Congresso Nacional, em Brasília, distante das áreas de conflito, andando pela chegada de uma representação, a fim de obter "votos" para deliberação, para aprovar, talvez, a saída em expressão de retidão de Brasília em apoio do seu passado.

Terça-feira, pelo manhã, o Deputado Raulier Mattias já se encontrava em Brasília. Câmara e Senado transformaram-se em palco de diálogo rápido, venenoso, mas equidistante nas mesmas parlamentares. O problema objetivamente colocado em Minas de confronto de forças, cambões e contrabandistas estava sendo equacionado também em Minas política. Contra a legalidade da renúncia do Presidente da República arguiu-se a sua posse, para alguns setores, do seu propósito de subverter o Regime, a começar pela destruição da disciplina e da hierarquia militares.

Terça de terça-feira. Receptores de rádio ligados, os líderes do PSD e da UDN aguardavam o sinal do Governador Admar de Barros, a atitude a ser tomada pelo Comandante do II Exército, do General Assis Brasil. O PTB pressionava, através de seus representantes, o Brasil, pelo plano inclinado, do Presidente João Goulart. O Deputado Dostel de Andrade denunciava a quebra da legalidade, o "golpe" parlamentar que se desenhava para o futuro. A sequência, através do Deputado Alcindo Amorim, colheu o problema em termos de desajustamento entre o Congresso e as aspirações populares. A noite, promulgada as deliberações tomadas no plenário da Câmara, sob o nome do rádio a palavra do Governador de São Paulo. Aos gritos de "São Paulo aderiu". A baseada da UDN levantou-se e anunciou o acatamento. Os tempos não conseguiram repetir a sessão nos termos regionais. O fatídico da guerra civil logo uma sombra sobre o Congresso.

Na quarta-feira, a partir das primeiras horas, os deputados e senadores passaram a registrar o número de adesões ao movimento rebelde sob o nome de Minas Gerais. Depois do São Paulo, os municípios do General Justino Alves Mendes, de Pernambuco, dos municípios de Santa Catarina, Paraná e Goiás, fortalecidos a convicção de que se tornara irreversível o movimento revolucionário iniciado às horas atuais, comandado pelo Governador Magalhães Lima.

Ordens radiofonias procuravam um clima de informações contraditórias. Tudo-se via uma situação guerra psicológica. O Governador Mauro Borges, de Goiás, depois de rebelar-se, ofereceu-se para garantir o funcionamento do Congresso, com as tropas aderidas em Odessa. Mas, além não se embriar a verdadeira intenção do comandante de Brasília, General Nicolau Pinó, veio amigo do Presidente João Goulart. A perspectiva era de um confronto armado dentro de Brasília, onde "contingentes" estavam sendo alistados para formar uma milícia. Neste caso, estava associada a integridade do Congresso e a Capital Federal seria tida sempre que Rio e São Paulo: um mar de tranquilidade.

Os presidentes Raulier Mattias e Moura Andrade, e o líder do PSD, da UDN e do PSP, Deputados Martins Rodrigues, Adolfo Cardoso e Arnaldo Cordeiro procuraram o General Nicolau Pinó. Transmitem-lhe as apreensões a respeito da separação do Congresso e das parlamentares. Corta o local de que líderes aderidos tinham de aderir das deputadas e senadores anti-golpistas para atuar-lhes em suas residências. O General Pinó reagiu pela primeira vez no sentido rebelde: garantiu o Congresso, reforçou o policiamento da cidade. A tarde, Câmara e Senado reuniram-se apenas para constituir as formalidades. E não tiveram 20 minutos de sessão regular, quando o parlamento presidencial era instalado no Palácio do Planalto.



TAMBÉM na reunião do gabinete do senador Artur Moura Andrade, há o voto sobre o Palácio do Planalto a nome de Trótski de Vargas. É o momento solene, a momento prático, quando o Presidente do Congresso responde a Mattias na Câmara da República. Dostel denuncia a quebra da legalidade da posse de Goulart.

# DE BRASÍLIA

PELO BUREAU DE "O CRUIZEIRO" NO D. F.

Tinha chegado a Brasília, inesperadamente, o Presidente João Goulart. Do Palácio do Congresso para o Palácio do Planalto, onde tramou-se o parlamento presidencial, a distância é de 500 m. em linha reta.

As declarações de Presidente da República tinham sido curtas: 1) Continuará a rebelião dentro do Brasil; 2) Mandava prender o Governador Carlos Laeder; 3) Tinha visto para Brasília para dar uma demonstração ao Mundo da segurança em que se encontrava no exercício da Presidência da República.

Uma hora depois, o Presidente Goulart abandonou o Palácio do Planalto e se dirigiu à Graça do Turia, tendo convocado para sua conferência o Deputado Dostel de Andrade, o senador Artur Virgílio e o Deputado Teodoro Nery. Mas, na noite de "Voto" presidencial, cortando as ruas de Brasília, tudo mudou via a estirpe de fogueira de um poderoso jato transatlântico, o "Comandante" da Varig. Ao mesmo tempo, os receptores mostravam que a situação na Assembleia evoluía de modo diferente. Proclamações aprovadas do Governador da Guanabara, desviam através dos rádios. Ao entardecer, a Câmara e o Senado aderiram suas adesões e as mesas poltronas ficaram à espera do retorno dos líderes do PTB que se encontravam na Graça do Turia. Por volta das dezesseis horas, o Deputado Dostel de Andrade reuniu a baseada do PTB para comemoração.

O Presidente João Goulart estava disposto a dividir a sua prerrogativa constitucional e o parlamento devia estar preparado para enfrentar uma tentativa de "impeachment". Os deputados do PTB dispensaram-se, portanto.

Por volta das 21 horas, ocorreram os primeiros rumores de que o Presidente João Goulart embarcava com destino a Fôris Alegre, onde o Deputado Louvi Brito parecia dominar a situação. A última notícia, sob o silêncio, em lágrimas, pelo deputado penalista Privaldo de Barcelos, o Governador Meneghetti tinha-se retirado da capital do Rio Grande do Sul e se encontrava em Santa Maria da Boa Vista, não identificada no comunicado do governo federal.

As 23h30 as rádios do Rio e São Paulo anunciaram a convocação de uma sessão extraordinária do Congresso, a fim de ser instalado na Presidência da República, o Deputado Raulier Mattias. Ao 24 horas, no edifício do Congresso, ainda vazio, encontraram-se com o General Pinó no plenário da Câmara e do Senado, no gabinete do líder da UDN, no Senado. O comandante de Brasília foi eleito: "Constituiu-se uma comissão com o Presidente João Goulart, sendo o momento em que ele se apresentou da Capital Federal, sob o destino brasileiro". Depois das horas, o plenário da Câmara re-

teve repleto de deputados e senadores. Os peletistas tinham decidido resistir a qualquer "golpe" parlamentar para impedir o Deputado Raulier Mattias na Presidência da República. Já na madrugada de quinta-feira, às 23h, o Senador Moura Andrade entrou-se à mesa da presidência do Congresso e abriu a sessão. O Deputado Sérgio Magalhães interveio para obter se o regimento das duas casas do Congresso tinha sido obedecido para a convocação da sessão conjunta. Respondendo-lhe o Senador Moura Andrade que tinha precedido sessão e interpleta, naquela tarde do 29 de agosto de 1964, quando o Congresso se reuniu para dar posse ao Deputado Raulier Mattias, no lugar do Sr. João Quadros, que renunciara à Presidência da República, E, dominando os gritos dos deputados peletistas, mandou ler em efeito do Senador Darry Ribeiro, que anunciava a partida do Presidente João Goulart para o Rio Grande do Sul, o Senador Moura Andrade contestou vago a Presidência da República e proclamou o Deputado Raulier Mattias novo chefe do Poder Executivo. A sessão durou apenas 10 minutos. Ao deixar da presidência, o Senador Moura Andrade quis ter agredido pelo Deputado Bocalino Cunha. O Deputado Breno da Silveira jogou a microfone contra os senadores. O Deputado João Berrido, de Minas, irreflexamente transformado, gritava "golpes, golpes". Por outro corredor, acompanhado por uma centena de deputados do PSD e da UDN, o Deputado Raulier Mattias saiu em direção ao Palácio do Planalto.

A Trovão, seu grupo estrupido, deputados e senadores formaram uma varredura, ao lado esquerdo para vencer os quibombos soltos que separam os poderes legislativo e executivo. Mas o momento demorou, levando o Deputado Raulier Mattias para a Presidência da República, do mês da pequena reunião surgiu o Ministro Ribeiro da Costa, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Tinham os antecedentes de Deputado Mattias não do autônomo para aderir e lugar. O Deputado Jirair Cavalcante, que se retirou do cargo, acabou de resolver e entregou-o a um companheiro que se encontrava escondido no Senado dissolvido.

Ao chegar ao Palácio de Planalto, os peletistas estavam isolados, se elevaram paradas e se corretores saíram. No quarto andar, se Senhores Darry Ribeiro, chefe da Casa Civil, e Waldir Pinó, procurador-geral da República, estavam dispostos a resistir. Coube ao General Pinó a tarefa de desalojar-lhe. Ribeiro e General e os dois assistentes do Presidente da República foram forçados de Brasília. O General explicou que apesar de ter sido o Congresso e não sabe que o Presidente João Goulart tinha ido para o Rio Grande do Sul. Os Senhores Waldir Pinó e Darry Ribeiro retiraram-se, levando passaportes e documentos. Essas quatro horas da madrugada e o Deputado Raulier Mattias já se encontrava na Presidência da República.

Por volta das 21h00, correram os primeiros rumores de que o presidente João Goulart embarcara com destino a Porto Alegre, onde o Deputado Leonel Brizola parecia dominar a situação. A última notícia, tinha sido confirmada, em lágrimas, pelo deputado peessedista Perachi de Barcellos: o Governador Meneghetti tinha-se retirado da capital do Rio Grande do Sul e se encontrava em Santa Maria da Boca do Monte, não identificada no comunicado do governo gaúcho.

**23h30.** As rádios do Rio e São Paulo anunciavam a convocação de uma sessão extraordinária do Congresso, a fim de ser empossado na Presidência da República o Deputado Ranieri Mazzilli.

**24h00.** No edifício do Congresso, ainda vazio, encontraram-se com o General Fico os Presidentes da Câmara e do Senado, no gabinete do líder da UDN, no Senado. O comandante de Brasília foi claro: *“Cessaram os meus compromissos com o presidente João Goulart, desde o momento em que ele se ausentou da Capital Federal, com destino ignorado”*.

**02h00.** O plenário da Câmara estava repleto de deputados e senadores. Os petebistas tinham decidido resistir a qualquer *“golpe”* parlamentar para empossar o Deputado Ranieri Mazzilli na Presidência da República.

**02h20.** Madrugada de quinta-feira, o Senador Moura Andrade sentou-se à mesa da Presidência do Congresso e abriu a sessão. O Deputado Sérgio Magalhães interpelou-o para saber se o regimento das duas casas do Congresso tinha sido obedecido para a convocação da sessão conjunta. Respondeu-lhe o Senador Moura Andrade que tinha procedido como o interpelante, naquela tarde de 25 de agosto de 1961, quando o Congresso se reuniu para dar posse ao Deputado Ranieri Mazzilli, no lugar do Sr. Jânio Quadros, que renunciara à Presidência da República.

E, dominando os gritos dos deputados petebistas, mandou ler um ofício do Senhor Darcy Ribeiro, que anunciava a partida do presidente João Goulart para o Rio Grande do Sul, o Senador Moura Andrade considerou vaga a Presidência da República e proclamou o Deputado Ranieri Mazzilli novo Chefe do Poder Executivo. A sessão durou apenas 10 minutos. Ao descer da presidência, o Senador Moura Andrade quase foi agredido pelo Deputado Bocaiúva Cunha. O Deputado Breno da Silveira jogou o microfone contra as bancadas. O Deputado João Herculino, de Minas, inteiramente transtornado, gritava "*gorilas, gorilas*". Por outro corredor, acompanhado por uma centena de deputados do PSD e da UDN, o Deputado Ranieri Mazzilli saiu em direção ao Palácio do Planalto.

À frente, em grupo avançado, deputados e senadores formaram uma vanguarda, no lento avanço para vencer os quinhentos metros que separam os poderes legislativo e executivo. Mal o automóvel partiu, levando o Deputado Ranieri Mazzilli para a Presidência da República, do meio da pequena multidão surgiu o Ministro Ribeiro da Costa, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Um dos acompanhantes do Deputado Mazzilli saiu do automóvel para ceder-lhe o lugar. O Deputado Heitor Cavalcante, que se retirou do carro, sacou do revólver e entregou-o a um companheiro que se encontrava desarmado no banco dianteiro.

Ao chegar ao Palácio do Planalto, os portões estavam fechados, os elevadores parados e os corredores desertos. No quarto andar, os Senhores Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil, e Waldir Pires, procurador-geral da República, estavam dispostos a resistir. Coube ao General Fico a tarefa de desalojá-los. Entre o General e os dois auxiliares do presidente da República houve troca de insultos.

O General explicou que apenas garantia o Congresso e não sabia que o presidente João Goulart tinha ido para o Rio Grande do Sul. Os Senhores Waldir Pires e Darcy Ribeiro retiraram-se, levando pastas e documentos.

**04h00.** O Deputado Ranieri Mazzilli já se encontrava na Presidência da República.



## Um Milhão Marcha com Deus Pela Vitória

Nunca houve manifestação igual. Nunca houve determinação igual. Jamais se viu tanta gente nas ruas do Rio, de todas as profissões, de todos os credos religiosos, de todas as categorias sociais, *irmanada nos mesmos propósitos: defender a família, os princípios cristãos do nosso povo, a liberdade do Brasil*. Liberdade que havia sido conquistada algumas horas antes por uma Revolução Democrática e Popular. Um milhão de pessoas comemorou, então, a vitória da causa brasileira.

○ povo carioca atendeu ao chamado dos que pediam sua presença maciça às praças públicas, na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Um milhão, aproximadamente, de cariocas, fluminenses das cidades vizinhas e representações dos Estados mais próximos (como uma comitiva de doze mil pessoas de Petrópolis), reuniu-se, um dia após o término da grande crise nacional, numa das maiores demonstrações populares já vistas no Rio.

A ausência completa de qualquer policiamento ostensivo deu a nota de pacifismo que caracterizou a Marcha. Os poucos policiais presentes, da Polícia Militar do Estado da Guanabara, montados em cavalos e portando bandeiras, mais pareciam ter ido à praça pública para receber os aplausos intermináveis da multidão, que neles via os representantes dos defensores do Palácio da Guanabara durante a crise. Os cavalariáneos, ao chegarem à esquina das Avenidas Rio Branco e Presidente Vargas para abrirem o desfile que se deslocou para a Praça do Expedicionário, em frente ao Ministério da Fazenda, já encontraram a Avenida Rio Branco totalmente tomada, até a esquina da Avenida Almirante Barroso, com o povo se dirigindo para o local da manifestação.





# UM MILHÃO MARCHA COM DEUS NA VITÓRIA

TEXTO: JOSÉ BELÉM FOTOS: JOSÉ BELÉM, GERALDO VIOLA, JOÃO FONTES E HÉLIO PASSOS



CÉRCIA de um milhão de pessoas compareceram à "Marcha da Família Com Deus Pela Liberdade", no Ipiranga da rua 3 de abril. A foto mostra a gêmea mais humana concentrada em frente ao Ministério da Fazenda. À esquerda: D. Amélia Bastos, organizadora da Marcha.

Nunca houve manifestação igual. Nunca houve determinação igual. Jamais se viu tanta gente nas ruas do Rio, de todas as profissões, de todos os credos religiosos, de todas as categorias sociais, imbuída nos mesmos propósitos: defender a família, os princípios cristãos do nosso povo, a liberdade do Brasil. Liberdade que havia sido conquistada algumas horas antes por uma revolução democrática e popular. Um milhão de pessoas comemorou, então, a vitória da causa brasileira.

CONTINUA



Representantes de diversas credos (católicos, ortodoxos, umbandistas, protestantes, espíritas etc.) levaram sua palavra de apoio à Marcha, bem como outros oradores. A cada momento era anunciada a chegada de personalidades, como o Marechal Eurico Gaspar Dutra, Marechal Magessi, Presidente do Clube Militar, Marechal Mendes de Moraes, Monsenhor Francisco Bessa, secretário e representante do Cardeal Câmara, as esposas dos Governadores Carlos Lacerda e Correia da Costa. Ocupavam o palanque também os Deputados Raul Brunini, secretário sem pasta da Guanabara, Levi Neves, Gama Lima e outras personalidades. Após o discurso da Presidente da CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) e organizadora da Marcha, os alto-falantes anunciaram a chegada do General Olímpio Mourão Filho, comandante das tropas mineiras rebeladas e que acabava de chegar ao Rio.

De braços abertos e braços levantados, os dedos formando o "V" da Vitória, o General Mourão Filho dirigiu-se ao povo, que o aplaudiu demoradamente.





O Cruzeiro nº 28, Rio de Janeiro, RJ  
Sábado, 18.04.1964



Crise Política com Desfecho à Vista



**A** reaproximação do sr. Leonel Brizola com o presidente João Goulart, restabelecendo a unidade das chamadas Forças Populares, foi recebida com alarma pelas correntes democráticas, que a interpretaram como sintoma de que, a partir do comício do dia 13 de março, o Chefe do Governo enveredou efetivamente por um caminho Revolucionário irreversível. O sr. Brizola deverá, em consequência, participar do governo, assumindo sua parte de responsabilidade numa mobilização que iria, em ritmo crescente, minando as resistências das classes conservadoras e do Congresso à adoção das Reformas de Base.

O novo Ministério, que deverá surgir, segundo se prevê, na base do reagrupamento esquerdista, seria o primeiro passo para um processo de mudança total nos escalões administrativos. Toda a administração, incluindo chefias de serviços e de repartições, seria tomada dos seus atuais ocupantes, tidos como cúmplices do sistema conservador alimentado pelo PSD e pela UDN. Ainda que não vá para o Ministério da Fazenda, o sr. Brizola imporia, com sua presença, a alteração de toda a política econômico-financeira, principalmente no que se refere a câmbio e redescontos, para que com o governo fique o controle efetivo do comércio exterior e da rede bancária nacional. O Sr. Marco Antônio, deputado comunista, revelou conversações que tem mantido com o sr. João Goulart em torno de uma nova Instrução da SUMOC, de liquidação do sistema adotado pela 263.

Já assumiu o sr. Leonel Brizola, por insistência do sr. João Goulart, a presidência efetiva do PTB, ficando a seu cargo a recomposição da frente política que irá realizar as pressões em favor das Reformas. Decidirá ele da presença, ou não, de pessedistas agressivos nesta frente, tudo indicando que preferirá atrair para o PTB aqueles que queiram realmente se comprometer com uma Política Reformista.

O simples fato de estar o sr. Brizola no comando do partido do governo, do partido do sr. João Goulart, constitui indicação preciosa das decisões tomadas com relação à sucessão presidencial. O sr. Brizola não acredita em sucessão, acredita em Revolução, e se for levado à sucessão, tem ele posição declaradamente hostil ao sr. Juscelino Kubitschek. Ascendeu o sr. Brizola ao comando do PTB, por coincidência, no mesmo dia em que o sr. Juscelino era oficialmente lançado candidato do PSD à Presidência da República.

A recomposição do Ministério, que seria consumada nos próximos dias, dará, de qualquer forma, os rumos da situação do País, sob o ângulo do governo. Embora prevejam alguns um novo recuo do sr. João Goulart, o presidente tem assegurado aos próceres esquerdistas, que dele se reaproximaram, que desta vez levará a crise nacional a um desfecho em sessenta dias. O presidente parece entender por desfecho a vitória do Movimento Reformista, a qual, a esta altura, somente se caracterizaria pelo poder que demonstrar o governo de convocar um plebiscito, não previsto na Constituição da República. A formação de opinião em favor desse plebiscito parece ser a primeira tarefa do sr. Brizola, já agora não mais o chefe da Oposição de esquerda, mas um líder entrosado com o Palácio do Planalto.

Esse conjunto de dados alarmou a Oposição a um ponto extremo. *A polarização das esquerdas fez com que se desenvolvesse, de outro lado, movimento paralelo para unificação de todas as correntes que possam resistir à investida do sr. João Goulart pelas Reformas de Base ou por outras reformas políticas.* O Sr. Carlos Lacerda consolidou sua aliança extra sucessória com o Sr. Adhemar de Barros, enquanto o Sr. Magalhães Pinto, pela primeira vez, admitiu que sua posição conciliatória estava em risco pelos sintomas de golpismo que se teriam tornado evidentes no setor governamental.

O que parecia impossível aos udenistas terá ocorrido: uma aliança entre os Governadores de Minas e da Guanabara em termos de defesa das instituições, sem envolver, por enquanto, a sucessão presidencial. No momento em que fez uma revisão nos quadros do seu Governo, desalojando a ala esquerdista que parecia comprometida pela radicalização, o Governador mineiro abriu caminho para sua inclusão no esquema de resistência ao goulartismo.

Hoje, o Centro e o Sul do País estão, por seus governadores e pela totalidade dos seus partidos conservadores ou centristas, mobilizados para resistir ao sr. João Goulart. O Rio Grande do Sul, o Paraná, São Paulo e Minas Gerais representam uma base de operações políticas capaz de desestimular um movimento de simples aventura. Os Governadores se entrosaram com os sistemas dominantes nos seus Estados e são hoje figuras expressivas do estado de espírito das classes médias alarmadas por todo o País.

No âmbito parlamentar, a UDN aprofundou suas conversações com setores do PSD desejosos de participar de uma resistência democrática. A Frente de Defesa da Constituição, programada pelos Srs. Bilac Pinto e Adauto Cardoso, dará, assim, suporte às organizações paramilitares de resistência, cuja formação em todo o interior foi abertamente estimulada pelo Presidente da UDN. Aceitando o desafio do presidente, de provocar decisões por grandes manifestações populares, a oposição unificada programou grandes passeatas e comícios não só nas capitais como nas cidades do interior. Em São Paulo, deflagrou-se o movimento com uma estrondosa passeata, repetida em ponto menor em várias cidades. Belo Horizonte e Rio de Janeiro serão o palco das próximas manifestações ostensivamente promovidas por senhoras católicas, em nome de Deus, da Família e da Liberdade.

Ao terminar a Páscoa, as posições, de um lado e outro da trincheira, pareciam ter sido irreversivelmente tomadas, numa radicalização jamais vista na história contemporânea do País. É evidente que, enquadrada a situação nesses termos, dificilmente haverá de se supor o encaminhamento da crise em termos de rotina. Nenhum dos lados admitirá uma derrota antes de lutar pela vitória. O presidente João Goulart, ainda que faça um dos seus espetaculares recuos, estará apenas ganhando tempo e adiando o desfecho para uma data que lhe pareça mais propícia.

A convocação da convenção nacional da UDN para o dia 10 de abril, no entanto, indica que as chances de influir o sr. Goulart decisivamente no destino próximo do País estão condicionadas a um curto período. A candidatura do Sr. Lacerda, mais as candidaturas Juscelino e Adhemar provocarão, daí por diante, uma condensação de correntes políticas e de influências que tenderá a desbastar seriamente o prestígio de um governo cujo declínio se procura precipitar.

Essas circunstâncias levam os observadores oposicionistas a prognosticar que o governo procurará forçar um desfecho favorável às suas aspirações dentro de uma faixa que não se estenderia além do 19 de Maio. Eis por que a Nação entrou numa fase de tensão e nervosismo, na expectativa de que, de uma hora para outra, seu destino próximo esteja decidido à sua revelia.



## **Perigo da Insubordinação Agrupa Forças Contra governo**

Irreversível ou não, o processo instalado no meio social, de modo consciente ou não, obediente e comandado pelo presidente João Goulart ou não, vê-se claramente o espocar de uma subversão, agora dentro da Marinha de Guerra, mas que poderá contagiar tropas de outras armas e estender-se inexoravelmente até os limites da anormalidade política.

A partir do comício do dia 13, quando habilmente lançou as bases do que entende ser a reformulação estrutural brasileira, sobretudo no sentido econômico, o Presidente João Goulart passou a esperar as reações.

O decreto da SUPRA, logo se viu que pouco significava. A Reforma Agrária não encontrou nele aquele desejado ponto de partida, ideal para eletrizar as massas camponesas. Ao contrário, o decreto fixou as posições e tornou-as mais radicalizadas, sobretudo entre os chamados pequenos proprietários. A desapropriação das refinarias também não repercutiu estrondosamente, como esperavam alguns assessores presidenciais.

Naquele episódio do comício da Central do Brasil, o essencial foi a posição do presidente da República, entre o deputado Leonel Brizola e os representantes da esquerda, desde o governador Miguel Arraes até o porta voz do CGT, todos alinhados numa estrada sinuosa, que ora se aproximava, ora se distanciava da legalidade, ainda que devidamente.

O presidente João Goulart, na sexta-feira, 13 de março, esgotou de certa forma a bandeira da Reforma Agrária. E o passo dado nesse sentido não contabilizou favoravelmente, e o saldo negativo aumentará na medida em que escorrer o tempo.

Segundo alguns, diante do acontecimento, sem dúvida de surpreendente êxito popular, mas sem ressonância política de maior vulto, aquelas forças que servem de apoio à política governamental foram as primeiras a se mostrar insatisfeitas, e recomeçar ou retornar ao ponto de partida da insatisfação parece ter sido o objetivo dos marinheiros que se concentraram no Sindicato dos Metalúrgicos, a fim de se manifestarem sobre assuntos políticos.

Na opinião dos observadores, se houve propósito de pintar com cores graves o quadro político nacional, os participantes daquela reunião da Rua Ana Néri exageraram nas tintas.

O episódio agora é inteiramente outro; é também um episódio novo, ainda que não seja inédito. Mas, de modo objetivo, caracterizou o espírito de insubordinação dos participantes da assembleia do Sindicato dos Metalúrgicos.

Naquela reunião, um tanto dramática, o espírito de hierarquia e da disciplina militar arrebutaram-se de uma só vez. E os atos posteriores do novo Ministro da Marinha, Almirante Paulo Mário, não bastarão para reparar definitivamente as rachaduras espetaculares que ficarão no que deve ser a sólida e inabalável estrutura das Classes Armadas.

Ao contrário do Movimento Reformista, desde a Reforma Agrária até as demais, o surto incontrolado de reivindicações salariais, agora tem-se o confronto de comandante com comandado, um confronto perigoso. E os remédios que devem ser heroicos, caudérios talvez aparentemente cruéis, têm que ser aplicados pelo presidente da República, constitucionalmente chefe supremo das Forças Armadas.



Quando afirmaram que, no comício do dia 13, o presidente João Goulart optara afinal por uma política de coerência, isto é, desde então se encaminhava no sentido brizolista, inclinava-se por expurgar do Governo aquele espírito de conciliação, considerado danoso à sua sobrevivência de Chefe de Estado, não imaginavam os observadores que outro episódio, mais grave, a assembleia do Sindicato dos Metalúrgicos, oferecesse uma opção mais definitiva, mais perigosa, em termos duplamente explosivos.

Pelas informações, Exército e Aeronáutica preferiram, através dos seus chefes, considerar, em primeiro lugar, a subversão hierárquica e a indisciplina dos marinheiros como restritas à Marinha, sobretudo diante do fato de os suboficiais e os sargentos condenarem frontalmente a atitude dos seus subordinados.

Mas, fora do círculo militar propriamente dito, na área ampla e ilimitada da política, no Congresso, nos partidos políticos e nas bases de sustentação dos candidatos à Presidência da República, que já são três, dois lançados oficialmente, Srs. Adhemar de Barros e Juscelino Kubitschek, e o último, inarredável, Sr. Carlos Lacerda, os fatos assumem uma excepcional gravidade.

Na verdade, solidário com todos aqueles que se agruparam ao seu redor no palanque do dia 13, na Central do Brasil, o Presidente da República prefere, ao PTB ou ao apoio do PSD, a instrumentação de ação popular que lhe oferece o deputado Leonel Brizola, até mesmo por uma questão de não lhe ceder um só instante a absoluta liderança que sente exercer nesse setor da vida brasileira. Assim, contra o presidente da República observa-se que se forma um amplo círculo de oposição, que tem seu ponto de partida junto aos

que aspiram a sucedê-lo no posto e se estende e se fortalece com aqueles que temem o agravamento da subversão dentro das Forças Armadas e fora delas, num Processo Revolucionário, com inegáveis traços marxista-leninistas.

O Congresso, que representa mais autenticamente as aspirações políticas dos partidos, onde se aglutinam também líderes esquerdistas das mais diferentes tendências, deve ser a caixa de ressonância desses episódios da Semana Santa, mais graves do que surpreendentes, perigosos, sem dúvida, pois foi posto em jogo o fundamental da segurança nacional, a necessária disciplina das Forças Armadas.

Eis, portanto, o Congresso pronto para rejeitar o projeto que anistiará os sublevados de Brasília, os sargentos condenados por desobedecerem e protestarem contra uma decisão do Supremo Tribunal Federal; e o Congresso, pronto a transformar-se em arma de ataque contra o chefe do Poder Executivo, ataque talvez definitivo, na medida em que os Chefes Militares, temerosos do agravamento do problema disciplinar, voltarem-se para ouvir àqueles que reivindicam contra o presidente da República a medida suprema do "impeachment", em nome da preservação da legalidade democrática e da Constituição.

Não há dúvida, pode verificar-se isso facilmente nas palavras de Deputados e Senadores, e a maioria da Câmara e do Senado dispõe-se a aceitar o desafio, bastando para tanto descobrir nas Forças Armadas o grau de temor que o episódio dos marinheiros despertou em cada um dos seus chefes e confrontar o desejo da maioria dos militares em enfrentar os acontecimentos de modo rigoroso.

Pessedistas, udenistas, pequenos partidos e muitos trabalhistas formariam o rolo compressor para deliberar sobre a estabilidade do governo, desde que sintam que seus candidatos à sucessão presidencial se encontram sobre areias por demais movediças e que a ameaça seja maior contra o status social e político do País.

Mesmo considerando o problema estritamente militar e circunscrito à Marinha, ele não deixará de ser, antes de tudo, grave para as demais Armas, e essas não terão outros meios de reprimir a indisciplina se não encontrarem no Presidente da República o desejo de fortalecer a hierarquia. Caso contrário, o processo de insubordinação poderá ganhar os escalões mais altos e o Chefe supremo das Forças Armadas terá que apelar para todas as reservas de sua autoridade, procurar, no seu arsenal de armas políticas, meios para sobreviver à tempestade que dizem ter sido arquitetada pela sua surpreendente capacidade de criar e recriar crises políticas dentro do seu governo.

O episódio da insubordinação de marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos derramou um processo crítico da política brasileira que, este sim, parece irreversível e, tudo indica, se encaminhará pelo indesejável, seja qual for a direção que ele tomar.



## Os Manifestos da Crise

### Manifesto do Marechal Magessi

**O** Marechal Augusto Magessi, Presidente do Clube Militar, lançou ao País o seguinte Manifesto:

*O Clube Militar, diante dos acontecimentos lamentáveis registrados anteontem no Sindicato dos Metalúrgicos, onde marinheiros e fuzileiros, insidiosamente doutrinados pelos chefes sindicalistas a serviço de Moscou, se homiziaram e deram mostras de indisciplina e revolta, declara-se solidário com a Marinha de Guerra de Tamandaré, Barroso, Batista das Neves, Greenhalgh e Marcílio Dias, na sua Justa e intrépida reação e repressão aos amotinados.*

*É preciso que a Nação brasileira se recorde dos feitos heroicos da nossa Marinha e do que ela é capaz de praticar em prol da Pátria, para ter confiança e tranquilidade, certa de que os homens de valor dessa nobre Força Armada saberão reconduzi-la ao rumo da retidão e de glórias, tão bem registrado em nossa História.*

*Formando ao lado e unido ao Clube Naval, no pensamento de ordem e respeito ao regime e à Constituição, o Clube Militar não medirá sacrifícios no sentido de concorrer para o restabelecimento da disciplina e do acatamento às autoridades e às Instituições.*

### Manifesto dos Almirantes

**O** Manifesto dos Almirantes, até a hora em que encerrávamos os trabalhos desta Edição, já estava assinado pelos seguintes oficiais superiores da Armada: Luiz Clóvis de Oliveira, Jorge Leite, Otacílo Cunha, Hélio Garnier Sampaio, Augusto Haman Hadmacker Grunewald, Carlos Pena Bôto, Levi Pena, Aarão Reis, José Saldanha da Gama, Zilmar Campos de Araripe Macedo, Silvio Monteiro Moutinho, Fernando Carlos de Matos, Vitor Jaime de Sá, Augusto Amaral Peixoto,

Mário Carneiro de Campos Esposel (Comandante), Wigaud Joppert (Comandante), Jurandir Pereira, Ernesto de Melo Batista, Mário Balusier, Armando Zenha de Figueiredo, Antônio Borges da Silveira Lobo, Jurandir Müller de Campos, Abel Campbell de Barros, Leônidas Teles Ribeiro, Waldeck Lisboa Vampré e Luís Gonzaga Doring. O Manifesto dos Oficiais Superiores da Armada é o seguinte:

*À Nação, ao Congresso Nacional, às Assembleias, aos Governadores, aos Chefes Militares e a todos os cidadãos:*

*Alertamos o povo – nós, Almirantes, Comandantes e Oficiais da Marinha – para o golpe aplicado contra a disciplina na Marinha, ao admitir-se que minoria insignificante de subalternos imponha a demissão de Ministros e autoridades navais e se atreva a indicar substitutos.*

*Em lugar de promover-se a devida punição disciplinar, licenciam-se marinheiros amotinados que não representam absolutamente os dignos suboficiais, sargentos, marinheiros, fuzileiros, que em compacta maioria continuaram e continuam fiéis ao seu juramento de disciplina e de dedicação à Marinha.*

*O que este golpe representa de ameaça a todas as instituições do País está patente, na forma e na essência, e só nos resta alertar a Nação para que se defenda, enquanto estão de pé as instituições e os cidadãos dignos da liberdade e da Pátria. Continuamos unidos e dispostos a resistir por todos os meios ao nosso alcance às tentativas de comunização do País.*

*Os amotinados que se abrigaram na sede do Sindicato dos Metalúrgicos infringiram rudemente o Código Penal Militar, cometendo, portanto, crimes e não apenas transgressões disciplinares. Três crimes estão explicitamente capitulados nos seguintes artigos do Código citado:*

*130, motim e revolta, títulos 1 e 2;  
133 e 134, aliciação e incitamento; e*

141, *Insubordinação.*

*Tendo cometido crimes, os amotinados não poderiam ser postos em liberdade, anistiados ou o que seja pelo presidente da República. Teriam de ser submetidos a Conselho de Justiça, que ou condenaria ou absolveria, Pelo quê, o ato do presidente da República foi inequivocamente abusivo e Ilegal".*

### **Manifesto do Clube Naval**

A Marinha do Brasil, dentro da missão que lhe é atribuída pela Carta Magna, tem por dever zelar pela lei, pela ordem e pela defesa das instituições. Vinha o Clube Naval mantendo silêncio na intenção de não agravar mais ainda o conturbado panorama político-social do País.

Os últimos acontecimentos, porém, mostraram que a Marinha, como Instituição Militar, foi inteiramente abalada em seus próprios fundamentos. Um ato de indisciplina, praticado por um grupo de militares, foi acobertado pela autoridade constituída, destruindo o princípio da hierarquia, fundamental em qualquer Organização, principalmente as militares.

Esses lamentáveis acontecimentos foram o resultado de um plano executado com perfeição e dirigido por um grupo já identificado pela Nação brasileira como interessado na subversão geral do País, com características nitidamente comunistas.

O fato de a Associação de Suboficiais e Sargentos da Marinha e do Clube Humaitá terem-se manifestado contrariamente a esses episódios demonstra que a Marinha, em sua expressiva maioria, com seu pessoal subalterno, continua trilhando as tradições de bem servir à Pátria.

Demonstra também que, contrariamente ao que querem fazer crer os agentes desagregadores, a Marinha

não possui classes ou castas. Trabalha para cumprir sua missão como um todo, com seu pessoal distribuído por postos e graduações, que vão de Grumete a Almirante, com fundamento na hierarquia, base da organização militar. Os elementos que se indisciplinaram, dentro de tática facilmente reconhecível, apresentaram reivindicações, algumas justas e outras absurdas, como se esses problemas pudessem ser resolvidos, numa corporação militar, desta maneira.

É de se notar que muitas das reclamações expostas têm sido há anos consideradas, sendo a Marinha a primeira da Assistência Social nas Forças Armadas. Deve ser esclarecido, outrossim, que, na Marinha do Brasil, seus subalternos têm tratamento igual ou superior ao de qualquer outra Marinha.

Seus homens são recrutados, em geral, nas zonas subdesenvolvidas do País. A Marinha os transforma em técnicos especializados, úteis não só a ela como a eles mesmos e ao País, proporcionando-lhes, inclusive, a possibilidade de alcançarem o oficialato e até mesmo o Almirantado.

Vem assim o Clube Naval, interpretando o sentimento unânime dos seus associados, comunicar à Nação que:

- a)** *A indisciplina foi coordenada e dirigida por elementos totalmente estranhos à Marinha.*
- b)** *O acobertamento dessa indisciplina, violentando o princípio da autoridade, dificultou e, possivelmente, impedirá o seu exercício através de toda a cadeia hierárquica a bordo dos navios, nos quartéis e estabelecimentos navais.*

E o mais lamentável é que a palavra do governo empenhada ao Ministro da Marinha, no sentido de punir a insubordinação, não foi cumprida.

Pouco depois, a punição de todos os sublevados foi relevada e o princípio da autoridade mutilado.

O grave acontecimento que ora envolve a Marinha de Guerra, ferindo-a na sua estrutura, abalando a disciplina, não pode ser situado apenas no setor naval. É um acontecimento de repercussão nas Forças Armadas e a ele o Exército e a Aeronáutica não podem ficar indiferentes.

Caracteriza-se, claramente, a infiltração de agentes da subversão na estrutura das Forças Armadas. O perigo que isto representa para as instituições e para o Brasil não pode ser subestimado.



**Discurso do Cabo (e Orador) José Anselmo**



**Na sessão solene do segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, seu presidente, José Anselmo, proferiu o seguinte discurso:**

Aceite, Senhor Presidente, a saudação dos marinheiros e fuzileiros navais do Brasil, que são filhos e irmãos dos operários, dos camponeses, dos estudantes, das donas de casa, dos intelectuais e dos oficiais progressistas das nossas Forças Armadas; aceite, Senhor Presidente, a saudação daqueles que juraram defender a Pátria, e a defenderão se preciso for com o próprio sangue dos inimigos do povo: latifúndio e imperialismo; aceite, Senhor Presidente, a saudação do povo fardado que, com ansiedade, espera a realização efetiva das Reformas de Base, que libertarão da miséria os explorados do campo e da cidade, dos navios e dos quartéis.

Brasileiros civis e militares! Meus companheiros! A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil completa, neste mês de março, o seu segundo aniversário. E foram as condições históricas, a fome, as discriminações, os anseios de Liberdade, as perseguições e as injustiças sofridas, que determinaram a criação de uma sociedade civil, realmente independente, com a finalidade de unir, através da educação, da cultura, e da recreação, os marinheiros e fuzileiros navais do Brasil.

Autoridades reacionárias, aliadas ao antipovo, escudadas nos regulamentos arcaicos e em decretos inconstitucionais, qualificam de entidade subversiva. Será subversivo manter cursos para marinheiros e fuzileiros? Será subversivo dar assistência médica e jurídica? Será subversivo visitar a Petrobrás? Será subversivo convidar o Presidente da República para dialogar com o povo fardado? Quem tenta subverter a ordem não são os marinheiros, os soldados, os fuzileiros, os sargentos e os oficiais nacionalistas, como também não são os operários, os camponeses e os estudantes. A verdade deve ser dita:

Quem, neste País, tenta subverter a ordem são os aliados das forças ocultas, que levaram um Presidente ao suicídio, outro à renúncia, e tentaram impedir a posse de Jango e agora impedem a realização das Reformas de Base; quem tenta subverter são aqueles que expulsaram da gloriosa Marinha o nosso diretor em Ladário por ter colocado na sala de reuniões um cartaz defendendo o monopólio integral do petróleo; quem tenta subverter a ordem são aqueles que proibiram os marujos do Brasil, nos navios, de ouvir a transmissão radiofônica do Comício das Reformas.

Somos homens fardados. Não somos políticos. Não temos compromissos com líderes ou facções partidárias. Entretanto, neste momento histórico, afirmamos o nosso entusiástico apoio ao decreto da SUPRA, ao da encampação da Capuava e demais refinarias particulares, e ao do tabelamento dos aluguéis. Aguardamos, aliados ao povo, que o Governo Federal continue a tomar posições em defesa da bolsa dos trabalhadores e da emancipação econômica do Brasil. Na data de hoje comemoramos o nosso segundo aniversário, isto é, o aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil.

Ao nosso lado estão os irmãos das outras armas. Sargentos do Exército e da Aeronáutica, soldados, cabos e sargentos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Estão, também, companheiros da mesma luta, os sargentos da nossa querida Marinha de Guerra do Brasil. Aqui, sob o teto libertário do Palácio do Metalúrgico, sede do glorioso e combativo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado da Guanabara, que é como o porto em que vem ancorar o encouraçado de nossa Associação, selamos a unidade dos marinheiros, fuzileiros, cabos e sargentos da Marinha com os nossos irmãos militares do Exército e da Aeronáutica, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, e com os nossos irmãos operários. Esta unidade entre militares e operários completa-se com a participação dos oficiais nacionalistas e progressistas das três armas na comemoração da data aniversária de nossa Associação.

Nós, marinheiros, e fuzileiros, que almejamos a libertação de nosso povo, assinalamos que não estamos sozinhos. Ao nosso lado, lutam, também, operários, camponeses, estudantes, mulheres, funcionários públicos, e a burguesia progressista, enfim, todo o povo brasileiro.

Nosso empenho é para que sejam efetivadas as Reformas de Base, Reformas que abrirão largos caminhos na redenção do povo brasileiro. Eis por que, do alto desta tribuna do Palácio do Metalúrgico, afirmamos à Nação que apoiamos a luta do Presidente da República em favor das Reformas de Base. Aplaudimos com veemência a Mensagem Presidencial enviada ao Congresso de nossa Pátria.

Clamamos aos deputados e senadores que ouçam o clamor do povo, exigindo as Reformas de Base. Ainda esperamos que o Congresso Nacional não fique alheio aos anseios populares. E com urgência reforme a Constituição de 46, ultrapassada no tempo, a fim de que, extinguindo o parágrafo 18 do Artigo 141, possa realmente, no Brasil, se fazer uma Reforma Agrária.

Dizemos que somos contrários à indenização prévia em dinheiro para desapropriações. O bem-estar social não pode estar condicionado aos interesses do Clube dos Contemplados. É necessário que se reforme a Constituição para estender o direito de voto aos soldados, cabos, marinheiros, e aos analfabetos. Todos os alistáveis deverão ser elegíveis, para que novamente não ocorra a injustiça como a cometida contra o sargento Aimoré Zoch Cavaleiro.

Em nossos corações de jovens marujos palpita o mesmo sangue que corre nas veias do bravo marinheiro João Cândido, o grande Almirante Negro, e seus companheiros de luta que extinguiram a chibata na Marinha. Nós extinguiremos a chibata moral, que é a negação do nosso direito de voto e de nossos direitos democráticos. Queremos ver assegurado o livre direito de organização, de manifestar o pensamento, de ir e vir. Defendemos intransigentemente os direitos democráticos e lutamos pelo direito de viver como aérea humanos.

Queremos, na prática, a aplicação do princípio constitucional: *"Todos são iguais perante a Lei"*. Nós, marinheiros e fuzileiros navais, reivindicamos: Reforma do Regulamento Disciplinar da Marinha, regulamento anacrônico que impede até o casamento; não interferência do Conselho de Almirantado nos negócios internos da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil; reconhecimento pelas autoridades navais da AMFNB; anulação das faltas disciplinares que visam apenas a intimidar os associados e dirigentes da AMFNB; estabilidade para os cabos, marinheiros e fuzileiros; ampla e irrestrita anistia aos implicados no movimento de protesto de Brasília.

Iniciamos esta luta, sem ilusões. Sabemos que muitos tombarão para que cada camponês tenha direito ao seu pedaço de terra, para que se construam escolas, onde os nossos filhos possam aprender com orgulho a História de uma Pátria nova que começamos a construir, para que se construam fábricas e estradas por onde possam transitar nossas riquezas.

Para que o nosso povo encontre trabalho digno, tendo fim a horda de famintos que morrem dia a dia sem ter onde trabalhar nem o que comer. E sobretudo para que a nossa Bandeira verde e amarela possa cobrir uma terra livre onde impere a Paz, a Igualdade e a Justiça Social.



## **A Crise Militar Hora a Hora**

**Reportagem de Nilo de Oliveira, Douglas Ferreira da Silva,  
João Rodrigues, Walter Luiz, José Carlos Vieira, Geraldo  
Viola e Eduardo Ramalho**

### **Março de 1964**

**Dia 25.** Dia em que a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais comemorava o seu segundo aniversário de fundação. Às 21 horas, teve início a reunião. Às 22 horas, o Ministro Silvio Motta, tomando conhecimento dos pronunciamentos políticos ali verificados, manda prender os 40 marinheiros que a haviam organizado. Perto da meia-noite, essa notícia chega ao Sindicato dos Metalúrgicos, local da reunião, e os marinheiros se declaram em sessão permanente, de onde saíram na manhã seguinte em passeata até ao Ministério da Marinha, considerando-se presos também. O Ministro determina providências para a prisão imediata dos líderes do movimento.

**Dia 26.** Amanhece, a Marinha recebe ordem de prontidão, devendo todo o seu pessoal apresentar-se. Às 07h00, parte uma tropa reforçada do Quartel dos Fuzileiros, com o objetivo de prender os que ainda se achavam no Sindicato dos Metalúrgicos. Às 07h30, a tropa chega ao local. O Almirante Cândido Aragão parlamenta com os dirigentes da Associação. Retira-se. Os marinheiros, cercados, hasteiam a Bandeira Nacional e cantam o Hino Brasileiro. Conclamam os fuzileiros a aderir.

Às 08h20, há a adesão, com a entrega das armas aos oficiais. Os que se encontravam dentro do prédio do Sindicato deliram com a atitude. Às 08h25, o Almirantado hipoteca solidariedade ao Ministro Sílvio Motta e exige a punição dos rebeldes, inclusive do Almirante Cândido Aragão, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais. O Ministro determina sua prisão, mas o Almirante deixa o quartel à paisana, em seu automóvel particular, tomando rumo ignorado.



NA FRENTE à manifestação, o deputado federal José Carlos Vieira, líder da oposição, tenta desviar a atenção da multidão para o lado da Assembleia Nacional Constituinte, visando interromper o ato.

# A CRISE MILITAR HORA A HORA

REPORTAGEM DE NILDO DE OLIVEIRA, DOUGLAS FERREIRA DA SILVA,  
JOÃO RODRIGUES, WALTER LUIZ, JOSÉ CARLOS VIEIRA, GERALDO VIOLA E EDUARDO RAMALHO



ACIMA, um grupo de marinheiros já nam cominado da FE. Abaixo, tanques do Exército de prontidão permanecem próximos ao Sindicato.

22 de março de 1964, dia em que a Associação de Marinheiros e Fiscais da Marinha comemorava o seu segundo aniversário de fundação. As 21 horas, teve início a reunião. As 22 horas, o Ministro Sílvio Mello, tomando conhecimento dos pronunciamentos políticos ali realizados, mandou prender os 42 marinheiros que a haviam organizado. Parte da noite-madrugada, essa notícia chegou ao Sindicato dos Metalúrgicos, local da reunião, e os marinheiros se declararam em sessão permanente, de onde saíram na manhã seguinte em passeata até ao Ministério da Marinha, considerando-se presos também. O Ministro determinou providências para a prisão imediata dos líderes do movimento.

Antes das 6 horas da manhã, o Exército recebeu ordem de prontidão, devendo todo o seu pessoal apresentar-se às 7 horas, porém uma longa fileira de Quatrilhos dos Fiscais, com o objetivo de prender os que ainda se achavam no Sindicato dos Metalúrgicos. As 7 horas, a tropa



Poucos minutos depois, o Coronel Domingos Ventura, comandante da Polícia do Exército, mobiliza 250 homens e algumas viaturas e os leva para a porta do Sindicato dos Metalúrgicos. Cerca a rua. Começam a deslocar-se os tanques do Regimento de Reconhecimento Mecanizado, na Avenida Brasil, rumo ao Sindicato. Às 9h10m, o Almirante Luís Felipe Sinay, nomeado comandante dos fuzileiros, chega ao local. Determina, aos gritos, que os fuzileiros ainda de guarda ao prédio se retirem. Vinte minutos depois, chegam os tanques e tomam posição. Só as tropas do Exército permanecem no local. O resto da manhã se passa, sem que a situação se modifique. Contatos telefônicos são feitos com o presidente João Goulart, que se encontra em São Borja. O Presidente anuncia a sua viagem para o Rio.

À tarde, os fatos marcantes foram a reunião dos Ministros da Justiça e do Trabalho com o General Bontempo, Ministro Interino da Guerra; o pedido de exoneração do Ministro Sílvio Motta e do Almirante Luís F. Sinay; a viagem do presidente João Goulart para o Rio, e, já à noite, a vigília dos Ministros no Palácio das Laranjeiras, à espera do Chefe do Executivo.

**Dia 27.** Nesta sexta-feira, o Presidente João Goulart chega, às 00h54, ao Galeão, rumando imediatamente para o Palácio das Laranjeiras. Às 08h15, tem-se, de maneira confusa, a notícia de um choque entre oficiais e marinheiros no Ministério da Marinha. Fala-se de mortos. As 10h50, o Palácio das Laranjeiras encontra uma solução: os marinheiros serão libertados e o Ministro terá seu pedido de exoneração aceito. A nota oficial do acordo é comunicada, às 11h00, aos marinheiros, pelo Ministro do Trabalho e representantes do CGT. Às 12h00, caminhões da Polícia do Exército transportam os rebeldes do Sindicato dos Metalúrgicos para o Batalhão de Guardas. Mas, o deputado Hércules Correia e os srs. Dante Pelacani e Osvaldo Pacheco protestam, dizendo que os marinheiros estavam sendo tratados como prisioneiros, e o transporte é suspenso.

Somente às 15h00, recomeça. Nesse mesmo tempo, há uma reunião, no Palácio das Laranjeiras, entre o presidente da República e o novo Ministro da Marinha, Almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues. Ao fim da tarde, marinheiros, em grupos de 200, vão até a Candelária, rezar. O presidente João Goulart, às 21h00, embarca no Galeão, rumo a Brasília.

**Dia 28.** A crise continuou no sábado. O Clube Naval se reuniu e lançou um manifesto de protesto contra a libertação dos marinheiros e pelo restabelecimento da disciplina hierárquica, que consideravam ferida fundamentalmente. Exigiam os Almirantes, mais uma vez, a punição que o governo havia relevado. O presidente da República manteve-se reunido, em Brasília, com seus assessores, o Chefe da Casa Civil e Ministros. O Almirante Cândido Aragão, que voltara ao comando dos fuzileiros, tinha a sua demissão exigida também pelos Almirantes.

**Dia 29.** Domingo, com a crise transposta para outros setores fora do âmbito naval, ganhando terreno principalmente no Exército e na Aeronáutica, líderes esquerdistas exultam com as medidas tomadas pelo presidente da República e tentam articular a nomeação do General Oromar Osório para Ministro interino da Guerra. O General Jair Dantas Ribeiro continua hospitalizado e se informa da situação através do Chefe de seu Gabinete, General Bontempo, e seu secretário particular, Sr. João Dantas, únicos a terem acesso a seu apartamento no Hospital dos Servidores do Estado.

Inesperadamente, no começo da noite, o presidente João Goulart chega ao Rio e se dirige ao HSE, onde mantém conferência secreta com o General Jair Dantas Ribeiro, que, logo a seguir, reassume o comando total do Exército. A crise passou, então, a ser um problema discutido nos mais altos escalões da República.





O Cruzeiro nº 29, Rio de Janeiro, RJ  
Sábado, 25.04.1964



**A Retirada de Jango de Porto Alegre a Montevideo**



**O Grande Mudo**  
**(Três Meses Antes, Este Artigo de David Nasser**  
**Profetizava o que Iria Acontecer no Brasil)**

**E**nganam-se aqueles que veem no Exército Brasileiro – cerne das Forças Armadas – simples massas de manobra. Mais de uma vez tenho dito que, no momento certo, o “*grande mudo*” falará.

**D**aí o meu desacordo aos apelos oposicionistas – e quem vos escreve é maciçamente um homem de oposição – para que os civis democratas se armem e enfrentem as legiões sindicalistas mobilizadas pelos desordeiros, os grandes e os pequenos. A aceitar tranquilamente a tese do nobre e lúcido brasileiro que é o Deputado Bilac Pinto, de que temos de nos armar para a luta nas cidades, nas ruas, nas fazendas, nas casas – estaríamos retirando das Forças Armadas brasileiras o crédito de confiança que elas nunca nos desmereceram.

**É** preciso admitir – e aceitar – o fato de que o conceito de legalidade não é o mesmo para todos. Os militares têm deveres capitulados, muito bem definidos em regulamentos simples, claros e rígidos. Não se parecem, esses freios, com as linhas fluidas da legalidade civil – isto é – a legalidade como nós, civis, a vemos e a interpretamos.

**E**ntendem, os militares, que não compete a eles a dissecação dos atos governamentais nem o exame de sua constitucionalidade. É tarefa para o Parlamento e o Judiciário e se se omitem ou negaceiam em face da inconstitucionalidade de certos atos ou de certas tendências do Executivo, o Exército não lhes pode tomar a vez. Competiria, em última análise, ao próprio Parlamento declarar a nulidade desses atos, coibir essas tendências, e recorrer dramaticamente, numa atitude histórica, ao único remédio legal. Ante o silêncio de um, não há de estranhar-se a omissão do outro.

**O** Exército (e como Exército se aceite a principal Força Militar) é o defensor, o executor e o mantenedor da legalidade, não o seu intérprete, o seu jurista.

**Os** democratas brasileiros podem confiar nas Forças Armadas que não se condicionam à vontade unipessoal de um Ministro, por mais honrado que ele seja – nem aos caprichos de um Almirante, por mal-intencionado que ele seja.

**N**inguém pode falar em nome do Exército Brasileiro, da Marinha Brasileira, ou da Força Aérea Brasileira – se a sua fala é antidemocrática. Tenho repetido que os militares são simples civis de uniforme, são cidadãos da classe média que enfrentam os mesmos problemas, sofrem as mesmas angústias, sentem as mesmas depressões, os mesmos temores, as dificuldades iguais às de todos os brasileiros. Dispam, imaginariamente, o General Jair Dantas Ribeiro do seu uniforme – e o coloquem dentro de um pijama burguês. Ninguém poderia admitir que um General de longo curso, vindo de uma carreira de meio século a serviço da Pátria, a pudesse entregar cegamente aos extremistas. Não deve estar longe dos ouvidos do cabo-de-guerra aquela espantosa declaração de Luiz Carlos Prestes de que lutaria ao lado da União Soviética se esta entrasse em guerra com o Brasil. E hoje são muitos, entre os civis, os nacionalistas impatrióticos, mas, entre os militares, constituem uma minoria irrisória, porém, atuante.

**Todos** nós, democratas, devemos considerar as Forças Armadas como a base de uma santa aliança contra a invasão comunista do Brasil. Não importa que se imagine o contrário. Não importa que este ou aquele general, este ou aquele coronel, pareçam engajados na mesma aventura de destruição da nacionalidade. No momento exato, veremos que não será necessário recorrer ao velho fuzil ou à garrucha enferrujada do

civil assustado, do fazendeiro que defende a terra dos seus pais como quem defende os sete palmos de seu destino. Na hora absoluta da decisão, eles, os militares, não estarão defendendo apenas as propriedades rurais e urbanas, as liberdades públicas, os alicerces democráticos da Pátria: eles, os militares, estarão defendendo, contra o comunismo, que não é mais uma utopia, mas uma realidade brutal – as suas carreiras, pois sabem que, vencidos, serão trocados por milícias operárias ou camponesas, como na terra de Fidel.

○ Grande mudo – o Exército Brasileiro – a tudo assiste, como um leão reumático, um velho leão do circo brasileiro, dentro da jaula, onde prenderam a democracia. Cutucam-no, os “*Brizolas et caterva*”. Os falsos domadores se animam, julgando que o Rei perdeu a sua força. Súbito, ele eriça a juba, o pelo se eletriza – e num instante, o corpo de pé, prepara-se para a reação. E daquele animal soberbo, que parecia emudecido para sempre, sai um urro de fogo. O urro democrático.

Assim será com a Marinha. Assim será com a FAB. Assim será, principalmente, com o Exército Brasileiro. O grande mudo. Porque o velho leão – preso e espeznhado na jaula da legalidade – não está morto, embora o pareça.

David Nasser



## Cuba Estopim do Mundo

(Theophilo de Andrade)

Quando o comunismo internacional firmou o pé em Cuba, já se sabia que a ilha iria transformar-se em um centro de irradiação de subversão pelos Países da América Latina. Ninguém nunca havia pensado, porém, que haveria de ultrapassar Praga, como Escola da Revolução.

A pregação é uma constante em um movimento como o comunista, cujo caráter internacional faz parte de sua doutrina. O seu lema é claro: "Proletários de todos os Países, uni-vos!" Mas uma coisa é a pregação doutrinária e outra o ensino dos métodos de subversão.

Aquela pode ser feita nos jornais, nas universidades e nos sindicatos dos Países democráticos que asseguram a liberdade de pensamento, inclusive para os inimigos da democracia, o que não deixa de ser uma generosidade estúpida.

Outra coisa é o ensino dos métodos de subversão, que pouco têm a ver com a doutrina, pois é tão-somente uma técnica para a conquista do poder. E a organização da minoria – muitas vezes ínfima – para dominar uma maioria descuidada.

Este, como todo ensino, exige cursos especiais, e só pode ser ministrado, nos Países visados, de maneira clandestina. A não ser que se trate de democracias em que as classes burguesas são displicentes e sem consciência política, como acontece no Brasil, cujo Governo permitiu, durante anos, o funcionamento de tais escolas nos sindicatos da Baixada Fluminense, no Nordeste e até mesmo no Sul do País, onde há um pouco mais de consciência política.

Quando o comunismo, graças a circunstâncias especiais, que não mais se repetiriam na História, tomou de assalto a Rússia (em contradição com as profecias de Karl Marx, que anunciava o advento da Revolução, primeiro, nos países altamente industrializados), tratou logo de estabelecer colégios para revolucionários em Moscou, onde foram treinados os agentes que haveriam de agir na Europa Central, que era, então, o alvo da propaganda vermelha. Havia, porém, uma centralização tremenda do movimento no Kremlin, através da Terceira Internacional. E a mentalidade russa é muito diferente da europeia, visto que, sendo mística por natureza, passou a jurar sobre a "*necessidade histórica*" da revolução, sem tomar em conta as modificações do Mundo, depois de Marx, que escrevera há um século.

E foi um fracasso. Os Países realmente democráticos resistiram ao impacto comunista. E naqueles em que havia agitação social, processou-se uma reação em sentido contrário, pela violência, mas usando os mesmos métodos: foi o fascismo. Triunfou este na Itália e na Alemanha, e, com a ascensão do Terceiro Reich, distendeu-se pela Áustria e pelos Bálcãs, provocando a formação de movimentos idênticos na Bélgica, na França, na Espanha e até na Inglaterra. No Brasil, o "*putsh*" comunista fracassado, de 1935, criou o ambiente para que um governo caudilhesco aproveitasse a onda para instituir o "*Estado Novo*", que do fascismo tinha os métodos, embora não a ideologia. Após a guerra, as escolas revolucionárias de Moscou foram transferidas para Praga, depois que a Tchecoslováquia, a Hungria e os países balcânicos, com exceção da Grécia, foram comunizados pelo Exército Vermelho. Praga era uma cidade internacional e com uma tradição liberal mais "*palatável*" à juventude burguesa dos países democráticos, que iam, ali, aprender a ser "*revolucionários profissionais*".

O “*revolucionário profissional*” é um funcionário do movimento comunista internacional, por ele pago e que obedece, cegamente, a todas as suas instruções. Desliga-se, inteiramente, dos seus Países cujas sociedades juram destruir. Daí, a convicção de todos (afirmada, de certa feita, publicamente, pelo chefe comunista brasileiro Luís Carlos Prestes) de que, *em caso de guerra com a Rússia Soviética, se colocarão a serviço desta, e contra a própria Pátria.* O Plano Marshall, porém, fez com que a Europa Ocidental se levantasse das ruínas do segundo conflito mundial, atingindo um grau de prosperidade e bem-estar que afastou, definitivamente, e por muitos anos, o perigo comunista.

Foi então que a central de Moscou (que havia dissolvido o “*Komintern*”, durante a guerra, para receber o auxílio dos países capitalistas) retomou a sua missão revolucionária dentro da velha teoria de Lenine de que o caminho de Paris passa por Pequim e Argel. Começou a atacar nos Países subdesenvolvidos ou sujeitos ao jugo do colonialismo. E vimos então esta coisa curiosa: um movimento internacional e apátrida pela sua própria natureza tornar-se “*nacionalista*”. O tal “*nacionalismo*” tem uma finalidade única: afastar os Países da terra dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, que são democratas, e atraí-los para a Rússia, que é comunista.

Por esta forma, fomenta-se uma coisa anterior a Marx, que chegou ao ponto mais alto sob Stalin, quando incorporou à Rússia, na forma de “*satélites*”, os países da Europa Oriental: o imperialismo moscovita. Não é por outro motivo que Pequim está de pratos quebrados com Moscou. E que o marxismo deu aos chineses uma consciência também imperialista, e eles não se conformam em ser meros “*satélites*” russos, como as outras “*democracias populares*”.

Nesta campanha para cercar os Estados Unidos e a Europa Ocidental, os russos lançaram as suas vistas para a América Latina, onde a miséria cria um caldo de cultura propício ao comunismo. E como Cuba foi o primeiro País a cair, por descuido dos Estados Unidos, sob o guante <sup>(3)</sup> de Moscou, logo transferiram para ali as suas escolas de subversão, pois um dos líderes do bolchevismo cubano é precisamente um argentino apátrida, “*Che*” Guevara, autor de uma famosa cartilha, escrita para guerrilheiros.

A técnica do golpe de Estado encontra-se, hoje em dia, estudada e reestudada. Há uma vasta literatura a respeito, inclusive um famoso volume de Curzio Malaparte. E os exércitos e polícias do Mundo, onde há o propósito de defesa da democracia, mandam dar aos seus participantes cursos sobre a “*guerra revolucionária*”, que é, em tudo e por tudo, diferente da guerra clássica. Age por infiltração e a conta-gotas. Ninguém poderá, por exemplo, dizer a data exata em que Cuba se fez um Estado comunista. A revolução foi feita lentamente, sem “*gritos*” e proclamações, de cima para baixo.

Foi o que Fidel Castro conseguiu em Cuba e que está sendo tentado em vários países da América Latina, com a ajuda de políticos ambiciosos e de “*inocentes úteis*”. Em Cuba, há, atualmente, três grandes escolas revolucionárias. Uma tem caráter local: a de Matanzas, que treina operários e camponeses cubanos para a destruição dos elementos anticastristas que operam na ilha. As outras duas preparam guerrilheiros para levar a revolução além fronteiras. Uma está situada em Havana. É política. Treina especialmente estudantes estrangeiros de todas as partes do Mundo, em táticas políticas e em propaganda.

---

<sup>3</sup> Guante: Mão de Ferro. (Hiram Reis)



A outra, também para estrangeiros, está situada no ponto mesmo da Sierra Maestra em que Fidel Castro iniciou as suas atividades: Minas del Frio, na encosta norte do Pico Torquino. É dirigida pelo General Enrique Lister, um comunista espanhol, veterano da Guerra Civil. O corpo de professores é dirigido por Lin Chiao-yen, um revolucionário da China vermelha. Ambas obedecem à direção geral do Coronel russo Jaroslav Volenkesky, que tem o comando geral da revolução para a América Latina. Os grupos treinados são de 200 a 300. Os cursos são curtos. Formam professores de sabotagem que irão, depois, operar nos respectivos Países, com os recursos em armas e dinheiro que lhe são entregues pelas embaixadas dos governos por trás da "*cortina de ferro*", nos Países em que vão agir.

Estes agentes têm tido grande atuação na Venezuela, no Panamá, em Honduras, na Bolívia, no Peru e no Brasil. Na Colômbia, estão procurando transformar em milícias revolucionárias os bandidos que ficaram nas montanhas das guerras civis que têm agitado aquele País. Tal como no Brasil, onde os comunistas quiseram, outrora, transformar o facínora Lampião em "*líder camponês*". Tem aparecido também na África e na Ásia. Um dos chefes do golpe de mão que tomou de assalto o governo de Zanzibar, o "*marechal-de-campo*" Okello (que de lá já foi expulso) havia sido treinado em Cuba. Por esta forma, está a ilha do Caribe transformada em estopim do Mundo. As suas escolas de guerrilhas ultrapassaram as de Moscou e Praga. Mas os governos dos países visados pelo comunismo Internacional ainda não se deram conta da grande conspiração. E periodicamente, os aviões cubanos e russos estão voando para a África, para o México e até há pouco tempo para Pernambuco, no Brasil, onde apanham os alunos e despejam os guerrilheiros e sabotadores treinados para transformar os Países subdesenvolvidos em "*satélites*" russos.

## Jango Cruza a Fronteira

**B**rizola está vivo e está bem.

Esta a Informação que o sr. João Goulart deu a "O *Cruzeiro*" ao anoitecer de ontem no pequeno chalé de Solymar, onde se encontra hospedado. É um balneário próximo a Montevidéo. Entre sua chegada ao Aeroporto Militar de Pando e sua saída da casa nº 3.232 da Rua Cristóvão Colombo, em Porto Alegre, decorreram 48 horas de nervosa expectativa.

Quem conhece Maneco, entretanto, piloto e amigo particular de Jango, sabia que a saída de seu avião através da fronteira brasileira com o Uruguai. Argentina ou Paraguai seria questão exclusivamente dependente da vontade dele. Foi o que aconteceu.

Enquanto as notícias mais desencontradas se cruzavam, umas dando Goulart como preso, outras como já no lado uruguaio ou argentino, e até, muitas, como asilado em Cuba, ele se reunia à família em território do Rio Grande do Sul e dizia como deverão funcionar seus negócios até o dia em que possa regressar ao País do qual afirma que ainda é presidente.

Enquanto isto, o piloto Maneco trazia Dona Maria Tereza, João Vicente e Denise, largava-os em Montevidéo, e quietamente retornava ao Brasil, de onde regressou no dia seguinte trazendo Jango.

Por outro lado, a missão de localizar Jango não foi fácil. Como se não bastasse a absoluta falta de informações, já que o "Avro" presidencial, ao decolar, informou apenas que partia em missão militar, ainda existe idiosincrasia de alguns auxiliares seus para os quais o nome de "O *Cruzeiro*" é suficiente para que todas as portas sejam fechadas.

# JANGO CRUZA

# A FRONTEIRA

REPORTAGEM DE TABARAARA TAJEIS E NELSON GÓRIA (ENVIADOS ESPECIAIS DE "O CRUZEIRO" AO URUGUAI)

DESDE o primeiro momento em que pôde sair uruguaio, o ex-presidente de Brasil via-se cercado por dezenas de jornalistas, que não o deixaram sem se fotografar. Jango se manteve então, uma entrevista.



ANDES no aeroporto, logo após a sua chegada. Jango Goulart é recebido por um grupo de militares e administradores. Ao fundo, a avião que o levou ao Uruguai e a General Bento Brasil, que o acompanharam.

O contrário do que acontece com outra revista semanal, cujo repórter chegou ontem carregado de grandes fotos coloridas, jornais e revistas, e até pacotes de cigarros americanos da marca preferida por Jango, e conseguiu assim ser recebido dois minutos antes do que "O Cruzeiro".

O que impressiona é a popularidade de Goulart no Uruguai, o carinho e o respeito com que é tratado. Centenas de pessoas, durante o dia, desfilam por Solymar para ver Jango, que retraidamente se mantém no interior do chalé de três quartos. Quando Jango aparece, é aplaudido, num País onde, apesar da revolução brasileira, queriam recebê-lo com honras de Chefe de Estado, conforme se afirma aqui em fontes oficiais. Jango está mais magro, mas continua com a mesma jovialidade que chega a fazê-lo parecer indiferente às coisas que estão ocorrendo e das quais ele é personagem principal. Sua primeira pergunta ao repórter, entretanto, foi:

**Jango:** Você chegou hoje? Como anda a situação no Brasil?

**Repórter:** Ouviu o pouco que sabíamos e sentenciou:

**Jango:** É capaz que agora briguem "e/es" no repartir do bolo.

**Repórter:** Conversou calmamente, saiu para o jardim fronteiro à casa, sempre sob a aclamação de populares, e só deixou que a emoção o traísse quando um velho, seu conhecido, trouxe-lhe o neto para que conhecesse. Retirou-se logo para não fraquejar. No mais, em matéria de entrevista, negou-se a falar. Dona Maria Tereza, exteriormente, parece a mais afetada pelos acontecimentos. Se servir de base o que disse a jornalistas que a esperavam no seu desembarque, então a análise se completará:

**Maria Tereza:** O povo brasileiro está com Jango. Ele sabe que o meu marido dedicou ao Brasil os melhores anos de sua vida.

**Repórter:** E enquanto entre os adultos da família Goulart o panorama é este, João Vicente gasta filmes fotografando tudo o que enxerga e Denise corre atrás de um cachorrinho. Fato interessante: Jango não se considera asilado nem refugiado político. As autoridades uruguaias até agora nada decidiram. Ele entrou no Uruguai com a documentação em ordem, como turista. Limita-se a dizer que veio aqui para pensar.

### **Na Entrevista Coletiva de Jango ele Afirmou que Viera Como Amigo**

**Solymer, Uruguai, 5 de abril:** João Goulart que, nesses dias, tem estado em primeiro plano na imprensa de Montevideú, em reportagens profusamente ilustradas, não parecia, hoje ser o protagonista de um profundo drama político. Pelo, contrário, mostrava-se muito bem disposto, trajado com sua elegância costumeira, bastante cordial e sem deixar transparecer o sofrimento que certamente o acompanha, Saiu pelos fundos ao chalé em que se encontra desde ontem, residência do seu amigo particular, Juan Alonso Minteghi, exatamente às 11h00, e ocupou o centro de um cenário inusitado para uma desalinhavada entrevista coletiva, prometida na véspera, com a finalidade de conter a ansiedade dos jornalistas uruguaios, espicaçados por 72 horas de espera. Em torno daquela casa sóbria, de um só andar, vizinhos, turistas e curiosos se aglomeravam. Nos jardins e fazendo acrobacia fotográfica sobre o teto e entre os galhos de uma árvore que vergou ao peso dos que subiam, meia centena de repórteres procuravam aproximar-se o mais possível do personagem central. Por todos os pontos, uns 40 policiais fardados mantinham a desordem nos limites do razoável.

O ex-presidente do Brasil atendeu às perguntas dos jornalistas com dois tipos de respostas: as negativas e as outras. Ao seu lado, o General Assis Brasil. E, durante todo o tempo, seguros às suas pernas, os seus filhos João Vicente e Denise.

Suas primeiras palavras foram de agradecimento para o Governo e povo do Uruguai, dizendo que se encontrava nesse País na qualidade de amigo. Quando lhe perguntaram o que achava do fato de os Estados Unidos terem reconhecido o novo governo brasileiro, respondeu:

**Jango:** Não tenho nada a dizer. É comum nestes casos reconhecer os novos governos.

**Repórter:** O senhor renunciou?

**Jango:** A situação havia chegado a tal extremo, quando saí de Brasília, que não foi necessário assumir tal atitude.

**Repórter:** O senhor pediu autorização ao Congresso para sair de seu País?

**Jango:** Não havia necessidade de abandonar o meu País, se o Congresso tivesse continuado atuando num estado de Direito. Ao abandonar essa linha, o estado de Direito, o Congresso deixou de ter autoridade legal.

**Repórter:** O que acha do futuro do Brasil?

**Jango:** Não farei declarações políticas.

**Repórter:** Qual a atual situação política no seu País?

**Jango:** Não recebi mais nenhuma informação, desde que sai de Porto Alegre.

**Repórter:** Por que o senhor não resistiu?

**Jango:** Na minha breve permanência em Porto Alegre estudei, com vários amigos, a possibilidade de uma resistência armada. Entretanto, me senti desligado do resto do País, e desolado com a possibilidade de desencadear uma guerra fratricida.

**Repórter:** O senhor veio de Porto Alegre diretamente para o Uruguai?

**Jango:** Não. Andei por várias partes do território sul-riograndense. E, embora tenha estado muito perto da fronteira com este País, só ontem abandonei o Brasil.

**Repórter:** Desde quando resolveu vir para cá?

**Jango:** Desde o momento em que pensei em deixar o meu País. Aqui pretendo me estabelecer e pensar...

**Repórter:** O senhor é comunista?

**Jango:** Não sou, nem nunca fui comunista. Minha política foi eminentemente nacionalista.

**Repórter:** Quais os culpados pela sua queda?

**Jango:** Os monopólios nacionais e estrangeiros fomentaram a revolta, por causa da nacionalização do petróleo e da Reforma Agrária.

**Repórter:** O povo brasileiro estava satisfeito com seu governo?

**Jango:** Eu desagradei certos setores privilegiados da população, mas estou certo de ter agradado à enorme massa deserdada do povo brasileiro.

Depois dessas duas últimas declarações, de natureza política, apesar de dizer que não faria nenhuma, João Goulart deu a entrevista por encerrada, pediu licença aos jornalistas e foi para o interior da casa onde está residindo com sua família.

## Magalhães Pinto Toma a Dianteira

Pelo menos três chefes civis teve a Revolução de 1º de abril: Governadores Magalhães Pinto, Adhemar de Barros e Carlos Lacerda. O primeiro, projetado como o mais forte, foi o que conseguiu reestruturar-se com maior rapidez em termos de política estadual para não ter divergências em torno de si e demarrar <sup>(4)</sup> o processo revolucionário através da estrada que liga Belo Horizonte ao Rio.

Mudado o presidente da República, esboçada uma situação nova, aquela união que propiciara um entendimento entre os três Governadores mencionados se deteriorou rapidamente. Na verdade, os três são candidatos à Presidência da República, esperam os sufrágios das urnas de 1985 e, como se verificava antes, não se desvencilharam dos motivos que determinavam entre eles divergências profundas.

Readmitido na comunhão udenista, o Sr. Adhemar de Barros foi fundador do partido, em 1945, o Governador de São Paulo já levava consigo a bandeira de candidato oficial do PSP à Presidência da República. Os dois outros eram apenas, e continuam a ser, disputantes de um lugar de candidato da UDN. Mas, de modo claro, eis as determinantes dos desencontros entre os três chefes civis que articularam e chefiam a revolução vitoriosa.

Inegavelmente, era o mais forte do ponto de vista eleitoral, nas suas aspirações de candidato, mais forte sobretudo dentro do partido, a UDN, o Governador Carlos Lacerda. Simbolizava ele a bandeira do antijanquismo, o deliberado esforço contra todo o sistema esquerdista que se organizava dentro do Governo Federal para levar o Presidente João Goulart a uma situação vitoriosa sobre todas as demais forças.

---

<sup>4</sup> Demarrar: desencadear. (Hiram Reis)



# MAGALHÃES PINTO TOMA A DIANTEIRA

**P**ELO menos três chefes civis teve a revolução de 1.º de abril: Governadores Magalhães Pinto, Adhemar de Barros e Carlos Lacerda. O primeiro, projetado como o mais forte, foi o que conseguiu reestruturar-se com maior rapidez em termos de política estadual para não ter divergências em torno de si e demarcar o processo revolucionário através da estrada que liga Belo Horizonte ao Rio.

Mudado o Presidente da República, esboçada uma situação nova, aquela união que propiciara um entendimento entre os três governadores mencionados se deteriorou rapidamente. Na verdade, os três são candidatos à Presidência da República, esperam os sufrágios das urnas de 1965 e, como se verificava antes, não se desvincularam dos motivos que determinavam entre eles divergências profundas.

Readmitido na comunhão udenista (o Sr. Adhemar de Barros foi fundador do partido, em 1945), o Governador de São Paulo já levava consigo a bandeira de candidato oficial do PSP à Presidência da República. Os dois outros eram apenas, e continuam a ser, disputantes de um lugar de candidato da UDN. Mas, de modo claro, eis as determinantes dos desencontros entre os três chefes civis que articularam e chefiaram a revolução vitoriosa.

Inegavelmente, era o mais forte do ponto de vista eleitoral, nas suas aspirações de candidato, mais forte sobretudo dentro do partido, a UDN, o Governador Carlos Lacerda. Simbolizava ele a bandeira do anti-janguismo, o deliberado esforço contra todo o sistema esquerdista que se organizava dentro do Governo Federal para levar o Presidente João Goulart a uma situação vitoriosa sobre todas as demais forças. O Governador Adhemar de Barros, chefiando um Estado poderoso do ponto de vista econômico e financeiro, paralelamente, podia agir mais livremente, falar sem censuras, sem o temor de retaliações. E o Governador Magalhães Pinto era o que tentava encontrar o verdadeiro caminho e que era o da união das forças políticas estaduais, até então permanentemente em choque.

O quadro, poucos dias depois do exílio do Presidente João Goulart, transformou-se inteiramente. Em primeiro lugar, o Governador Magalhães Pinto surge como o verdadeiro chefe civil da revolução. Foi quem deu o sinal de partida e o que procurou situar-se, depois de vitorioso, numa posição de equilíbrio em face das desavindadas forças partidárias, aparentemente alheias e não entrosadas naquele esquema de governadores e generais que comandou a derrocada do Presidente da República. E de tal maneira se portou e se articulou o Governador Magalhães Pinto que, na primeira reunião dos grandes chefes vitoriosos com os demais governadores fiéis ao movimento, surgiu ele ao lado do Deputado José Maria Alkmlm, a



O Governador Magalhães Pinto foi o grande líder civil da revolução democrática vitoriosa. Sua candidatura à Presidência em 65 cresceu tremadamente na UDN e na opinião pública.

ponta de lança do PSD em todo aquele sistema armado para um movimento revolucionário de grande envergadura.

Sem deixar de levar em conta o Senador Juscelino Kubitschek, continuam válidas as aspirações desses três governadores, da revolução de 1.º de abril. Sem dúvida, é outro o quadro da sucessão presidencial de 65, sem levar em conta o que irá para o Palácio do Planalto, pelo voto do Congresso, para um mandato de 21 meses de Presidência da República. O quadro é outro, ainda que as principais figuras sejam inteiramente outras. O Governador Adhemar de Barros continuará como candidato do PSP e entre os Governadores Magalhães Pinto e Carlos Lacerda se desdobrará uma luta que vinha sendo travada dentro da UDN.

Mas, surpreendentemente, o único a não alterar a sua posição foi o Senador Juscelino Kubitschek. Acusam-no de continuar um indefinido e de não ter tido, na hora crítica da deposição de João Goulart, uma atitude inequívoca. E a acusação específica é a de ter procurado, no transcorrer daquelas horas amargas, captar para a sua candidatura as simpatias de um PTB esmagado pela derrocada do seu chefe.

De qualquer forma, no momento, o Senador Juscelino Kubitschek não conta um saldo positivo, do ponto de vista político, para o encaminhamento da sua candidatura. O PTB parece cuidar mais da sua sobrevivência como partido e se isso conseguir não se despreparará daquela suspensão janguista que determinou a derrocada do Governo.

Enquanto isso, os três governadores da revolução terão que disputar, cada um por si, o mesmo campo eleitoral, tentar conquistá-lo, nesta fase de enigmas, para consolidar as suas aspirações.

Sente-se já, dentro da UDN, em setores que aparentavam uma profunda identidade com o lacerdismo, um movimento de simpatia para com o Governador de Minas Gerais. São os que se sentem irresistivelmente atraí-

dos para um tipo de política mais moderado, para o homem que tinha nas mãos uma bandeira reformista e que, até então, vivia dominado por uma atmosfera de conflitos e contradições, atmosfera essa nascida sob o signo de uma desordenada e confusa política do reformismo janguista.

O Governador Carlos Lacerda, mais afinado com o Governador Adhemar de Barros, alimentando os mesmos propósitos expurgatórios, desperta, nos meios políticos, sobretudo naqueles que mais temem pela continuidade do processo, um temor, entre alguns exagerado, mas que é alguma coisa de consistente no campo político e que determinará, como está determinado, uma revisão de atitudes e de posição.

E se levanta a perspectiva que há muitos parecia impossível, uma perspectiva inviável: o Governador Magalhães Pinto adiantar-se ao seu correligionário Lacerda e empolgar o partido para ser o candidato da legenda à Presidência da República.

E já não é válida a pergunta sobre se um Estado pode suportar o peso de ter dois candidatos à suprema chefia da República. Os fatos parecem colaborar para esse fim e se encaminharam para isso, na medida em que os Governadores Lacerda e Adhemar, velhos adversários, cicatrizados de antigos e recentes confrontos, acirram uma disputa pelo controle daquelas forças políticas que tendem a extremar o processo revolucionário de 1.º de abril, até exterminar os últimos vestígios do janguismo na política nacional.

Esses são os raciocínios preliminares que se fazem, depois que, do Palácio do Planalto, se ausentou o Sr. João Goulart, e que refletem com justeza os futuros acontecimentos, quando se constata que um governo de militar procurará interpor entre o Governo que calu e o que virá em 1965 uma barreira de novas normas políticas, possivelmente até uma nova Constituição, sob o signo das reformas ditadas pelas forças tradicionalistas da política brasileira.

O Governador Adhemar de Barros, chefiando um Estado poderoso do ponto de vista econômico e financeiro, paralelamente, podia agir mais livremente, falar sem censuras, sem o temor de retaliações. E o Governador Magalhães Pinto era o que tentava encontrar o verdadeiro caminho e que era o da união das forças políticas estaduais, até então permanentemente em choque.

O quadro, poucos dias depois do exílio do Presidente João Goulart, transformou-se inteiramente. Em primeiro lugar, o Governador Magalhães Pinto surge como o verdadeiro chefe civil da Revolução. Foi quem deu o sinal de partida e o que procurou situar-se, depois de vitorioso, numa posição de equilíbrio em face das desarvoradas forças partidárias, aparentemente alheias e não entrosadas naquele esquema de Governadores e Generais que comandou a derrocada do presidente da República. E de tal maneira se portou e se articulou o Governador Magalhães Pinto que, na primeira reunião dos grandes chefes vitoriosos com os demais Governadores fiéis ao movimento, surgiu ele ao lado do Deputado José Maria Alkmin, a ponta de lança do PSD em todo aquele sistema armado para um movimento revolucionário de grande envergadura.

Sem deixar de levar em conta o Senador Juscelino Kubitschek, continuam válidas as aspirações desses três Governadores, da Revolução de 1º de abril. *Sem dúvida, é outro o quadro da sucessão presidencial de 65, sem levar em conta o que irá para o Palácio do Planalto, pelo voto do Congresso, para um mandato de 21 meses de Presidência da República.* O quadro é outro, ainda que as principais figuras sejam inteiramente outras. O Governador Adhemar de Barros continuará como candidato do PSP e entre os Governadores Magalhães Pinto e Carlos Lacerda se desdobrará uma luta que vinha sendo travada dentro da UDN.

Mas, surpreendentemente, o único a não alterar a sua posição foi o Senador Juscelino Kubitschek. Acusam-no de continuar um indefinido e de não ter tido, na hora crítica da deposição de João Goulart, uma atitude inequívoca. E a acusação específica é a de ter procurado, no transcorrer daquelas horas amargas, captar para a sua candidatura as simpatias de um PTB esmagado pela derrubada do seu chefe.

De qualquer forma, no momento, o Senador Juscelino Kubitschek não conta um saldo positivo, do ponto de vista político, para o encaminhamento da sua candidatura. O PTB parece cuidar mais da sua sobrevivência como partido e se isso conseguir não se despregará daquela suspeição janguista que determinou a derrocada do Governo.

Enquanto isso, os três governadores da Revolução terão que disputar, cada um por si, o mesmo campo eleitoral, tentar conquistá-lo, nesta fase de enigmas, para consolidar as suas aspirações.

Sente-se já, dentro da UDN, em setores que aparentavam uma profunda identidade com o lacerdismo, um movimento de simpatia para com o Governador de Minas Gerais. São os que se sentem irresistivelmente atraídos para um tipo de política mais moderado, para o homem que tinha nas mãos uma bandeira reformista e que, até então, vivia dominado por uma atmosfera de conflitos e contradições, atmosfera essa nascida sob o signo de uma desordenada e confusa política do reformismo Janguista.

O Governador Carlos Lacerda, mais afinado com o Governador Adhemar de Barros, alimentando os mesmos propósitos expurgatórios, desperta, nos meios políticos, sobretudo naqueles que mais temem pela continuidade do processo, um temor, entre alguns exagerado, mas que é alguma coisa de consistente no

campo político e que determinará, como está determinado, uma revisão de atitudes e de posição.

E se levanta a perspectiva que há muitos parecia impossível, uma perspectiva inviável: o Governador Magalhães Pinto adiantar-se ao seu correligionário Lacerda e empolgar o partido para ser o candidato da legenda à Presidência da República.

E Já não é válida a pergunta sobre se um Estado pode suportar o peso de ter dois candidatos à suprema chefia da República. Os fatos parecem colaborar para esse fim e se encaminharão para isso, na medida em que os Governadores Lacerda e Adhemar, velhos adversários, cicatrizados de antigos e recentes confrontos, acirram uma disputa pelo controle daquelas forças políticas que tendem a extremar o processo revolucionário de 1º de abril, até exterminar os últimos vestígios do janguismo na política nacional.

Esses são os raciocínios preliminares que se fazem, depois que, do Palácio do Planalto, se ausentou o sr. João Goulart, e que refletem com justeza os futuros acontecimentos, quando se constata que um Governo de Militar procurará interpor entre o Governo que caiu e o que virá, em 1965, uma barreira de novas normas políticas, possivelmente até uma nova Constituição, sob o signo das reformas ditadas pelas Forças Tradicionalistas da política brasileira.



## **Ação Fulminante Impediu Reação**

O comentarista Murilo Marroquim, da Sucursal de "O Cruzeiro" no Nordeste, fornece ao leitor uma visão analítica do desenvolvimento da crise política que culminou com o "impeachment" do Governador Miguel Arraes. Os episódios do grande drama político-militar, vivido pelo Brasil no dia 1º, foram acompanhados de perto, no Recife, pelos repórteres de "O Cruzeiro" Hécio José e Rubens Américo, que aqui narram a rápida ação do IV Exército, comandado pelo General Justino Alves Bastos. Em vinte e quatro horas o cabo de guerra dominou totalmente o Nordeste.

### **Recife em pé de Guerra**

O candidato a Conselheiro do Canudos pernambucano encontra-se na Ilha de Fernando de Noronha. A sua maioria na Assembleia Legislativa reduziu-se, de chofre, a treze deputados que votaram contra o "impeachment". As massas camponesas, e ele proclamava que poria 40.000 homens em armas, em cinco minutos, silenciaram. Quando as rádios anunciavam que Goulart seguira para o Rio Grande do Sul, de onde resistiria, houve trabalho normal nas usinas e engenhos de açúcar.

O Recife, a chamada Cidade Vermelha, readquiriu a vida normal. Fábricas e comércio funcionaram. O comando do IV Exército agiu com uma suavidade de pantera: seus tanques não acordaram a pacatez do Palácio das Princesas. De repente, adiante deles, a Infantaria, em pequenos grupos, avançou sobre a sede do Governo. O espetáculo foi pitoresco, pelo ineditismo: das janelas do Palácio, homens e mulheres, sem dúvida funcionários, assistiam maravilhados à progressão da tropa. E, por trás dela, avançava também o povo.

Jamais tantos curiosos tiveram a ventura de participar de uma infantaria em marcha. A cena se tornou de tal modo cômica, que um sargento carrancudo ordenou ao povo que se afastasse. A pequena multidão não recuou. Estava preso, no segundo andar, o Governador Miguel Arraes. Desmoronava-se o Canudos, e seu candidato a Conselheiro foi vendo, pouco a pouco, os amigos desertarem. Ficaram dois com ele. *E a Cidade Vermelha não se Ungiu sequer de róseo.*

Já três dias antes, Pernambuco era um Estado sitiado. O Cavalão de Tróia Interno dormitava nos quartéis sob o espantoso torpor dos planos estabelecidos. Mas, do lado de fora, nas fronteiras, a resistência se concretizava. Miguel Arraes anunciou que participaria de um comício em Maceió. O governador alagoano proibiu o seu e um outro, a cem metros, por motivos óbvios. Entretanto, fez mais: alinhou a sua tropa nas estradas, empiquetou as passagens na fronteira pernambucana e deve ter repetido consigo mesmo: "*Eles não passarão*". Ao longo da rodovia pavimentada, além das tropas regulares, postaram-se os proprietários de terras e os seus homens. [...]

### **A Violência foi Episódica**

Quando, a 1º de abril, se confirmou a rebelião em Minas. Miguel Arraes fez uma proclamação em favor da ordem e do sr. João Goulart. Foi a sua última comunicação com o povo. Caiu o silêncio sobre o Palácio das Princesas. Por trás dele, na doce e bela curva que faz o Capibaribe, continuaram a deslizar, mansas, as alvarengas e as Jangadas. O dia era de um belo Sol e a cidade fervilhava, com a sua vida de sempre. Então os comandos do IV Exército e do III Distrito Naval fizeram sua proclamação, não assinada pelo Comando da Zona Aérea, devido à ausência do seu comandante, anunciando que aderiam ao movimento de Minas e que seriam mantidos nos postos eletivos, aqueles que vinham rezando por sua cartilha.



Miguel Arraes não rezava por essa cartilha, a despeito de me ter dito que tinha a Bíblia como livro de cabeceira. As prisões se sucediam. Impossível saber quantos foram detidos e continuam. Mas tudo correu com tal mansidão, sem pressa e sem espalhafato, que parecia um autêntico e brincalhão 1º de abril. Não era e não foi.

Pelas 18h00, do dia 1º a Assembleia recebeu uma comunicação militar: o Governador Arraes não estava apenas impedido; já não existia senão como cidadão, pois não se encontrava mais no posto, que o perdera. Estive algumas horas no seu recanto mais aprazível, no casarão da Rua da Aurora, diante do rio e diante da prisão amarela no outro lado, onde se encontrava Miguel Arraes. Esse recanto é o Já famoso "*Buraco Frio*", uma peça de talvez nove metros quadrados, com dois sofás, uma pequena mesa e três cadeiras.

Os deputados consideram este o seu recinto exclusivo e sagrado e para ele podem ir alguns eleitos. O debate da pré-sessão do "*Impeachment*" foi generosamente regado com boas doses de uísque. Reconhecia-se o estado de fato. Quando o presidente abriu a sessão, houve um ligeiro constrangimento: por trás dele, de pé, um Coronel do Exército se postara com farda de campanha. Ele próprio reconheceu o equívoco e rapidamente se retirou. A Assembleia estava cercada pela tropa para garanti-la, sem dúvida. A sessão, que se prolongou por cerca de seis horas, só foi assistida por jornalistas e alguns poucos convidados pessoais dos deputados. O atual Governador. Paulo Guerra, passava no crivo militar e, sendo reconhecidamente um homem sério, poderia empossar-se. Exigiu todo o processamento constitucional, esperando pelo "*impeachment*". Nas primeiras horas da madrugada, falou ao povo, pelo rádio: reconhecia a gravidade da hora e saberia enfrentá-la, no governo.

Cerca das 20h00, Miguel Arraes toma um “*Volkswagen*” do seu fiel auxiliar e parente, Sr. Waldir Ximenes, em companhia de dois oficiais superiores do Exército. O carro passou entre guardas, pois o belo Campo das Princesas, emoldurado pelo Palácio governamental, pelo Teatro Santa Isabel e pelo Palácio da Justiça, estava deserto de povo. O drama chegava ao fim. Arraes manteve-se altivo até o fim. Duas horas antes, sua mulher e filhos retiraram-se para a sua residência. Que mais poderia fazer? Não renunciou. Era um candidato a líder duramente derrotado: antes, por Goulart, desde o histórico comício do dia 13. E, depois, porque no campo do anti-Goulart ainda menor guarda poderia ter. Começa, sem dúvida, um período mais tranquilo em Pernambuco, não mais um Estado sitiado pelos governos vizinhos. Aqui dentro, sob a vigilância do General Justino Alves Bastos, restaurou-se imediatamente a confiança. O Comandante do IV Exército agiu com extraordinário bom senso. O novo Governador, Paulo Guerra, forma um Governo de homens capazes, com nítida ascendência do PSD ortodoxo. O Comandante e o Governador sabem que dificuldades estão à vista. Pois este curto período de Governo Arraes caracterizou novas realidades sociais no Nordeste. Morreu o segundo Canudos nordestino, ao preço da vida de dois jovens estudantes, no Recife.

### **A Ação do IV Exército (Texto de Hécio José)**

**Recife.** Rápida, eficiente e decisiva foi a ação militar do IV Exército comandado pelo Gen Justino Alves Bastos, neutralizando em poucas horas a região considerada barril de pólvora do movimento comunista no Brasil. As primeiras horas do dia 1º, simultaneamente com as iniciativas militares que se verificavam em outras partes do País, as unidades do IV Exército tomaram posições estratégicas na cidade do Recife, isolando desde logo o Palácio das Princesas, na Rua



Aurora, e dominando na BR-25 as zonas consideradas de influência das Ligas Camponesas, além de pontos estratégicos da BR-11, que leva ao vizinho Estado de Alagoas. Contingentes mais fortes foram deslocados para os Municípios de Palmares e Prazeres, tidos como principais focos de agitação comunista. Nas rodovias estabeleceram-se barreiras e todos os veículos eram identificados e revistados. Somente no Município de Goiânia, a 60 km desta capital, verificou-se pequena manifestação de lavradores, logo dispersados, sem maiores incidentes, pelas tropas do Exército.

Enquanto se desenvolviam essas Operações Militares, um emissário do Gen. Justino Alves Bastos ia ao Palácio, às 10h00, levando texto já preparado da renúncia do Governador Miguel Arraes. Ante sua recusa em assiná-lo, o Governador foi preso. Mas se manteve na sede do governo de Pernambuco, até as 20h00, quando se retirou num pequeno carro, dirigido por seu cunhado, Sr. Waldir Ximenes, e em companhia de um oficial superior do Exército. O Sr. Arraes foi levado preso para a residência do Subcomandante do 1/7º RE, Major Albuquerque.

Dali, mais tarde, seria conduzido para a Ilha de Fernando de Noronha. Acrescente-se que pela manhã o Almirante Dias Fernandes, comandante do 3º Distrito Naval, estivera no Palácio das Princesas tentando convencer o Governador Miguel Arraes a renunciar.

A prisão foi efetuada pelo Cel Castilho, comandante do 14º RI, e pelo Ten-Cel Ivan Rui, comandante do 1/7º RO 105, este último horas mais tarde nomeado Secretário de Segurança do Sr. Paulo Guerra, que assumiu o Governo de Pernambuco logo após o impeachment de Arraes, decidido pela Assembleia Legislativa do Estado, por 45 votos contra 17, numa sessão que se iniciou às 18h00 e à qual estiveram presentes chefes militares e autoridades civis.

A posse do novo Governador foi às 23h50 na própria Assembleia. A Aeronáutica esteve unida às forças da Marinha e do Exército. Quando eclodiu o movimento, o comandante da 2ª Zona Aérea, Brigadeiro Homero Souto de Oliveira, viajava para Recife em avião especial. Tão logo chegou foi ao QG do IV Exército e em seguida cumprimentou o Sr. Paulo Pessoa Guerra, novo Governador.

A neutralização da Polícia Militar do Estado foi simples questão de troca de comando. Com a prisão de seu Comandante, Cel Hugo Trench, substituiu-o o Cel Sílvio de Melo Cahu, Comandante do Colégio Militar, por ordem do Gen Justino Alves Bastos. Tanto bastou para que as Forças Estaduais passassem a integrar o esquema Exército-Marinha-Aeronáutica.



## **Cel. Montagna Afirma: Forte de Copacabana não foi Tomado**

**(Texto de Glauco Carneiro e Fotos de João Rodrigues)**

**"A bem da verdade",** declarou ao "O Cruzeiro" o Cel César Montagna de Souza, "o Forte de Copacabana não foi nem jamais será conquistado!" prosseguiu:

*Para que a História não venha a deturpar os fatos, prestamos, ainda no frescor da luta, o nosso depoimento sobre as ações realizadas no dia 1º de abril de 1964.*

No episódio que resultou na tomada do QG da Artilharia de Costa, na Praia de Copacabana, a veracidade do noticiário atribuiu à guarnição do legendário Forte de Copacabana uma ação que de maneira nenhuma corresponde à sua bravura e à, sua potência militar.

Com efeito, só os que desconhecem o episódio como se passou podem creditar a um simples contingente de vinte homens, escassamente armado, a tomada de uma Fortaleza que dispunha de 23 oficiais, 65 sargentos e 600 soldados da elite do Exército Nacional, além do reforço de 27 oficiais da Escola de Comando e Estado-Maior e de 3 Oficiais-Superiores da Escola Técnica.

### **A Ação do Estado-Maior**

Para se entender essa ação militar tem-se de aludir à participação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, cuja oficialidade, com o agravamento da crise, começou a se inquietar com os rumos tomados pelo presidente da República de franca hostilidade à ordem legal e atentatórios à hierarquia e disciplina das Forças Armadas.

Entendimentos prévios com o Comando do Forte de Copacabana asseguraram àquela Escola que toda a guarnição da unidade mostrava-se solidária à deflagração do Movimento contra o comunismo infiltrado no governo.

### **O Forte de Copacabana já Estava Rebelado Quando Houve o Ataque ao Quartel-General**

Na manhã de 31 de março, antes mesmo que qualquer outra unidade do I Exército decidisse se rebelar contra as ordens emanadas pelo governo, de repressão aos Revolucionários que se dirigiam de Minas para o Rio, o Cel Arídio Brasil, Cmt do Forte de Copacabana, cientificou à Escola de Comando e Estado-Maior sobre a disposição de sua tropa de levantar-se, solicitando, ao mesmo tempo, que lhe fossem enviados oficiais daquela Escola para auxiliar e assessorar a ação a ser empreendida.

Por volta das 07h00, utilizando carros particulares, um grupo de oficiais, sob o comando do Ten-Cel Sílvio Otávio do Espírito Santo, alcançou o Forte de Copacabana, na manhã do dia 1º de abril, através do Arpoador e, presumidamente, fora das vistas da observação do QG da Artilharia de Costa. Infelizmente, apesar de todas as precauções, os oficiais foram vistos por outro, do QG, que fazia ronda em toda a Zona Sul para investigar movimentos suspeitos.

O Comandante da Artilharia de Costa, General Antônio Henrique Almeida de Moraes, foi assim cientificado da entrada do grupo da ECEME no Forte. Imediatamente, chamou, por telefone, o Cel Arídio Brasil e perguntou-lhe o que aquilo representava. O Coronel voltou-se para seus oficiais, que, durante toda a madrugada, o tinham assessorado no drama de tentar captar notícias sobre a posição do II Exército do Gen Kruel e disse:

*Chegou o momento da definição; o General desconfiou e pede que eu compareça ao QG.*

E depois tomou o telefone de volta e falou ao General:

*Que lá não iria pois o Forte de Copacabana tinha se sublevado e dali por diante não receberia ordens daquele comando.*

Deixando o Cel Arídio de atender à convocação, foram, sucessivamente, ao Forte, o Chefe do Estado-Maior e o próprio Comandante da Artilharia de Costa, na tentativa de demovê-lo de sua atitude. Respondeu-lhe o Cel Arídio:

*Minha unidade está revoltada pelo Brasil, contra a indisciplina e contra o comunismo.*

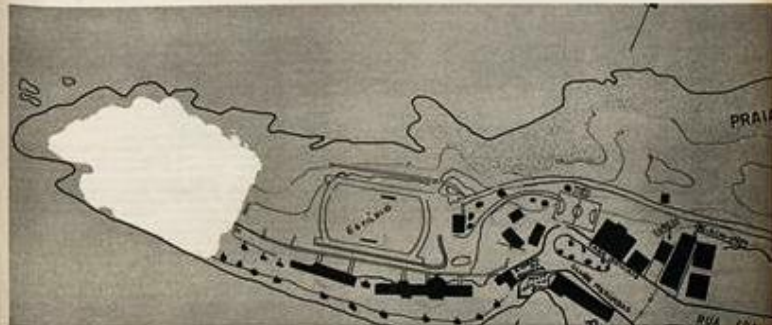
Um esclarecimento se impõe para a melhor compreensão dos leitores. A área do Forte de Copacabana não é a mesma da do QG da Artilharia de Costa, da qual está distanciada, inclusive, pela intercalação da igreja ali situada. Imediatamente depois da declaração do estado de sublevação, o Cel Arídio Brasil ordenou aos Comandantes de baterias que armassem seus dispositivos, cabendo ao Capitão Getúlio Martin dos Santos, comandante da Primeira Bateria, dispor seus 140 soldados entre o portão do Forte e a linha divisória fronteira à do QG. Este contava apenas com uma guarnição de cinquenta homens, enquanto que o Forte tinha, pelo menos, dez vezes mais.

A situação ficou estacionária, com os parlamentares tentando obter soluções pacíficas. A guarnição do Forte, mais numerosa e bem armada, ficou à espera da decisão da Escola de Comando e Estado-Maior que, quando foi tomada, infelizmente não lhe foi comunicada devido à interrupção das linhas telefônicas.

Cel. Montagna  
afirma:

# FORTE DE COPACABANA NÃO FOI TOMADO

TEXTO DE GLAUCO CARNEIRO E FOTOS DE JOÃO RODRIGUES



ACIMA, o diagrama da localização do Forte e do QG da A Com-1 AM. Abaixo, o Cel. Arildo Braz (em um espelho), Com. do Forte de Copacabana, cuja ação foi decisiva para a vitória da Revolução.

**A** BEM da verdade — declarou o "O Corumbá" o Cel. César Montagna de Sousa — "o Forte de Copacabana não foi nem tomado nem conquistado". E prosseguiu: "Para que a Ilha não venha a deturpar os fatos, pretendo, através do freio da Ilha, o nome decorosamente sobre as ações praticadas no dia 1.º de abril de 1964".

No episódio que resultou na tomada do QG da Artilharia de Costa, na Praia de Copacabana, a irreversibilidade da vitória atribuiu a conquista do Segundo Forte de Copacabana uma ação de natureza definitiva, correspondendo à sua levatura e à sua importância militar. Com efeito, ali se que desmontaram e espediu como se pedras podem creditar a simples contagem de vãos homens, estacionários armados, a tomada de uma Fortaleza que dispunha de 23 oficiais, 85 sargentos e 600 soldados da elite do Exército Nacional, além do reforço de 27 oficiais da Escola de Comando e Estado-Maior e de 3 oficiais-pilares da Escola Tática.

## A AÇÃO DO ESTADO-MAIOR

Para se entender essa ação militar tem-se de estudar a participação da Escola de Comando e Estado-Maior de Tatuária, cuja oficialidade, com o agravamento da crise, começou a se inquietar com os rumos tomados pelo Presidente da República de frívola autoridade à vedar-lhe as atribuições hierárquicas e disciplinares das Filas Armadas.

Estadoníveis previu com o comando do Forte de Copacabana, asseguraram alguma coisa que fosse a preservação da unidade militar, através da desfiliação do paracaidista contra o comando da Direção do Governo.



ESTA é a entrada do Forte de Copacabana, ainda com em sua posição, embora alguns pontos, durante a crise, para qualquer emergência.

No manhã de 31 de março, antes mesmo que qualquer outra unidade do 1.º Exército decidisse se rebelar contra os órgãos comandados pelo Governo, de repente os revolucionários que se organizaram em Minas para o Rio, o Cel. Arildo Braz, Com. do Forte de Copacabana, deslocou-se à Escola de Comando e Estado-Maior sobre a direção de uma tropa de levatura, sob o comando do Ten.-Cel. Sérgio Otávio de Azeiteiro Junior, comandante do Forte de Copacabana, no manhã de dia 1.º de abril, através do Arquivo A, pessoalmente. Para sua volta de observação do QG da Artilharia de Costa. Infortunadamente, apesar de todas as precauções, os oficiais foram vistos por dentro, do QG, que tinha sido em toda a zona sul para investigar movimentos suspeitos.

O comandante da Artilharia de Costa, General Antônio Henrique Almeida de Moraes, foi assim, deslocado da entrada do grupo da BCBM do Forte, imediatamente, através, por telefone, o Cel. Arildo Braz e por escrito, o que se aplicou imediatamente. O Coronel voltou-se para seus oficiais, que, durante toda a madrugada, o tinham assegurado ao drama de tentar captar notícias sobre a posição do 1.º Exército do General Brasil e disse: "Chego e momento da decisão; o General desconhece o ponto que se comprou ao QG". E depois, através o telefone de volta e falou ao General "que não iria para o Forte de Copacabana tinha se estendido e dali por diante não receberia notícias daquele comando".

Deixando o Cel. Arildo de atender à convocação, foram, consequentemente, ao Forte, o Chef. do Estado-Maior e a própria comandante Artilharia de Costa, na tentativa de demora de sua atividade. Bem, porém, o Cel. Arildo: "Minha unidade não recuou para o Brasil, contra a indisciplina e contra o comensal".

Um esclarecimento se impõe para se entender o pensamento do tenente. A Com. do Forte de Copacabana não é o nome da 1.ª Co. de Artilharia de Costa, da qual está distanciado, inclusive, pelo intervalo da letra "A" alçada.

Imediatamente depois da declaração do estado de sublevação, o Cel. Arildo Braz recebeu os comandantes de baterias que armaram suas divisões, sob o comando do Capitão Getúlio Martins dos Santos, comandante da Primeira Bateria, depois com 140 soldados entre o ponto de Forte e a Ilha dividida dentro do QG. Este considerava apenas com uma guarnição de cinquenta homens, enquanto que o Forte tinha, pelo menos, dez vezes mais.

A situação ficou estacionária, com os parlamentares tentando obter soluções pacíficas. A guarnição do Forte, mais comensal e bem armada, ficou à espera da decisão da Escola de Comando e Estado-Maior, que, quando foi tomada, infelizmente não lhe foi comunicada devido à intervenção das Filas sublecionadas.

Mas o General Moraes não renunciou. Chamou-se em socorro do QG, um reforço do Grupo de Artilharia de Costa Montanha, sob o comando do Ten.-Cel. Beraldo Vitorino, seu comandante, uma bateria composta de 120 homens, que não chegou a descer dos caminhões por ordem do próprio Cel. de Estado-Maior do QG, que temia choques com a guarnição do Forte, e tinha ordem de defender sua posição a qualquer preço. Voltaram, pelo mesmo caminho, os soldados de 8.º D. A. C. P.

## A AÇÃO DE MONTAGNA

Esperando isso, a Escola de Comando e Estado-Maior, temendo uma ação qualquer por parte da disciplina de A. Artilharia de Costa, a guarnição do Forte de Copacabana, que bem pouco poderia resistir, com sua

## O Forte de Copacabana já estava rebelado quando houve o ataque ao Quartel-General

canhões fixos, a artilharia pesada, além, de 8.º D. A. Com. decidiu executar uma "golpe de mão" para capturar o Quartel-General e evitar que dali fosse atacada a Fortaleza. Essa operação partiu do Coronel César Montagna e foi classificada pelo Gen. Orlando Otivel como uma "tentativa", mas sempre assim perseguido que foi realizada, pois o início das operações, na Zona Sul, apenas com os efetivos das Filas Superior de Comando, de Educação Física e Tática, além do Forte "Tanandá" (Laje) e da Fortaleza de São João.

Logo após do Cel. Montagna foi rigidamente de fazer um reconhecimento prévio, a palmar, no local, juntamente com o Ten.-Cel. Oscar Antônio Costa e Sousa, arguindo um comêlo com três voluntários, incluindo o seu próprio. Clivens, embalsamado não mais deturpou a história, entre os quais um para-quadra, Major Dickson Major Brasil, que assumiu o comando de seus companheiros da BCBM, o Capitão Benedito Oreste Soares Leoni e o Capitão Rubens Barros Dantas, late filho do Marechal Celso Dantas.

O objetivo triplo foi aplicado aos componentes da expedição: levaram o QG, aprisionamento de todos os seus elementos e instalação do sistema defensivo. Na saída da Rua Brasil Puzosia com Francisco Otaviano se voluntários pararam e dali saiu, para além e final reconhecimento, o Ten.-Cel. Costa e Sousa, que o Ten. Otivel, depois, seus companheiros: "Dispositivo tático observado anteriormente, com uma linha defensiva: sobre o palmar da varanda, ao lado da coluna do QG, uma metralhadora de mão. A operação pôde ser realizada".

"O sucesso de missão deu-se" — prosseguiu o Cel. Montagna — "inobstante ao espírito reacionário em toda a equipe de oficiais que articularam suas vontades por uma causa justa, e convívio, também, com os defensores do QG, com o grupo de poucos oficiais que compareceram com as ideias democráticas, e não submissivas, e não foram, portanto, moral para enfrentá-los sem combate pelo e pelo".

Assim mesmo tempo em que o grupo de oficiais saltava à frente do QG, o Forte de Copacabana, mesmo sem saber dos detalhes da operação — pelo de mesma não tinha sido avisado — tomara uma decisão rápida e, sendo à frente se Capitão Leoni de Curvato e Beraldo Vitorino de Medeiros, auxiliados pelos alunos da BCBM, Capitães Isidoro e André, asseguraram sua ação do grupo atacante, prendendo e imobilizando toda a guarnição do Quartel-General da Artilharia de Costa.

Em seguida, a 2.ª Bateria de 190mm do Forte, sob o comando do Capitão Cláudio de Castro Neto, juntamente com a 1.ª Bateria, avançou com as Filas defensoras até as esquadras de Francisco Otaviano com Ar, Nossa Senhora de Copacabana e Ar. Alianças com a Rua Bahia, Elnasché.

Quando os oficiais comandados pelo Cel. Montagna entraram no QG, o General Moraes não estava: tinha ido à sede da 1.ª Região Militar, e, portanto, logo que a operação foi concluída, o General Moraes procurou regressar a seu posto mas foi barrado na esquadra da Rua Francisco Otaviano pelo Capitão Major, ali penetrando na área controlada pela tropa do Forte de Copacabana após parlamentes com o Cel. Beraldo Vitorino. Este não conseguiu a nova evasão de Cel. Montagna quando chegou ao QG o General Hugo Panzani Avrin, que o prendeu.

De operação, na qual se foram disparados vinte tiros, resultaram feridos apenas um sargento do QG, atingido com um tiro na perna, e um dos oficiais brasileiros, ferido com um golpe de bala de artilharia superficial no peito.

Mas o General Morais não esmorecera. Chamara em socorro do QG um reforço do Oitavo Grupo de Artilharia de Costa Motorizada, sediado na Gávea, tendo sido enviado, pelo Ten-Cel Herculano Virmond, seu comandante, uma bateria composta de 120 homens, que não chegou a descer dos caminhões por ordem do próprio Chefe do Estado-Maior do QG, que temeu choques com a guarnição do Forte, que tinha ordens de defender suas posições a qualquer preço. Voltaram, pelo mesmo caminho, os soldados do 8º GA Cos M.

### **A Ação de Montagna**

Enquanto isso, a Escola de Comando e Estado-Maior, temendo uma ação qualquer por parte das unidades fiéis à Artilharia de Costa, contra o Forte de Copacabana, que bem pouco poderia resistir, com seus canhões fixos, à artilharia pesada, móvel, do 8º GA Cos M, decidiu executar um *"golpe de mão"* para capturar aquele Quartel-General e evitar que dali fosse atacada a fortaleza. Essa sugestão partiu do Cel César Montagna e foi classificada pelo Gen Orlando Geisel como uma *"tenentada"*, mas mesmo assim permitiu que fosse realizada, pois necessitava-se de uma base de operações em Copacabana, ao lado da tropa fiel, pois os comandados do Gen Castello Branco contavam, desde o início das operações, na Zona Sul, apenas com os efetivos das Escolas Superior de Guerra, de Educação Física e Técnica, além do Forte Tamandaré (Laje) e da Fortaleza de São João.

A ação do Cel Montagna foi rápida: depois de fazer um reconhecimento prévio, à paisana, no local, juntamente com o Ten-Cel Oscar Antônio Couto e Souza, organizou um comboio com três automóveis, incluindo o seu próprio, Citroen, embarcando nele mais dezoito oficiais, entre os quais um paraquedista, Major

Dickson Melges Grael, que assumiu o comando de seus companheiros da ECEME, o Capitão Benedito Onofre Bezerra Leonel e o Capitão Rubens Bayma Denys, este filho do Marechal Odílio Denys.

O objetivo tríplice foi explicado aos componentes da expedição: invasão do QG, aprisionamento de todos os seus elementos e instalação do sistema defensivo. Na esquina da Rua Raul Pompéia com Francisco Otaviano os automóveis pararam e dali saiu, para novo e final reconhecimento, o Ten-Cel Couto e Souza, que o fez, dizendo, depois, aos companheiros:

*Dispositivo idêntico ao observado anteriormente, com uma única diferença: sobre o patamar da varanda, ao lado da coluna do QG, uma metralhadora de mão. A operação pode ser realizada.*

Prossegue o Cel Montagna:

*O sucesso da missão deveu-se unicamente ao espírito existente em toda a equipe de oficiais que arriscaram suas vidas por uma causa justa, e convictos, também, que os defensores do QG, com exceção de poucos oficiais que comungavam com as ideias democráticas, eram subversivos e não teriam, portanto, moral para enfrentá-los num combate peito a peito.*

Ao mesmo tempo em que o grupo de oficiais saltava à frente do QG, os do Forte de Copacabana, mesmo sem saberem dos detalhes da operação, pois da mesma não tinha sido cientificados, tomaram uma decisão rápida e, tendo à frente os Capitães Leno de Carvalho e Edson Beltrão de Medeiros, auxiliados pelos alunos da ECEME, Capitães Sotero e Sodrê, acorreram em apoio do grupo atacante, prendendo e imobilizando toda a guarnição do Quartel-General da Artilharia de Costa.



Em seguida, a 2ª Bateria de 190 mm do Forte, sob o comando do Capitão Cláudio de Castro Neves, juntamente com a 1ª Bateria, avançou com as linhas defensivas até as esquinas de Francisco Otaviano com Av. Nossa Senhora de Copacabana e Av. Atlântica com a Rua Rainha Elisabeth.

Quando os oficiais comandados pelo Cel Montagna entraram no QG, o General Morais não estava: tinha ido à sede da 1ª Região Militar. No entanto, logo que a operação foi completada, o General Morais procurou regressar a seu posto mas foi barrado na esquina da Rua Francisco Otaviano pelo Capitão Sotero, só penetrando na área ocupada pela tropa do Forte de Copacabana após parlamentar com o Cel Espírito Santo. Estava sendo cientificado da nova situação pelo Cel Montagna quando chegou ao QG o General Hugo Panasco Alvim, que o prendeu.

Da operação, na qual só foram disparados vinte tiros, resultaram feridos apenas um sargento do QG, alvejado com um tiro na perna, e um dos oficiais invasores, ferido com um golpe de baioneta superficial no peito.



## **A Queda da Segunda República de Piratini**

**(Reportagem de Tito Tajés,  
Antônio Ronek e Nelson Cória)**

### **Cortina de Fumaça a Notícia da Adesão dos Sargentos de Bagé**

Foi efêmera a duração da Segunda República de Piratini: nasceu às 03h15 de dois de abril e se extinguiu às 11h45, quando o ex-Presidente João Goulart deixou Porto Alegre, acabrunhado, rumando para o exílio. Todos dizem que melhor teria feito o herdeiro político de Getúlio Vargas se, em vez de procurar a capital gaúcha, tivesse rumado de Brasília direto para o estrangeiro.

Não teria, pelo menos, passado pelo dissabor de encontrar o Aeroporto Salgado Filho, local de tantos desembarques gloriosos, praticamente deserto e cercado por tanques e metralhadoras pesadas, numa evidente demonstração de que o Rio Grande do Sul não tinha condições de ser transformado no baluarte da resistência. O ex-presidente não encontrou, como habitualmente acontecia, os amigos das boas horas, aqueles mesmos que nomeou para cargos federais ao longo de sua vida pública. Os que ali estavam cerca de trezentos, eram, na imensa maioria, homens do povo, amigos sinceros que nunca se valeram da condição de filiados ao PTB para obter compensações.

Enquanto o carro do comandante do III Exército, General Ladário Pereira Telles, corria pelas ruas desertas da capital gaúcha, o Sr. João Goulart inteirava-se da situação e já começava a compreender que a permanência seria curta: o III Exército não lhe era de todo fiel. Em Porto Alegre, o General Ladário não tinha pulso para conter os oficiais descontentes com a sua

posição e, no interior do Estado, as guarnições federais de Santa Maria, Alegrete, Bagé e Uruguaiana estavam em franca rebelião, deslocando-se para Porto Alegre, a fim de prendê-lo. O anunciado domínio do Rio Grande do Sul era fictício.

Não fosse a retirada do Governador Ildo Meneghetti para a cidade de Passo Fundo, nem o controle de Porto Alegre teria sido assumido pelo Deputado Leonel Brizola, com seu QG estabelecido na Prefeitura Municipal, usando as emissoras requisitadas pelo General Ladário Pereira Telles. Em hora de má inspiração, os assessores do Governador decidiram que o governo se transferiria para o interior, dando ao Brasil a falsa impressão de que os gaúchos desejavam uma luta glória e fratricida.

Tão precária era a autoridade do comandante do III Exército, que o Coronel Otávio Frota, da Brigada Militar, não acatou sua ordem de requisição da milícia estadual, respondendo-lhe que só obedeceria ao Governador Ildo Meneghetti ou a um decreto do Presidente da República. Com esta resposta, a situação continuou a mesma: a Brigada Militar independente e o General Ladário Pereira Telles com o seu meio comando.

Outro detalhe que não deve ter passado despercebido ao sr. João Goulart refere-se ao Deputado Leonel Brizola. Este já não conseguia inflamar a grande massa. O número de seus seguidores era reduzido e pouco propenso para as aventuras bélicas. Assumira, é verdade, o comando da cidade, graças à paralisação dos bondes e de alguns setores da indústria. Mas a população, em sua grande maioria, continuava vivendo tranquilamente, frequentando cinemas e bares, só deixando de fazê-lo quando estes, por prudência, cerraram as portas.

O EX-PRESIDENTE Jango Goulart chegou ao Aeroporto Salgado Filho, depois de deixar Brasília. Passou a noite em um hotel. Dia 1, Jango seguiu para a residência do Gen. Ladislau Pereira Telles, Comandante de III Exército, na ocasião.



# A QUEDA DA SEGUNDA REPÚBLICA DE PIRATINI

REPORTAGEM DE TITO TAJEL, ANTÔNIO BONK E NELSON CÔRREA



No dia da chegada do ex-Presidente Goulart a Piratininga, seus críticos à frente, pediram armas e reformas. Outros jangistas dizem que houve chegada à hora da revolução. Que não houve.

CONTINUA

Quando a corrida do carro presidencial terminou, na residência do General Ladário Pereira Telles, o sr. João Goulart já sabia que a sorte estava lançada e que só lhe restava o caminho do exílio. Desembarcou cabisbaixo. O relógio marcava 04h00. As suas últimas horas de permanência em Porto Alegre ele as viveu incertas e agitadas. Reunido com os chefes militares, com o Deputado Leonel Brizola e com os Ministros que o acompanhavam, Srs. Wilson Fadul, Oswaldo Lima Filho e Amauri Silva. Outro participante: o General Argemiro Assis Brasil, chefe do Gabinete Militar do derrotado governo.

As 08h15, houve a entrevista coletiva à imprensa. Simulando otimismo, o apeado presidente fumava um cigarro atrás o outro, enquanto falava aos repórteres, dizendo que estava em território nacional e, portanto, no pleno exercício de suas atribuições constitucionais. Negou legalidade à investidura do Presidente da Câmara, Sr. Ranieri Mazzilli, afirmando tratar-se de uma grande farsa, pois tudo fora feito sob a justificativa de que ele abandonara o Brasil.

Depois de atribuir aos decretos encampando as refinarias particulares, desapropriando terras ao longo das estradas e açudes e tabelando os aluguéis a causa de reação armada contra seu governo, o sr. João Goulart anunciou, sem convicção, que não aceitaria a imposição dos revoltosos e que reagiria contra os "golpistas". O relógio marcava 09h00.

Em seguida, reuniu-se com os chefes militares do Rio Grande do Sul, General Ladário Pereira Telles e Brigadeiro Othelo Ferraz. O que foi dito nesta reunião, que contou com a presença do Deputado Leonel Brizola, dos Ministros Wilson Fadul, Oswaldo Lima Filho e Amauri Silva, do General Argemiro Assis Brasil e de diversos deputados trabalhistas, não transpirou.

Pouco depois, o ex-presidente partia apressadamente para o aeroporto e iniciava a viagem para o exterior, enquanto seus auxiliares informavam que decidira renunciar, para não banhar de sangue a Nação. As 13h00, o Prefeito Sereno Chaise leu um manifesto à população, comunicando que o sr. João Goulart viajara para fora do País, para evitar o sacrifício do povo gaúcho. E deu por encerrada a existência da II República de Piratini, com apenas oito horas e meia de vida. Deixou o Prefeito de Porto Alegre, no ar, uma inter-rogação sobre o destino do Deputado Leonel Brizola, que desapareceu como por encanto, depois da reunião em que os chefes militares se confessaram incapazes de conter a crescente onda de insatisfação de seus subordinados e de deter o avanço das tropas revoltadas. O resto da tarde foi gasto com as autoridades policiais dissolvendo grupos de manifestantes que se espalharam pelo centro da cidade, tentando organizar manifestações hostis às autoridades constituídas e depredando alguns estabelecimentos comerciais. Aos poucos a calma foi voltando e, quando caiu a noite, a situação estava perfeitamente definida: o Poder Constituído era senhor da situação e mantinha a cidade sob forte policiamento.

O Governador Ildo Meneghetti, de Passo Fundo, iniciou a viagem de volta, liderando uma coluna de mais de 5 mil homens, para reocupar o Palácio Piratini, mantido incólume pela Brigada Militar. Bem diferente desta foi a I República de Piratini, mantida pelos Farrapos durante 10 anos de lutas e de heroísmo e que só aceitou a autoridade da República quando esta reconheceu e respeitou os seus direitos. Desta feita, tudo foi diferente: não houve tempo para lutar e nem lugar para atos heroicos. Os soldados, que têm o mesmo sangue dos Farrapos, simplesmente não se mostraram dispostos a participar de uma aventura que, se vitoriosa, somente serviria para desgraçar a Nação.

## **7 Governadores Indicam Castello (Reportagem de Douglas Ferreira da Silva)**

**D**ando prosseguimento à fase de consolidação do Movimento Democrático Revolucionário que derrubou do poder o presidente João Goulart, sete Governadores se reuniram no Palácio Guanabara, a fim de indicar ao Congresso Nacional um nome que pudesse assumir o comando do País até as eleições de 1965. Da reunião, realizada a portas fechadas no gabinete do Governador Lacerda, Participaram os seguintes governadores: Adhemar de Barros, de São Paulo; Magalhães Pinto de Minas Gerais; Ney Braga do Paraná; Ildo Meneghetti do Rio Grande do Sul; Mauro Borges de Goiás e Fernando Correia da Costa do Mato Grosso, além do Governador da Guanabara. Partindo do raciocínio de que é necessário agir rapidamente, para que os ideais que Inspiraram a Revolução não se percam *“em delongas de conchavos políticos”*, os Governadores apontaram ao Congresso, por unanimidade, e *“para ser eleito dentro de uma semana, no Máximo”*, o General Humberto de Alencar Castello Branco. Levada ao Ministério da Guerra, a indicação foi examinada e aceita pelos Altos Comandos Militares, após uma reunião que se prolongou até às 05h00 do dia 5 deste mês.

Antes da conferência dos 7 governadores, o Governador Lacerda conferenciara demoradamente com o Presidente da UDN, Deputado Bilac Pinto, dera entrevista a uma revista francesa e conversara com o Marechal Eurico Gaspar Dutra, até o momento apontado como um dos candidatos prováveis à Presidência da República. Depois, recebeu um grande grupo de repórteres brasileiros e estrangeiros, ocasião em que respondeu às perguntas de todos. A seguir, damos alguns tópicos dessa entrevista:

*Sou favorável à prisão daqueles que exercem atividades subversivas, afetando a Segurança Nacional.*





O GOVERNADOR Magalhães Pinto, líder da revolução, abraça o Governador Carlos Luz de Paraná. Os dois participaram da reunião verificada no Palácio Guanabara, B. de Janeiro.



GOVERNADORES Ademar de Barros, Carlos Luz e Fernando Correia da Costa. (Foto: Correia) Após a constituição do seu quadro

## 7 GOVERNADORES INDICAM CASTELO

REPORTAGEM DE DOUGLAS FERREIRA DA SILVA



**D**ANDO prosseguimento à fase de consolidação do movimento democrático revolucionário que decorreu do poder o Presidente João Goulart, sete governadores se reuniram no Palácio Guanabara, a fim de indicar ao Congresso Nacional um nome que possa assumir o governo do País até as eleições de 1963. Da reunião, realizada a portas fechadas no gabinete do Governador Lacerda, participaram os seguintes governadores: Ademar de Barros, de São Paulo; Magalhães Pinto, Minas Gerais; Ruy Braga, Paraná; Dêo Marcondes, Rio Grande do Sul; Márcio Braga, Goiás; e Fernando Correia da Costa, Mato Grosso, além do Governador da Guanabara.

Partido do radicalismo de que é constituído agiu rapidamente, para que os líderes que integram a Revolução não se perdessem "em desfilada de conchas peladas", os Governadores apontaram ao Congresso, por unanimidade, a "para ser eleito dentro de uma semana, no máximo", o General Humberto de Alencar Ca-

stello Branco, Lealida ao Ministério da Guerra, a indicação foi examinada e aceita pelos Altos Comandos Militares, após uma reunião que se prolongou até às 3 horas da manhã do dia 3 desta.

Antes da conferência dos 7 governadores, o Governador Lacerda conferenciara democraticamente com o Presidente da UDN, Deputado Rildo Fofó, deus entrevista a um revista Trans-e e conversara com o Marechal Eurico Gaspar Dutra, até o momento apontado como um possível. Depois, recebeu um grande grupo de repórteres brasileiros e estrangeiros, ocasião em que respondeu às perguntas de todos. A seguir, damos alguns trechos dessa entrevista:

"Sou favorável à prisão (depois que saírem atitudes subversivas, abitando a Segurança Nacional) sobre o Deputado Ruy Dutra, selado na Embaixada do Uruguai, disse: "O Sr. Ruy Dutra pode ir para casa desarmado. Não o considero elemento perigoso, pois até para ser preso é preciso morrer. E ele não vai morrer. Terá que explicar, é claro, como seletta distribuído ao mesmo tempo do Poder Legislativo (como deputado), e do Poder Executivo (como vice-governador da Guanabara), e para não fazer nada, não aqui nem lá em Brasília".

Interrogado a respeito do COBEP (Comissão Nacional de Defesa da Economia Popular), afirmou que aquilo era "um cortejo de vigília", referindo-se à mesma maneira ao decreto de fechamento das algemas, que "m serviu para dar fôlego aos legisladores".

Quando à política exterior, o Governador Lacerda afirmou que o Brasil ficou isolado de Andréa Lamas e refugiu aos países comunistas, quando abrangeu a fase da autodeterminação dos povos, ressaltando, porém, que não há razões para interromper relações diplomáticas com países da esfera de influência russa. Quanto aos negócios realizados com a Curitiba de Pernambuco, "abandono o Sr. Leonel Brito e o Partido Comunista obtiveram lucro".

Após a entrevista do Governador da Guanabara, o Sr. Ademar de Barros também falou aos jornalistas. "Termino a primeira fase da luta, a mais fácil" — disse o Sr. Xux. "Iniciava agora a parte mais difícil, a da estruturação do novo Governo, que não deve assentar sobre pilares podres". Disse que não se deveria esperar um mês para eleger o novo Presidente. "Estamos diante de uma situação de fato, não de direito", concluiu Ademar. "No momento, tomamos providências para evitar a contra-revolução em marcha".



Sobre o Deputado Eloy Dutra, asilado na Embaixada do Uruguai, disse:

*O Sr. Eloy Dutra pode ir para casa descansado. Não o considero elemento perigoso, pois até para ser preso é preciso merecer. E ele nem isso merece. Terá que explicar, é claro, como recebia dinheiro ao mesmo tempo do Poder Legislativo (como deputado) e do Poder Executivo (como vice-governador da Guanabara), e para não fazer nada, nem aqui nem lá em Brasília.*

Interrogado a respeito do CODEP (Comissariado de Defesa da Economia Popular), afirmou que aquilo era "um conto do vigário", referindo-se da mesma maneira ao decreto de tabelamento dos aluguéis, que "só serviu para dar ilusões aos inquilinos".

Quanto à política exterior, o Governador Lacerda afirmou que o Brasil ficou isolado da América Latina e entregue aos países comunistas, quando abraçou a tese da autodeterminação dos povos, ressaltando, porém, que não vê razões para interromper relações diplomáticas com países da esfera de influência russa. Quanto aos negócios realizados com a Cortina de Ferro, "somente o Sr. Leonel Brizola e o Partido Comunista obtiveram lucros".

Após a entrevista do Governador da Guanabara, o Sr. Adhemar de Barros também falou aos jornalistas:

Terminou a primeira fase da luta, a mais fácil. Inicia-se agora a parte mais difícil, a da estruturação do novo Governo, que não deve assentar sobre pilares podres

Dizendo que não se deveria esperar um mês para eleger o novo Presidente:

*Estamos diante de uma situação de fato, não de direito. No momento, tomamos providências para evitar a contrarrevolução em marcha.*

## **O Cérebro da Revolução**

**(Texto de Ubiratan de Lemos,  
Fotos: Indalécio Wanderley)**

**O** General Humberto de Alencar Castello Branco, articulador e coordenador da Revolução Vitoriosa, na qualidade de chefe do Estado-maior do Exército, recebeu, domingo último, em sua residência (Ipanema), uma grande homenagem popular, liderada mulheres cariocas representadas pelas Voluntárias Sociais. A homenagem da mulher brasileira resultou, sem dúvida, numa consagração popular a um dos Chefes da Revolução, deixando a marca da necessidade de descomunização de todos os organismos democráticos, civis e militares.

### **A Fala do General**

O General Castello Branco, escolhido pelos Comandos Revolucionários civil e militar e Governadores que participaram da Revolução para ocupar a Presidência da República, em substituição ao presidente deposto, produziu de improviso um discurso equilibrado, no qual expôs os objetivos do Movimento Democrático e conclamou o povo a continuar a luta, até que se completasse o expurgo dos comunistas do Governo. Eis um resumo da fala do General Castello Branco em resposta à homenagem que recebeu em sua casa:

Falou exatamente às 17h55, e da rua, do meio do povo, de cima de uma cadeira. Vestia terno escuro, gravata escura, pois o General guarda luto de sua mulher, falecida há 8 meses, quando ele ocupava o comando do IV Exército, no Recife. Disse que a vitória não era sua. Pertencia a todos os militares democratas, a todo o povo. Ele foi um dos intérpretes dos sentimentos do povo brasileiro.

Recebia, pois, a homenagem, em nome dos que lutaram e lutam pela depuração dos organismos democráticos. Acrescentou que as Forças Armadas realizaram um Movimento Patriótico, pensando exclusivamente no interesse nacional. Os aplausos que recebeu eram endereçados também aos Governadores Democratas e destemidos que participaram do Movimento. Elogiou a fibra combatente da mulher brasileira. O povo brasileiro sentia na própria carne os efeitos dos desvios do governo, que se afastava dos destinos do Brasil. Falou das forças espúrias que obstruíam a ação dos verdadeiros democratas, do dedo de Moscou.

Disse que os inimigos da democracia ainda poderão sobreviver e solapar os resultados do Movimento. Há necessidade imperiosa de banir os comunistas e seus simpatizantes do Governo, porque só assim se consolidará a vitória. Só assim se evitará a desagregação, essa desagregação que os comunistas tentam ainda fomentar. E eliminando todos os fatores de desagregação e desordem é que o Brasil retomará o seu caminho democrático, realizando a justiça social que o povo espera. A luta foi grande e ainda será maior. Não podemos abandonar os postos de combate. Os próprios Santos, segundo São Paulo, o Apóstolo, usavam um escudo na mão esquerda, para defender o corpo, ficando com a direita livre para atacar os inimigos da fé. O General Castello Branco, ao terminar seu improvisado, pediu vigilância aos democratas, ao povo brasileiro, até que o regime se livre da presente depressão moral. A luta é pela grandeza do Brasil e pelo seu progresso.

### **A Homenagem**

A Senhora Stela de Sousa, das Voluntárias Sociais, foi quem saudou o General Castello Branco, abrindo a homenagem.



GENERAL Humberto Castelo Branco, em seu gabinete da vitória, sendo recebido como chefe de Estado pelo povo brasileiro na Guanabara, após o restabelecimento do Estado republicano. Indicado para a Presidência da República em 1964.

# CASTELO BRANCO O CÉREBRO DA REVOLUÇÃO

TEXTO, UIRATAN DE LEMOS

FOTOS, INDALÉCIO WANDERLEY

O GENERAL Humberto de Alencar Castelo Branco, artilheiro e coronel da revolução vitoriosa, na qualidade de chefe do Estado-Maior do Exército, recebeu, domingo último, em sua residência ("Ipanema"), uma homenagem do movimento popular, liderada por milhares caridosos representados pelas Juventudes Sociais.

A homenagem da mulher brasileira recebeu, sem dúvida, trunfo conagração popular a um dos chefes da revolução. Ocorrendo a marca da honestidade de desconfiança de todos os organismos democráticos, civis e militares.

## A PALA DO GENERAL

O General Castelo Branco, escolhido pelos comandos revolucionários civis e militares e governadores que participaram da revolução para ocupar a Presidência da República, em substituição ao Presidente deposto, produziu de imediato um governo equilibrado, no qual expôs os objetivos do movimento democrático e reconheceu o povo a continuar a luta, até que se completasse o expurgo dos conspiradores do Governo. Em um discurso da Sala do General Castelo Branco em resposta à homenagem que recebeu em sua casa:

Falou extensamente às 11 horas e meias e minutos — e da rua, do lado do povo, de cima de uma cadeira. Vozes terço escuro, girava escuro, pois o General guardava a mão de sua mulher, fideiúsa há 11 meses, quando ele ocupava o comando do IV Exército, no Recife.

Disse que a vitória não era sua. Pertencia a todos os militares democratas, a todo o povo. Era lei um dos intérpretes dos sentimentos do povo brasileiro. Escutava, pois, a homenagem, em nome dos que lutaram e lutam pela depuração dos organismos democráticos.

Acreditamos que as Forças Armadas realizaram um movimento patriótico, pensando exclusivamente no

## É um intelectual com experiência de guerra

NESTE espaço da Revista escreveremos sobre o General-de-Exército Humberto de Alencar Castelo Branco — Alencar, da família de José de Alencar, o grande escritor cearense, iniciador do romantismo no Brasil, pai de três Castelos Branco em São Paulo, Ceará, no dia 20-9-1905. Vários filhos: sobre Castelo Branco, o homem, o soldado, e aqui temos a homenagem de outro militar, um amigo e grande colaborador de História e Tática Militar, o General Flamarion Burtan Lima.

Informamos, desde logo, que o General Castelo Branco é famoso no Exército não só pela sua ação militar durante a campanha do FIC, na Itália, como pai ser foi um líder da preparação militar, na ação, o associado acima de tudo, o soldado determinado de ação político-partidária, tendo apenas por norma as doutrinas mais elevadas da Pátria.

Ainda como primeiro-tenente, foi instrutor da Escola Militar de Realengo e assistente da Escola Militar de Realengo, no Brasil. Durante muitos anos destacou-se ao estudar o Exército, a formação de dados e técnicas para o Estado-Maior. Assim funcionou na Escola de Estado-Maior do Exército e na Escola Superior de Guerra.

O primeiro comando que assumiu, como general-de-brigada, foi o de 10ª Região Militar, com sede em Curitiba. Foi de lá para a Escola de Estado-Maior, no Rio.

Como general-de-exército, o seu primeiro comando foi o do IV Exército. Busca primeiro apoio civil. E sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Exército, dedicando-se ao estudo da História Militar, a cujo estudo imprimiu estudos rigorosamente práticos. Seus estudos de matéria militar são consideráveis clássicos, notadamente o que ele sobre a Guerra do Paraguai. São seus trabalhos, publicados em volume da biblioteca científica do Exército, classificados de General de La. valde, chefe da Escola Militar Francesa, quando se dirigiu a suas aulas.

—Ficou-me muito agradável para agradecer o Exército e o Estado-Maior. Um militar, na época, explicou-me pelas conferências tão claras e tão cheias de entusiasmo que fiz a meu pedido. Tenho a liberdade que aprecio, particularmente, o fato e a inteligência com as quais soube ajustar suas conferências ao conteúdo de ensinamentos ministrados no curso do Alto Comando, inserindo-os de maneira perfeita". Note-se que tais ensinamentos são hoje servidos de norma aos cursos de Estado-Maior do Exército.

O General Castelo Branco tirou o curso da Escola Superior de Guerra, na França. E daí em sua formação militar profundamente influenciada pela doutrina militar francesa, que lhe deu grande flexibilidade de raciocínio.

Deixou na FEB como chefe da 3ª Região do Estado-Maior, tendo então a sua lado o General Krieger, que obteve a 2ª Região. Assim recebeu várias citações de combate, inúmeras recompensas (cômodos) e condecorações. Certa vez conseguiu estabelecer o palácio que levara um corpo de tropa em combate.

Ele e homem: soldado, rigorosamente soldado, honesto, disciplinado. Uma frase sua ficou célebre: "A disciplina deve ser cumprida, quer se queira, quer se não queira".

Esta militância tem a agulha das comissões militares e civil para exercer as altas funções de Presidente da República e restabelecer no Brasil a sua grande normalização democrática.

Insistiu em que não era possível que a Constituição servisse para defender os inimigos da democracia. Disse que as Forças Armadas e o povo deveriam, desta vez, varrer do Brasil toda a máquina comuno-sindical. E para sempre. Os culpados têm que ser punidos e julgados. Não poderão ser poupados, porque isso comprometeria a vitória da Revolução. Pediu, sob maciço aplauso popular (viva o Brasil, viva a Democracia, abaixo o comunismo e seus cúmplices), a eleição imediata do novo Presidente da República; o expurgo dos elementos comunistas infiltrados na Administração Pública; a aplicação imediata dos dispositivos da Lei de Segurança Nacional, e a cassação (também para já) dos mandatos de deputados comunistas e dos esquerdistas radicais. É melhor um Congresso fechado do que um Congresso que se torne o coveiro da democracia (arrematou).

O discurso de D. Stela foi vivamente aplaudido pelo povo, que levantava faixas de "*Queremos a cassação imediata*" e outras correlatas.

César de Alencar, atual diretor da Rádio Nacional, falou em nome dos artistas democratas. Discurso curto, mas objetivo. Pediu também energia contra os inimigos da democracia, com pleno apoio às lideranças do Comando Revolucionário Civil e Militar. Um operário do Estaleiro Naval, democrata, saudou o General Castello Branco, entregando-lhe, na ocasião, uma bandeira brasileira. Outros oradores se sucederam, todos eles sustentando a necessidade de consolidar o movimento. Sandra Cavalcanti, com aquela sua característica de exposição clara, disse que "*é preciso completar os objetivos da Revolução. É necessário mostrar ao povo o processo de corrupção e comunização do governo deposto. E isto*", acrescentou, "*para que os trabalhadores de todo o Brasil saibam como era aplicado o dinheiro dos Ministérios, dos Institutos, do Fundo Sindical*".

Disse que *"a cassação dos mandatos não é suficiente; é preciso julgar os traidores, instalar tribunais para que se faça, claramente, o julgamento dos comunistas e seus auxiliares. A revolução não pode cruzar os braços e assistir, contemplativamente, ao ressurgimento dos inimigos e traidores da Democracia"*. (Sandra recebeu uma consagração de palmas.)

### **É um Intelectual com Experiência de Guerra**

**N**este espaço da Revista escreveremos sobre o General-de-Exército Humberto de Alencar Castello Branco – Alencar, da família de José de Alencar, o grande escritor cearense, iniciador do romantismo no Brasil. Nasceu o Gen Castello Branco em Mecejana, Ceará, no dia 20.09.1900. Vamos informar sobre Castello Branco, o homem, o soldado, e aqui temos a assessoria de outro militar, seu amigo e grande conhecedor de História e Tática Militar, o General Flamarion Barreto Lima.

Informamos, desde logo, que o Gen Castello Branco é famoso no Exército não só pela sua ação militar durante a campanha da FEB, na Itália, como por ser ele um líder da profissionalização militar, ou seja, o soldado acima de tudo, o soldado desvinculado de ação político-partidária, tendo apenas por norma os destinos mais elevados da Pátria.

Ainda como Primeiro Tenente, foi instrutor da Escola Militar de Realengo e assistente da Missão Militar Francesa, no Brasil. Durante muitos anos dedicou-se ao ensino militar, à formação de Cadetes e Oficiais para o Estado-Maior. Assim funcionou na Escola de Estado-Maior do Exército e na Escola Superior de Guerra. O primeiro comando que assumiu, como General de Brigada, foi o da 10ª Região Militar, com sede em Fortaleza.

Veio de lá para a Escola de Estado-Maior, no Rio. Como General de Exército, o seu primeiro comando foi o do IV Exército. Nunca exerceu função civil. É sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Exército, dedicando-se ao estudo da História Militar, a cujo ensino imprimiu sentido rigorosamente prático. Seus estudos de matéria militar são considerados clássicos, notadamente o que fez sobre a Guerra do Paraguai.

Sobre esses trabalhos, reunidos em volume da biblioteca clássica do Exército, disse o General Chadebec de Lavalade, chefe da Missão Militar Francesa, quando se dirigia a seus alunos:

*Faço-me vosso intérprete para agradecer e felicitar o Major Castello Branco (major, na época, explicamos) pelas conferências tão claras e tão cheias de ensinamentos que fez a meu pedido. Tenho a lhes dizer que apreciei, particularmente, o tato e a inteligência com os quais soube ajustar suas conferências ao conjunto de ensinamentos ministrados no curso do Alto Comando, inserindo-os de maneira perfeita.*

Note-se que tais ensinamentos até hoje servem de norma aos cursos de Estado-Maior do Exército.

O General Castello Branco tirou o curso da Escola Superior de Guerra, na França. E daí ser a sua formação militar profundamente influenciada pela doutrina militar francesa, que lhe deu grande flexibilidade de raciocínio. Esteve na FEB como chefe da 3ª Seção do Estado-Maior, tendo então a seu lado o General Kruel, que chefiava a 2ª Seção. Assim recebeu várias citações de combate, inúmeras recompensas (elogios) e condecorações. Certa vez conseguiu estancar o pânico que lavrava num corpo de tropa em combate. Eis o homem: soldado, rigorosamente soldado, honesto, disciplinador. Uma frase sua ficou célebre:

*A disciplina deve ser cumprida, quer se queira, quer se não queira.*

Este soldado tem o apoio dos comandos militar e civil para exercer as altas funções de Presidente da República e restituir ao Brasil a tão esperada normalização democrática.







O Cruzeiro nº 30, Rio de Janeiro, RJ  
Sábado, 02.05.1964



Jango Fala Sobre sua Deposição



## **De Montevideo Especial Para "O Cruzeiro" João Goulart Fala Sobre sua Deposição**

**(Entrevista Concedida a Tabajara Tajés, Diretor da  
Sucursal de "O Cruzeiro" no R. G. do Sul)**

"O Cruzeiro" abre suas páginas, democraticamente, ao ex-presidente da República, sr. João Goulart. Do seu exílio em Solymar, bairro elegante de Montevideu, ele relata os fatos que, segundo o seu julgamento pessoal, o levaram à deposição do mais alto cargo da República. Respeitando as regras do exílio político e considerando que o governo soberano do Uruguai o recebeu carinhosamente, o Sr. João Goulart se recusou a falar sobre o novo Governo constituído brasileiro, sobre a atual fase política nacional.

Limitou-se a expor suas ideias, bastante conhecidas do povo brasileiro, principalmente nos seus últimos dias de agitação política nos comícios populares que, afinal, desencadearam a Reação Militar contra o seu governo. Goulart preferiu ser cuidadoso na sua entrevista ao repórter Tabajara Tajés, diretor da Sucursal de "O Cruzeiro" em Porto Alegre. Atacou, apenas, aqueles que sempre atacou na sua carreira política; repetiu os "slogans" que mantiveram seus contatos estreitos com as massas que procurava conduzir.

Não poderíamos negar ao Presidente deposto o direito de falar, de comunicar-se com o povo, expondo suas ideias sobre o Movimento que o derrubou da chefia do governo.

E da mesma forma publicamos na íntegra das declarações do General Arthur da Costa e Silva, Ministro da Guerra e executor da Revolução Democrática que empolgou o País. O Ministro dá sua resposta à entrevista de Goulart. Democraticamente.



NA ASSEMBLEIA dos deputados, realizada em dia 18 de março, o Sr. João Goulart, com um discurso apaixonado, falou a sua volta. A seguir era a intervenção de sua esposa, a qual era interrompida no dia seguinte começando a ação armada contra o seu governo.

DE MONTEVIDÉU  
ESPECIAL PARA "O CRUZEIRO"

oCruzeiro  
EXCLUSIVO

# JOÃO GOULART FALA SÔBRE SUA DEPOSIÇÃO

ENTREVISTA CONCEDIDA A TABAJARA TAJES (DIRETOR DA SUCURSAL DE "O CRUZEIRO" NO R. G. DO SUL)

"O Cruzeiro" abre suas páginas, democraticamente, ao ex-Presidente da República, Sr. João Goulart. De seu exílio em Solymar, bairro elegante de Montevidéu, ele relata os fatos que, segundo o seu julgamento pessoal, o levaram à deposição do mais alto cargo da República. Respeitando as regras do exílio político e considerando que o Governo soberano do Uruguai o recebeu catinamente, o Sr. João Goulart se recusou a falar sobre o novo Governo constituído brasileiro, sobre a atual fase política nacional. Limitou-se a expor suas idéias, bastante conhecidas do povo brasileiro, principalmente nos seus últimos dias de agitação política nos comícios populares que, afinal, desmontaram a tração militar contra o seu governo. Goulart preferiu ser ouvido na sua entrevista ao Reporter Tabajara Tajés, diretor da Sucursal de "O Cruzeiro" em Porto Alegre, Matoz, apenas, aquetes que sempre atouou na sua carreira política; repetiu os "slogans" que mantiveram seus contatos estreitos com as massas que procurava conduzir. Não poderíamos seguir ao Presidente depois o direito de falar, de comunicar-se com o povo, exposto suas idéias sobre o movimento que o derrubou da chefia do Governo. E da mesma forma publicamos a íntegra das declarações do General Arthur da Costa e Silva, Ministro da Guerra e executor da revolução democrática que empolgou o País. O Ministro dá sua resposta à entrevista de Goulart. Democraticamente.

NO CHEFÉ de um amigo, no meio de Solymar, em Montevidéu, o ex-Presidente vive seus dias de exílio. No foto foi o primeiro ao lado do reporter de "O Cruzeiro", quando concedeu a entrevista.

O CRUZEIRO, 1. 1. 64



## **João Goulart: Nada Podem Esperar de mim os Reacionários. Caí Abatido Pela Conjura dos Poderosos**

**Repórter:** A que atribui a sua deposição?

**Jango:** Sempre entendi que a maior força de que dispunha era a legalidade em que se assentava o meu governo. Por formação, sempre fui contrário ao uso da força contra adversários políticos. E para atender aos reclamos do progresso e de liberdade do nosso povo, pelos caminhos cristãos da justiça social, não hesitei pôr em risco até o meu próprio mandato. A verdade é que nada podem esperar de mim os reacionários que veem o futuro da Pátria com temor e o bem estar dos humildes como ameaça aos seus privilégios.

Assim agi e assim agirei sempre, para ser fiel a mim mesmo e ao patrimônio mais caro das tradições políticas brasileiras, que é o empenho pela solução pacífica dos grandes problemas nacionais e o zelo pela preservação das garantias constitucionais. Nossos maiores deram passos tão decisivos como a Independência, a Abolição, a Proclamação da República e a Promulgação da Legislação Trabalhista, pelo caminho da persuasão. Este tem sido também o meu caminho. Assim agi em 1961; assim continuei agindo durante o meu governo. Por este caminho é que me bati pelas reformas de base, empenhando tudo por alcançá-las dentro da ordem constitucional, mas na convicção de que nenhuma força conseguirá detê-las ou impedir sua inteira consecução. Nesta luta caí abatido pela conjura dos poderosos, que dispendo de todos os recursos estabeleceram o controle total dos meios de difusão. Foi assim fácil o envenenamento de grandes camadas da opinião pública e de escalões intermediários das Forças Armadas pela mistificação e pela mentira quanto aos objetivos patrióticos do meu governo. Mas estou certo de que a tirania não tem futuro em nossa Pátria; nem a violência e o terror conseguirão sufocar, por longo tempo, a deliberação do nosso povo de construir a sua emancipação.

**Repórter:** Que nos diz sobre a acusação de que seu governo seguia uma orientação comunista?

**Jango:** Basta examinar, para rebatê-la, a lista dos nomes que convoquei para compor as equipes do meu governo. Foram todos selecionados entre as personalidades políticas integrantes dos quadros tradicionais, indicados na maior parte pelos partidos que compunham a maioria parlamentar, a nenhum podendo caber a qualificação de comunista.

Nenhum brasileiro pode ter dúvida dos meus sentimentos religiosos, da orientação cristã que herdei dos meus pais e a que tenho sido sempre fiel em minha atuação política. Ninguém pode, também, duvidar, honestamente, de que as soluções que proponho, para superar a miséria e a ignorância que infelicitam nossa Pátria, nada têm de comunismo. As reformas por que luto são todas de inspiração cristã. Sobretudo a Reforma Agrária, que visa essencialmente a dividir a propriedade improdutiva para aumentar o número de proprietários, o que importa no fortalecimento do direito de propriedade. As outras medidas que adotei, bem como as que solicitei ao Congresso, com o objetivo de impedir a espoliação estrangeira dos frutos do trabalho nacional e para coibir a especulação contra o povo, têm similar em todas as nações capitalistas, que foram compelidas a adotá-las, em certo período do seu desenvolvimento, para preservar os mais legítimos interesses do povo.

Que ninguém se engane! Ao falar de comunismo, em meu governo, o que se procura é fugir aos problemas que afligem a Nação, sobretudo à discussão das reformas. Tiradentes foi acusado de ser um revolucionário francês; Getúlio Vargas foi vítima das mais torpes acusações; agora, pretendem apontar-me como comunista. No primeiro caso se queria impedir a independência de nossa Pátria; no segundo caso se queria pôr abaixo a legislação trabalhista e anular conquistas decisivas da emancipação nacional; no meu caso se quer impedir o caminho pacífico das reformas de estrutura, capaz de integrar milhões de brasileiros em melhores condições de vida e de trabalho.

A verdade é que grupos poderosos querem impedir a minha política de defesa dos interesses nacionais, pela disciplina do capital estrangeiro e das remessas de lucros para o exterior, pela nacionalização da economia do petróleo, pela desapropriação das terras improdutivas e do latifúndio nocivo, pela ação vigorosa dos órgãos públicos, defendendo a bolsa do povo contra a ganância desmedida dos especuladores, pela limitação ordenada dos alugueis para o abrigo das famílias modestas, dos preços dos tecidos, dos calçados, dos remédios, dos livros didáticos, pelas reformas de base com as quais o governo caiu, mas pelas quais permanecerei lutando, para ajudar o meu povo a deixar as favelas e os mocambos, a doença e o desemprego, a penúria e o analfabetismo. Este há de ser o meu destino. Pouco importa os tropeços, as agressões, e também o ódio que se armou contra mim. Deus me dará forças para prosseguir.

**Repórter:** Como vê o procedimento adotado para a sua sucessão constitucional?

**Jango:** Já não há ordem constitucional. Pedi ao Congresso Nacional a reforma da Constituição em alguns pontos que considereei indispensáveis à implantação das reformas de base. Negaram-me. Hoje, contra o texto constitucional expresso, declararam vaga a Presidência da República quando ainda me encontrava no território nacional. As regras de inelegibilidade são alteradas por lei ordinária. Os prazos constitucionais taxativos, para a eleição indireta do Presidente da República, são descumpridos. Até mesmo o "*quorum*" de deliberação do Congresso já não é mais exigido. As garantias democráticas são derogadas e o poder público se degrada armando e patrocinando bandos civis para assaltar as cidades, sacrificando estudantes e operários, ameaçando o povo, invadindo lares e praticando toda sorte de vandalismo contra o povo indefeso. Já hoje, talvez, muitos brasileiros que honestamente se deixaram iludir estarão perplexos diante das ocorrências criminosas que ensanguentam a Nação.

Em nome da fé cristã e da democracia, da ordem e da lei, fere-se a Constituição, invadem-se lares, massacram-se famílias, manchando de sangue inocente a história brasileira, e chegam, até, ao supremo abuso de pregar o castigo e a vingança àqueles que só deviam pregar o amor e a bondade.

**Repórter:** Que diz o senhor sobre as acusações pessoais que lhe estão sendo feitas e do projetado confisco de bens?

**Jango:** Por formação, fui sempre contrário a processos espetaculares que, no calor da exaltação ou da vingança, permitem as maiores injustiças, sobretudo nas horas de servilismo, como as que estamos vivendo, em que os bajuladores de sempre querem prestar serviço aos novos amos e se credenciam junto à nova situação. Mas diga, na sua Revista, que como a iniciativa vem de lá, considere-a muito oportuna. Que se julguem os usurpados e também, igualmente, os usurpadores. A Nação quer o julgamento de todos. Estou certo de que os chefes militares farão empenho de que se realize uma devassa séria na identificação da origem dos bens de todos os políticos que os possuem dentro e fora do Brasil, dos governadores, parlamentares e também de empresas que exercem influência política no nosso País.

Nunca imaginei concordar, como presidente deposto, na hora das maiores violências que se praticam contra o povo, com qualquer medida da iniciativa de um Governo que surge escrevendo e interpretando a Constituição com a ponta das baionetas. Mas esta tem a minha aprovação. Desde que vinculada a propósitos realmente moralizadores e sem discriminações odiosas. E não tenho constrangimento de afirmar que, no meio militar, existe gente em condições de proceder com isenção na apuração de um inquérito desta natureza. Você se lembra da carta Brandi, não? Se eu ficasse, ali, nas unhas do ódio político e da paixão eleitoral, certamente estaria, até hoje, pagando pelo crime de que fui miseravelmente acusado.



Somente pode ser útil urna devassa honesta, nos bens de todos os políticos, os que ocupam e os que já ocuparam posição de destaque e de influência, cujas fortunas são objeto de suspeita. Uma devassa rigorosa, como a que pode realizar um Governo de Força, sem limitações políticas, atingindo, por igual, os bens que existam a qualquer título fora do País, contas no exterior, em nome próprio, de familiares, de sócios ou íntimos, em números ou em siglas.

Se os chefes militares conseguirem levar a cabo uma devassa assim, não haja dúvida, podem até suspender as negociações do reescalonamento da dívida externa e não terão dificuldades na balança de pagamentos, pois será enorme a disponibilidade de dólares, pertencentes exatamente aos que me malsinaram, me injuriaram, financiaram a minha deposição e mais gritaram contra as medidas nacionalistas do meu governo.

Ademais, estou certo de que o Congresso, ontem tão cioso de sua independência, na procrastinação das reformas do povo, e até hoje tão dócil e rápido no cumprimento das ordens emanadas do golpe, emprestará a melhor colaboração para o embasamento legal das medidas que se destinem a buscar os fabulosos e suspeitíssimos depósitos, frutos da desenfreada sangria na riqueza do povo e do Brasil.

De mim, sou um homem absolutamente tranquilo. Não me intimidam as calúnias. Desde os 14 anos de idade nunca tive outra atividade senão a pecuária e a agricultura. Não tenho depósitos no exterior, não sou sócio de banqueiros, não possuo ação de qualquer espécie. Provo a quem o desejar, de modo irrefutável, centavo por centavo, a origem do meu patrimônio pessoal, como o adquiri, quando e de que forma. Poderia dizer, até, com base nos bens que possuía em 1952, antes de exercer o primeiro posto de governo, o Ministério do Trabalho, que se houvesse continuado cuidando exclusivamente dos meus negócios, teria, hoje, muitas vezes mais do que possuo.



Discursos mentirosos, preparados com os dados da injúria e da falsidade, para o ataque ao Presidente deposto, podem ter o mérito da tarefa dos bajuladores profissionais, mas não encontram eco na opinião serena dos brasileiros.

**Repórter:** Como o senhor encara o atual Governo brasileiro?

**Jango:** Você compreenderá meu constrangimento para responder a esta pergunta, em virtude das limitações que me devo impor como homenagem ao povo uruguaio, que me acolhe tão cordialmente, e como um ato de respeito ao seu Governo. Coloquei-me sob o amparo da lei e das tradições democráticas de uma nação irmã, à qual não devo criar dificuldades. Acresce, ainda, que não quero fazer do exílio que me foi imposto um escudo para pronunciamentos sobre a política interna do nosso País. Farei chegar, oportunamente, minha palavra a todos os meus compatriotas, cujo drama e cujos sofrimentos me atingem profundamente.



Tomando conhecimento dos termos da entrevista do ex-Presidente João Goulart a "O Cruzeiro", concedida em Montevideu, o General Arthur da Costa e Silva, Ministro da Guerra, fez as seguintes declarações:

## GENERAL COSTA E SILVA RESPONDE A JOÃO GOULART

**V**ARIOS jornalistas têm solicitado ao Comando Supremo da Revolução que se manifeste acerca dos vários pronunciamentos feitos pelo ex-Presidente sobre os acontecimentos que culminaram com a vitória da revolução.

Em todos esses pronunciamentos, tem o ex-Presidente procurado fazer-se vítima dos que fuseram a revolução, quando a verdade é que ele deveria jogar-se vítima dos próprios homens a quem deu força e poder na qualidade de seus auxiliares. Vítima da agitação provocada por seu cunhado. Vítima das doutrinas da linha chinesa do Partido Comunista. Vítima enfim do seu próprio desejo de tornar-se

ditador com apoio na minoria esquerdista que o cercava. Que era mesmo minoria — e estamos certos de que ele não o sabia — está provado pela infima reação apresentada e que possibilitou a vitória da Democracia em apenas 35 horas de ação.

Não é nosso desejo abrir polémica, pois isto é o que ele bem deseja.

Devemos assinalar, no entanto, que ficaram patenteadas as mentiras lançadas ao ar pela chamada "FRENTE DA LEGALIDADE" e as investigações em curso provarão que o governo passou-se assentava na AGITAÇÃO, na LUTA DE CLASSE e na CORRUPÇÃO, para atingir a seus objetivos.



O GENERAL Arthur da Costa e Silva, Ministro da Guerra e comandante da revolução democrática, recebe, no Palácio da Guerra, os governadores do Nordeste: Alcides Alves, Pedro Gondim, Virgílio Távora, Louzato Júnior, Newton Belo. Todos lezaram ao Comando Supremo da Revolução o apoio e a submissão do Nordeste.

## **General Costa e Silva Responde a João Goulart**

### **Tomando Conhecimento dos Termos da Entrevista do ex-presidente João Goulart ao "O Cruzeiro", Concedida em Montevideo, o General Arthur da Costa e Silva, Ministro da Guerra, fez as Seguintes Declarações:**

Vários jornalistas têm solicitado ao Comando Supremo da Revolução que se manifeste acerca dos vários pronunciamentos feitos pelo ex-presidente sobre os acontecimentos que culminaram com a Vitória da Revolução.

Em todos esses pronunciamentos, tem o ex-presidente procurado fazer-se vítima dos que fizeram a Revolução, quando a verdade é que ele deveria julgar-se vítima dos próprios homens a quem deu força e poder na qualidade de seus auxiliares.

Vítima da agitação provocada por seu cunhado.

Vítima das decisões da linha chinesa do Partido Comunista.

Vítima enfim do seu próprio desejo de tornar-se ditador com apoio na minoria esquerdista que o cercava.

Que era mesmo minoria, e estamos certos de que ele não o sabia, está provado pela ínfima reação apresentada e que possibilitou a vitória da Democracia em apenas 55 horas de ação.

Não é nosso desejo abrir polêmica, pois isto é o que ele bem deseja.

Devemos assinalar, no entanto, que ficaram patenteadas as mentiras lançadas ao ar pela chamada "*Rede Da Legalidade*" e as investigações em curso provarão que o governo passado se assentava na Agitação, Na Luta De Classe e na Corrupção, para atingir a seus objetivos.

## **Caiu de Burro**

## (David Nasser)

Longos, longos meses adverti a Nação da marcha batida do Sr. João Goulart para a deposição ou a renúncia. O Brasil não acreditava. O Presidente sorria. Aí estão, recortadas, algumas palavras que seriam realmente proféticas se o destino de João Goulart não fora um livro aberto. "*Leonel vai ser o Benjamin do seu Governo*", dizíamos em letras redondas, muitos meses antes. O peão havia montado no cavalo da História pelo lado errado. Mas esta, velha trotadora, seguiu a sua marcha natural. (David Nasser)

É cedo ainda para julgar, com a pressa com que estão fazendo alguns políticos e alguns militares que derrubaram vários Presidentes em algumas horas e hoje se tornam arautos da legalidade, é muito cedo para avaliar o gesto dos Ministros Militares que, em certo momento, se puseram fora da lei, negando a posse ao Presidente constitucional do Brasil. Todos eles, encanecidos no serviço da Pátria, várias vezes haviam recusado os poderes ditatoriais, inclusive no crepúsculo de Jânio, quando este lhes sugeriu a formação de uma Junta Militar. Tinham dúvidas sobre a autenticidade democrática de João Goulart, um presidente que vinha de uma declaração de amor à China Comunista. Temiam a repetição do perigo do governo anterior. E, na rigidez de toda dedução militar, talvez achassem que a Constituição Brasileira não fora escrita por Moisés. Para eles, não era uma Bíblia política, mas um estatuto transitório, acertado por homens lúcidos, mortais e coerentes, para certa época da vida de uma Nação. O militar raciocina profissionalmente, mas age por sistemas flexíveis, na guerra ou na paz. Se um fato novo modifica a situação, o estrategista muda a estratégia, abre um novo mapa e marcha para outro rumo. (Setembro de 1981)



**O**s comunistas estão aí, subvertendo as palavras, chamando liberdade ao que é a escravidão, apelidando de reacionários aos que não aceitam a alienação à Rússia. Exija o presidente João Goulart que o Parlamento lhe devolva as partes castradas de sua autoridade. Que faça o plebiscito, voz de um povo que não foi ouvido. Mas expulse de seu lado esses tchecos falsificados em garrinchas. Ou então, faça como o Senhor Jânio Quadros: abra uma boa conta secreta num banco suíço, desde já. (Julho de 1962.)



**S**eu pai, João Vicente, apesar de todas as convocações, tem sido o João mais ninguém da democracia brasileira. Desconfio que há uma razão tática a influir subterraneamente em sua atitude. O desejo de não perder as massas. A vontade de recuperar o Presidencialismo que, numa noite apressada, o Parlamento amputou. Mas, nessas escaramuças políticas, o Senhor João Goulart está indo longe demais. O manejo de um sindicalismo vermelho, e que se submete agora às suas ordens por estratégia de momento, porém que fugirá ao seu controle ao primeiro grito do Quartel-General da Ásia, a deflagração de greves como meios de intimidação a outros poderes, o Judiciário e o Parlamentar, tudo isto um dia talvez dispare e passe a ser a mágica que o mágico não sabe desfazer. (Julho de 1982)



**P**erguntaram um dia a Álvaro Moreyra se ele gostava de burros. Dos substantivos. *Dos adjetivos, não.* Pois é aos burros adjetivos do Brasil que envio o meu apelo. Para que mudem de trote enquanto é tempo. (Janeiro de 1963)



**Todos** temos um doido na família. Jango tem dois na sua. Brizola e ele próprio. Porque Jango ainda não compreendeu que o cunhado Leonel pode ser o Benjamin de seu governo. (Abril de 1963.)



**Penso** que, se não despertar em tempo, será envolvido por essa minoria perigosa e bem treinada. Jango, eu sei e quase todos sabem que você não é comunista nem jamais o seria, por uma série de fatores que não preciso enumerar. Kennedy também foi acusado de comunista pelos republicanos. Sei, também, que a indesviável preocupação que tem por certos problemas humanos, sociais, econômicos, leva alguns adversários a essa conclusão falsa. Sei disso. Sei que a Democracia de alguns brasileiros abre mão de um privilégio sagrado, qual seja o de defender um nível mínimo de decência para todo ser humano. Sei, também, que as elites assustadas temem em fazer concessões, receosas que lhes tomem mais. De tudo estou ciente, filho. Só não estou convencido de que se possa manter no pêndulo.

**João**, acrescentou Getúlio, é hora de você se lavar dessas impurezas políticas. De se libertar dos falsos aliados. Eles lhe deram o que podiam dar. Você deles se utilizou como podia utilizar. Retome o centro e abandone o vaivém. Não confie nos militares: antes de militares eles são brasileiros. Não confie nos comunistas: antes de brasileiros eles são comunistas. (Abril de 1963)



**O**s próprios militares detestam os golpes militares, e, em vários períodos de nossa conturbada história política, eles derrubaram governos civis para restituir o mando aos próprios civis. O golpe militar no Brasil é a revolução sensual dos eunucos. (Junho de 1983)



**C**omo todos os primários, ou, se quiserem, como todas as alimárias políticas, o Senhor Leonel Brizola cometeu o erro fatal. O Senhor Leonel Brizola vai afogar-se num mar verde-oliva. (Junho de 1963)



**N**ão quero dizer, por outro lado, que o General Kruel seja outro modelo de coerência. Não, não é. Se o fosse, o Senhor João Goulart, que não servia para Ministro do Trabalho, deveria ser o mesmo João Goulart que não serve para Presidente da República. (Junho de 1963)



**N**ão vamos entregar o Brasil de graça. De barato. Nem as ameaças nos atemorizam, vindas da origem bastarda que vêm. O que desejamos é a manutenção de uma filosofia de vida, não o de uma estrutura social realmente condenada. O brasileiro precisa mudar de vida, mas o Brasil não precisa mudar de destino. Não importa quem o conduza, se João Goulart, Juscelino ou qualquer outro. Humanize-se esta Pátria, disciplinem-se as relações entre as suas classes, mas Isto não se faz destruindo as suas bases cristãs, as suas tradições democráticas. Estão muito enganados estes espoletas vermelhos. Não permitiremos, de braços cruzados, que uma minoria audaciosa,

operante e bem treinada tome este País de assalto.  
(Junho de 1983)



**N**inguém de bom senso advogaria o golpe, a revolução, como instrumento de liberdade. A liberdade se conquista através do processo rotineiro da Democracia, que é aquela urna de lona, onde se coloca o nome de Jânio e o destino recolhe o nome de Jango. Mas as Forças Armadas, que têm no Presidente da República o seu chefe simbólico, têm o dever alto de guardá-lo e de vigiá-lo. Nenhum outro instituto dispõe, além das polícias militares e civis, de meios para exercer a vigilância da lei. (Agosto de 1963)



**O** presidente João Goulart precisa se convencer de uma vez por todas, que não há um só brasileiro consciente que deseje o seu fracasso. Mas não há um só que não duvide que o bem-humorado presidente esteja dentro dessa faixa perigosa, ou seja, na faixa da derrota. Como um peru, dando voltas dentro do círculo de giz. (Setembro de 1963.)



**A**gora, só falta você, Jango, revelar o verdadeiro **B** de sua biografia. Se é o **B** de Brizola, de **B**ocayuva, de **B**rasil ou de uma santa **B**urricice que o levará a Getúlio antes do tempo e o Brasil à **B**aderna antes da hora. (Outubro de 1963)



**N**o Estado-Maior, Humberto Castello Branco honrava seu nome e sua farda. Espalhados pelo Brasil inteiro,



muitos chefes militares, que se supunha comprometidos com a desnacionalização do Brasil, engajados numa guerra liberticida, disseram não. Jango ficou sozinho. Brasília, lá embaixo, parecia morta. Sentado, a perna estirada, o presidente sorveu alguns largos pensamentos. Queria, àquela hora, estar descalço, caçando paca. Como tinha inveja de Lacerda, o Lacerdão antipático, frio, mau, horroroso atrás da vitrina daqueles óculos negros, olhando-o como um verdugo que leva o seu Rei Luís para o patíbulo da História. Como nesse instante. Santo Deus, Jango invejou a Lacerda, o morcego de sua vida, que o esperava, imóvel, num ramo de árvore, para começar a beber-lhe o sangue.

**O** pelego Hércules, por sua vez, olhando os olhos calmos e bons daquele peão que uma cegonha desgarrada havia deixado cair na Presidência, ia ruminando:

*Não vejo a hora em que nos desfaremos deste bobo alegre. Pensa que nos manobra, que se vale de nós. Breve chegará a sua vez.*

**E** ao ver Darcy, o reitor, despedir-se alegremente, vestiu-o, rápido, de índio, com uma pena no rabo. “Ah!” Pensou Caillard, que a tudo assistia, calado e sofredor, “*estamos vivendo os últimos dias de Pompeia*”. (Outubro de 1983.)



**“Faço ver”,** pensou alto, “a esses homens que os militares de brio não podem compactuar, impunemente, com a destruição impiedosa do País, sob o pretexto da legalidade”.

**E** lá longe, Jair Bala procurava um meio de fugir da armadura medieval da disciplina instintiva. Ambos

estavam vivendo o seu momento estelar. Lá em cima, montado numa nuvem, o Anjo da História os espiava, pensando na cegueira dos homens que não podem ver como estão mais próximos do regulamento que da imortalidade. (Outubro de 1963)



**A** Opereta está no fim. Astros, extras, coro e orquestra dessa engraçada tragédia brasileira, posta em música de balanço por um homem de inegáveis qualidades pessoais, mas de espantosa vocação para o jogo político negativo, preparam-se neste instante para abandonar o palco. Vai baixar o pano sobre o Governo legal do Senhor João Goulart.

**T**emo que a vivacidade do senhor João Goulart, homem de natureza encantadora, não seja suficiente, desta vez, para salvá-lo. Deixará o governo. Ou será governado. O Estado de Sítio, aprovado ou não, selará a sua sorte. Contra a nossa vontade, pois formamos entre aqueles que entendem deva um Governo eleito apodrecer de pé.



**A** inteligência negada ao Presidente o trouxe, caindo embora aos pedaços, até aqui. Mal ou bem, esse João paulino de um Brasil minúsculo demonstrou tato e sorte. É possível, com auxílio de Nossa Senhora da Aparecida, que ele consiga manter-se na sela voadora até o fim. Apesar do Senhor Abelardo Jurema. (Outubro de 1963)



**Sempre acreditei que, um dia, a consciência dos militares despertaria para o perigo que a Democracia brasileira está vivendo. Afinal, os militares não passam de classe média de uniforme, de brasileiros que sentem, na carne e na alma, os mesmos problemas e as mesmas angústias.**



**Seja como for, alguma coisa precisa ser feita, e acredito que, a esta hora, alguma coisa já tenha sido feita, e chegados estamos, possivelmente, ao fim de um período de irresponsabilidade, de turbulência, de greve dirigida, de arrasamento premeditado de um Brasil pasto de abutres vermelhos.**

**Mas estaremos tranquilos com a nossa consciência de brasileiros e democratas, pois cansativamente advertimos ao senhor João Goulart de que ele estava cavando a sepultura do governo com as suas próprias mãos. (Outubro de 1963.)**



**Enganam-se aqueles que veem no Exército Brasileiro, cerne das Forças Armadas, simples massas de manobra. Mais de uma vez tenho dito que, no momento certo, o grande mudo falará.**

**A Aceitar tranquilamente a tese do nobre e lúcido brasileiro que é o Deputado Bilac Pinto, de que temos de nos armar para a luta nas cidades, nas ruas, nas fazendas, nas casas, estaríamos retirando das Forças Armadas brasileiras o crédito de confiança que elas nunca desmereceram. (Fevereiro de 1984)**



**T**odos nós, democratas, devemos considerar as Forças Armadas como a base de uma santa aliança contra a invasão comunista do Brasil. Não importa que se imagine o contrário. Não importa que este ou aquele General, este ou aquele Coronel pareçam engajados na mesma aventura de destruição da nacionalidade. No momento exato, veremos que não será necessário recorrer ao velho fuzil ou à garrucha enferrujada do civil assustado, do fazendeiro que defende a terra dos seus pais como quem defende os sete palmos de seu destino. Na hora absoluta da decisão, eles, os militares, não estarão defendendo apenas as propriedades rurais e urbanas, as liberdades públicas, os alicerces democráticos da Pátria: eles, os militares, estarão defendendo, contra o comunismo, que não é mais uma utopia, mas uma realidade brutal, as suas carceiras, pois sabem que, vencidos, serão trocados por milícias operárias ou camponesas, como na terra de Fidel.

**O** grande mudo, o Exército Brasileiro, a tudo assiste, como um leão reumático, um velho leão do circo brasileiro, dentro da jaula, onde prenderam a Democracia. Cutucam-no os "*Brizola et caterva*". Os falsos domadores se animam, julgando que o Rei perdeu a sua força. Súbito, ele eriça a juba, o pelo se eletriza, e num instante, o corpo de pé, prepara-se para a reação. E daquele animal soberbo, que parecia emudecido para sempre, sai um urro de fogo. O urro democrático.

**Assim será com a Marinha. Assim será com a FAB. Assim será, principalmente, com o Exército Brasileiro. O grande mudo. Porque o velho leão, preso e espeznado na jaula da legalidade, não está morto, embora o pareça. (Fevereiro de 1984)**

**David Nasser**

## **Castello Branco Fará Reformas**

**E**m seguida à eleição do General Castello Branco para Presidente da República, os principais partidos políticos assumiram compromisso comum, em nota subscrita por seus dirigentes, de não apresentarem ao novo Governo qualquer reivindicação partidária. Com isso atenderam ao espírito óbvio do Movimento que levou ao Poder o General Comandante do Estado-Maior do Exército, que é o de restabelecer a ordem e encaminhar o fortalecimento das instituições democráticas à margem das disputas político-partidárias.

A Frente Civil que apoiou a Revolução assentava-se em três bases, os Governadores de Minas, de São Paulo e da Guanabara, todos três aspirantes à Presidência da República. O Senador Juscelino Kubitschek, cujo apoio ao nome do General Castello Branco foi igualmente decisivo na fase eleitoral, é também candidato à Presidência. Basta esses fatos para traçar ao novo Governo o caminho da isenção face aos partidos e o dever de conduzir-se à margem e acima dos interesses de facções.

Entre as razões invocadas pelo General para não assumir imediatamente o governo, estava a de ganhar tempo para meditar e coordenar nomes visando à constituição de um Ministério que referende a sua escolha pelo simples enunciado dos nomes que o irão compor.

O General Castello Branco, que granjeou conceito sem mácula dentro da sua corporação, não só por sua competência profissional, como pela formação intelectual que transcende a da simples carreira militar, assume pela primeira vez responsabilidades políticas civis. Isso poderá, sem dúvida, ser um dado negativo no conjunto de qualidades que, em face das circunstâncias, o indicam para a chefia do Governo.

Acredita-se, no entanto, que o bom-senso, o equilíbrio e a modéstia o ajudarão a encarar as dificuldades de sua nova tarefa de maneira satisfatória. De um modo geral, o que se espera: do Governo do General, além do cumprimento do Programa Revolucionário, de erradicação da subversão comunista e de limpeza administrativa, é a total recuperação da ordem, com as tropas encontrando o caminho de volta aos quartéis e o rápido predomínio das leis e das instituições civis. Embora suspensos os direitos constitucionais por seis meses, o Presidente dará a medida da sua própria força na temperança e usura com que recorrerá aos poderes excepcionais que lhe foram dados pelo Ato Institucional.

A normalização da vida institucional terá seu sintoma seguro na restauração das condições de segurança para o exercício do mandato parlamentar, pois o prestígio do Congresso é inseparável da independência dos seus membros. A Revolução atingiu profundamente ambas as Casas Legislativas com a cassação dos mandatos e a suspensão dos direitos políticos de numerosos de seus membros, mas poderá cicatrizar a ferida se a operação de limpeza for dada por encerrada o mais cedo possível.

As providências iniciais tomadas pela Revolução fizeram temer, em alguns setores, pela sorte da democracia liberal em nosso País. Na América, não se entende mais hoje uma simples Revolução Militar, pois os movimentos de correção da vida interna dos Países devem ser, pelo consenso da opinião continental, fundado no respeito às instituições que legitimam a democracia representativa. O Gen Castello Branco, comprometido com as inspirações da Revolução, está agora comprometido também com o conjunto da coletividade nacional e com a restauração da tranquilidade geral, indispensável à execução de uma tarefa de Governo que se apresenta difícil e complexa.

Pela autorização contida no Ato Institucional, o Presidente terá como tarefa primordial promover reformas da Constituição Federal, no sentido de atender aos anseios reformistas que eram deformados e deturpados pela incidência dos interesses comunistas na campanha que se promovia sob o governo deposto. O Gen Castello Branco parece, tanto quanto os oficiais de elite do Estado-maior, convencido de que algumas reformas devam ser operadas imediatamente e é essa convicção que está na base do dispositivo do Ato Institucional que dá ao Presidente da República a iniciativa de apresentar emendas à Constituição e obriga o Congresso a examiná-las em tramitação sumária.

### **Há, Agora, Condições Para Reformas sem Demagogia e Comunismo**

O que o antigo governo não fez por demagogia ou por não querer fazer, desde que seu objetivo era, antes de mais nada, a agitação política, poderá ser feito agora, dentro de diretrizes seguras e inspiradas no exclusivo interesse do País e do sistema democrático de vida.

Essas linhas gerais do campo de ação que se abre ao novo Governo indica que não haverá, na administração pública, neste período, nenhum setor morto. Além das Pastas Militares e de Segurança, o Presidente deverá ser assessorado por homens de experiência política e técnica na formulação e encaminhamento de reformas, já esquematizadas, ao que se sabe, nos longos serões de anos a fio da Escola Superior de Guerra, a conhecida "*Sorbonne*" de 1954.

Passando a Revolução do terreno repressivo para o campo construtivo, poderá realmente recompor a unidade interna do País na base de uma política que

desfaça o prestígio dos demagogos e dos aproveitadores, revigorando uma democracia minada ao mesmo tempo por todos os males clássicos que assolam as instituições livres.

A futura sucessão presidencial, a de 1965, poderá encontrar o País em ordem e renascida a esperança na solução de grandes problemas nacionais. Essa circunstância poderá ditar, e certamente o fará, rumos bastantes diferentes dos previstos para o encaminhamento das campanhas populares. Os candidatos terão de conquistar o eleitorado na base de novas realidades, pois tudo indica, e isso só não ocorrerá na hipótese de malogro do atual Governo, irão disputar o Governo com apelo a novos programas que não os delineados até o momento.

Os Srs. Carlos Lacerda e Magalhães Pinto possivelmente encontrarão agora terreno comum para um ajustamento e a escolha de um candidato comum à Presidência, enquanto o Sr. Juscelino Kubitschek representará, na medida do possível, a aspiração das forças vencidas de se inserirem, num futuro próximo, no esquema triunfante e possivelmente consolidado nos dois anos que nos separam do novo Governo.





## Revolução vai ao Congresso

### (Ato Institucional Garante Reformas da Constituição)

Foi o comunismo, pelo menos a estratégia e a tática comunistas, que determinou a queda de Goulart, no dia 1º de abril. Foi, também, o que determinou o desdobramento imediato da Revolução, sobretudo no que respeita ao Congresso Nacional.

O Congresso, como já tínhamos observado inúmeras vezes, sofria do desprezo e alheamento do Presidente da República. O sr. João Goulart não levava em conta, sequer, o seu próprio partido, o PTB, na formulação dos seus planos políticos, na execução do seu programa administrativo. Ao PTB, organizado em termos legais, enquadrado na Justiça Eleitoral, preferiu o sr. João Goulart a ação de órgãos como o CGT ou a PUA, onde os chefes não se ligavam direta ou indiretamente aos partidos políticos.

Mas, sem dúvida, os dez por cento de deputados que tiveram seus mandatos cassados, salvo raras exceções, encontram explicações para a pena que tiveram numa atitude assumida contra a sobrevivência do Congresso Nacional.

A começar pelo sr. Leonel Brizola, os parlamentares cassados em seus direitos pertenciam a uma engrenagem mestra de *tritramento do regime constitucional vigente*. Geraram eles, desde o primeiro dia do presente ano legislativo, o temor de que o movimento de pressão contra o Congresso não tinha como objetivo a reformulação das estruturas econômico-sociais do País. Havia a suspeita, que se foi caracterizando com o tempo em evidência absoluta, de que *o enfraquecimento paulatino do Congresso não era mais do que uma etapa de um grande processo de subversão*, que tinha seu apoio no esquema sindical-militar do presidente da República.

O sr. Leonel Brizola se tornou, portanto, o símbolo de um movimento anticonstitucional, o sinal alarmante de que se procurava abalar a Constituição, através do descrédito do Poder Legislativo.

Quarenta e quatro mandatos de deputados e de senadores foram cassados, além dos direitos parlamentares de dezenas de representantes em Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. E isso quer dizer que os chefes militares da revolução de 1º de abril procuraram sufocar as fontes mais perigosas da subversão política, orientando-se pelas palavras do sr. Leonel Brizola.

Ao Congresso, porém, o Ato Institucional dos chefes militares deu as maiores atribuições, os principais encargos, à consecução dos objetivos revolucionários. Dois, pelo menos, são dignos de destaque:

- 1)** *nos termos da Constituição, a eleição do Presidente e do Vice-presidente da República, que concluirão o quinquênio iniciado em janeiro de 61;*
- 2)** *poderes para reformar a Constituição da República, por maioria absoluta, metade e mais um dos votos da Câmara e do Senado.*

O primeiro item já foi cumprido. Eleitos estão o Gen Humberto Castello Branco, para a Presidência da República, e o Deputado José Maria Alkmin, para a Vice-Presidência. Resta o outro item, aquele que substancia o foco de insatisfação de todas as áreas políticas: a reforma da Constituição. Admitindo a Revolução, dando execução ao seu programa, o Congresso voltou a ser centro nevrálgico dos acontecimentos. Até então, desde o governo Jânio, dominado pela perplexidade, sem meios de agir, possuído, mesmo, por uma extrema inércia, o Congresso perdeu o comando dos acontecimentos.

Ressalvem-se, na verdade, as reações senatoriais contra o sr. João Goulart. Mas o presidente da República não recolheu os sinais de perigo que representavam contra sua estabilidade aquelas esporádicas tomadas de posições antigovernamentais. Mas recusava-se o Congresso a dar qualquer passo. A Câmara, sobretudo, submetia-se aos "impasses", procurando sobreviver às próprias contradições. Constituída de reformistas, mas, antes de tudo, de antirrevolucionários, a Câmara não teve líderes para conduzi-la para as reformas, por conta própria.

Agora, o Ato: Institucional do Comando Revolucionário deu-lhe os necessários poderes para a reformulação da Constituição. E este será o caminho das reformas, a começar pela Reforma Agrária, a ser orientada por uma Revolução Anticomunista, mas que não deixa de ser uma Revolução. Não realizando as reformas, de acordo com o sentimento da sua maioria, o Congresso não quis esvaziar o conteúdo revolucionário da pregação do sr. João Goulart. A liderança agora é outra: é uma liderança Revolucionária, de uma Revolução que quer completar-se, esgotar-se num processo de reformas. E o Presidente da República eleito é um General.

### **Alkmin: Mulher Mineira Começou a Revolução**

Num pronunciamento exclusivo para a seção política de "O Cruzeiro", o Vice-Presidente da República, Sr. José Maria Alkmin, disse o seguinte:

*Vivíamos desde algum tempo numa atmosfera insuportável. Os que pretendiam impor um estilo de vida incompatível com a nossa formação também não davam mostras de que estivessem satisfeitos. Os que não nos conformávamos com a substituição total das estruturas sociais e políticas nos dividimos entre amedrontados e revoltados.*

# REVOLUÇÃO AO CONGRESSO

*(Ato Institucional garante reformas da Constituição)*

**F**oi o momento, pela manhã de sábado e a tarde monótona, que definiu a queda de Goulart, no dia 1.º de abril. Foi também, o que determinou o desmantelamento da revolução, aderindo ao que repetia ao Congresso Nacional.

O Congresso, como já tinham observado milhares de brasileiros, não se interessou pelo Presidente da República. O Sr. João Goulart não levava os olhos, sequer, a um prócio parva, a PTB, na República, que não tinha palavras, na realidade do programa autocrático. A PTB, organizada em termos legais, encobria ao Paulo Bonfatti, prefeito de São João Goulart, a sede de órgão como o CDF ou a PDA, onde os crimes não se ligavam entre si.

Max, meu órfão, no dia que estivo de deputados que tinham anos matando os outros, não saiu sequer, mostrava os olhos para a pena que Goulart tinha ali. Não saíram a sério a sobrevivência do Congresso Nacional.

A concepção do Sr. Leonel Brizola, o parlamentarismo casado em um sistema parlamentar, a sua singularidade dentro da representação do regime constitucional vigente. O Brasil não, desde o primeiro dia de governo, não legislava, e menos de que o movimento de grande maioria do Congresso não tinha como objetivo a reformulação das estruturas econômicas do País. Havia, a sugestão, que se foi caracterizado como o tempo da revolução absoluta, de que o entranhamento político do Congresso não era mais que uma coisa de um grande governo de sobrevivência, que tinha um só nome: a sua existência do Presidente da República.

O Sr. Leonel Brizola, em termos, portanto, o símbolo de um movimento anti-constitucional, o sinal máximo de que se procurava evitar a Constituição, através do decretar da Pátria Legislativa.

Quênto a questão material de deputado e de senador, foram também, o Congresso não teve qualquer interesse de desmas de representação em Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais. E isso que deu o caráter máximo da revolução, de que não se preocuparam evitar as Pátrias locais, porque a subversão política, ordenando-se pelas palavras do Sr. Leonel Brizola,

o Congresso, porém, o Ato Institucional, dos efeitos materiais das as maiores alterações, os principais encargos, a conservação dos órgãos revolucionários. Não, pelo menos, não digam de desleixar: 1) nos termos de Constituição, a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, que continham o elemento ligado em favor de si; 2) no poder para reformar a Constituição da República, por maioria absoluta (votada e mais um voto da Câmara e do Senado).

O primeiro item foi cumprido. Estava sendo o General Humberto Castro Branco, para a Presidência da República, e o Deputado José Maria Alvimim, para o Vice-Presidente da República. Bem, o outro item, aquilo que consistia no voto de insatisfação de votos no senso político: a reforma da Constituição.

Admitido a revolução, desde o início ao seu programa, o Congresso voltou a ser cenário teatral de acontecimentos. Ali estava, desde o Decreto 1.º, dominado pela perpétua, em nome de agir, posição, mesmo, por uma extrema direita, o Congresso perdeu o comando dos acontecimentos. Realizou-se, na verdade, as reuniões secretárias entre o Sr. João Goulart, Mãe e Presidente da República, não recebeu a ajuda de qualquer que representava contra as estruturas legais e jurídicas existentes. Não se preocupou com as estruturas legais e jurídicas existentes. Não se preocupou com as estruturas legais e jurídicas existentes. Não se preocupou com as estruturas legais e jurídicas existentes.

Agora, a Ato Institucional do Conselho Revolucionário não foi a reconstrução possível para a reformulação da Constituição. E isso era o conteúdo das reformas, a concepção pela reforma Agrária, e ser ordenada por uma revolução socialmente, mas que não deixa de ser uma revolução.

Não realizado as reformas, de acordo com o movimento de grande maioria, o Congresso não teve qualquer interesse de desmas de representação em Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais. E isso que deu o caráter máximo da revolução, de que não se preocuparam evitar as Pátrias locais, porque a subversão política, ordenando-se pelas palavras do Sr. Leonel Brizola,

# ALKMM: MULHER ERA COMEÇOU A REVOLUÇÃO

**N**UM pronunciamento realizado para a sessão pública de "O Cidadão", o Vice-Presidente da República, Sr. José Maria Alvimim, disse o seguinte: — "Vitórias desde alguns tempos em uma atmosfera insperada. Os que pretendiam impor um estilo de vida incompatível com a nossa formação também não detem maioria de que estruturamos instituições. Ou que não nos conformamos com a subversão total das estruturas sociais e políticas nos diversos níveis administrativos e sociais. Tornando irreversível a situação, havia uma situação econômica que fazia incidir sobre as classes sociais favorecidas todo o peso das suas necessidades. O quadro político do Brasil era tão instabilizador que todos os observadores acertados em um diagnóstico que a situação era dada por de que forma se concretizava. Os meios políticos fracassados a experimenta-

apresentaram sinais de que a luta por mais democracia não poderia demorar. Entretanto, agora que era o choque entre uma Revolução Inevitável pela qual o Brasil de hoje teria sido gerado e que os princípios de mais justiça e de maior justiça social, priorizaríamos a legitimidade. As lutas que envolviam os interesses administrativos em mais de um século de vida de povo livre não nos importaram apenas pelo respeito à liberdade de expressão. Como no passado, as Classes Armadas interpretaram os fatos e se prepararam para apoiar ao oposto político. Não, porque a Revolução precisava libertar-se do modo que conservava a estrutura de mais ou menos dados para regularizar para uma organização mais objetiva, e apresentaria o quadro da nossa realidade, com a segurança de sua primeira revisão na realidade que havia. Em Minas, foram os movimentos que apresentaram a proposta de um governo que apresentava a questão em termos definitivos. Ora,

é o deputado mineiro José Maria Alvimim e o novo Vice-Presidente da República, eleito pelo voto popular do Congresso. Foi ele o primeiro a ser nomeado para a presidência da República. Sua grande experiência em política foi dada em seu quadro de trabalho no Brasil.



## EM CONFIANÇA



Sr. Armando Falcão



Sr. Cláudio Siqueira

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

o Sr. Armando Falcão, ex-deputado, foi nomeado para a presidência da República. Ele é um político experiente e tem uma grande experiência em política. Ele foi eleito para a presidência da República em 1964.

*Tornando irrespirável a atmosfera, havia uma situação econômica que fazia incidir sobre as classes menos favorecidas todo o peso das suas consequências. O quadro político do Brasil era tão intranquilizador que todos os observadores aguardavam um desfecho que a ninguém era dado prever de que forma se concretizaria. Os meios políticos fracionados e apreensivos apresentavam sinais de que a luta por sair dessa situação não poderia demorar. Ninguém ignora que era o choque entre uma doutrina inaceitável pela quase totalidade da Nação e tudo aquilo que constitui o que possuímos de mais caro, e que se coloca nas nossas próprias raízes morais e espirituais. As lesões que sofríamos no patrimônio acumulado em mais de um século de vida de povo livre não nos magoavam somente pelo que representavam de deformação. Como no passado, as Classes Armadas interpretavam os fatos e se preparavam para suporte na opção política.*

*Sim, porque a Nação precisava libertar-se do medo que começava a generalizar-se. Se me fosse dado hoje regionalizar para uma apreciação mais objetiva, eu apresentaria o quadro da minha Província, onde o espírito de luta primeiro se revelou na intimidade dos lares. Em Minas, foram as mulheres que arregimentaram e propuseram a questão em termos definitivos. Ora, não foi só no meu Estado que isso se deu. Lá foi o começo. Em São Paulo, na Guanabara, e outros Estados, o movimento iniciado em Minas, há três meses, encontrou repercussão profunda. Ficou provado que o movimento vitorioso do dia 1º de abril tinha seus fundamentos e que eram sagrados, sob todos os pontos de vista, para a família brasileira. Agora, proclamados os objetivos da Revolução, através da palavra dos seus chefes, eleito o Presidente da República, o General Humberto Castello Branco, resta-nos recompor o organismo nacional, recuperá-lo e conduzir o Brasil para o seu futuro de Nação cristã e democrática.*



**General Mourão Filho – Herói por Amor à Pátria  
(Texto de José Franco)**



**Cento e quarenta e dois anos após o Ipiranga, Mourão Filho, o bravo soldado das Gerais, reproduziu, às margens do Paraibuna, o Grito da Independência. Com sua simplicidade de bom mineiro, desceu o General Mourão com as suas tropas, empunhando as armas para defender a Bandeira de um Brasil Novo.**

Após tê-lo feito, sem que houvesse falado o canhão, retornou o Gen Olímpio Mourão Filho, pelos caminhos da Revolução Vitoriosa, fumando tranquilamente o seu cachimbo. E é tirando “cachimbadas” democráticas que o Chefe Revolucionário vem recebendo os aplausos de Minas e do Brasil.

À sua passagem de volta, o povo de Juiz de Fora cumpriu um alto dever de reconhecimento cívico, manifestando o seu muito obrigado à participação desse ilustre cabo-de-guerra nos acontecimentos de que resultou para o nosso País a reconquista de sua confiança na continuidade das instituições livres.

Também na capital mineira, em apoteótica concentração, em frente à Matriz de São José, falou a alma de Minas, como em outros instantes da nossa História, para reafirmar o seu sentimento de eterno inconformismo com os sistemas políticos fundados na negação da liberdade ou de quaisquer direitos fundamentais da consciência humana. De pé, junto ao comandante civil da Revolução, o Governador Magalhães Pinto, e ainda fumando seu cachimbo, a figura do comandante da 4ª Região Militar ganhava naquele momento as dimensões de um símbolo.

Símbolo da dignidade cívica do soldado brasileiro. Presentes no palanque, Carlos Luiz Guedes e José Lopes Bragança, Generais e também heróis da Jornada Revolucionária, foram calorosamente ovacionados pelo povo. Mourão Filho, com humildade, chorou. E foi com essa mesma humildade de bravo soldado que falou aos mineiros, dizendo:

*Não sou nenhum herói, não sou nenhum bravo. Sou apenas um homem que quer bem à Pátria.*

## A Revolução e a Política Externa

(Theophilo de Andrade)

A conspiração que o governo do sr. João Goulart vinha tramando contra o País e que deveria encontrar o seu clímax, com a ocupação de São Paulo, pelos pelegos sindicalistas, no próximo dia 1º de maio, abrangia todos os setores da vida política e social do País, inclusive a sua política externa. Porque era uma Revolução de fundo Comunista. A proclamação do seu marxismo-leninismo ficaria para depois dos fatos consumados, como aconteceu em Cuba.

Por ora, falava-se apenas em "*reformas*", anunciadas como "*reformas cristãs*", que consistiam em ir colocando todas as atividades nacionais e todos os recursos do País sob o controle direto do Estado. Como o "*nacionalismo*" era explorado demagogicamente, contra os Países ditos imperialistas, adotara-se a política externa "*Independente*", o que era um eufemismo para ir levando o Brasil para o outro lado do "*muro da vergonha*", primeiro pelo "*neutralismo*", à "*la Nasser*", e depois, pela integração, pura e simples, nos esquemas de Moscou e Pequim.

Essa cavilação sórdida e dúbia da política externa "*independente*" começara no Brasil quando adotada pelo sr. Jânio Quadros, aliás, traíndo as promessas do candidato. O homem tinha por modelo Nasser, cujo retrato pendia da parede do seu gabinete de trabalho. Como, nas combinações eleitorais, havia de caso pensado ajudado a eleger vice-presidente o Sr. João Goulart, um dos instrumentos que brandiu, quando da farsa da renúncia que lhe custou a presidência, foi precisamente o espantalho de um governo João Goulart, o homem que ele mesmo havia despachado para a China, onde se encontrava a fazer o elogio das "*comunas*" de Mao Tsé-tung.



Foi contra a possibilidade dessa presidência que, depois da renúncia de Jânio Quadros, em 1961, se levantaram os Ministros Militares. Mas sobre eles prevaleceu, infelizmente, o sentido legalista do povo brasileiro. E o Sr. João Goulart foi instalado no poder, para cumprir as ameaças do Sr. Jânio Quadros.

O que iria acontecer verificou-se logo do propósito do novo governante de manter a política externa "*independente*", que havia sido inaugurada com o sr. Afonso Arinos, no Ministério do Exterior, e que foi passivamente continuada pelo sr. San Thiago Dantas e pelos chanceleres que teve o sr. João Goulart, na sucessão de Ministérios com que desgovernou o País, com a finalidade bem visível de abalar primeiro para destruir depois, a República democrática.

Mas a paciência da Nação se esgotou. Em glorioso levante, conduzido por seis Governadores de Estados, entre eles os maiores da Federação, e por vários Comandantes de Exército, viu-se o governo do Sr. João Goulart deposto em cinquenta e cinco horas, sem o disparo de um só tiro. Foi, realmente, um milagre, pois a Nação vinha sendo desafiada com a ameaça de "*dispositivos militares*" e "*dispositivos sindicais*", destinados a paralisar o País com uma greve geral que não houve, e com a execução, no "*paredón*", de quantos se opusessem à futura república sindicalista, com que o sr. João Goulart vinha sonhando desde os tempos em que foi Ministro do Trabalho do Sr. Getúlio Vargas.

Os democratas sofreram pacientemente, durante esses dois últimos anos, na esperança de que se pudessem chegar ao termo do período presidencial, a fim de não alterar a ordem constitucional. O Brasil sempre fora um País livre de "*pronunciamentos*" desde os albores da sua independência, proclamada em 1822.

O curso legalista de sua história somente fora interrompido em 1930 por uma Revolução Liberal, que, desgraçadamente, desembocara no Estado Novo, que foi uma ditadura de caráter fascista. Não tão fascista, porém, que acompanhasse o fascismo europeu de Hitler e Mussolini. Na guerra, Getúlio Vargas que, a despeito de ditador, era um estadista, levou o País para o campo das democracias. E fez o Brasil enviar um Corpo Expedicionário à Itália, a fim de ajudar a liquidar o fascismo. A consequência, na política interna, fora a redemocratização do País, e a deposição do ditador, que insistia em manter-se no poder. Mas era tão popular que, depois do sábio, ordeiro e constitucional Governo do General Eurico Gaspar Dutra, voltou como Presidente eleito pelo povo.

Foi um equívoco gravíssimo, cometido pelos brasileiros. O homem já não era o mesmo. Cometeu erros sobre erros. E terminou por suicidar-se. Uma das consequências mais desgraçadas do seu governo, para a Nação foi o lançamento, na vida pública, de um jovem fazendeiro, seu vizinho, que costumava ir beber-lhe o chimarrão, e que, em política, outra coisa não conhecia a não ser o regime de fascismo tardio, de Juan Domingo Perón, de quem se fez amigo, com quem realizou negócios, e que ficou sendo o seu paradigma político, mesmo depois da sua deposição, na Argentina.

Trilhando aquela linha, como não encontrava apoio na burguesia, buscou-o no operariado, sem estrutura política organizada. Enquadrou-o em sindicatos oficializados, formados com dinheiros públicos, sob a direção direta do Ministério do Trabalho. E terminou por formar uma Confederação Geral dos Trabalhadores, pensada como instrumento de cúpula, o que é proibido pela legislação brasileira, que assegura a multiplicidade sindical.

Dispondo dos recursos do Tesouro, dos Institutos de Previdência, e das empresas de economia mista, montou uma monstruosa máquina de propaganda, para aterrorizar os adversários, e dar a impressão de que dispunha do apoio total dos trabalhadores, com que ameaçava, em discursos cada dia mais radicais, a burguesia nacional. Quando quis organizar os sargentos contra os oficiais, nas Forças Armadas, atentou, diretamente, contra a segurança do Estado. E foi deposto. Mas o movimento não era uma simples quarte-lada, um simples pronunciamento, um mero golpe de Estado. Teve os caracteres de uma revolução restauradora da democracia, e de reforma de toda a orientação que se vinha imprimindo à política do País.

Mal começou. Mas terá de fazer-se, inexoravelmente. E já se afirma na política externa. O chanceler do governo provisório do Presidente da Câmara dos Deputados, que assumiu, constitucionalmente, o poder, até a eleição do novo chefe de Estado, é o Sr. Vasco Leitão da Cunha, um diplomata de carreira, que viera da política. Fora embaixador do Brasil em Havana e em Moscou, no próprio governo do sr. João Goulart.

Teve, por esta forma, possibilidade de examinar, "in loco", os resultados da política que os comunistóides e inocentes úteis estavam a imprimir à orientação externa e que encontrou, para executá-la, um grupo de oportunistas, no Itamaraty. Rechaçou-a frontalmente, na proclamação que fez à Imprensa, ao assumir o cargo.

Foi incisivo em seu pronunciamento:

*Não houve uma subversão da ordem, mas uma re colocação do País nos caminhos coerentes com a tradição e tendência do povo brasileiro, uma volta ao curso democrático do qual vínhamo-nos afastando.*

Repeliu a ideia de política externa "*independente*", criada pelos complexos de inferioridade do sr. Jânio Quadros, e adotada pelo sr. João Goulart, que é uma ofensa à Nação, pois a orientação externa de todos os Governos que o Brasil tem tido, desde a proclamação da sua independência, tem sido independente. Ao contrário, só, nos últimos dois anos, perdeu aquela independência, pois, abandonando os nossos amigos tradicionais, entendeu de africanizar-se e de bolchevizar-se, ferindo a consciência da Nação.

Repeliu o que qualificou de "*estranho conceito de independência*", para reafirmar a fidelidade do Brasil aos seus compromissos internacionais, decorrentes dos instrumentos que o Itamaraty estava começando a esquecer, por ordem do Sr. João Goulart: a Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Carta da Organização dos Estados Americanos, e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca do Rio de Janeiro.

Com isto, estará o Brasil, novamente, integrado no Mundo Ocidental Livre e, muito especialmente, no Pan-Americanismo.

O Sr. Afonso Arinos, que, na undécima hora, abandonou o esquema golpista e bolchevista do sr. João Goulart, para acolitar <sup>(5)</sup> o Governo do Sr. Magalhães Pinto, em Minas Gerais, teve a insolência de vir a público declarar que a política externa "*independente*" é irreversível.

Mas, como bem disse o Governador Carlos Lacerda, irreversível é ele e não o Brasil, que fez uma Revolução para restaurar a democracia, e não para continuar na linha da traição do governo deposto.

---

<sup>5</sup> Acolitar: prestar serviço. (Hiram Reis)

## Os Generais da Derrota

### (Texto de Adirson de Barros)

Esta é a história de um grupo de dirigentes sindicais sem liderança verdadeira sobre os trabalhadores brasileiros. Eles foram preparados pelo Ministério do Trabalho, desde os tempos da ditadura. Estimulados por Jango, alimentados pelas verbas do Fundo Sindical. Eram os "generais" com que Goulart contava para atingir seus objetivos políticos. "Generais" sem tropas, despreparados para a revolução que pretendiam fazer. Na hora da decisão, eles fracassaram totalmente, e seu inspirador, Jango, foi deposto.

Estimulados por Jango, os dirigentes sindicais já sonhavam com a sua república sindicalista. Sentiam-se no Poder. O comício das reformas, a 13 de março, foi o começo do fim de Jango. O PC tomou conta da festa, e já contavam com o enforcamento dos que consideravam "gorilas". Não sabiam que o seu fim estava próximo. Muito próximo. A autoridade do Presidente era misturada a cartazes comunistas. Dante Pelacani era um dos príncipes do CGT. Agitava os sindicatos. Osvaldo Pacheco foi um dos responsáveis pela queda de Goulart.

Em toda guerra há generais vencidos e Generais Vencedores. No Brasil de 1964 vivemos uma verdadeira guerra da Democracia contra o comunismo e os grupos esquerdistas radicais. Uma "Guerra Revolucionária", segundo a expressão e a denúncia do Deputado Bilac Pinto, Presidente da União Democrática Nacional. Uma guerra contra o "reacionarismo e o imperialismo ianque", segundo afirmavam, ingenuamente ou não, os dirigentes das esquerdas e os comunistas notórios. Quem ganhou a guerra? Quem perdeu a guerra? Quais os Generais Vencedores? Quais os generais vencidos?

Desde que chegou ao Ministério do Trabalho, há mais de dez anos, o senhor João Belchior Marques Goulart, por obra e graça do seu amigo Getúlio Vargas, e contando com sua grande habilidade e intuição política, passou a organizar um sistema sindical inteiramente fiel e obediente à sua orientação política. Goulart, político matreiro das fronteiras gaúchas, sabia muito bem que o seu futuro político dependia, em grande parte, de sua ligação estreita com os sindicatos de trabalhadores, através das cúpulas sindicais.

Até o momento em que foi derrubado do Ministério do Trabalho por um memorial de Coronéis, em que figurava como primeiro signatário o General (então Coronel) Amaury Krueel, o Senhor João Goulart construiu as suas futuras bases políticas. As bases que, afinal, dez anos depois o levariam ao poder supremo do País.

Líderes sindicais antigos, formados à sombra do Ministério do Trabalho e com os dinheiros do Imposto Social Sindical, eram substituídos por outros líderes fiéis ao novo mandatário dos sindicatos brasileiros. Líderes que também eram forjados nas antessalas dos gabinetes do Ministério do Trabalho.

Dessa forma, a liderança sindical brasileira foi perdendo sua autenticidade. Um líder trabalhista, que substituíra Vargas no comando total do trabalhismo brasileiro, que passava a dirigir o grande Partido Trabalhista, um partido naturalmente reformista e de esquerda, mas que deveria ser necessariamente democrático, unia-se às lideranças sindicais para atingir o Poder.

João Goulart soube ser hábil no conduzir as lideranças sindicais brasileiras. Os generais, os falsos generais, foram pouco a pouco surgindo no cenário político brasileiro, primeiramente no plano do Ministério do Trabalho e depois nos escalões superiores da política e administração brasileira.

Quando chegou à presidência da República em 1961, o Senhor João Goulart já contava com o apoio total das lideranças sindicais. Houve, então, a grande pergunta: o presidente governaria com a totalidade do povo brasileiro, com todas as classes, ou preferiria governar com as classes sindicais? Que rumo tomaria o governo que acabava de ser constituído em meio a uma terrível crise político-militar?

Com a ascensão do Sr. João Goulart ao Poder começou, efetivamente, a influência comunista nos quadros administrativos do País. Compreendendo que não poderia realizar uma revolução de baixo para cima, porque a maioria do povo e do Exército brasileiro era contrária a qualquer regime esquerdista no Brasil, os comunistas trataram de cercar o governo do Presidente Goulart, primeiramente através dos sindicatos de trabalhadores, e depois no próprio Palácio do Planalto, onde contavam, até o 1º de abril, com elementos colocados nos postos-chaves da administração pública. Os sindicatos passaram, então, a conhecer seus grandes dias. Os dias de glória. Os dias de fastígio. Jango dava cobertura completa a todas as atividades dos líderes sindicais comunistas e esquerdistas que, em contrapartida, apoiavam integralmente o esquema governista e todas as jogadas que o Sr. Goulart fazia com objetivos puramente políticos.

Jango, é bom dizer, jamais se descuidou do seu dispositivo sindical. Em pouco mais de 2 anos de governo, ele soube, e confessou isto a vários amigos e assessores diretos, conduzir os líderes sindicais brasileiros que se compunham no esquema governamental. Jango soube fazer a sua política sindical. Soube construir um poderoso dispositivo político-sindical a fim de, num futuro próximo, tentar o continuísmo, como fórmula para derrotar as candidaturas democráticas que já estavam ganhando a opinião pública no momento em que o Exército interveio e desfechou o golpe final nas intenções presidenciais.

Quando Goulart chegou ao Poder, encontrou líderes sindicais magros, mal alimentados, mal vestidos, vivendo uma vida duríssima, lado a lado com operários de salário mínimo. Pouco a pouco esses mesmos líderes foram engordando. Pouco a pouco esses dirigentes sindicais foram ganhando os gabinetes refrigerados da República, apertando as mãos de Ministros de Estado, viajando por conta dos cofres do Ministério do Trabalho ou de entidades internacionais comunistas.

Os “*generais dos sindicatos*” transformavam-se, assim, em verdadeiros príncipes da República. Príncipes que frequentavam o palácio onde reside o “ilustre” professor San Thiago Dantas, com quem discutiram, nas vésperas do comício da Central, um programa mínimo de “*Frente Ampla*” imaginado pelo ex-Ministro de Jango, para, nada mais nada menos, sustentar o governo Goulart, que San Thiago pressentia no fim. Gente que assistiu à conversa de San Thiago com os líderes sindicais do CGT ficou espantada com a intimidade deles com os salões refrigerados da casa do Professor, com os mordomos que lhes serviam um legítimo escocês.

Eis os motivos da queda dos “*generais do CGT*”. Construíram um órgão ilegal do ponto de vista jurídico, mas que na verdade funcionava com perfeição nas greves ilegais que decretavam. E como as greves eram vitoriosas, e como eram bem recebidos nos salões do “*grand monde*” <sup>(6)</sup> brasileiro, e como eram sondados, ouvidos, cheirados, pelas maiores figuras da política nacional, a começar pelo presidente da República, esses pobres líderes sindicais julgaram-se no Poder, detentores do Poder, convencidos de que estavam governando através de um amigo fiel, o amigo João Goulart, e que a sua república se aproximava.

---

<sup>6</sup> Grand monde: alta sociedade, alta-roda. (Hiram Reis)



ESTIMULADOS por Jango, os dirigentes sindicais se apossaram com o repulido sindicalista, desfilando no Poder. O comitê das reformas, a 13 de março, foi o comitê do fim de Jango. O PC tomou conta da festa, e já cantavam com o entusiasmo dos que consideravam "victória". Não adianta que o seu fim estava próximo. Muito próximo, a autoridade do Presidente era restaurada e cortada omissivamente. Dele Pelosais (foto à direita) era um dos principais do CIGT. Agilava os seus direitos. Omeida Falcato (na foto de Jango) foi um dos responsáveis pelo golpe de Goulart.



Esta é a história de um grupo de dirigentes sindicais sem liderança verdadeira sobre os trabalhadores brasileiros. Eles foram preparados pelo Ministério do Trabalho, desde os tempos da ditadura. Estimulados por Jango, alimentados pelas verbas do Fundo Sindical. Eram os "generais" com que Goulart contava para atingir seus objetivos políticos. "Generais" sem tropas, despreparados para a revolução que pretendiam fazer. Na hora da decisão, eles fracassaram totalmente, e seu inspirador, Jango, foi deposto.

# OS 'GENERAIS' DA DERROTA

Texto de ADIRSON DE BARROS

Fotos de Equipe de O CRUZEIRO



O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), montado na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT) na Indústria, era uma espécie de 4º Poder, colocado acima das Forças Armadas, acima do Parlamento, quem sabe, no mesmo pé de igualdade com o presidente da República. O CGT tinha poderes para decidir sobre tudo. Nomeava, cancelava, vetava, demitia, ministros. O General Krueel e o jurista Antônio Balbino foram duas vítimas desse organismo ilegalmente montado sobre os sindicatos, federações e confederações de trabalhadores brasileiros. Ambos foram sumariamente exonerados de seus cargos, no momento em que o todo-poderoso CGT abriu a boca e os denunciou ao povo.

Jango Goulart respeitava o CGT até certo ponto. Ele ainda preferia os verdadeiros Generais, os Comandantes de Exército, os que detinham, na realidade, o controle das Forças Armadas, decisivas para qualquer aventura política a que se dispusesse. Daí ter procurado estruturar, sem sucesso, um dispositivo sindical-militar. Mas utilizava, o quanto podia, os seus amigos do comando sindical.

Utilizou-os quando quis forçar a queda do primeiro gabinete parlamentarista, chefiado por Tancredo Neves. Utilizou-os quando quis derrubar o segundo gabinete parlamentarista chefiado pelo Sr. Brochado da Rocha. Utilizou-os ainda quando derrubou o sistema parlamentar de Governo, fazendo o País retornar ao presidencialismo. O CGT, combinado com setores das Forças Armadas e com as forças políticas manipuladas por Jango no Congresso e nos partidos, vencia as batalhas e se preparava para ganhar a guerra contra a democracia.

Mas o CGT tinha condições de ganhar a batalha final?

Jango fez o que quis com o CGT, como fez o que bem entendeu com as forças esquerdistas, a começar pelo Governador Miguel Arraes, seu prisioneiro durante vários cercos promovidos pelo IV Exército. A certa altura Jango imaginou que poderia desfechar uma ofensiva direitista, ou anticomunista, com o apoio, por mais paradoxal que pareça, do próprio CGT. E o pessoal do CGT estava de acordo com a jogada janguista. O que interessava a Riani, Pelacani, Osvaldo Pacheco, Benedito Cerqueira, Melo Bastos e outros elementos que dirigiam o famoso corpo de líderes sindicais era o Poder.

Com a esquerda ou contra a esquerda. Porque sabiam que, através de Jango, poderiam perpetuar-se no Poder e poderiam chegar tranquilamente, sem revolução, sem sangue, ao Poder total, com o Partido Comunista à frente. Desenvolvia-se um jogo interessante e de certo modo inteligente entre Jango e os líderes sindicais.

O CGT infiltrava-se nos postos da administração pública, tomava conhecimento de Segredos de Estado através do Conselho Nacional de Segurança, controlado por Assis Brasil, mandava no Ministério do Trabalho, nomeava para os Institutos de previdência social, conquistava direitos, conquistava absurdos, pois toda a sua atuação era coberta pela presidência da República.

Riani, Pelacani, Pacheco tornaram-se nomes conhecidos do grande público, figuras obrigatórias nos altos conciliábulos oficiais, elementos de alta categoria e influentes nos pronunciamentos presidenciais e nas decisões de governo. Eram estimados e temidos. Nunca ignorados. Através deles, o Partido Comunista ia-se infiltrando, ganhando postos importantes, preparando sua revolução sem armas e sem sangue.

**Clodsmith Riani**, ex-operário, deputado estadual em Minas, contava com certa cobertura de determinados setores industriais de Juiz de Fora. Poucos o consideravam comunista militante, embora os comunistas se esforçassem para dizer o contrário.

**Dante Pelacani** fora expulso dos quadros do PC em São Paulo Exgráfico, tendo trabalhado nas oficinas do "*Diário de São Paulo*", virou janista convicto, e com a mesma convicção imaginou a campanha Jan-Jan, que ganhou as ruas paulistas. Em 1958, credenciara-se como líder sindical, ao comandar uma grande greve na indústria paulista. De grande capacidade de trabalho, inteligente, acabou eleito diretor-geral da Previdência Social e vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Era, antes de mais nada, um carreirista. Nas eleições da CNTI, jogou nas duas chapas: a comunista e a democrática. Ganhou a batalha. Hoje está asilado na Embaixada do Uruguai!

**Oswaldo Pacheco**, este sim, um homem de cara de pau, inflexível, duro, ex-deputado comunista pela Bahia, dirigente dos sindicatos do cais do porto, terrivelmente mal educado, entrava nos gabinetes ministeriais impondo soluções. Não pedia. Exigia. Pois sabia, de antemão, que o presidente da República lhe daria cobertura em qualquer eventualidade.

**Benedito Cerqueira** sempre foi considerado homem intimamente ligado ao esquema comunista, embora todas as informações digam que se trata, também, de carreirista político, ambicioso, maleável, sem convicções ideológicas. Jogava na área do PC porque isto lhe interessava, porque dessa forma se elegia facilmente para o comando do seu poderoso sindicato metalúrgico.

**Hércules Correia**, eleito deputado estadual, sempre foi comunista. Operário e ativista do PC, foi guindado inesperadamente à condição de teórico do partido, embora nunca tivesse lido os compêndios de Marx e Lenin. Mas o PC decidiu que ele seria o teórico do CGT. E ele ocupou o posto.

**Melo Bastos**, comandante, da aviação comercial. Também comunista. Também carreirista sindical. Entrou para o CGT depois de ter sido expulso da companhia de aviação onde trabalhava, quando de uma greve geral. Trocou seus aviões e seus passageiros pela militância sindical e política no CGT.

**Demistóclides Batista**, que de modesto ferroviário passou a advogado da Leopoldina e a deputado federal, hoje com mandato e direitos políticos cassados pelo comando revolucionário e **Rafael Martinelli**, presidente da Federação Nacional dos Ferroviários, ambos atuando na faixa do Partido Comunista, ambos do esquema de agitação do CGT, ambos com trânsito fácil no governo deposto, ambos generais derrotados.

Esses eram os generais do CGT, os comandantes de uma revolução que não veio. Os líderes que eram recebidos nos melhores salões do País, que discutiam política com as altas figuras da política nacional, que eram ouvidos pelo presidente da República, que davam conselhos, emitiam opiniões sobre os mais importantes problemas nacionais e tramavam, tranquilamente, à sombra do prestígio e da impunidade que conquistaram no governo passado, a queda do regime democrático e sua substituição por uma república diferente, a república que, afinal, os proibiria de sindicalizar-se, de reunir-se para discutir política, para reivindicar direitos. A república que fecharia o CGT e acabaria com os sindicatos. Porque seria a república totalitária que todos eles, ingenuamente ou não, procuravam construir.

Esses generais tinham tropas? Um General precisava de tropas para ganhar uma batalha. Sustento que eles não tinham tropa alguma. É provável, embora não creia, que Jango imaginasse que eles, os líderes do CGT, pudessem deflagrar no País uma greve total, ou quase total, de solidariedade à política governamental. É possível que Jango pensasse em contar com o CGT e o esquema sindical brasileiro por ele comandado para continuar no Poder, enfrentando a opinião pública que já se rebelava contra o esquerdismo do governo e contra a extraordinária influência do CGT nos destinos da Nação.

Jango foi advertido muitas vezes, pelo próprio Exército. O General Pery Bevilacqua foi a primeira grande voz a censurar a sua política sindical. Mas Jango preferiu atender ao CGT e demitiu o General do comando do II Exército, por exigência pública dos dirigentes sindicais aliados aos deputados da esquerda radical.

No momento em que o Presidente da República precisou efetivamente do CGT, para enfrentar a Reação Popular comandada pelo Exército à sua política esquerdizante, o CGT falhou. Os generais não tinham tropas. Tinham algumas armas que não sabiam usar. E no ardor da batalha, quando as tropas de Minas e de São Paulo se aproximavam do Rio para a grande decisão, os generais verificaram que não tinham condições de mobilizar as massas que nunca lhes foram fiéis, nunca lhes obedeceram. Nada puderam fazer para evitar o ato final. Todo o seu dispositivo, estava claro, era falso.

Montado sobre bases falsas. Eram comandantes de tropas fantasmas. Não tinham povo. Não tinham trabalhadores. O CGT, na realidade, não existia como entidade sindical. Existia, isto sim, como um modesto quartel-general de comunistas e carreiristas políticos que até então tinham ganho as batalhas no grito, porque o Presidente Goulart atendia aos seus gritos.

Mas o 1º de abril não era dia de gritos. Era dia de decisão. E o famoso CGT não tinha como tomar decisões. O presidente se afastava do centro dos acontecimentos abandonando seus ex-aliados. O CGT não tinha cobertura para agir, para deflagrar greves, para gritar. Os generais sem tropas sumiram. Uns presos, outros fugidos. Um fim melancólico e triste para a meia dúzia de carreiristas que, em menos de dois anos, conquistaram o direito de sentar-se em macias poltronas de veludo, beber uísque escocês, jantar em restaurantes de classe internacional e que agora terão de atender ao apito da fábrica.



## **A Reação Democrática que Derrubou Jango**

**(Armando Falcão Depõe Para a História)**

O sr. João Goulart caiu agora. Mas foi deposto no dia mesmo da sua posse; em setembro de 1961. Nunca parou o movimento que procurou impedir sua ascensão ao Governo da República. O Congresso não entendeu, no momento próprio, a desesperada mensagem de Dennys, Heck e Moss, que foram apontados à Nação, pelos comunistas e seus aliados, conscientes ou inconscientes, como os "Três Patetas de Agosto". Viu-se, depois, que os Ministros militares de Jânio Quadros estavam cobertos de razão. Não eram patetas e sim profetas. Ademais, poucos foram os que entenderam, durante e após a crise de agosto, que Dennys, Heck e Moss não falavam, apenas, por si mesmos, mas traduziam, com mais audácia, o sentimento profundo e generalizado das corporações militares.

A jornada de agosto foi aparentemente interrompida com a posse de Jango, mas, na realidade, nunca ficou paralisada. Lenta e progressivamente, a ideia de que Jango era, de fato, sócio e prisioneiro do comunismo internacional se foi cristalizando na consciência do Exército, Marinha e Aeronáutica. Eram cada vez mais claros os sinais da existência de um esquema de compromisso entre Jango e Prestes. O comício de 13 de março, organizado, orientado e dirigido pelo PC, sem o menor disfarce convenceu a muitos incrédulos da direta a pessoal responsabilidade do ex-presidente no processo de bolchevização do País. A evidente compactuação de Jango na trama de liquidação da disciplina e da hierarquia militares ficou mais do que patenteada nos episódios do Sindicato dos Metalúrgicos, onde se homiziaram marinheiros insubordinados, e do Automóvel Clube, onde o então Comandante Supremo das Forças Armadas se apresentou na sua autêntica qualidade de perfeito agente da dissolução das bases de nossa organização militar.



Sem medir sacrifícios, o Deputado Armando Falcão, cearense e ex-Ministro da Justiça, lutou contra a consagração a que o Governo depositou do Sr. João Goulart a favor do Brasil. Seu principal alvo era o decreto de desapropriações de terras da SUPRA, desagrado, em dois tempos, pela revolução vitoriosa. Sua entrevista é um grito de vitória.

**O** SR. João Goulart caiu agora. Mas foi deposto no dia mesmo da sua posse, em setembro de 1961. Nunca parou o movimento que procurou impedir sua ascensão ao Governo da República. O Congresso não entendeu, no momento próprio, a desesperada mensagem de Denny, Heck e Moss, que foram apontados à Nação, pelos comunistas e seus aliados (conscientes ou inconscientes), como os "Três Palatinos da Agricultura". Via-se, depois, que os Ministros militares de João Goulart estavam cobertos de rã. Não eram jateiros e sim profetas. Ademais, poucos foram os que entenderam, durante e após a crise de agosto, que Denny, Heck e Moss não falavam, apenas, por si mesmos, mas traduziam, com mais audácia, o sentimento profundo e generalizado das corporações militares. A jornada de agosto foi espontaneamente interrompida com a posse de Jango, mas, na realidade, nunca ficou paralisada. Lenta e progressivamente, a idéia de que Jango era, de fato, sócio e prisioneiro do comunismo internacional se foi cristalizando na consciência de Kássirio, Marinha e Aeronáutica. Em cada vez mais claros os sinais de existência de um esquema de compromisso entre Jango e Prates. O cenário de 13 de março — organizado, orientado e dirigido pelo PC, sem o menor disfarce — convenceu a muitos intelectuais da direita e pessoal responsável do ex-Presidente no processo de boicoteação de Jango. A evidente consagração de Jango ao Trono de República da disciplina e da hierarquia militares ficou mais do que patenteadas nos espaldões do Sindicato dos Metalúrgicos, onde se bombardearam marinheiros insubordinados, e do Autônomo Clube, onde o então Comandante Supremo das Forças Armadas se apresentou na sua autêntica qualidade de perfeito agente da dissolução das bases de nossa organização militar.



Armando Falcão depõe para a História

## A REAÇÃO DEMOCRÁTICA QUE DERRUBOU JANGO

Não houve desamor, da parte de um grupo de militares e civis, durante todo o tempo do malfadado período João Goulart, no sentido de impedir que o ex-Presidente efetivasse o propósito de consagrar a Nação. Primeiro, cuidou-se de despertar a opinião pública civil, chamada sua atenção, com insistência, para os graves perigos que rodavam o Brasil, na verdade já quase assolado pela militarização vermalha instalada no Governo. Por meio da imprensa, do rádio e da Televisão, enfrentando os riscos da repressão oficial, iniciouse o esforço de mobilização da consciência crítica do povo, que se via traumatizado, anestesiado e perplexo na crise de agosto de 1961. Foi pôs em funcionamento um plano de engajamento das populações do interior na luta, e as concentrações ruralistas, pouco a pouco, principalmente no Estado de Minas Gerais, foram engrossando e firmando a posição do homem do campo no combate ao comunismo e ao Governo. A mobilização das mulheres alcançou índices extraordinários, nos efeitos sobre a opinião nacional. A Marcha da Família, em São Paulo, na Guanabara e nos outros Estados responde, em boa parte, pelo sucesso final dos acontecimentos que livraram o Brasil do poder de Goulart. Nos últimos meses, las intemas e vírgens era a reação democrática, tão avassaladora era a repressão do combate ao comunismo em todo o território nacional, que os Srs. Jango e Brilhante falavam, em público, sob a proteção de um círculo de ópera, ou então não falavam.

A formação de uma opinião pública civil advertida sobre o perigo comunista permitiu, primeiro, a montagem de um dispositivo militar defensivo, que evitaria, na "Barr II", a consagração da maioria como consociacionista de Goulart, como primeira etapa da resistência. Logo em seguida, como contraponto, veio a derrubada do Governo que pretendia alisar o Brasil e entregá-lo à Rússia. Em

face do fortalecimento do movimento civil, a situação militar, nos últimos meses, começou a evoluir, rapidamente, e foi então possível aos coordenadores da revolução democrática preparar o dispositivo ofensivo, que pôde tomar a iniciativa de depor o Sr. Goulart, antes mesmo que ele desse o primeiro passo no rumo da implantação definitiva e aberta do regime comunista. Jango se preparava para justar a Democracia. A Democracia, no entanto, alçou Jango.

Um dos chefes militares que mais se empenharam, dia e noite, para livrar o Brasil de Jango e do comunismo, foi o General Osvaldo Cordeiro de Farias. Em trabalho de articulação permanente com Nilson de Melo, Denny e vários outros chefes das Forças Armadas, foi um combatente pertinaz e otimista, que nunca perdeu a confiança na vitória. O Almirante Sílvio Heck, o Almirante Barboza e o inúmeras outros elementos da Marinha, igualmente, não faziam pouca no esforço para salvar o Brasil. De Coronel Meira Mattos, Câmara Seta, Roventaria, Bílio Lemos, Ariel, Montagna, Andrade Sampa, Sebastião Chaves, Portela e muitos outros — castigados pelo Ministro da Guerra com transferências para locais distantes, ou destituídos de comissões importantes — nutriram também a gratidão do povo brasileiro pela relevante contribuição oferecida na batalha de livramento do comunismo.

Hoje, após da jornada agora vitoriosa, várias tentativas de depor o Sr. João Goulart. Mas desmentidos dos Generais Segadas Vianna, Nilson de Melo e Amarty Kraus — derrubados do Ministério da Guerra porque não se dispunham a levar o Brasil em favor de Goulart e do comunismo —, entregou-se uma adesão que partilha da recusa de aqueles oficiais entregarem a Pátria. Não estão ainda amadurecida, porém, a consciência civil e militar, que foi o laço político e moral do movimento de 31 de março. Por isso,

se iniciativas fatham, mesmas oportunistas, mas contribuiram para se cimentando a Milia, nos seus escalões armados, da absoluta necessidade de dar um basta sério e definitivo aos desígnios de um Presidente que não governava, que não administrava, pois só tinha tempo para agitar e anarquizar a Nação.

O General Olimpio Mourão vinha preparando a revolução, na parte que lhe cabia, desde quando comandara a guarnição de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. De lá, foi transferido para comandar a 2.ª Região Militar, em São Paulo, onde não só cuidou de planificar a coordenação militar, e sim, também, o trabalho das organizações civis. Foi a mim que ele transmitiu a notícia do levante, às 7 h. da manhã do dia 31 de março, através de um telefonema de João de Faria. Minutos após, pediu-me confirmação da notícia. "Está bom, General, vou já fazer as comunicações aqui. Mas o senhor partiu na hora certa, o senhor está articulado com os outros". E Mourão completou: "Falcão, confirmo que você pode dar aviso ao pessoal daí. Estou articulado com a minha consciência e quem lhe portaria há de seguir-me". Foi nessa altura que transmiti a informação ao General Castello Branco, ao Marechal Dutra, ao Governador Carlos Lacerda e a outros líderes da revolução, no plano civil e militar. Desloquei-me para a residência do General Castello Branco, onde já o encontrava cercado dos seus principais comandos militares, adequando providências e medidas de ordem prática, com vistas à Guanabara e aos demais Estados da Federação. Foi notificado da localização do "Comando Militar Secreto" e daí em diante, mantendo contato permanente com aquele comando, efetuando ligações comunistas e procurando esclarecer situações que se iam criando, à medida que os fatos avançavam. Havia a minha modesta contribuição ao triunfo da Revolução brasileira, que pôe abaixo o pior de todos os governos do Brasil.

Não houve descanso, da parte de um grupo de militares e civis, durante todo o tempo do malfadado período João Goulart, no sentido de impedir que o ex-presidente efetivasse o propósito de comunizar a Nação. Primeiro, cuidou-se de despertar a opinião pública civil, chamando sua atenção, com insistência, para os graves perigos que rodeavam o Brasil, na verdade já quase dominado pela minoria vermelha instalada no Governo. Por meio da Imprensa, do Rádio e da Televisão, enfrentando os riscos da repressão oficial, iniciou-se o esforço de mobilização da consciência cívica do povo, que saíra traumatizado, anestesiado e perplexo da crise de agosto de 1961.

Foi posto em funcionamento um plano de engajamento das populações do interior na luta, e as concentrações ruralistas, pouco a pouco, principalmente no Estado de Minas Gerais, foram engrossando e firmando a posição do homem do campo no combate ao comunismo e ao governo. A mobilização das mulheres alcançou índices extraordinários, nos efeitos sobre a opinião nacional. A Marcha da Família, em São Paulo, na Guanabara e noutros Estados responde, em boa parte, pelo sucesso final dos acontecimentos que livraram o Brasil do pesadelo Goulart. Nos últimos meses, tão intensa e vigorosa era a reação democrática, tão avassaladora era a repercussão do combate ao comunismo em todo o território nacional, que os srs. Jango e Brizola só falavam, em público, sob a proteção de um círculo de ferro, ou então não falavam.

A formação de uma opinião pública civil advertida sobre o perigo comunista permitiu, primeiro, a montagem de um dispositivo militar defensivo, que evitaria, na "**Hora H**", a consumação da manobra comuno-sindicalista de Goulart, como primeira etapa da resistência. Logo em seguida, como contragolpe, viria a derrubada do governo que pretendia algemar o Brasil e entregá-lo à Rússia.

Em face do fortalecimento do movimento civil, a situação militar, nos últimos meses, começou a evoluir, rapidamente, e foi então possível aos coordenadores da Revolução Democrática preparar o dispositivo ofensivo, que pôde tomar a iniciativa de depor o sr. Goulart, antes mesmo que ele desse o primeiro passo no rumo da implantação definitiva e aberta do regime comunista. Jango se preparava para jantar a Democracia. A Democracia, no entanto, almoçou Jango.

Um dos chefes militares que mais se empenharam, dia e noite, para livrar o Brasil de Jango e do comunismo foi o General Osvaldo Cordeiro de Farias. Em trabalho de articulação permanente com Néelson de Mello, Dennys e vários outros Chefes das Forças Armadas, foi um combatente pertinaz e otimista, que nunca perdeu a confiança na vitória. O Almirante Silvio Heck, o Almirante Rademaker e inúmeros outros elementos da Marinha, igualmente, não faziam pausa no esforço para salvar o Brasil. Os Coronéis Meira Matos, Câmara Sena, Boaventura, Hélio Lemos, Ariel, Montagna, Andrade Serpa, Sebastião Chaves, Portela e muitos outros, castigados pelo Ministro da Guerra com transferências para locais distantes, ou destituídos de comissões importantes, merecem também a gratidão do povo brasileiro pela relevante contribuição oferecida na Batalha de Liquidação do comunismo.

Houve, antes da jornada agora vitoriosa, várias tentativas de depor o sr. João Goulart. Nas demissões dos Generais Segadas Viana, Néelson de Mello e Amaury Cruel, derrubados do Ministério da Guerra porque não se dispunham a trair o Brasil em favor de Goulart e do comunismo, esboçou-se uma ação que partiria da recusa de aqueles oficiais entregarem a Pasta. Não estava ainda amadurecida, porém, a consciência civil e militar, que foi o lastro político e moral do Movimento de 31 de março.

Por isso, as iniciativas falharam, naquelas oportunidades, mas contribuíram para ir cimentando a ideia, nos altos escalões armados, da absoluta necessidade de dar um basta enérgico e definitivo aos desatinos de um Presidente que não governava, que não administrava, pois só tinha tempo para agitar e anarquizar a Nação.

O General Olímpio Mourão vinha preparando a Revolução, na parte que lhe cabia, desde quando comandara a guarnição de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. De lá, foi transferido para comandar a 2ª Região Militar, em São Paulo, onde não só cuidou de planificar a coordenação militar, mas também, o trabalho das organizações civis. Foi a mim que ele transmitiu a notícia do levante, às 07h00 do dia 31 de março, através de um telefonema de Juiz de Fora. Minutos após, pedi-lhe confirmação da notícia.

*Está bem, General, vou já fazer as comunicações aqui. Mas o senhor partiu na hora certa, o senhor está articulado com os outros?*

E Mourão completou:

*Falcão, confirmo que você pode dar aviso ao pessoal daí. Estou articulado com a minha consciência e quem for patriota há de seguir-nos.*

Foi nessa altura que transmiti a informação ao General Castello Branco, ao Marechal Dutra, ao Governador Carlos Lacerda e a outros líderes da Revolução, no plano civil e militar. Desloquei-me para a residência do General Castello Branco, onde já o encontrei cercado dos seus principais assessores militares, adotando providências e medidas de ordem prática, com vistas à Guanabara e aos demais Estados da Federação.

Fui notificado da localização do “*Comando Militar Secreto*” e daí em diante, mantendo contato permanente com aquele comando, efetuando ligações essenciais e procurando esclarecer situações que se iam criando, à medida que os fatos avançavam, dava a minha modesta contribuição ao triunfo da *Revolução Brasileira, que pôs abaixo o pior de todos os governos do Brasil.*



## **Castello Branco & Alkmin Comandam o Futuro do Brasil**

**(Reportagem de José Belém e Ubiratan de Lemos)**

### **Congresso Referendou, com a Eleição do Novo Presidente, a Revolução de Abril**

**A** Eleição, pelo Congresso, do Presidente e Vice-Presidente da República, para completar os mandatos dos ex-Presidentes Jânio Quadros e João Goulart, iniciados em 31 de janeiro de 1961 e que terminarão a 31 de janeiro de 1966, suscitou na abertura dos trabalhos pelo presidente do Congresso, Senador Auro de Moura Andrade, questões de ordem em vista das divergências entre a lei votada pelo Congresso e o Ato Institucional do Alto Comando Revolucionário, ambos regulando a forma de eleição indireta. Decidiu o Presidente do Congresso que a lei preencheria as omissões do Ato Institucional.

A convocação feita pelo Senador Moura Andrade para a eleição indireta no dia 11 de abril reuniu 438 congressistas. Entre eles, vários suplentes, convocados para substituir aqueles que tiveram seus mandatos cassados.

Embora o General Humberto de Alencar Castello Branco fosse o único candidato oficial, após a retirada das candidaturas do General Amaury Kruel e do Marechal Eurico Dutra, 3 votos foram dados ao Marechal-Deputado Juarez Távora e dois ao ex-Presidente Dutra. No primeiro escrutínio o General Castello Branco foi eleito Presidente da República por 361 parlamentares, dos 438 presentes, 72 se abstiveram, sendo 89 do PTB e os Deputados Oliveira Brito e Tancredo Neves e o Senador Josafá Marinho.

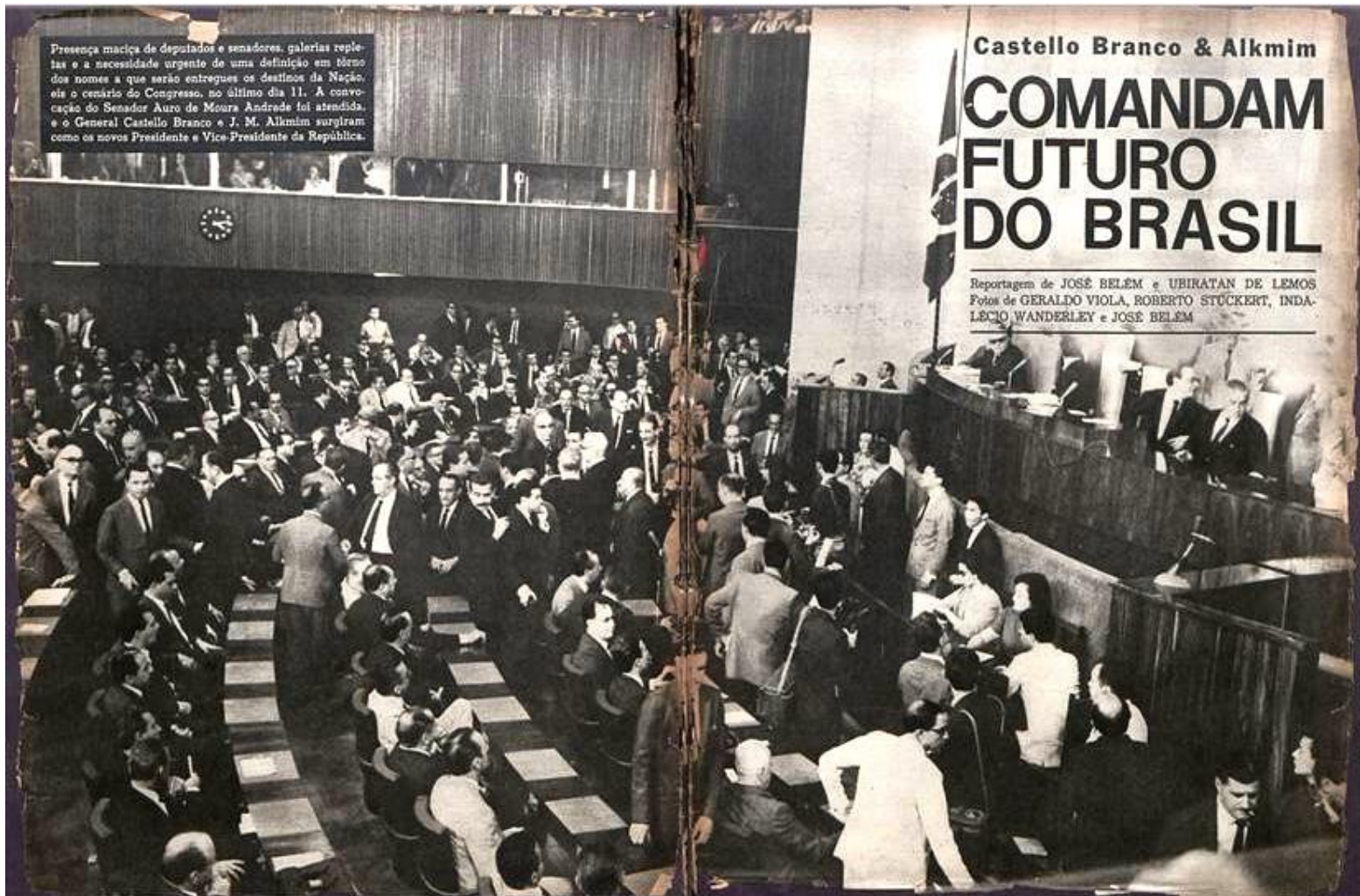


Presença maciça de deputados e senadores, galerias repletas e a necessidade urgente de uma definição em torno dos nomes a que serão entregues os destinos da Nação, eis o cenário do Congresso, no último dia 11. A convocação do Senador Auro de Moura Andrade foi atendida, e o General Castello Branco e J. M. Alkmim surgiram como os novos Presidente e Vice-Presidente da República.

Castello Branco & Alkmim

# COMANDAM FUTURO DO BRASIL

Reportagem de JOSÉ BELEM e UHIRATAN DE LEMOS  
Fotos de GERALDO VIOLA, ROBERTO STÜCKERT, INDA-  
LECIO WANDERLEY e JOSÉ BELEM



O voto do Deputado Paulo Pinheiro Chagas, dado ao General Humberto Castello Branco, completou o número 238, o mínimo necessário para a eleição do Presidente em primeiro escrutínio. O Plenário irrompeu em palmas.

Dutra teve 2 votos: Vitorino Freire e Anísio Rocha. Até então só se haviam verificado votos para o General Castello Branco e abstenções. Dos 475 congressistas, não votaram apenas 47, entre os quais os Senadores Arnon de Melo e Silvestre Péricles, que se encontram presos, além de vários suplentes, convocados para substituir deputados que tiveram seus mandatos cassados, mas que ainda não haviam prestado compromisso. Entre os suplentes que assumiram em caráter efetivo, um, de Pernambuco, mereceu apenas 126 votos nas eleições de 1962.

Apesar do PTB ter resolvido, em sessão secreta, realizada na tarde do mesmo dia da eleição, abster-se de votar, 53 petebistas votaram no General Humberto Castello Branco. Mesmo que todo o PTB se abstivesse, bastariam os votos do PSD (123), UDN (105) e PSP (18), dados ao General Castello Branco para que se efetivasse sua eleição em primeiro escrutínio.

Para a eleição do Vice-Presidente, o único partido que apresentou candidato foi o PSD, Deputado José Maria Alkmin. O Deputado Juarez Távora, declinando da indicação de alguns amigos que pretendiam votar em seu nome, indicou o Senador Auro de Moura Andrade, que, diante disto, passou a Presidência do Congresso ao Senador Camilo Nogueira da Gama, indo sentar-se no Plenário. Ao final do primeiro escrutínio para Vice-Presidente, o Deputado José Maria Alkmin obteve 203 votos, contra 150 dados ao Senador Moura Andrade. Embora o mais votado, o Deputado José Maria Alkmin



não obteve o mínimo exigido, convocando o Presidente do Congresso o Plenário para ritmo escrutínio, o terceiro da noite e último, pois seria eleito Vice-Presidente aquele que obtivesse maioria simples de votos, conforme preceitua o Ato Institucional.

De volta à Mesa, para presidir o segundo escrutínio para a Vice-Presidência, o Senador Auro de Moura Andrade começou por agradecer os votos recebidos e retirar sua candidatura em vista do maior número de votos recebidos pelo seu concorrente. Foi aplaudido. Ao final, o Deputado José Maria Alkmin foi eleito Vice-Presidente da República, com 256 votos, contra 58 abstenções e 12 votos dados a outros nomes. Deixaram de votar neste terceiro escrutínio 149 congressistas, entre os quais um grupo da UDN, liderado pelo Deputado Amaral Neto, que abandonou o Plenário em vista da retirada da candidatura do Senador Auro de Moura Andrade.

O Deputado José Maria Alkmin, após ter sido proclamado Vice-Presidente da República pelo Presidente do Congresso, dirigiu-se à Mesa da Presidência, cumprimentando o Sen. Auro de Moura Andrade, pela lisura com que presidiu os trabalhos.

### **Castello Branco sai da Caserna Para Conduzir o Destino do País**

**A**cabou a tranquilidade na casa da Rua Nascimento Silva, 394, residência do General de Exército Humberto de Alencar Castello Branco, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Até à véspera da eleição do General, ainda havia, um pouco de sossego na casa. Poucos políticos, os parentes, os amigos. O General ainda podia ir tomar injeção na farmácia, comprar bisnaga de pão na padaria da esquina, visitar os amigos da vizinhança.

Chegou a fazer isso algumas vezes, apesar da Movimentação Revolucionária. Agora, entretanto, a coisa mudou. Foi um adeus à vida modesta do soldado Castello Branco. Conhecida a sua eleição, começou a corrida para a casa da Rua Nascimento Silva, Ipanema. Um mundo de gente, centenas de cumprimentos, um mar de cartas e telegramas. Acabou-se a paz do General, começava a vida intensa do Presidente.

A TV americana deu presença. A cadeia da CBS, a maior rede de TV do Mundo, e ainda a ABC. Encheram a casa do Presidente de fios e câmaras, de luzes, "flashes", de um profuso mecanismo eletrônico. Milhões de americanos queriam saber a mensagem de Castello Branco, o estrategista da revolução vitoriosa.

### **A Mensagem**

E veio a mensagem. Não naquela base dos políticos de carreira, dos políticos tradicionais. A mensagem foi curta e exata. Nem uma palavra a mais, nem outra a menos. O Presidente submetia-se a uma prova que se não ajustava à sua formação sóbria de militar. Aqueles microfones, aquela gente rápida e faladora, tudo aquilo era uma incrível realidade. Desajeitadamente, tonteado pelos acontecimentos, o Presidente leu a mensagem. Ei-la:

*Minha eleição pelo Congresso Nacional, em expressiva votação, traduz, sobremaneira, o pesado fardo das responsabilidades que sabia já haver assumido, ao aceitar a indicação da minha candidatura à Presidência da República por forças políticas ponderáveis, sob a liderança de vários Governadores de Estado. O calor da opinião pública, através de autênticas manifestações populares e de numerosas entidades de classe, estimulou-me a essa atitude.*

*Agora, espero em Deus corresponder às esperanças de meus compatriotas nesta hora tão decisiva dos destinos do Brasil, cumprindo plenamente os elevados objetivos do movimento vitorioso de abril, no qual se irmanaram o povo inteiro e as Forças Armadas na mesma aspiração de restaurar a legalidade, revigorar a Democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social. Espero, também, em me ajudando o espírito de colaboração de todos os brasileiros e o sentimento da gravidade da hora presente, possa entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao meu sucessor, legitimamente eleito pelo povo em eleições livres, uma Nação coesa e ainda mais confiante em seu futuro, a que não mais assaltem os temores e os angustiosos problemas do momento atual. Ao Congresso Nacional, com todo o meu respeito de brasileiro e de Presidente eleito da República, apresento nesta oportunidade, de modo muito especial, as minhas saudações.*

O tempo disparou para o Presidente Castello Branco. Cada segundo passou a ser importante. Diminuíram ainda mais as horas de sono. O Presidente depara-se, de chofre, com os problemas da República: a composição ministerial, as soluções prioritárias, a "hidra inflacionária". Disse aos americanos: "O Brasil precisa, acima de tudo, de trabalho. Só o trabalho salvará o Brasil". Dois civis foram vistos insistentemente na casa da Rua Nascimento Silva: o Embaixador Negrão de Lima e o Sr. Juracy Magalhães. Os outros, que se comprimiam na casa, eram oficiais-generais à paisana, amigos da caserna e da Revolução. Assim correm as horas do novo Presidente. Mil coisas para fazer, e muitas toneladas de, responsabilidade. Uma batalha maior que a do General na Itália, nos idos da FEB. Castello Branco sabe disso. Ele saberá romper as dificuldades. A sua honradez pessoal, a dureza e impessoalidade de sua atitude são trunfos certos para o cumprimento de sua missão presidencial. A mais difícil das missões que recebeu até hoje. A missão de salvar o Brasil.



O Cruzeiro nº 31, Rio de Janeiro, RJ  
Sábado, 09.05.1964



Os Trinta Dinheiros da Traição  
(Reportagem de Jorge Audi,  
Anver Bilate e Douglas da Silva)



**D**e depois de vitoriosa no terreno político, a Revolução de 1º de abril começa a proceder a um verdadeiro balancete de todas as atividades do governo anterior. Para isso, elementos das Forças Armadas e das Polícias estaduais têm trabalhado dia e noite, em diligências sucessivas e contínuas.

Na Guanabara, a Divisão de Polícia Política e Social, as Polícias Militar e de Vigilância, em perfeito acordo com o Exército, já fizeram mais de 800 diligências, prendendo cerca de 400 pessoas e arrecadando toneladas de material considerado subversivo, principalmente em gráficas e editoras comunistas, tendo fechado jornais como "*Orla Marítima*" e "*Novos Rumos*", a Editora Vitória, a Prensa Latina, agência internacional de Havana Também os sindicatos foram vasculhados. No dos Tecelões e Metalúrgicos havia, preparadas para uso, grande quantidade de bombas Molotov, gasolina em tonéis e estopa à vontade.

### **Depois da Apreensão, vem o Lento Trabalho da Avaliação do Material Apreendido.**

#### **Recibos & Milhões**

Em matéria de dinheiro, entretanto, a história é bem mais interessante. A Polícia e as Forças Armadas já apreenderam mais de um bilhão de cruzeiros, em moeda nacional e estrangeira, em poder dos chineses da "*Missão Comercial*" e dos grupos comunistas sediados no CACO, UNE, CGT, Sindicatos etc.

Isso, fora o que foi gasto à vontade, principalmente no Ministério da Educação e na UNE. O jornal "*O Movimento*", da União Nacional dos Estudantes, levou Cr\$ 3 milhões e 450 mil do Governo, entre 5 de fevereiro e 23 de março deste ano, para "*auxiliar*" sua impressão.

O Centro Popular de Cultura (CPC) levava Cr\$ 1 milhão de 15 em 15 dias, bastando para isso um bilhete do Serra (presidente da UNE ao chefe da Casa Civil da Presidência da República). Um exemplo de bilhete apreendido:

*Jurandir: deve chegar 10,5 milhões (dentre as demais verbas) que a UNE deverá distribuir entre as Executivas. Saiu apenas 50% do prometido. É 550 mil para cada uma, portanto, você deve entregar as parcelas mediante a apresentação do plano de aplicação. Tá? Ass. Serra. Em tempo: troquei dois cheques ambos no valor de Cr\$ 2.000.000,00: BB (Banco do Brasil): 1 – Série SL-2 n° 134675 da Comissão Técnica de Orientação Sindical – Com. Especial para a UNE. 2-BB (Banco do Brasil) série C-35 n° 983241 do Gabinete Civil da Presidência da República para a UNE.*

A CASES (Campanha de Assistência ao Estudante), através do seu Diretor Roberto Pontual, movimentou milhões, para edição da Coleção História Nova, que estava sendo distribuída nos sindicatos de todo o País. Só em março último, a CASES gastou Cr\$ 1 milhão e 300 mil, com a História Nova. O Grupo de Trabalho de Cultura Popular recebeu do CASES, em 15 e 17 de março, Cr\$ 1 milhão e 820 mil.

O I Seminário Nacional de Alfabetização e Cultura Popular gastou, em despesas de hospedagem para 100 pessoas, mais de Cr\$ 10 milhões, no dia 5 de fevereiro deste ano. Só a "Varig" recebeu da CASES Cr\$ 3 milhões e 700 mil de passagens vendidas. No dia 3 de março, Jurandir Bóia Rocha, 2º tesoureiro da UNE, recebeu Cr\$ 250 mil para o lançamento de cartazes sobre imperialismo e Reforma Universitária. A 22 de janeiro, Roberto Pontual auxiliou a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil com a quantia de Cr\$ 300 mil, para a manutenção de cursos.

Tudo isso consta de recibos, inclusive os pagamentos feitos pelo Diretor Roberto Pontual a si mesmo, a título de representação.

Mais outra história: 68 "*funcionários*" do Ministério da Educação e Cultura recebiam salários que variavam entre 100 mil e 200 mil, por serviços prestados à Divisão de Administração daquela Pasta. Na lista havia nomes de 18 motoristas, que serviam às famílias dos "*burocratas*". O Sr. Aron Abend, por exemplo, ganhava Cr\$ 200 mil. A lista, que foi encontrada no escritório do Sr. Roberto Pontual, está sendo objeto de investigações, porque essa gente nem ao menos era do quadro do funcionalismo do Ministério da Educação.


### **A Grande Farsa**

Essas investigações e apreensões de material e dinheiro estão atingindo o seu objetivo, que não é outro senão o de mostrar à Nação a grande farsa que tinha curso sob o manto, nem sempre diáfano, de "*nacionalismo e desenvolvimento*".

*A corrupção e o aproveitamento ilícito dos dinheiros públicos eram fatos generalizados.* Do dia para a noite, estudantes e operários comunistas assumiam estilo de vida de homens ricos: faziam, a seu modo, o seu próprio e particular desenvolvimento. Automóveis oficiais, com choferes e gasolina pagos pelo governo, serviam às gentes dessa nova classe de burgueses inesperados.

Enquanto isso, os verdadeiros trabalhadores e os verdadeiros estudantes obtinham, da parte desses profissionais da malandragem estatizada, as palavras vazias de sua "*camelotagem revolucionária*".

Isso é o que está sendo posto a nu atualmente, através das investigações e apreensões realizadas em Sindicatos, associações e instituições antes dominados pelos comunistas. O que está aí é, provavelmente, apenas o dedo do gigante. Por supor isso, é que as autoridades da Revolução prosseguem no seu trabalho de limpeza. Com desodorante, para evitar náuseas.

  
**SA. EMPRESA DE VIAÇÃO AÉREA RIO GRANDENSE**  
**VARIG**  
MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES AEROPONÁUTICOS

**R E C I B O**

**CR\$ 3.523.830,00**

Recebemos da CAMPANHA DE ASSISTÊNCIA AO ESTANTE, do MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, através da COMISSÃO ORGANIZADORA DO 1º SEMINÁRIO DE ANFAENTIZAÇÃO E CULTURA POPULAR, a importância de CR\$ 3.523.830,00 (três milhões quinhentos e vinte e três mil oitocentos e trinta cruzeiros), correspondente aos FPA's nºs 24.875/82, 24.884/89 e 91, para os trechos MACEIÓ/RIO/MACEIÓ, SÃO LUIZ/RIO/SÃO LUIZ, JOÃO PESSOA/RIO/JOÃO PESSOA, FORTALEZA/RIO/FORTALEZA, NATAL/RIO/NATAL, VITÓRIA/RIO VITÓRIA, ARACAJU/RIO/ARACAJU, CURITIBA/SÃO PAULO/RIO/SÃO PAULO, RECIFE/RIO/RECIFE, BELO HORIZONTE/RIO/BELO HORIZONTE, GOIÂNIA/SÃO PAULO/RIO/SÃO PAULO e SÃO PAULO/RIO/SÃO PAULO e aos IO's nºs .../00693, 696/97, pago contra cheque do Banco do Brasil nº .../944.486.

Recebemos  
Rio de Janeiro, 05 de Junho de 1964  
P S A EMPRESA VIAÇÃO AÉREA RIO GRANDENSE  
*Luiz Silva*  
321.1



## **A Doce Vida de Brizola**

### **Texto De Tito Tajés/Fotos do "Diário De Notícias" de Porto Alegre**

**O** outro lado da vida do ex-Deputado Leonel Brizola (A Doce Vida), já devidamente esclarecido, foi tornado público pelo Major Leo Etchegoyen, Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul. E, ao fazê-lo, aquela autoridade não foi movida por qualquer sentimento de vingança, mas pelo exclusivo propósito de mostrar ao povo brasileiro como vivia o homem que se arvorava em líder dos trabalhadores e que sonhava com a Presidência da República, "*a fim de reformar o Brasil e criar oportunidades para todos os seus filhos*".

Para isto, e para mostrar que a Polícia não praticara atos de vandalismo ao ocupar o Palacete da Rua Tobias Barreto, nos Moinhos de Vento, o Chefe de Polícia promoveu uma visita de jornalistas ao local, para que verificassem com seus próprios olhos que a versão espalhada por amigos do ex-parlamentar era infundada, pois a residência estava tal como seus moradores a haviam deixado.

Nada foi escondido aos visitantes. Nada mesmo, inclusive o fausto em que vivia, com os seus, o sr. Leonel Brizola, na casa de 21 dependências finamente decoradas, com acomodações para duas domésticas, mordomo e motorista, com rede telefônica interna, dois jardins de inverno e instalações completas de ar condicionado.

Esse era o refúgio onde o homem que se apresentava como um Messias caboclo se retemperava das andanças que fazia pelo País e onde esquecia os quadros de miséria que lhe desfilavam, de Norte a Sul, diante dos olhos.



A "CROQUIANA" de Sr. Brizola tinha a função dos museus dos nativos que ele, com seus ordens Mitoológicos, pretendia anular. Salvo emprego e lacrimas, um térreo com plantas de duas fôrmas e poltrona com bilacônes, onde se muito provável) Jânio em a Gramática e a Constituição.



# A DOCE VIDA DE BRIZOLA

TEXTO DE TITO TAREFOTOS DO "DIÁRIO DE NOTÍCIAS" DE PORTO ALEGRE



DONIZETO e Jôão em um valor que tinha a maioria milhões de cruzeiros foram encontrados na residência porto-alegrense do deputado que chegou contra os rios. A direita, ele aponta uma de suas grandes salas.

**O** OUTRO lado da vida do ex-Deputado Leonel Brizola (A Doce Vida), a dramaticamente enriquecido, foi marcado público pelo Major Loui Ribicopoulos, Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul. E, ao final, a aguda realidade não foi movida que qualquer movimento de dinheiro, sua pelo executivo propôs de mostrar ao povo brasileiro como vive o homem que se arrojava em um livro das histórias e que movia com a Presidência da República, "o fim de restaurar o Brasil e criar oportunidades para todos os seus filhos".

Para isso, e para mostrar que a Polícia não poderia aliar de violência, logo no ocupar o palácio da Rua Velhas Ilustres, aos Ministros de Vento, o Chefe de Polícia procurou uma visita de jornalistas ao local, para que verificassem com seus próprios olhos que a revista espanhola por ocasião do ex-parlamentar era infundada, pois a residência estava tal como anos anteriores a lavras ditadas.

Nada foi mencionado aos visitantes. Nada mesmo, inclusive o fato de que vive, com os seus, o Sr. Leonel Brizola, na casa de 31 dependentes e hóspedes, com instalações para duas domésticas, merendeiras diariamente decoradas, com rios latenteis solares, dois jardins de inverno e instalações completas de ar condicionado, bem era o refúgio onde o homem que se apresentava como um simples cidadão se apresentava, das outras.



Essas cenas eram esquecidas com as imagens de quatro aparelhos de televisão e com os sons de duas eletrolas de alta-fidelidade, além de inúmeros e valiosos rádio receptores. Tão luxuoso era o ambiente que um jornalista visitante bradou:

*Vá viver bem assim no diabo que o carregue!*

Embora sem beber, o ex-Deputado não dispensava, para oferecer aos amigos, bebidas estrangeiras (uísque e licores) e os bons cigarros americanos. E ele, que clamava contra a falta de água, dava seus mergulhos numa piscina térmica, sempre cheia, enquanto consideráveis parcelas da população porto-alegrense, nos meses de verão, corriam de um lado para outro em busca de água para a manutenção da higiene doméstica e para preparar sua comida. O ex-Deputado mantinha em casa dois telefones externos, um dos quais já foi retirado pela empresa concessionária dos serviços e será fornecido, como muitos outros aparelhos apreendidos, para quem, de fato, deles necessitar.

Assim vivia o “Comandante”, como o chama o Sr. João Goulart. Não tinha problemas de qualquer espécie, a ponto de ser encontrada vultosa soma, em moeda nacional e em dólares, num armário secreto existente na sala de banhos principal da moradia. Um milhão em cruzeiros e cerca de mil dólares, em notas de diversos valores, arrancaram exclamações espantadas dos policiais encarregados da apreensão, que nunca tinham visto tanto dinheiro fora de um cofre.

Na “*dolce vita*” do Sr. Leonel Brizola, não faltavam os bons ternos e os sapatos de classe, ocupando grandes armários, e nem estavam ausentes as joias oferecidas à esposa, das quais apenas um anel foi avaliado em dez milhões de cruzeiros por peritos da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul.

Embora não exista, ainda, um laudo de avaliação oficial, calcula-se que as joias e os demais valores apreendidos valham, aproximadamente, 60 milhões de cruzeiros. E isto não é tudo, pois foram encontrados vazios diversos estojos, o que indica que muitos anéis, colares e broches foram levados pelos moradores em retirada.

Mas isto tudo não tem importância. O que vale, mesmo, é uma pasta apreendida pelas autoridades, com documentos, que não foi exibida à imprensa. Pessoas idôneas informaram a "*O Cruzeiro*" que seu conteúdo se constitui num libelo tremendo contra o sr. Leonel Brizola e que a sua futura divulgação lançará por terra o mito de sua honestidade. Esses documentos, esquecidos na precipitação da fuga, possibilitaram às autoridades conhecer mais a vida do parlamentar do que ele próprio, que distribuía os encargos a pessoas de confiança e desconhecia o desfecho de muitos. A mesma coisa, aliás, ocorreu no seu apartamento no Rio de Janeiro, como oportunamente será levado ao conhecimento público.

Guardadas as devidas proporções, o sr. Leonel Brizola era um segundo Perón. Explorava, em proveito próprio, a miséria do povo, mas vivia como um nababo, cultivando o "*hobby*" de revoltar as massas, lançando-as contra os que, pelo trabalho, conseguiram situar-se melhor na escala social.

Era um fazendeiro que pregava a destruição dos fazendeiros; um engenheiro que desejava ver seus colegas de profissão, submissamente, trabalhando para o Estado; um deputado em permanente licença, pregando contra seus colegas que, na distante e isolada Brasília, bem ou mal, cumpriam com seus compromissos assumidos perante a opinião pública.

## **A Política Independente e Cuba**

**(Theophilo de Andrade)**

O General Humberto Castello Branco, em entrevista única e exclusiva que me concedeu para os "Diários Associados", no dia da sua eleição à Presidência da República, pelo Congresso Nacional, abordou, entre vários temas, o da política externa do Brasil. Disse muito em poucas palavras:

*A política externa brasileira tem-se apresentado, ultimamente, com o qualificativo de "independente". Mas a independência é inerente à própria soberania da Nação. Se se trata de uma política concebida e pautada dentro dos interesses do Brasil, então é independente. Mas se é para fazer o País caudatário de qualquer bloco, então já não é mais independente.*

A definição é perfeita. Um País soberano e que preza a sua soberania tem de praticar uma política independente. Mas esta independência está condicionada aos interesses da Nação. Não pode ser o capricho de um governante. Tem de tomar em conta a situação política mundial, a posição dos vizinhos e do Continente, a geografia, as origens da nacionalidade, a sua história e a sua tradição, bem como o intercâmbio mercantil, que engloba o comércio propriamente dito, as ligações financeiras e os investimentos. Esta série de fatores cria a interdependência. Porque o Mundo não é composto de compartimentos estanques, mas de Países que têm fronteiras, relações econômicas, diplomáticas e culturais. Dentro deste quadro, é lógico e crucial que a política externa do Brasil tem de ser aquela que vinha sendo praticada desde os albores da independência nacional: comércio com todas as nações que queiram comerciar conosco e ligações diplomáticas e

culturais com aquelas que têm conosco maior afinidade, maior intercâmbio e que nos podem prestar maior ajuda, pelo fato de sermos ainda um País em desenvolvimento e que necessita de tal ajuda.

Foi assim que as nações novas se desenvolveram até chegar a grandes potências, como os Estados Unidos e o Canadá. É assim que também o Brasil há de chegar ao pleno desenvolvimento, dentro da democracia em que aquelas nações, filhas da Europa, se formaram, e em que também se desenvolveu o Brasil, igualmente filho da Europa. Somos todos portadores da civilização europeia, Ocidental e Cristã, para este Continente transplantada.

Foi preciso que este País, graças aos poderes ditatoriais que a Constituição, erradamente, confere ao Presidente da República, caísse nas mãos de um mentecapto, que enganou a seis milhões de eleitores, para que esses conceitos, que não podem sequer ser discutidos, fossem postos de lado, e iniciasse o Brasil, no Mundo, o ridículo de uma política externa "*independente*", que de independente não tinha nada, pois se propunha tão somente a cortar os laços de amizade com o Ocidente, consagrados em tratados solenes.

O Sr. Jânio Quadros, a quem o Alto Comando Revolucionário puniu, com muita justiça, com a suspensão dos seus direitos políticos, entendeu, impelido por uma vaidade mórbida, que, tendo chegado rapidamente à Presidência da República, deveria cobiçar uma posição de destaque mundial. A sua receita era a de escoicear os seus amigos, na política interna, e os amigos do Brasil, na política externa. O seu paradigma passou a ser o Coronel Nasser, cujo retrato pendurou em seu gabinete de trabalho.

Ia tornar-se em um “*neutralista*”, na guerra fria, esperando, simplesmente, ficar a duas amarras. Seria uma atitude sem dignidade, mas que lhe daria fama mundial, pois ele teria a má publicidade que sempre cerca os malucos poderosos. Acolitou-o nessa tarefa estúpida, que feria os nossos amigos externos, sem nos trazer proveito de espécie alguma, o Sr. Afonso Arinos, prole infiel do grande chanceler da Revolução de 1930. Era tudo uma bem montada pantomima de propaganda, sem nenhuma atenção para com os interesses da Nação.

Enquanto, internamente, tomava a iniciativa ridícula de proibir as rinhas de galo, no exterior passou a namorar Fidel Castro, o carrasco do Caribe. E, ao passar pelo Brasil “*Che*” Guevara, o apátrida comunista que serve de ministro e conselheiro àquele, pespegou-lhe, na blusa vermelha de sangue, a mais alta condecoração que possui o País para homenagear os seus amigos: a Grã Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul. O ato foi o símbolo da noite de degradação que o presidente e o seu ministro do Exterior fizeram ir sobre o Itamaraty.

Mas, logo a seguir, meteu-se o louco na aventura da renúncia, que terminou em renúncia mesmo. E por esta forma foi a Presidência da República parar nas mãos do sr. João Goulart, um discípulo e admirador de Juan Domingo Perón, que à época, por iniciativa do próprio sr. Jânio Quadros, andava pela China Comunista, a fazer o elogio das “*comunhas*” de Mao Tsé-tung. Era um pobre primário, que logo se viu envolvido por uma camarilha comunista. Esta esfregou as mãos de contente. O primeiro passo já havia sido dado. Agora, era só prosseguir na política externa “*independente*”, desta feita para levar o Brasil, não mais para o mundo neutralista de Nasser, mas para torná-lo um satélite de Moscou, à maneira de Cuba.

Teve a acolitá-lo, nessa tarefa sórdida de traição a toda a nossa história e a toda a nossa tradição, o sr. San Thiago Dantas que, a despeito de haver começado a vida política nas fileiras fascistas do integralismo, revelou-se um útil agente vermelho. A sua grande hora foi na segunda Conferência de Punta del Este, quando, esquecendo tudo o que disse na Conferência de Santiago do Chile, assumiu a pose de advogado do sanguinário do Caribe, levando o Brasil a sofrer a sua primeira grande derrota no mundo pan-americano. De San Thiago do Chile, passou a ser San Thiago de Cuba. O jogo era de uma duplicidade gritante. Nas conferências internacionais, a nova política "*independente*" passou a ser, de dependência em relação ao bloco dos comunistas e afro-asiáticos. Mas não tão descaradamente partidário que nos impedisse de receber recursos ou conseguir um escalonamento de dívidas dos Países do Ocidente.

A subserviência do Itamaraty, sob a orientação do Sr. João Goulart, chegou ao ponto de esquecermos tratados e amigos e votar sempre com aquele bloco. Mais do que votar, tomar atitudes desrespeitosas, em absoluto desacordo com as normas da cortesia internacional. Ainda agora, já depois da Revolução, a delegação que, sob a chefia do Embaixador Dias Carneiro, foi representar o Brasil na Conferência Mundial de Comércio, acompanhou os comunistas e afroasiáticos quando estes se retiraram do plenário, por haver assomado à tribuna o Ministro dos Estrangeiros de Portugal, o Sr. Franco Nogueira, um homem de grande estatura intelectual, e velho amigo do Brasil. A tanto baixou o Itamaraty. Felizmente, as Forças Armadas, acompanhadas, de início, por seis governadores dos principais Estados da Federação, levantaram-se em armas para, em cinquenta e cinco horas, e sem disparar um só tiro, pôr um ponto final nessa bambuchata.



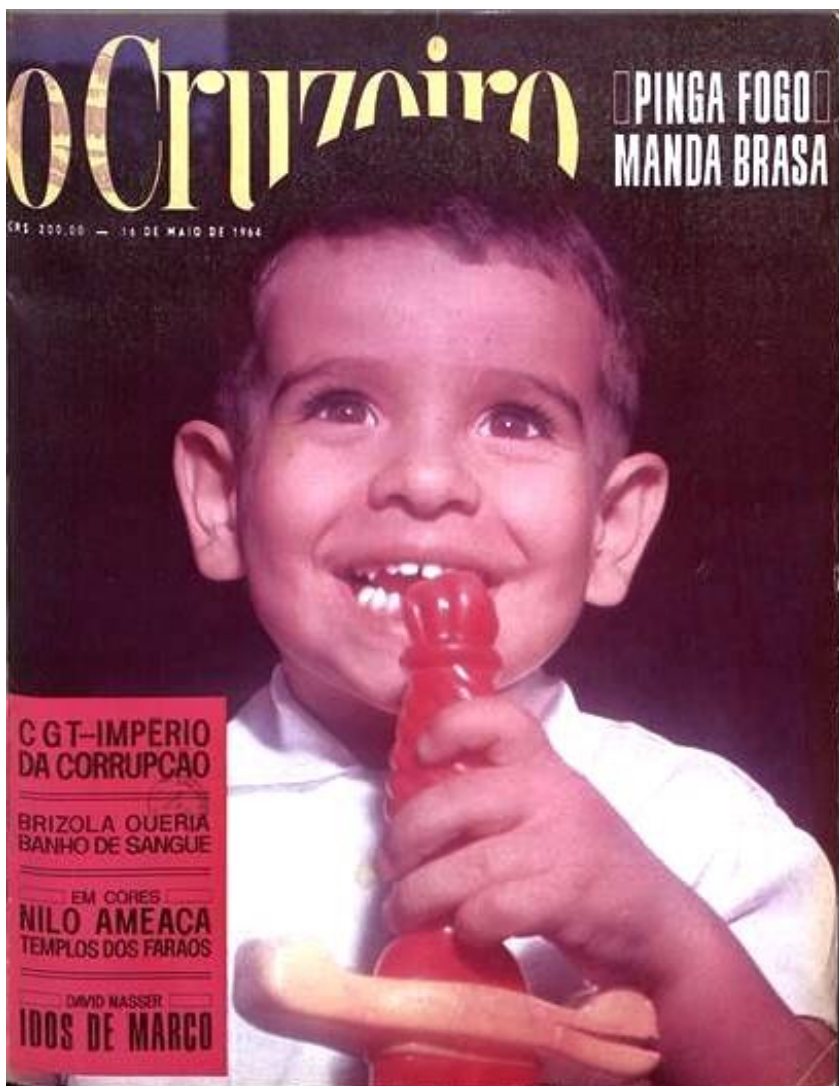
Doravante, a política externa do Brasil terá de ser revista, não para ser dependente de blocos, mas para ser independente, no sentido do interesse nacional, da sua tradição, da sua posição geográfica, da colaboração com os seus fregueses e do fiel cumprimento dos tratados existentes.

Não vamos romper relações com os países comunistas, mas apenas cuidar de que não interfiram na política interna do Brasil. Não vamos adular os afroasiáticos, mas apenas ver que não continuem, como estão a fazer alguns deles, a querer expulsar-nos do Mercado Comum Europeu, através de preferências aduaneiras, danosas aos nossos produtos de exportação, especialmente o café e o cacau. Mas, com um País da América, teremos de romper. Não com o País, propriamente dito, cujo povo nos merece a maior simpatia, mas com o seu governo sanguinário: Cuba. Temos obrigações, decorrentes dos tratados americanos. Temos que acompanhar o resto da América no isolamento da ilha que Moscou transformou em ponta de lança para a propagação da Guerra Revolucionária em nosso Continente. Para que, porém, esse saneamento da política externa brasileira se processe, mister se torna o saneamento do Itamaraty. Para executar a burla da política "*independente*", que era apenas uma orientação de dependência aos acenos de Moscou, como se verificou nesse escândalo da Conferência Mundial de Comércio, o velho palácio tem de sofrer uma verdadeira dedetização, que expulse dali os vendilhões do templo. A casa fora posta de cabeça para baixo, trazendo à tona todo o polme e toda a sujeira que andava guardada nos porões. Os vermelhos petulantes, os ignorantes pretensiosos, os maricas engomados e os corruptos devem ser alijados, de sorte que o Itamaraty volte a ser a Casa de Rio Branco, que tanto respeito havia conquistado, outrora, no concerto internacional.



O Cruzeiro nº 32, Rio de Janeiro, RJ  
Sábado, 16.05.1964

CGT - Império da Corrupção  
(Reportagem de Anver Bilate)



**As** vinculações ideológicas dos líderes da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, a CNTI, no Governo do sr. João Goulart, com os países da área socialista sob controle soviético, foram objeto de uma exposição do interventor naquele órgão, Sr. Armando de Brito, feita na presença do Ministro do Trabalho, Sr. Arnaldo Sussekind, e de sete membros da ORIT que vão fiscalizar a interventoria. Vários documentos de suborno e provas de financiamento estrangeiro às atividades da CNTI, do CGT e da CPOS ilustraram a exposição, assim como a demonstração prática do sistema venal que presidia a existência desses órgãos, fundamentalmente na dependência de favores do Governo.

Só para eleger sua diretoria no início do corrente ano a CNTI despendeu Cr\$ 22 milhões. O Sr. Armando de Brito disse que a situação financeira da CNTI é precaríssima, falta-lhe dinheiro para o pagamento dos seus funcionários, e no entanto, recentemente, os srs. Clodsmith Riani, Dante Pelacani e Benedito Cerqueira "*emprestaram-lhe*", respectivamente, Cr\$ 1,2 milhão, Cr\$ 3 milhões e Cr\$ 3,7 Milhões.

Depois de constituída a CPOS (Comissão Permanente de Organizações Sindicais), ao tempo em que o sr. João Goulart ainda era vice-presidente da República, o ex-Deputado Benedito Cerqueira encarregou-se de controlar o levantamento de fundos, da ordem de Cr\$ 3 milhões mensais, para financiar seus elementos de ligação com entidades sindicais. Agia sob o comando do CGT, fazendo assim o entrosamento, através de laços de corrupção, entre os "*líderes*" dos trabalhadores e o próprio Governo. A CNTI passou a ser dominada pelo CGT e, sob as ordens deste, a gastar fortunas. Várias entidades governamentais que pregavam as reformas de base cotizaram-se e, através da CPOS, "*emprestaram*" 1,5 milhão de cruzeiros para despesas com a caravana que veio de São Paulo assistir ao comício do dia 13 de março.

# CGT-IMPÉRIO DA CORRUPÇÃO

REPORTAGEM DE ANVER BILATE  
FOTOS DE RUBENS AMÉRICO, JOÃO FONTES E JORGE AUDI



O ESTADO-MAIOR do CGT reunido quando tudo, ainda, era ótimo para os pelegos que se escondavam sempre na imagem de Cristo Crucificado.

**A**S vinculações ideológicas dos líderes da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, a CNTI, no Governo do Sr. João Goulart, com os países da área socialista sob controle soviético, foram objeto de uma exposição do interventor daquele órgão, Sr. Armando de Brito, feita na presença do Ministro do Trabalho, Sr. Arnaldo Sussekind, e de sete membros da ORIT que vão fiscalizar a interventoria. Vários documentos de suborno e provas de financiamento estrangeiro às atividades da CNTI, do CGT e da CPOS ilustraram a exposição, assim como a demonstração prática do sistema venal que presidia a existência desses órgãos, fundamentalmente na dependência de favores do Governo.

Só para eleger sua diretoria no início do corrente ano a CNTI despendeu Cr\$ 22 milhões. O Sr. Armando de Brito disse que a situação financeira da CNTI é precaríssima, falta-lhe dinheiro para o pagamento dos seus funcionários, e no entanto, recentemente, os Srs. Clodsmith Riani, Dante Pelacani e Benedito Cerqueira "emprestaram-lhe", respectivamente, Cr\$ 1,2 milhão, Cr\$ 3 milhões e Cr\$ 3,7 milhões.

Depois de constituída a CPOS (Comissão Permanente de Organizações Sindicais), ao tempo em que o Sr. João Goulart ainda era Vice-Presidente da República, o ex-Deputado Benedito Cerqueira encarregou-se de controlar o levantamento de fundos, da ordem de Cr\$ 3 milhões mensais, para financiar seus elementos de ligação com entidades sindicais. Agia sob o comando do CGT, fazendo assim o entrosamento, através de laços de corrupção, entre os "líderes" dos trabalhadores e o

CONTABILIZAÇÃO FISCAL DO TRABALHADOR NA LEZONIA

DESPESA

- Mensalidade de 1953 -

CODIC	CONTAS	FOR. CONTRA O IMPÓSTO SINDIC. REAL	FOR. CONTRA O IMPÓSTO SINDIC. FICTÍCIO	TOTAL
<b>ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>				
211	Serviços .....	15.564.341,40	15.564.341,40	31.128.682,80
212	Departamentos .....	21.553.344,40	21.553.344,40	43.106.688,80
213	Serviços .....	7.050.230,10	7.050.230,10	14.100.460,20
214	Materiais (consumíveis) .....	2.823.113,30	2.823.113,30	5.646.226,60
215	Assistência Cons. Representantes .....	16.442.540,70	16.442.540,70	32.885.081,40
219	Serviços Impostos .....	7.081.539,50	1.081.917,00	8.163.456,50
<b>SUBVENÇÕES INTERMUNICIPAIS</b>				
221	Fundo Social Sindical .....	7.665.099,40	7.665.099,40	15.330.198,80
<b>ADMINISTRAÇÃO SOCIAL</b>				
235	Assistência Jurídica .....	6.775.416,40	6.775.416,40	13.550.832,80
237	Assistência Social .....	345.810,00	345.810,00	691.620,00
<b>ADMINISTRAÇÃO TÉCNICA</b>				
252	Congressos e Conferências .....	2.458.056,40	1.022.749,00	3.480.805,40
259	Assistência Técnica .....	1.515.708,50	1.515.708,50	3.031.417,00

AS VERBAS retroaças do Imposto Sindical eram astronômicas. Aqui, a mostra de uma parcela que era entregue à cúpula do CGT.

Quanto ao material ideológico para formação marxista, indicou o Sr. Armando de Brito que procedia de várias fontes do bloco socialista. Na sala da CNTI estão expostos livros diversos, revistas como "**Novidades de Moscou**", "**Tiempos Nuevos**", e o documento considerado mais importante: um álbum de fotografias tiradas quando do Congresso Sindical Mundial, em Moscou, entre 4 e 16 de dezembro de 1961. Nele aparecem fotos de vários líderes sindicais brasileiros, entre os quais os srs. Geraldo Rodrigues dos Santos (chefe da delegação), Afonso de Lellis, Mulinídio, Armando Ziller. Na exposição figuram também vários **Cadernos do Povo Brasileiro**; flâmulas de organizações comunistas internacionais; cartazes coloridos mostrando a "*obra executada em Berlim Oriental*"; números da revista "**Pequim Informa**" e boletins iugoslavos sobre reforma agrária e atividades sindicais. Também ali estavam dois preciosos vasos chineses pintados a mão, presentes de Mao Tsé-tung ao sr. Clodsmith Riani.

Afirmou o interventor na CNTI que o CGT interferia na formação dos Ministérios e no provimento de cargos públicos de grande importância.

Os homens da CNTI, no Governo Goulart, deixaram os cofres quase limpos. A 31 de março verificou-se ali uma disponibilidade de Cr\$ 2.838.213,50, para uma exigibilidade de Cr\$ 14.752.116,10, enquanto os débitos somavam Cr\$ 2.261.776,70. Só no primeiro trimestre do corrente ano foram feitas despesas no valor de Cr\$ 58.584.813,50 com a diretoria da CNTI, com seus representantes, com as eleições na entidade, e com congressos e conferências. A CNTI, pela sua própria estrutura, vive dos favores governamentais, pois vive do Imposto Sindical, pago pelo trabalhador mas distribuído, sem qualquer controle, pelo próprio Governo, que pode assim exercer sobre ela uma influência decisiva.

Suas despesas vinham sendo feitas sem qualquer critério, desviando-a totalmente de sua finalidade. Com seu dinheiro, por exemplo, o sr. Benedito Cerqueira financiou a ida de membros do CGT a Brasília, cobrando Cr\$ 1.022.749,00 para hospedagem e refeições, num só dia na capital. A nota comprovante está assinada por ele e mais os srs. Geraldo Seixas Patrício e Plácido das Chagas.

Com os chineses Li Pey-hay e Chao Kuo-chiang (agora presos na DOPS) foram gastos, por determinação do CGT, Cr\$ 225 milhões em passagens entre Rio, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Porto Alegre. Em março de 1963 a CNTI forneceu, a título de "ajuda", Cr\$ 150 milhões à CPOS. Outras "ajudas", no valor total de Cr\$ 229,5 milhões, foram feitas aos srs. Roberto Morena, Lauro da Costa Reis, Zacarias Fernandes da Silva e Joel Joaquim dos Santos, para que comparecessem a congressos e reuniões diversas, com as quais, ainda, financiando-as, a CNTI despendeu, só no primeiro trimestre de 1964. Cr\$ 15.564.343,40. No mesmo período figuram registradas "doações" aos Srs. Clodsmith Riani (Cr\$ 1.039.410,50), Francisco P. Chagas (Cr\$ 809.546,30), Júlio Marques da Silva (Cr\$ 692.640,00), Wilson de Barros Leal (Cr\$ 646.464,00), Dante Pelacani (Cr\$ 579.666,00), Benedito Cerqueira (Cr\$ 449.900,00) e Luís Tenório de Lima (Cr\$ 429.900,00).

Somente no churrasco oferecido ao Contra-Almirante Cândido Aragão, quando de sua nomeação para Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, a CNTI gastou Cr\$ 900 mil. Há um estranho registro para essa época em que a entidade nadava em dinheiro: os Srs. Benedito Cerqueira, Dante Pelacani e o Sindicato dos Alfaiates e Costureiros da Guanabara "emprestaram-lhe" respectivamente, Cr\$ 3,7 milhões (05.02.1964), Cr\$ 3 milhões (05.02.1964) e C4 3 milhões (09.03.1964).

## **Documentos Provam que o CGT Esbanjava Dinheiro do Imposto Sindical**

Em contrapartida, por determinação do Sr. Hércules Corrêa, e através do CGT, a CNTI "emprestou" um total de Cr\$ 401.908,00, assim discriminados: Cr\$ 21.598,20 a Sérgio Barbosa; Cr\$ 35 mil a Walter G. Alves; Cr\$ 130 mil a Pedro R. dos Santos; Cr\$ 130 mil a João Mariani; Cr\$ 18 mil a Raimundo Cerqueira; Cr\$ 10 mil a João Firmino Luzia; Cr\$ 5 mil a João Antônio da Costa; Cr\$ 2.700,00 a Denes Neves Gonçalves; Cr\$ 10 mil a Sinval Bambirra; Cr\$ 664,00 a Freymundo Muller; Cr\$ 10 mil a Floriano F. Dezem; Cr\$ 3 mil a Djalma M. Rugeli; Cr\$ 16.938,40 a Luís Tenório de Lima e Cr\$ 9 mil a Fábio M. Lima.

Com essas e outras provas, afirma o interventor na CNTI que os dirigentes sindicais culpados serão enquadrados na Lei de Segurança Nacional e no Código Penal, por corrupção e desvio de verbas, sendo quase certo, frisou, que todos serão processados e condenados pela Justiça.

No caso específico do CGT, o Sr. Armando de Brito procurou mostrar como esse órgão se criou e ganhou força, manipulando verbas imensas para a corrupção e a comunização dos sindicatos, e como levou sua ação, durante o Governo João Goulart, aos estabelecimentos oficiais de crédito, à PETROBRAS, ao DCT e às ferrovias, objetivando maiores facilidades financeiras e o controle dos setores de transportes, de comunicações e de combustíveis. A infiltração cresceu com a criação do Comando-Geral da Greve.

Nas estradas-de-ferro a catequese dirigiu-se principalmente aos maquinistas, que passaram a ser endeadados e ter cartazes de propaganda com grandes retratos em todas as estações das ferrovias.

Com a renúncia do Sr. Jânio Quadros e a posse do Sr. João Goulart, o CGT adquiriu novas forças. Chegou a ocasião de fazer sua primeira experiência. Para começar, programou uma greve de trens suburbanos do Rio de Janeiro. Sem transportes, estaria feita uma paralisação geral do comércio e da indústria. Duas horas antes do início da greve, que seria às 24h00, o Sr. João Goulart mandou um telegrama ao Comando-Geral de Greve suplicando que aguardasse mais alguns dias. Era a senha que na realidade significava: "Manda brasa". De conformidade com os planos pre-estabelecidos, responderam que não era possível porque não havia mais tempo para uma contraordem, resposta essa que significava "tudo OK, a brasa será mandada". A coisa ainda não funcionou muito bem. Era preciso modificar e adotar nova tática. Acelerar a inflação e penetrar mais ainda nos sindicatos, insuflando greves para reajustamentos salariais. Cobrando comissões de 20% sobre os aumentos conseguidos, o CGT carregava para seus cofres verbas astronômicas que eram divididas entre os pelegos e empregadas para subornar diretores de sindicatos.

Foi em torno das Confederações que o CGT se agarrou. Para ali, a Comissão do Imposto Sindical levava as verbas que deveriam ser usadas em benefício dos trabalhadores, mas que eram, criminosamente, esbanjadas em gastos, viagens e programas de agitação.





## **Brizola Queria Sangue**

**(Texto de Tito Tajés)**

**Na** longa série de acontecimentos que culminaram com a deposição do sr. João Goulart, não pode ser ignorada a atuação do General Floriano Machado, comandante da 3ª Região Militar do III Exército. A esse homem, e a ninguém mais, deve o Brasil agradecer por não ter sido jogado a uma Guerra Civil que teria, sem dúvida, consequências desastrosas.

Tudo aconteceu na manhã de 2 de abril, na residência do Comandante do III Exército, refúgio escolhido pelo ex-Presidente que, horas antes, chegara a Porto Alegre anunciando sua disposição de resistir à Revolução deflagrada no Centro do País. Na casa, cercada por tanques e por tropas de infantaria, reuniam-se em uma sala os srs. João Goulart e Leonel Brizola, com os Generais Ladário Pereira Telles, Floriano Machado e Otomar Soares de Lima.

A finalidade do encontro, cujos pormenores foram fornecidos por fonte fidedigna, era coordenar a resistência, que Brizola e o General Ladário Pereira Telles julgavam viável.

Jango foi o primeiro a falar, dizendo:

*Não renunciei à presidência da República. Continuo no exercício da mais alta magistratura do País. Não infringi dispositivo legal nenhum. Tenho o direito de movimentar-me à vontade dentro do território nacional. Estou disposto a resistir. Preciso saber, por isto, quais as Forças Militares que me são leais.*

A resposta do General Ladário Pereira Telles veio imediata e incisiva:

*Todo o III Exército, Presidente.*

Houve breve silêncio e parecia que a sorte do Brasil estava selada, quando o General Floriano Machado solicitou autorização para manifestar-se:

*Dr. João Goulart, V. Ex<sup>a</sup> deverá conhecer a realidade. V. Ex<sup>a</sup> não conta mais com a unanimidade do III Exército. Muitas unidades já manifestaram o seu apoio ao Movimento iniciado em Minas e São Paulo. Não recebem mais ordens do III Exército. O General Ladário possui telegramas em que outras unidades definem sua posição revolucionária. Se o General Ladário ler esses telegramas, V. Ex<sup>a</sup> verá qual é a exata situação do momento.*

Com a dúvida e a decepção estampadas no rosto, o sr. João Goulart pediu as mensagens recebidas pelo comandante do III Exército e as leu. E o General Floriano Machado voltou a ponderar:

*Militarmente, nada mais é possível fazer, presidente. Sinto ter de dizer-lhe estas palavras, que são, entretanto, uma impressão sincera, fundada em razões muito fortes. Os melhores amigos são como os melhores sinapismos: quanto mais ardem, melhores são... V. Ex<sup>a</sup> não deve pensar em resistência, nas condições atuais.*

*A minha missão de fidelidade ao seu governo está terminada, porque cessaram as condições para uma luta de tropas regulares. Já comuniquei ao General Costa e Silva que passaria a receber ordens dele. Falei pelo telefone com o novo Ministro da Guerra. Qualquer outro tipo de luta será a Guerra Civil, será investir contra o Exército, que está unido e disciplinado.*

*Não se iluda V. Ex<sup>a</sup> Certamente, V. Ex<sup>a</sup> ainda ignora que, mesmo em Porto Alegre, há unidades que já não recebem ordens do Comando do III Exército.*

O Deputado Leonel Brizola, que demonstrava impaciência ante a argumentação do General Floriano Machado, interveio:

*Não estou de acordo com as impressões do General Floriano, que tem uma forte dialética. Temos duas soluções a escolher, agora. Ou a luta, ou a retirada para o exterior. O dr. João Goulart vai estabelecer, imediatamente, o seu governo no Palácio Piratini, nomeando o General Ladário para o Ministério da Guerra e, a mim, para o Ministério da Justiça. Vamos providenciar logo papel timbrado da presidência da República, para a lavratura dos atos respectivos. Não aceito as conclusões do General Floriano, que afastam inteiramente a ideia de resistência, quando esta é que se impõe. Apesar da sua forte dialética, entendo que o caminho indicado pelo General Floriano não é o que devemos seguir.*

O General interrompeu-o:

*Não admito que o senhor use de ironia para comigo. Não estou usando de dialética. Estou citando fatos reais. O que possuo é razão forte.*

O sr. João Goulart tomou, então a palavra, explicando ao Comandante da 3ª Região Militar que Brizola não o estava ironizando, mas apenas teria usado uma expressão inadequada. O General Ladário, que ainda não falara, informou que o III Exército possuía farto armamento e munição de guerra, para distribuir entre militares e civis, a fim de desencadear uma ação de rua, guerrilhas e outras atividades. Brizola apoiou-o prontamente, afirmando:

*Isto mesmo! Não importa que muitos digam não haver mais condições para a luta. Se há oficiais que discordam da resistência, haverá, junto de cada um, sargentos que darão cabo deles. Os que reagirem serão eliminados sem vacilação. Comissionaremos sargentos em todos os postos!*

O General Floriano Machado reagiu à ideia, com veemência, sustentando:

*O que o Dr. Brizola prega é a guerra civil. Seria o assassinato de irmãos, o morticínio da população indefesa, a desordem generalizada, a anarquia e a chacina!*

O ex-presidente João Goulart saiu da sala por alguns momentos para avistar-se com dois outros oficiais e voltou, para chamar o General Floriano Machado, para conversar “em particular”. E ouviu, do comandante da 3ª Região Militar, estas palavras:

*Presidente, não posso aconselhá-lo a seguir o caminho traçado pelo dr. Leonel Brizola. É o caminho do crime, o caminho do sacrifício de vidas inocentes, da cidade manchada de sangue de irmãos, da desordem implantada pelos perversos e pelos tarados. Esse menino tem sido o responsável por muitos erros do seu governo. Não permita que se consume o erro mais grave e irreparável de todos! O dr. Brizola vem sendo o instigador das greves, o promotor das agitações, o líder da desordem. Não admita V. Ex<sup>a</sup>, a execução do esquema sinistro que ele propõe. Embora dizendo não ser comunista, tem sido o mais legítimo representante do comunismo no Brasil. Do dr. Brizola, em relação ao comunismo, cabe parafrasear um antigo comandante meu que dizia: "Não é jacaré, tem corpo de jacaré, cabeça de jacaré, perna de jacaré, cauda de jacaré, mas quer que seja colibri..."*

Essa palestra do Sr. João Goulart com o General Floriano Machado devolveu ao ex-Presidente a serenidade que lhe ia faltando e deu margem a esta pergunta:

*Quanto tempo acha que poderei ainda ficar em Porto Alegre, sem ser molestado?*

O General respondeu-lhe:

*Quanto tempo? Aproximam-se de Porto Alegre, vindas pela BR-2, duas colunas sob a chefia dos Generais Amaury Kruehl e Nelson de Mello. Poderão chegar aviões C-82, com tropas de paraquedistas, que se deslocam rapidamente e possuem eficiência conhecida. V. Ex<sup>a</sup> poderá ficar 5 horas, 24 horas e, quem sabe, 48 horas. Não é fácil prever. Mas, as unidades podem chegar a qualquer momento. E V. Ex<sup>a</sup> já sabe qual é a situação das tropas do III Exército...*

Jango fez nova pergunta:

*Da conversa telefônica mantida com o General Costa e Silva, General Floriano, que impressões tem o senhor de suas disposições em relação a mim? Que pretende fazer?*

–Prendê-lo. Afirmou o interlocutor do ex-presidente da República.

Soara a hora da decisão. O sr. João Goulart, há muitas horas sem dormir, encerrou o diálogo:

*Pois, sendo esta a situação, seguirei imediatamente para o estrangeiro. Sou-lhe agradecido pelas suas informações francas e sinceras.*

Com o General Floriano Machado, voltou, então, o ex-presidente para a sala e comunicou sua disposição de deixar o País. Brizola, desesperado, fitou longamente ao General Floriano e disse:

*Um dia haveremos de nos encontrar em trincheiras opostas!*

O General limitou-se a retrucar:

*Não acredito no que dizem.*

A reunião foi encerrada. Prevalecera o bom-senso. O sr. João Goulart, alguns minutos depois, deixou a residência do General Ladário Pereira Telles, rumo ao aeroporto. Contrariando o que dissera, porém, não viajou diretamente para o exterior, manteve-se, ainda, dois dias em território gaúcho, em uma fazenda que tanto poderia ser a sua, em São Borja, como a de algum amigo. Os generais retiraram-se para o Quartel General do III Exército, para aguardar instruções do novo Ministro da Guerra, não sem antes determinar aos seus comandados que preservassem a cidade e a população dos grupos de agitadores que, nas ruas, tentavam promover desordens e depredações.

Enquanto isto, remoendo o seu ódio, Brizola ficou sozinho. Alguém o viu, às primeiras horas da tarde de 2 de abril, saindo de casa, armado. Tomou um carro e sumiu. Para onde foi? Este é o grande enigma, que a Polícia e o Exército tentam decifrar. Sobre ele, apenas uma coisa é certa: está em território nacional, como uma fera acuada, segundo muitos de seus ex-assessores, preparando o revide.

Mas as autoridades o esperam, decididas a impedir que o sangue do povo brasileiro seja derramado numa guerra entre irmãos, insuflada por um inconsequente.

**O que você precisa, cara, é de uma Revolução como a minha**



## **Revolução Ganha Caráter com a Nova Constituição**

O processo político brasileiro passou a depender da prometida Reforma da Constituição. E essa Reforma, segundo as indicações, poderá resolver todo o quadro brasileiro, abrir novas perspectivas e, sobretudo, reformar e reformular as bases nacionais, inclusive as partidárias. O Marechal Humberto Castello Branco não é um homem frio e insensível. Por trás da sua aparência de rígido militar, os que com ele convivem testemunham a existência de uma personalidade afável, paciente e sentimental. Mas, por outro lado, isso não quer dizer que não seja um obstinado, quando se trata de alcançar um objetivo. É um homem que escuta e, também, seguindo norma geral a todos os que tiveram a sua formação, delibera vagarosamente, mas executa tudo com a maior rapidez.

Nessas condições, sabem os políticos que a sua ida para a chefia suprema da Nação não será para ocupar um período transitório, refugiar-se apenas por trás da faixa presidencial, uma ocupação puramente simbólica do mais alto posto do País. Ao contrário, pelo que se pode observar nos meios políticos, há uma expectativa generalizada, alcançando e inquietando áreas da própria UDN.

A reforma da Constituição, que na opinião geral e no desejo de muitos deve ser drástica no que respeita aos problemas econômicos e financeiros, será, realmente, uma reforma mais profunda e mais séria do que aquelas preconizadas anteriormente, por demagogia. Atingirá também dispositivos políticos da Carta Magna, aqueles dispositivos que formam o instrumental do funcionamento básico do regime. Nessas condições, o Congresso, que tem sofrido o desprezo dos últimos governantes, mas que tem reagido para soprá-los do quadro político, na hora própria, procura, desta vez, orientar-se melhor nesse período ainda marcado pelo clima revolucionário.





As cassações de mandatos e as puras suspensões de direitos políticos poderão significar pouco diante do que alguns líderes partidários esperam. No caso mais exemplar, mostram o que poderá ser uma reforma do Código Eleitoral, sobre o qual recai, de acordo com as acusações, a culpa pelas distorções e os erros na escolha dos dirigentes e dos representantes do povo, em todos os planos da política, desde o federal até o municipal, sob o agudo clima da demagogia ou da influência do poder econômico.

Em primeiro lugar, segundo tudo indica, virá a emenda modificando as normas da eleição do Presidente da República. A partir de 1945, quando da redemocratização, seguindo ainda as diretrizes revolucionárias de 30, manteve-se a consagração do voto direto e secreto em todas as eleições. Numa medida crescente, os candidatos foram-se tornando autônomos dos partidos, sufocando-os com a defesa de programas inadequados à realidade nacional.

Esse processo culminou com a eleição do sr. Jânio Quadros, em 1960. Foi o ponto máximo da degradação dos partidos. Restou como reflexo daquele mundo de poder político, depois da última sucessão presidencial, apenas o Congresso Nacional. O desdobrar dos acontecimentos, a renúncia de Jânio e a deposição de João Goulart não modificaram muito o panorama para os partidos.

Na verdade, na medida em que os candidatos à sucessão de 1965 se consolidavam, numa tenaz luta contra a indiferença do último ocupante do Palácio do Planalto, retomavam os partidos políticos aquelas posições tradicionais. Recompunha-se, velozmente, um quadro que parecia o tradicional: Lacerda pela UDN, Juscelino pelo PSD e Adhemar pela força da sua capacidade de aliciar eleitores para o PSP. Tudo isso, porém, se esboroou diante de uma nova realidade.

O Congresso, os clássicos processos políticos não impediam a infiltração comunista na administração nacional ou preservavam o organismo político de infecções perigosas, a despeito da resistência dos Srs. Carlos Lacerda e Adhemar de Barros às práticas políticas do Sr. João Goulart.

Veio o 1º de abril e o cautério do Supremo Comando Revolucionário, o expurgo do que era daninho ao regime: o comunismo e a corrupção. E essas são as duas tônicas predominantes, ainda que se faça críticas à aplicação dos remédios revolucionários, aos métodos empregados para aqueles fins.

Agora, mostra a linha dos acontecimentos que, mais suavemente, porém com maior eficiência, a Revolução, procurando normas de comportamento jurídico-constitucionais através da coordenação do Ministro Milton Campos, atingirá os mesmos objetivos, porém com maior impacto.

A eleição indireta do Presidente da República será, então, o meio de evitar que o candidato seja um homem liberto dos partidos ou deles se servindo apenas como veículos de suas ambições políticas. Mas, por outro lado, se o Congresso tiver que ser o instrumento principal, a peça mestra da escolha do Presidente da República, ele terá também que ter meios novos para a sua constituição.

E a renovação, pelas indicações da influência que deverá ter o Ministro Milton Campos, atingirá a fundo o problema. No caso, por exemplo, de se adotar a eleição do deputado por distrito, estará abalado o atual sistema no que lhe é fundamental. O candidato à deputação federal terá que ter outro comportamento diante do eleitorado. E este não será mais aquele, indefinido, anônimo, manipulado pelos cabos eleitorais, mas, sim, pela influência direta do candidato em seu íntimo círculo eleitoral, com o qual terá que identificar-se profundamente, pessoalmente.

Um Congresso armado por tal processo e com a obrigação de escolher o Presidente da República refletirá, no pensamento dos entendidos, com maior segurança, a realidade nacional, os anseios e as aspirações de um País marcado pelas distâncias e as diferenças geográficas.

A partir desse ponto, abre-se a perspectiva da reformulação partidária. PSD, UDN, PDC, PL serão partidos tragados pela voragem de uma reforma profunda. E se marchará, por outro lado, para a depuração automática da representação, com os obstáculos naturais que serão postos à infiltração dos comunistas nas grandes legendas.

Na verdade, não se entendia como o deputado Marco Antônio, comunista a descoberto, tinha como suplente, na chapa do PSD da Guanabara, o General Mendes de Moraes, anticomunista notório. E numerosos são os exemplos dessas contradições políticas, desde que se faça um exame da situação em todos os Estados.

Vem, em seguida, para o encaminhamento de uma reforma constitucional e eleitoral, a constatação de que há erros a serem desfeitos na Carta de 1946, Carta que envelheceu, deteriorou-se nos últimos anos, por força de acontecimentos e fatos inteiramente novos na política e na economia brasileiras.



## **Os Sindicatos Rurais**

**(Rachel de Queiroz)**

**Lê-se na imprensa, não sei se a notícia é tendenciosa, algum balão de ensaio dos interessados, que é pensamento do Governo Revolucionário manter os sindicatos rurais, expurgando-os apenas das suas direções comunistas. Ninguém discute do direito e mesmo da necessidade que têm as massas rurais de se organizarem: o que, entretanto, já não parece tão evidente é a sabedoria da medida que mantivesse a estrutura desses sindicatos, mudando-lhes apenas os cabeças.**

Se há obra que é inteiramente, totalmente, resultado do trabalho paciente, cuidadoso, deliberadamente estudado, do Partido Comunista Brasileiro, essa obra foi a sindicalização rural. Começaram os comunistas da estaca zero, da terra virgem, da selva bruta; deles foi a ideia, iniciativa, a realização. E se o movimento não lhes obteve maiores e mais imediatos resultados, demos graças a Deus aos vícios da organização interna do PC, às suas dissensões, aos choques das ambições e à corrupção dos prepostos utilizados, aos erros estúpidos e primários que eles sempre cometem na sua presunção de infalibilidade, enfim, ao conjunto de causas e efeitos que tem retardado e em outros casos impedido o avanço da pregação comunista no resto do Mundo.

Eles podem orgulhosamente dizer, como diziam, que nesse terreno rural começaram do nada. Na sindicalização industrial e urbana a sua tarefa era outra: tinham que fazer abordagem, e assalto como piratas, das organizações já existentes, algumas com passado democrático conhecido, habituadas à resistência anti-comunista e a sua vitória, nesses combates de corsários, deveu-se principalmente à cumplicidade e ajuda que lhes dava a máquina oficial, principalmente no Ministério do Trabalho, tradicional valhacouto de comunas e pelegos, e, no período janguista, cidadela exclusiva deles.

Os organismos sindicais que resistiam ao avanço comunicante não teriam evidentemente forças para enfrentar esse avanço quando ele tinha como cabeça de lança o próprio governo da República. Mas embora vencida, nunca deixou de haver dentro dos velhos sindicatos urbanos uma corrente de resistência democrática, corrente que poderia mesmo ser majoritária, não fosse a tradicional displicência das majorias que costumam deixar a direção às minorias atuantes e agressivas. Contidas essas minorias, a resistência democrática poderá de novo assumir a direção do movimento sindical, dando-lhe orientação segura e ortodoxa.

Já nos sindicatos rurais não há quadros capazes de lhes dar direção democrática, porque neles nunca se soube o que é democracia. São organismos unicamente destinados à agitação e à luta armada, criação exclusiva que foram do Partido Comunista, quer por meio dos seus agentes diretos, quer por via dos seus simpatizantes e aliados ocasionais.

Foi um movimento que jamais obedeceu às ideias tradicionais dos programas de sindicalização democrática, visando ao benefício, à união e à defesa dos seus associados. Seu fim era exclusivamente agitational. Seu aliciamento visava apenas a obter recrutas para a rebelião e a guerrilha. Sua pregação era toda feita à base de slogans comunistas e "*palavras de ordem*". Sua organização carecia de qualquer tintura democrática, era igual à quaisquer outras organizações de base comunista, necessariamente discricionária, autoritária, burocrática (no sentido stalinista que tomou essa palavra). Os camponeses, que eles também chamavam "*campesinos*", à cubana, não tinham direito de discussão, de voto, de opinião; nem sequer de esclarecimentos quanto à política da organização, ou ao destino dado às suas contribuições monetárias, relativamente ponderáveis: "*jóia*" de entrada de cinco contos, mensalidades de quinhentos, mil, ou mais cruzeiros.

Onde andar esse dinheiro? Em geral os camponeses não conheciam pessoalmente os mentores dos seus sindicatos, que se trancavam numa cúpula fechada e ditatorial de revolucionários profissionais. Seus "contatos" eram os agitadores teleguiados por aquelas cúpulas, os manobreiros das massas, homens que em geral nunca tinham plantado um pé de milho ou criado um bode, mas capazes de obrar uma pregao revolucionária tosca, porém efetiva. Fazia-se essa pregao  base de promessas de posse imediata das terras que cobijassem, e propositadamente os agitadores estabeleciam confusão entre o programa clássico de sindicalizao e a chamada "reforma da Supra", incitando os trabalhadores da terra  invasão,  posse por rebelião, passando por cima do Congresso, da Constituio e suas leis "obsoletas" e "reacionárias".

As injustiças sociais, de que so notoriamente vítimas os nossos trabalhadores rurais, eram exploradas e declamadas, mas nada de positivo se tentava para remedi-las, antes o que se queria era exacerbá-las até que se tornassem de todo intoleráveis. Nada se fazia no sentido da defesa real de direitos do trabalhador, de assistência aos associados, de discussões objetivas com os patrões. As próprias "cooperativas" rurais, por eles organizadas, não tinham finalidade de produo nem de melhoria econômica dos sócios. Em vez de implementos agrícolas adquiriam armamento de guerra, material de propaganda e até fardas para seus associados. Os "instrutores" dessas cooperativas não eram agrnomos nem veterinários, eram guerrilheiros diplomados em Cuba e na China, professores de agitao e luta armada.

Para se fazer o saneamento da má semente, há pois, que se começar tudo de novo. A própria palavra sindicato está hoje profundamente comprometida ante a massa rural. "Gente de sindicato", para os sertanejos, quer dizer os ressentidos, os cabeças de

motim, os promotores da desordem, os agitadores da pobreza. A ideia de sindicato está profundamente confundida, na inteligência dos homens do campo, com o languíssimo, os pelegos, os promotores de uma "guerra" que de modo geral os assustava e repeliam, mas que lhes diziam inevitável. Eram a única presença de governo que conheciam, esses sindicatos fundados, inventados, comandados por aventureiros a soldo do comunismo. Se eles continuarem, para o povo do interior será o mesmo que o janguismo, com a sua corrupção e a sua agitação daninha, também continuar.





O Cruzeiro nº 37, Rio de Janeiro, RJ  
Sábado, 20.06.1964



Por quê Deixamos Jango Fugir  
(Coronel Gustavo Borges)





Na edição anterior, relatamos os principais acontecimentos do dia 31 e as primeiras horas da madrugada do dia 1º. Após algumas horas de sono, acordamos por volta de 07h00 com notícias animadoras. As tropas de São Paulo marchavam em acelerado pela Via Dutra, com adesão assegurada de todas as unidades ao longo do Vale do Paraíba. A Academia Militar das Agulhas Negras, com sua tropa de elite formada pelos "*Cadetes de Caxias*", fora a primeira a aderir e, antes mesmo de receber ordens, ocupara pontos estratégicos na Estrada Rio-São Paulo com todos os seus efetivos e armamentos em posição de combate.

Ancora conseguiu mobilizar mais algumas tropas da Vila que, ao nascer do Sol, tomaram a direção de São Paulo. Mas, pelos informes oriundos de sua oficialidade, era provável a adesão tão logo estabelecessem contato com as tropas do Gen. Kruel. Uma RP e elementos do DOPS, lançados ao longo da Rio-São Paulo, mantêm-nos informados do deslocamento e da composição da Força.

Às 03h30, o General Fernando Cavalcanti, diretor do Centro de Controle, dirigira-se numa RP para o 1º BCC, o Batalhão de tanques sediado na Av. Brasil, em frente ao Instituto de Manguinhos. Lá chegando, transmitiu apelo do Gen. Sá Tavares para seu Comandante aderir à Revolução e fornecer um pelotão de tanques para a proteção do Guanabara. Em resposta, é informado de que a unidade já não mais obedecia a Jango e estava sob o comando do General Costa e Silva. Este, consultado, decidiu ser inconveniente fracionar a unidade cujo emprego, compondo poderoso "*Grupamento Tático*", poderia vir a ser necessário. Julga impossível um ataque ao Guanabara: a defesa deste já estava suficientemente forte e nem o I Exército nem Aragão possuíam mais condições para desencadear qualquer agressão ou ataque ponderável.

## O Desenlace no “Front” Mineiro

O primeiro contato entre as Forças do 1 Exército e as tropas mineiras ocorreu às 23h00 de ontem, dia 31. Era o 1º Batalhão de Caçadores frente ao Destacamento Tiradentes, este sob o comando do Cel. Linhares, herói da FEB; e aquele, do Cel Kerensky, de ideologia um tanto rosada, a despeito do nome.

Gradualmente, os oficiais comandantes das subunidades e, finalmente, até o Estado-Maior de Kerensky, foram aderindo ao Destacamento Tiradentes. Cerca de 01h30 do dia 1º, Kerensky totalmente abandonado por seus oficiais, sargentos e soldados regressa melancolicamente ao Quartel em Petrópolis.

À 00h00 de hoje, 1º de abril, o 1º RI, Regimento Sampaio, também sofreu processo de desintegração semelhante, sendo o seu comandante conduzido à presença dos mineiros, sob a mira das pistolas .45 de dois capitães.

Às 02h00 horas, completava-se a adesão do Grupamento Tático lançado contra Minas, à exceção de duas companhias do 3º Regimento, Niterói, que permaneceram obedientes ao Comandante do Grupamento, o Gen Cunha Mello, notório esquerdista. Ao se sentir sem forças, Cunha Mello telefonou de um posto na Estrada União e Indústria para Mourão, em Juiz de Fora. O diálogo foi penoso. Confrontado com o “*ultimatum*” de rendição incondicional, Cunha Mello preferiu a retirada solicitando, com humildade, que a tropa mineira mantivesse certa distância na sua perseguição, “*para não ficar muito feio*”...

Enquanto isso, no Palácio Guanabara, os voluntários da “*defesa a qualquer preço*” haviam engrossado suas fileiras de maneira edificante. Generais da ativa e da reserva compareceram fardados em grande número.

O Presidente do Tribunal de Justiça e seu filho lá estavam impassíveis, apoiados em metralhadoras, pacientemente aguardando ordens, sem nada perguntar. O Marechal Eduardo Gomes, grande número de deputados federais e estaduais, jovens estudantes, intelectuais respeitáveis, todos com cara de “*desta vez ou vai ou racha*”...

### **Manhã de Pasmaceira**

Às 08h00, 40 fuzileiros ocupam a “*Tribuna da Imprensa*”. Na mesma ocasião, alertada por prenúncios de distúrbios, a PM desloca alguns choques para a área do Caju e vasculha os estaleiros da Ishikawajima. Tudo volta à tranquilidade.

Súbito, uma grande notícia: o Forte de Copacabana aderira de forma definitiva, e estava disposto à luta! Mas o Comando da Artilharia de Costa, a poucos metros do portão do Forte, continuava com veleidades de combater a Revolução e expedia ordens de deslocamento para o 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, quartel no Leblon, com vistas a um possível ataque ao Forte. Os oficiais agrupados nas Escolas de Estado-Maior do Exército e Superior de Guerra irritam-se e começam a planejar a tomada daquele Comando.

### **Rompe-Se o Equilíbrio e Desaba o Governo**

Às 12h30, o Cel. Cesar Montagna e seus colegas da ECEME e da ESG estancam, repentinamente, seus carros em frente ao Comando da Artilharia de Costa, ao lado da TV Rio, convergem de várias direções, um sentinela é derrubado a tapa, algumas rajadas de INA e tiros de .45. A nosso ver, foi a ação decisiva para provocar o desmoraonamento total e rápido do “*dispositivo*” de Assis Brasil, sem a qual é provável houvesse corrido muito sangue de brasileiros inocentes.

MINISTRO da Guerra, de Saravalia, informou de 21 de março, o General Costa e Silva exigiu pessoalmente ao Sr. Paulo, uma entrevista coletiva, que "deveria ser o momento de apontamento que dá o Sr. Costa, Diretor do Departamento de República no Brasil e responsável pela de resolução".



"OPERAÇÃO SALAME" III (FINAL)

PELO CORONEL GUSTAVO BOGES (SECRETÁRIO DE SEGURANÇA DO ESTADO DA GOIABARA)

FOTOS DE INALÉCIO WANDERLEY, LUIZ CARLOS BARRETO E ANTONIO KONK

POR QUE DEIXAMOS JANGO FUGIR

oCruzeiro EXCLUSIVO



NA CIVILIDADE, insurreição do Clube Militar, o único incidente de que resultaram algumas vítimas. Retorno de um episódio isolado.

**N**A RESERVA anterior, relatamos os principais acontecimentos do dia 21 e as primeiras horas da madrugada do dia 1.º. Após algumas horas de sono, acordamos por volta de 7 horas com notícias anticlericais. As tropas de São Paulo marchavam em sentido para Vila Militar, com o objetivo de atacar a Academia Militar das Agulhas Negras, com uma tropa de elite formada pelos "Camões de Cristo", para a primeira a aderir e, após mesmo de receber ordens, ocupar pontos estratégicos na Estação São-Jão Paulo sem levar as suas efetivas e armamentos em direção do combate. Ancora o General mobilizar suas próprias tropas da Vila que, ao saber do fato, tentaram a direção de São Paulo. Mas, pelas informações obtidas de sua fidelidade, era provável a adesão das forças rebeldes. Chegamos então com as tropas do Gen. Kraus. Uma RP e o batalhão do DCPM, lançados ao longo de São-Jão Paulo, mobilizaram-se imediatamente do Departamento e da organização da Fôrça.

7.30 horas de manhã — General Fernando Cavalcanti, Diretor do Centro do Controle, dirigiu-se numa RP para o 1.º BCO — o batalhão de tanques sediado na Av. Brasil, um fronte ao Instituto de Mangueiras. Lá, o General, transmitiu ordem ao Cpt. Sá Travençolo para sua Companhia aderir à Revolução e fazer com que o período de tempo para a proteção de Guanabara. Em resposta, é informado de que a unidade já não mais obedecia a Jango e estava sob o comando de

General Costa e Silva. Este, consultado, decidiu ser imediatamente transferir a unidade para o quartel, acompanhado pelo General "Dirigente Tático" Roberto via e ser necessário. Julia conseguiu um táxi para Guanabara; a defesa não já estava imediatamente forte e sem o 1.º BCO não houve nenhuma mais condições para desarmar qualquer ação ou ataque posterior.

O DESENHAR NO "FRONT" MINERO

O primeiro contato entre as forças do 1.º BCO e as tropas militares ocorreu às 23.00 horas de ontem, dia 21. Era o 1.º Batalhão de Cavalaria frente ao Destacamento Tridimensional, sob o comando do Cpt. Lúcio, filho de FZB, e sob o comando do Cpt. Roberto, de origem de uma família de nome. O Destacamento, de origem com o nome de batalhão de Infantaria, até o Batalhão de Cavalaria, foram aderidos ao Destacamento Tridimensional. Cerca de 1.30 do dia 1.º, Kerriky imediatamente abandonado por esta unidade, seguiu e acabou regressando imediatamente ao Quartel em Vila Militar.

A 0.00 hora de hoje, 1.º de abril, o 1.º BCO (Regimento Independente) também sofreu processo de desintegração semelhante, sendo o seu comandante confiante à presença dos militares, sob a mira das pistolas de dois capangas.

Isto porque, durante toda a manhã, debruçados em mapas e croquis, dentro do Palácio das Laranjeiras, Assis Brasil e Jurema arquitetaram planos sanguinários de ataques kamikaze ao Guanabara e aos prováveis QGs secretos dos Generais Castello Branco e Costa e Silva. E para isso contavam com o 8º GMAC e com as fortalezas.

A notícia do golpe do Cel Montagna estourou no Laranjeiras como uma bomba. Jurema e Darcy Ribeiro, até então correndo de um microfone a outro, lançando ao ar o estímulo à Guerra Civil e à baderna, ficam abúlicos. A Corte palaciana sente que as coisas, subitamente, não vão bem. Começam a abandonar o prédio como ratos de navio soçobrando.

Jango manda preparar a fuga. Vários carros são mobilizados sendo que a Mercedes presidencial irá na frente, vazia, "*para despistar*"...

As tropas de fuzileiros e da PE, ainda guardando o Palácio, recebem instruções para desimpedir a Rua das Laranjeiras, o Largo do Machado e a Rua do Catete, até a Glória. Nessa faina, nossa pequenina e frágil Radiopatrulha nº 8-102, passeando "*distraída*" pelo Largo do Machado, é aprisionada pelos fuzileiros e encaminhada ao oficial do Exército, Comandante da Guarda, dentro do Parque Guinle, onde fica o Palácio. Mal sabiam eles... como veremos mais adiante.

### **A Fuga de Jango**

Às 14h00, Jango embarca em um Volkswagen que segue atrás da Mercedes. Outros carros não oficiais completam o cortejo. Desce pela Rua das Laranjeiras, passa pelas vistas dos nossos "*observadores*", colocados por trás das tropas garantindo o trânsito livre.

O “*Viscount*” presidencial, estacionado desde a manhã ao lado do hangar da 3ª Zona Aérea, no Aeroporto Santos Dumont, estremece, as turbinas silvam e, do alto de um edifício no centro da cidade, assistimos a decolagem. Que importa a fuga, o principal era não derramar sangue inutilmente. Para nossa surpresa, duas horas mais tarde surge a notícia da chegada a Brasília. Até hoje não entendemos essa escala como manobra para tentar uma resistência desesperada. Só podemos admiti-la como tendo o objetivo de arrecadar pertences, documentos e dinheiro.

Por volta das 22h00, nova decolagem, desta vez com grande acompanhamento, em vários aviões. Na madrugada seguinte, chegaria à Porto Alegre para esboçar uma resistência insensata. Sem resultado. Seu destino é mesmo o exílio, para lá gozar o dinheiro surrupiado à Nação, na mais perfeita imitação de Perón, seu pai espiritual e modelo de todas as horas.

### **Retorno da Secretaria e Baderna na Cinelândia**

Não pudemos apurar, até hoje, quais as mãos milagrosas, mas o fato é que, após o meio-dia, as linhas telefônicas rompidas começaram a ser remendadas e, aos poucos, os telefones da Secretaria de Segurança e do Palácio Guanabara vão ressuscitando. Determinamos a volta de nossa equipe às dependências da Secretaria, no Quartel da Rua Evaristo da Veiga, e o restabelecimento da aparelhagem de rádio.

O Gen Silva Barros e sua turma de técnicos e mecânicos repete o milagre da véspera: em 15 minutos está tudo novamente funcionando nos locais de origem. Esse oficial, diretor do Departamento de Telecomunicações da Polícia, primou sempre pela presteza nas providências, associada à incrível economia de palavras. Recebida a ordem de missão em termos lacônicos, não fazia perguntas nem comentários, e zás!

Reinstalados na Secretaria, já estávamos tranquilos quanto a qualquer hostilidade de envergadura, pois o I Exército estava neutralizado ou a pique de passar a obedecer integralmente ao Gen Costa e Silva. Mas persistia o perigo de ações isoladas, seja de Aragão, seja de terroristas manipulados criminosamente pelo CGT.

Nosso temor começou a se concretizar com a informação de que, na Cinelândia, fora iniciado um ataque ao Clube Militar por elementos civis não identificados. Oficiais, de dentro do Clube e das janelas do Estado-Maior das Forças Armadas, Palácio Monroe, reagiam a bala. As 14h00, despachamos dois choques da PM para dissolver as arruaças a qualquer preço. A tropa ocupa a praça, distribui gás e cassetete e os ânimos serenam temporariamente. Momentos após, chegam choques da Polícia do Exército e a PM se retira. Os terroristas ensaiam novo ataque, algumas rajadas de metralhadoras e a ordem é restabelecida à custa de duas vidas de brasileiros mal informados. Como sempre, os comunistas açulavam e os inocentes pagavam.

### **A Adesão dos Tanques**

Cerca das 14h30, o oficial-de-gabinete, encarregado de ouvir a Rádio Mayrink Veiga, dá o brado esperado: saiu do ar! Dois oficiais de Marinha, apenas dois, enfrentaram a guarda de fuzileiros e ocuparam a estação, mais pela força moral do que pela das armas. Depois era a vez da Rádio Nacional: tropas e tanques, já sob o comando de Gen. Moniz Aragão, haviam cercado o prédio dos trans-missores e aprisionado a fôrça de fuzileiros lá postada.

As 15h00, a RP nº 8-102 rodava pela Rua do Catete em direção à Rua das Laranjeiras, esquina de Pinheiro Machado, para adensar mais ainda nossa rede de observação em torno das tropas defendendo o Palácio Presidencial.

Ao entrar no Largo do Machado, foi cercada por uma patrulha avançada de fuzileiros, que prendeu os Guardas da tripulação e os conduziu, com veículo e tudo, até o Parque Guinle. Lá, os vigilantes foram desarmados e encaminhados ao oficial-de-dia da Guarda do Palácio, um 1º Tenente do Exército. Passam-se alguns minutos e os vigilantes começam a puxar conversa com o Capitão Comandante dos fuzileiros. Sentem-se constrangidos por terem sido desarmados e pleiteiam a liberdade. O oficial fuzileiro, mais constrangido ainda, sugere uma “saída” discreta, concordando em fazer “*vista grossas*”.

Mas faltava transpor a barreira de tanques do Exército, do lado de fora do portão do Parque. Nova “*conversa mole*” e o Tenente Comandante do Pelotão condicionou a passagem da RP ao compromisso de honra de que os vigilantes iriam ao Guanabara negociar a rendição dos tanques às Forças de Defesa do Palácio e, caso não conseguissem êxito, retornariam à condição de prisioneiros do Laranjeiras.

Assumido o compromisso, e já dentro das linhas estaduais, os patrulheiros relatam o fato a um oficial do Exército. Incrédulo, este pede a presença do Tenente dos tanques. Volta a RP, novo “*papo*” e o Tenente é trazido dentro do carrinho. Conversam os dois oficiais do Exército, a RP reconduz o Tenente ao Laranjeiras e começa o deslocamento dos tanques em direção ao Guanabara, em coluna encabeçada pela agora triunfante RP!

O povo que, nas vizinhanças do Laranjeiras, era predominantemente janguista, começa a aplaudir o “*ataque ao Guanabara*”. Já próximo do viaduto de acesso ao túnel para o Catumbi, o Tenente Comandante dos tanques se irrita com a gritaria e manda sejam os canhões girados para trás, apontando-os



para a massa ululante. Alguns segundos de estupefação e os comunistas compreendem haver caído num logro. Vaias e apupos surgem, logo abafados pelos aplausos dos moradores e defensores do Guanabara. Abrem-se as linhas de defesa da PM e dos "azul-e-branco". Rodeado por populares delirantes de entusiasmo, os tanques desfilam pela Rua Pinheiro Machado até fazerem alto em frente às escadarias do Palácio. O Governador. Avisado, não contém a emoção!

Heróis do episódio: O guarda da PVG nº 1.283, Antônio Crispim, e seus colegas de guarnição!

### **A Tomada do Ministério da Marinha**

Durante toda a noite, os oficiais da Marinha, que se haviam negado a comparecer aos navios desde o episódio dos marinheiros nos Metalúrgicos, articularam a retomada do Edifício do Ministério e da Ilha das Cobras. Aos poucos, foram conseguindo armamento e montaram um plano de ação. Ante a total desmoralização do Almirante Paulo Mário, caracterizada pela deserção de seus oficiais-de-gabinete, reuniram-se os Almirantes Rademacker, Levy, Vampré, Mello Baptista e Zenha de Figueiredo, decidindo desencadear a ocupação ao cair da tarde.

Por volta das 17h00, acompanhados de um grupo de oficiais à paisana e armados de metralhadoras, os Almirantes penetram no Ministério pela porta da frente: ninguém tem coragem de se opor. Repetia-se o fenômeno do Ministério da Guerra, quando da saída dos Generais Castello e Costa e Silva. Seguem diretamente para o Gabinete do Ministro e lá encontram o Almirante Paulo Mário, sozinho e melancólico. Participam-lhe haverem assumido o comando da Marinha e convidam-no a se recolher à residência. Sem condições de reagir, Paulo Mário submete-se silenciosamente.

Rapidamente são substituídos os comandos mais importantes, quer na Armada, quer no Corpo de Fuzileiros e, por volta de 23h00 toda a Marinha já está obediente ao Comando Revolucionário.

### **Alegria Popular e Extinção dos Últimos Focos**

O silêncio das duas difusoras líderes da provocação comunista, a "*Mayrink*" e a "*Nacional*", já fizera o povo entender que a vitória democrática estava próxima. A notícia da adesão dos tanques à defesa do Guanabara alastrou-se como fogo em pasto seco. As ruas se enchem de gente, comemorando com espontânea alegria.

Os comunistas da UNE sabem da enorme massa de documentos comprometedores amontoados, ao longo de vários anos de conspiração, no prédio da Praia do Flamengo. Não há como retirá-los agora. A solução é o incêndio. Populares, não se lembrando da importância que teria futuramente a preservação desses documentos, deixam extravasar sua indignação ajudando a propagar o fogo. Alertados, enviamos socorros reforçados dos Bombeiros e equipes do DOPS para tentarem salvar alguma coisa. Tarde demais para os Bombeiros, mas os policiais conseguem retirar alguma documentação, preciosa para comprovar perante a Nação a espantosa corrupção e a conspiração subversiva que ali tinham seu QG.

Das 18h00 às 21h00, o DOPS, garantido pela PM, ocupa ou interdita os sindicatos sob o domínio dos comunistas: Têxteis, Metalúrgicos, CGT, Aeroviários foram os principais.

Às 21h30, a PM interdita o famigerado ISEB e o Instituto Nacional do Livro, transformado em imensa editora comunista pelo Ministério da Educação.

Às 19h20, Jurema é preso no aeroporto, quando tentava escapulir.

Às 22.00 horas, Jango decola de Brasília rumo ao Sul.

Estava terminada nossa tarefa no que diz respeito à sobrevivência do Governador, à criação de um foco de resistência do Palácio Guanabara e à máxima cooperação com os elementos democráticos das Forças Armadas. Começava o trabalho mais ingrato e mais sujeito a incompreensões: a limpeza dos remanescentes comunistas e a exposição, perante a opinião pública, dos fatos e documentos comprobatórios da imensa e covarde conspiração em curso contra a liberdade dos brasileiros.

### **Episódios Pitorescos**

Na madrugada de 1º de abril, não obstante nossa confiança na rede de informações, era grande a tensão nervosa no Guanabara, deixando sempre um resquício de dúvida quanto à possibilidade ou não de os fuzileiros do Batalhão Riachuelo desencadearem um ataque. Vendo nossa preocupação, um antigo e fiel policial nos oferece uma sugestão: iria percorrer as vias internas do Ministério da Marinha na boleia de um rabeção do Instituto Médico-Legal. A sinistra viatura chega aos portões do Min. da Marinha e começa a ser inspecionada pela guarda de fuzileiros: abrem a porta traseira e fecham-na horrorizados com a visão das bandejas macabras. O policial afirma ter recebido um chamado de dentro do Ministério para vir buscar um cadáver. Um sargento fuzileiro comenta em altas vozes ter, de fato, ouvido falar numa morte lá no Arsenal de Marinha. O Comandante da Guarda hesita um pouco, mas não vendo nenhum potencial bélico na estranha viatura manda dar livre trânsito. O rabeção passeia tranquilamente em volta do Ministério, atravessa a ponte, percorre as ruas do Arsenal de Marinha (Ilha das Cobras) e regressa com as informações definitivas: o Batalhão Riachuelo e demais elementos de fuzileiros e marinheiros estão dormindo, a maioria enrolada em cobertores e deitada nos corredores do próprio Ministério!

## O Grupo de Caça de Gravataí

Nas últimas horas do dia 1º, continuava a nos atormentar uma das difusoras de Porto Alegre. Sob o controle de Brizola, tentava reeditar a "*Cadeia da Legalidade*", insuflando uma resistência suicida e fratricida. Em 61, sugeríamos ao Ministério da Aeronáutica um ataque aéreo à antena da difusora. Os aviões "*Meteor*", equipados com canhões de 20 mm, poderiam acertar a base da antena vertical. Consistindo numa torre de treliça metálica fina, mantida na vertical por cabos de aço em três direções, qualquer abalo mais forte na base provocaria o desabamento e o conseqüente silêncio da difusora, sem mortes e com um mínimo de danos materiais. Mas, por vários motivos, a operação não se realizou.

Desta vez, não poderíamos permitir voltasse Brizola a envenenar os gaúchos com sua demagogia e suas mentiras, intoxicantes e perniciosas porque pronunciadas com a convicção dos cínicos. Fomos introduzidos no Gabinete do Brigadeiro Correia de Mello e lhe apresentamos nossa ideia. A coisa não seria fácil, explicou-nos, porque o QG da 5ª Zona Aérea (Porto Alegre) estava totalmente hostil, e na Base de Gravataí havia uma grande parcela do pessoal fiel a Jango. Mas, se pelo menos pudesse falar com o filho, Capitão da FAB e comandante de um dos esquadrões de caça sediados em Gravataí... Os circuitos de radiofonia ligados à Companhia Telefônica estavam inoperantes, "*por defeito na aparelhagem*", diziam as telefonistas. Além disso, dentro da Base não havia nenhum telefone de onde o Capitão pudesse falar sem ser ouvido. Telefonamos para amigos fiéis que deixáramos no DCT, quando de nossa administração, e logo estávamos falando com Porto Alegre. Mencionamos este incidente para ressaltar, principalmente, a importância das telecomunicações para a segurança nacional.

## Reconhecimento Final

Desde as primeiras horas da crise, o Cel Marcelo Romeiro da Roza, brilhante oficial de Estado-Maior do Exército, acompanhou nossas atividades na Secretaria de Segurança. Incansavelmente estabelecia contatos telefônicos com o QG do Gen Castello, coordenava nossas ações, estimulava seus colegas a aderirem. Pelo telefone interestadual, obteve o compromisso de obediência ao Comando Revolucionário das tropas de Belém e de Vitória e da unidade de artilharia de Curitiba.

Nos breves períodos em que, esgotados, nos rendíamos ao sono, o Cel Marcelo, como oficial de ligação com o QG do Gen Castello, dirigia as ações da Secretaria de Segurança Pública que dependessem de coordenação com as Forças Revolucionárias. Enfim, com sua perspicácia e sensibilidade para os "*momentos oportunos*", foi um elemento decisivo, e até agora quase anônimo, para o sucesso da Revolução dentro da Guanabara.

Outro herói quase desconhecido: o Capitão Tarcísio Nunes Ferreira. Participante do movimento de Aragarças, amigo fiel de Burnier, não esmoreceu com o insucesso, nem com as incessantes perseguições que lhe moviam os comunistas do Exército. Transferido, por vingança, para Manaus, lá se tornou amigo e admirador do Gen Moniz de Aragão. Sentindo a necessidade de voltar ao Rio para melhor trabalhar no preparo da Revolução, requereu matrícula no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, na EsAO. Nessa Escola, ao lado de um curso brilhante, fez tal proselitismo no meio dos Capitães seus colegas que, ao fim do ano letivo, o Ministro da Guerra decidiu disseminá-los pelo Brasil, pois a permanência de qualquer deles em unidades do Rio foi considerada perigosa.

Esse erro crasso de julgamento foi um dos grandes fatores da vitória, pois cerca de 500 Capitães, perfeitamente esclarecidos sobre as manobras comunistas de desmoralização das Forças Armadas, tornaram-se outros tantos transmissores do pensamento dos Generais Democráticos, em cada unidade do Exército, nos mais longínquos recantos do País. Terminado o Curso, foi convidado pelo Gen Moniz Aragão para ajudante-de-ordens. Desencadeada a Revolução, acompanhou seu chefe na tomada da Vila Militar, servindo de elemento precursor de sondagem em várias unidades cuja situação era duvidosa.

Como já mencionamos no número anterior, na noite de 31 de março passou, de relance, em nosso Gabinete, avisando estar disposto a morrer na Vila, pois só voltaria vitorioso. Vinte e quatro horas mais tarde reapareceu exausto, com a voz embargada pela emoção, para nos comunicar: o Gen Moniz Aragão dominava completamente todas as unidades da Vila que não haviam partido em direção a Minas ou São Paulo!

Finalmente, nosso reconhecimento ao Cel Osnelli Martinelli. Chefe do Grupo nº 22, das Forças Voluntárias do Cel Burnier, era responsável pela defesa da entrada e da saída do Túnel Catumbi-Laranjeiras e por uma série de ações que ainda não podem ser reveladas. Incansável, de uma audácia rara, desde 1954, é outro batalhador e intransigente defensor dos princípios da Revolução Vitoriosa em 1964!

Resta mencionar os "*mortos em combate*". Consideramos esta Revolução o fecho de um ciclo de nossa vida, o complemento de um episódio na evolução política do Brasil. Esse ciclo durou 10 anos. Começou pelo apoio de um grupo de oficiais das Forças Armadas à campanha moralizadora desencadeada por Carlos Lacerda, em 1954. Nela tombou a primeira vítima: o colega inesquecível Rubens Vaz.

Prosseguiu com os movimentos de idealismo de Jacareacanga e Aragarças. No primeiro, tombou o “Cazuza”, humilde, quase esquecido, mas símbolo da lealdade e patriotismo do sertanejo brasileiro.

Terminou com o cão pastor “Moritz”, da Polícia Militar. Morreu de saudade. De saudade do saudade do Soldado que optara pela União, embaído pelo canto da sereia de Jurema. Vítima de uma política sem entranhas.



## **Reformas Para Salvar a Revolução**

### **(Repórter Eduardo Ramalho Entrevista o Almirante Sílvio Heck)**

A folha-corrída do Almirante Sílvio Heck como Revolucionário dá-lhe um recorde, de que muito se orgulha, de oitenta e cinco dias de prisão em tempo de paz.

Ministro de Jânio, por onze meses, sua luta contra o Governo Goulart teve início quando, com mais dois colegas (Dênys e Grum Moss), vetou terminantemente a posse de Jango.

E prosseguiu e prossegue, até hoje, quando se instala no País um novo Governo. Indo para a reserva, como castigo (dirá isso no texto da entrevista), da luta contra o comunismo e a corrupção, ninguém mais que ele foi da ativa. Homem pobre, que recusou as vantagens que se dão a um ex-chefe de Marinha (como despenseiro, carro, taifeiro), vive na casa do sogro, na Lagoa, com sua mulher e dois filhos. Ministro, filho de Ministro, gosta da carreira militar, mas acha que, por vestir farda, não deve ficar alheio aos problemas nacionais.

Como foi um dos líderes do último movimento, não nega que tem responsabilidade no atual Governo do País e só ficará contente se a Revolução se integrar, realmente, dentro dos princípios populares —princípios que são os seus porque, no povo, em suas últimas pregações, *“foi onde encontrou grande receptividade e força para a luta que empreendeu”*. Existe, em Minas Gerais, por parte da mulher mineira, um movimento para que ele volte à ativa. A ideia se alastra. Ele aguarda tranquilo os resultados. Depois de quase dois meses de silêncio, pela primeira vez concede uma entrevista, onde faz uma análise do antes, depois e sugere como deve ser para o futuro.



**P:** Está o Sr. satisfeito com a Revolução?

**R:** Estou satisfeito e tenho motivos suficientes, porque como patriota não encontrava outro remédio para livrar o Brasil do completo desastre senão varrendo do poder uma oligarquia que apodreceu na venalidade, na inépcia e no comprometimento criminoso com os agentes da quinta-coluna do comunismo internacional. Bem mais contente ficaria, caso não acontecessem todos os fatos que foram previstos, conforme eu e meus companheiros das Pastas Militares expusemos à Nação, em agosto de 1961. Não formando entre os precipitados, que exigem em poucos dias a correção de profundos desmandos existentes há mais de três décadas, confio em que a jornada libertadora de 31 de março corresponderá às esperanças do povo brasileiro, iniciando novo e promissor período para o País. Entretanto, continuo atento e em vigilância permanente, para que a luta prossiga e sejam alcançados seus fins, até porque, como um dos líderes do Movimento, tenho responsabilidade frente o povo e o País.

**P:** Desde quando conspirou e quais foram seus primeiros amigos e companheiros nessa conspiração contra o governo do ex-presidente João Goulart?

**R:** Mais do que conspirar, defini-me, expus-me, enfrentei de peito aberto a mais poderosa máquina de gatunagem que o País teve em todos os tempos, amargando em 85 dias de prisão a atitude de não concordância com a tragédia imposta ao Brasil.

Entre os primeiros companheiros de conspiração figuram o Marechal Odílio Denys e o Brigadeiro Grum Moss, precisando salientar a completa identidade de propósitos jamais interrompida em qualquer fase da jornada cívica. Depois, integraram-se no mesmo ideal meus eminentes amigos, os Generais Cordeiro de Farias, Nelson de Mello, Olympio Mourão Filho e Justino Alves Bastos.

ALMIRANTE SILVIO HECK:

# REFORMAS PARA

ENTREVISTA CONCEDIDA A EDUARDO BAMBALHO/FOTO DE JORGE AGUI



A fôlha-corrida de Almirante Silvio Heck como revolucionário dá-lhe um recorde, de que nunca se orgulha, de aténtia e vigor das grilões em tempo de paz.

Almirante de Flotta, por onze meses, sua luta contra o General Goulart teve início quando, com mais dois colegas (Diniz e Girão Maia), entrou formalmente a passe de Jango.

E prometera e prometera, até hoje, quando se instala no País um novo General, tudo para e reserva, como caçador (dêrta não se fez de estudante), de luta contra o comunismo e o corrupção, sempre mata que foi de lá. Homem poltro, que resolve as situações que se dão a sua ex-chefe de Marinha (como desbaratar, carta, tapetado), vive no caso do agror, no Lapa, com sua mulher e dois filhos. Almirante, fôlha de Marinha, goza de carreira militar, mas acha que, por estar fôrta, não deve ficar alheio aos problemas nacionais.

Como foi um dos líderes de sôlta movimentação, não sabe que tem responsabilidade no atual General do País e se ficará contente se a Revolução se realizar, dentro dos primeiros meses — a princípio que não se sabe porque, no caso, em seis semanas possíveis, "já não encontra grande receptividade e força para a luta que empreendida". Estão, em Minas Gerais, por parte do velho almirante, um momento para que dê todo o apoio. A sôlta se aliviar. Ela aguarda o resultado. Depois de quatro dias de morte de milhões, pela primeira vez comêr uma estrutura, onde faz uma análise do século, depois a morte como deve ser para a futura.

F — Esta é sua satisfação com a Revolução?  
R — Tenho satisfação e tenho motivos específicos, porque como patriota não encontrava outro remédio para livrar o Brasil do completo desastre semo vierem do poder uma oligarquia que espôrtara na realidade, na integridade e no comprometimento criminoso com os agentes da quinta-coluna do comunismo internacional. Bem mais constante dearia, caso não acontecessem todos os fatos que foram expostos, conforme eu e meus companheiros das Forças Armadas preparamos a Marinha, em agosto de 1964. Não deixando entrar os revolucionários, que chegaram em poucos dias a correção de procedimentos democráticos há mais de três décadas, comêr em que a jornada libertadora de 31 de março correspondia às esperanças do povo brasileiro, instalando novo e amarelo período para o País. Entretanto, comêr a sôlta e um vigilância permanente, para que a luta prometa e sejam abastecidos com êxito, até porque, como sou dos líderes do movimento, tendo responsabilidade frente ao povo e ao País.

F — Desde quando começou a qual foram os seus primeiros amigos e companheiros nessa ocupação contra o governo de ex-Presidente João Goulart?  
R — Mais do que cumprir, defini-me, expus-me, submeti-me pelo aberto a mais poderosa máquina de galtonagem que o País teve em todos os tempos, amargando em 31 dias de prisão e atirado de não comunicação com a família imposta ao Brasil.

Entre os primeiros companheiros de ocupação figuram o Mar. Celso Diniz e o Brigadeiro Grant Mota, permitindo assim a completa identidade de propósitos jamais interrompida em qualquer fase da jornada civil. Depois, integram-se no mesmo bloco outros eminentes amigos, os Desembais Celso de Faria, Nelson de Mello, Ovídio Moreira Filho e Justino Alves Barão.

Relatando, por dever de justiça, que me retiraria, tão-então, aos companheiros de mais alta hierarquia militar, porque seria interessante a relação de nomes, entre oficiais do Exército, Marinha, Aeronáutica e das Forças Armadas, além de civis dedicados e idealistas de todos os pontos do País, engajados em nome da morte a primeira hora.

# SALVAR A REVOLUÇÃO

F — Que passo adotou em eleições de 1963?  
R — O que caracterizou do processo revolucionário é de a correção de não da realização das eleições de 1963. Para ser tal o processo de tanto companheiros de jornada, não houve a determinação de sustentar que o retrocesso às práticas condenadas de ditaduras áridas do poder é inaceitável para os que, verdadeiramente, encontraram para a deposição dos corruptos em aliados sua representação de ideologias populares. Fôlha que o Brasil, de modo algum, por falta de entendimento, aceitará repetir.

F — Dentro do esquema dos candidatos, acredita que o candidato JK estava em choque com o fôlha da Revolução?  
R — Não provocou esse choque com o fôlha da atualizada revolucionária de 31 de março que denunciou a existência de esquemas de preservação de direito de hegemonia. Baseou-se o direito de não emitir muitas idéias a respeito do Sr. JK pela circunstância de haver sido preso por ele, também retirado e, em consequência, obrigado a abandonar o serviço ativo da Marinha, depois de a ele declarar-se fôrta de seu.

F — O Sr. pensa que o Governo provisório da Revolução deve permanecer ou manter seu caráter popular ou substituí-lo e organizar eleições?  
R — Fôrta-me o direito que todo o governo, em qualquer caso, deve atender às aspirações do povo. No caso de um governo oriundo de uma Revolução desencadeada para atender aos reclamos do povo prejudicado pela irresponsabilidade, pelo desfalque em conta no Exército, pela impiedade, sua rumo ao poder constitucional se para garantir os beneficiários a maioria. Quanto a esquemas futuros, minha opinião é de que formalizações de especialistas envolvidos devem ser aproximadas. Organizações instituídas são harmonizadas com as situações atuais e, portanto, são viáveis, desde que não dependam de interesse pessoal.

F — Como estava o quadro da Corrente revolucionária e sua prática atual com os Estados Unidos?  
R — Como patriotismo e correção dos homens que, pessoalmente, trocaram as suas posições da República, em favor de eles que nunca ocuparam os Estados Unidos após paradas feitas em nome do apoio a indivíduos envolvidos do Brasil. Como a Revolução de 31 de março tratou de o Continente se comoveu e, quem sabe, profunde-se no nível da balança, no Jogo Internacional, para o mundo de terra, de mar e de céu, é justo que o Brasil repare da América do Norte um tratamento de povo soberano e amigo. Portanto, comêr os interesses permanentes, deve sustentar que trair não é apenas aquilo que alguns não reconheceram a Moscou, Pequim ou Havana, mas também as tentas de fôrta da corporação internacional, grupos econômicos, não comprometidos com os ideais revolucionários e a estrutura de 31 de março.

F — Entende o Sr. que a operação Jangor está completa ou acredita que ainda coisa ainda precisa ser feita nesse sentido?  
R — Acredito que nos últimos 34 meses os demônios, as falcatras, os alaridos do Côdigo Penal foram de tal monta que a "operação Jangor" está, quanto ao conceito, realizada, por justiça, poucos períodos, como foi o da permanência do General Mór. Burtio Guapar Dutra na Presidência da República.

F — Como se encontra que foi pelos vários atos por promessas políticas, e outras questões ligadas ao processo revolucionário?  
R — Devido que existem circunstâncias tais como: tráfego à Polícia, análises desautorizadas em Exército, Inimigos à desorganização das

PARA o Almirante Silvio Heck (foto) a Revolução não pode prescindir de um elemento positivo com as esperanças populares. Deveria ser uma luta sem ardar, pelo espírito revolucionário sócio pelo movimento de 31 de março. Silvíus que após Jango e todos Castelo Branco no Governo.

Forças Armadas, acionamento das massas populares para greves políticas, desmoronamento do processo de 31 de março e os Côdigos de República, desorganização afretada dos diversos órgãos que ocupam funções representativas, inclusive irregularidade na ordem liberal de 31 de março. Liberar até hoje Jango, no nível educacional, além de positivamente é General do País e assistência de caráter.

F — Como vê as últimas medidas de General Castelo Branco, principalmente as relacionadas com o problema econômico, dentro as quais se inclui a substituição de trigo, petróleo e papel de impresso?  
R — Trifluto-se, como é o caso, do Governo atual, previsto por bomem do passado e do futuro do Sr. Castelo Branco, a despeito dos aspectos contraditórios dessas medidas, a melhor atitude é aguardar sua resolução.

F — Acha o senhor que a Revolução pertence a um grupo ou está ligada em sua amplitude a nível militar, ou político?  
R — Tenho declarado e reitero que a Revolução não tem dono e, sua organização, desde grupos, civis e militares que precisam apoiar-se de o. O movimento ainda para pôr fim a um ciclo histórico opressivo, no qual latadores de carteira, galanos de massa, líderes de massas políticas (mesmo além disso, alguns, quando das medidas dos comunistas, removem para os tribunais que jamais prenderam para, além, repito, a Revolução não pertence a nenhuma corporação, instituição ou pessoa, por isso, que um último pronunciamento não tenha feito a justiça, além do papel desempenhado pela Educação, além de Marinha, Aeronáutica e das entidades filiais populares, etc.

F — Qual seu pronunciamento sobre as mudanças de nome de ruas, dentro as quais, agora se inclui a reforma partidária?  
R — Uma declaração que a conjuntura nacional não seja que se realize no mais breve tempo possível. O que imprescindível não seja uma revolução e sim uma qualidade, a qual seja de forma institucional.

F — Está, ainda, a porta fechada?  
R — O período comunista ainda, segundo, para além de Natché, ainda não encontrava outro remédio para livrar o Brasil do completo desastre semo vierem do poder uma oligarquia que espôrtara na realidade, na integridade e no comprometimento criminoso com os agentes da quinta-coluna do comunismo internacional. Bem mais constante dearia, caso não acontecessem todos os fatos que foram expostos, conforme eu e meus companheiros das Forças Armadas preparamos a Marinha, em agosto de 1964. Não deixando entrar os revolucionários, que chegaram em poucos dias a correção de procedimentos democráticos há mais de três décadas, comêr em que a jornada libertadora de 31 de março correspondia às esperanças do povo brasileiro, instalando novo e amarelo período para o País. Entretanto, comêr a sôlta e um vigilância permanente, para que a luta prometa e sejam abastecidos com êxito, até porque, como sou dos líderes do movimento, tendo responsabilidade frente ao povo e ao País.

F — Desde quando começou a qual foram os seus primeiros amigos e companheiros nessa ocupação contra o governo de ex-Presidente João Goulart?  
R — Mais do que cumprir, defini-me, expus-me, submeti-me pelo aberto a mais poderosa máquina de galtonagem que o País teve em todos os tempos, amargando em 31 dias de prisão e atirado de não comunicação com a família imposta ao Brasil.

Entre os primeiros companheiros de ocupação figuram o Mar. Celso Diniz e o Brigadeiro Grant Mota, permitindo assim a completa identidade de propósitos jamais interrompida em qualquer fase da jornada civil. Depois, integram-se no mesmo bloco outros eminentes amigos, os Desembais Celso de Faria, Nelson de Mello, Ovídio Moreira Filho e Justino Alves Barão.

Relatando, por dever de justiça, que me retiraria, tão-então, aos companheiros de mais alta hierarquia militar, porque seria interessante a relação de nomes, entre oficiais do Exército, Marinha, Aeronáutica e das Forças Armadas, além de civis dedicados e idealistas de todos os pontos do País, engajados em nome da morte a primeira hora.

F — Entende o Sr. que a operação Jangor está completa ou acredita que ainda coisa ainda precisa ser feita nesse sentido?  
R — Acredito que nos últimos 34 meses os demônios, as falcatras, os alaridos do Côdigo Penal foram de tal monta que a "operação Jangor" está, quanto ao conceito, realizada, por justiça, poucos períodos, como foi o da permanência do General Mór. Burtio Guapar Dutra na Presidência da República.

F — Como se encontra que foi pelos vários atos por promessas políticas, e outras questões ligadas ao processo revolucionário?  
R — Devido que existem circunstâncias tais como: tráfego à Polícia, análises desautorizadas em Exército, Inimigos à desorganização das

PARA o Almirante Silvio Heck (foto) a Revolução não pode prescindir de um elemento positivo com as esperanças populares. Deveria ser uma luta sem ardar, pelo espírito revolucionário sócio pelo movimento de 31 de março. Silvíus que após Jango e todos Castelo Branco no Governo.

F — Entende o Sr. que a operação Jangor está completa ou acredita que ainda coisa ainda precisa ser feita nesse sentido?  
R — Acredito que nos últimos 34 meses os demônios, as falcatras, os alaridos do Côdigo Penal foram de tal monta que a "operação Jangor" está, quanto ao conceito, realizada, por justiça, poucos períodos, como foi o da permanência do General Mór. Burtio Guapar Dutra na Presidência da República.

F — Como se encontra que foi pelos vários atos por promessas políticas, e outras questões ligadas ao processo revolucionário?  
R — Devido que existem circunstâncias tais como: tráfego à Polícia, análises desautorizadas em Exército, Inimigos à desorganização das

PARA o Almirante Silvio Heck (foto) a Revolução não pode prescindir de um elemento positivo com as esperanças populares. Deveria ser uma luta sem ardar, pelo espírito revolucionário sócio pelo movimento de 31 de março. Silvíus que após Jango e todos Castelo Branco no Governo.

F — Entende o Sr. que a operação Jangor está completa ou acredita que ainda coisa ainda precisa ser feita nesse sentido?  
R — Acredito que nos últimos 34 meses os demônios, as falcatras, os alaridos do Côdigo Penal foram de tal monta que a "operação Jangor" está, quanto ao conceito, realizada, por justiça, poucos períodos, como foi o da permanência do General Mór. Burtio Guapar Dutra na Presidência da República.

F — Como se encontra que foi pelos vários atos por promessas políticas, e outras questões ligadas ao processo revolucionário?  
R — Devido que existem circunstâncias tais como: tráfego à Polícia, análises desautorizadas em Exército, Inimigos à desorganização das

PARA o Almirante Silvio Heck (foto) a Revolução não pode prescindir de um elemento positivo com as esperanças populares. Deveria ser uma luta sem ardar, pelo espírito revolucionário sócio pelo movimento de 31 de março. Silvíus que após Jango e todos Castelo Branco no Governo.

F — Entende o Sr. que a operação Jangor está completa ou acredita que ainda coisa ainda precisa ser feita nesse sentido?  
R — Acredito que nos últimos 34 meses os demônios, as falcatras, os alaridos do Côdigo Penal foram de tal monta que a "operação Jangor" está, quanto ao conceito, realizada, por justiça, poucos períodos, como foi o da permanência do General Mór. Burtio Guapar Dutra na Presidência da República.

F — Como se encontra que foi pelos vários atos por promessas políticas, e outras questões ligadas ao processo revolucionário?  
R — Devido que existem circunstâncias tais como: tráfego à Polícia, análises desautorizadas em Exército, Inimigos à desorganização das

Esclareço, por dever de justiça, que me restrinjo, tão-somente, aos companheiros da mais alta hierarquia militar, porque seria interminável a relação de nomes, entre oficiais do Exército, Marinha, Aeronáutica e das bravas Forças Auxiliares, além de civis dedicados e idealistas de todos os pontos do País, engajados na nobre luta desde a primeira hora.

**P:** Que pensa sobre as eleições de 1965?

**R:** O desenvolvimento do processo revolucionário dirá da conveniência ou não da realização das eleições de 1965. Para ser fiel ao pensamento de tantos companheiros de jornada, não resisto à determinação de assinalar que o retrocesso às práticas condenadas de demagogos ávidos de poder é inaceitável para os que, verdadeiramente, contribuíram para a deposição dos corruptos em aliança com os representantes de ideologias importadas. Sinto que o Brasil, de modo algum, por falsos sentimentalismos, aceitará regredir.

**P:** Dentro do esquema dos candidatos, acredita que a candidatura JK estaria em choque com a frente da Revolução?

**R:** Tão preocupado me encontro com o êxito da arrancada revolucionária de 31 de março que desconheço a existência de esquemas de pretendentes à direção da República. Reservo-me o direito de não emitir minhas ideias a respeito do sr. JK pela circunstância de haver sido preso por ele, também preterido e, em consequência, obrigado a afastar-me do serviço ativo da Marinha, depois de a ela dedicar-me durante 40 anos.

**P:** O Sr. pensa que o Governo proveniente da Revolução deve preocupar-se em manter um sentido popular ou submeter-se a esquemas técnicos e organogramas inflexíveis?

**R:** Parece-me óbvio que todo o Governo, em essência, deve atender às aspirações do povo. No caso de um Governo oriundo de uma Revolução desencadeada para atender aos reclamos do povo prejudicado pela irresponsabilidade, pelos desfalques sem conta no Erário, pela inépcia, seu rumo só pode encaminhar-se para iniciativas que beneficiem a maioria. Quanto a esquemas técnicos, minha opinião é de que formulações de especialistas honrados devem ser aproveitadas. Organogramas inflexíveis não se harmonizam com as situações sócio-econômicas, todas elas mutáveis, dependendo de inúmeros fatores.

**P:** Como examina o ângulo do Governo Revolucionário e sua política atual com os Estados Unidos?

**R:** Pelo patriotismo e correção dos homens que, presentemente, ocupam as altas posições da República, sou levado a crer que nossas relações com os Estados Unidos serão pautadas tendo em mira os altos e indeclináveis interesses do Brasil. Como a Revolução de 31 de março evitou que o Continente se comunizasse e, quem sabe, pendessem os Pratos da balança, no jogo internacional, para o mundo do terror, da escravidão e do ódio, é justo que o Brasil espere da América do Norte um tratamento de País soberano e amigo.

Todavia, como em anteriores pronunciamentos, devo assinalar que traidor não é apenas aquele que alugou sua consciência a Moscou, Pequim ou Havana, mas também os testas de ferro da corporação internacional, grupos econômicos, são incompatíveis com os ideais renascidos com a arrancada de 31 de Março.

**P:** Entende o Sr. que a operação limpeza está completa ou acredita que muita coisa ainda precisa ser feita nesse sentido?

**R:** Acredito que nos últimos 34 anos os desmandos, as falcatruas, as atentados ao Código Penal foram de tal monta que a “*operação limpeza*” está, apenas, no começo. Ressalvo, por justiça, pequenos períodos, como foi o da permanência do honrado Marechal Eurico Gaspar Dutra na Presidência da República.

**P:** Como um homem que foi preso várias vezes por pronunciamentos políticos, o senhor continua apoiando tais pronunciamentos?

**R:** Desde que ocorram circunstâncias tais como: traição à Pátria, assaltos despuddorados ao Erário, incentivo à desagregação das Forças Armadas, agulamento das massas populares para greves políticas, desrespeito deliberado às Leis e aos Códigos da República, descumprimento afrontoso dos deveres daqueles que ocupam funções representativas, inclusive infidelidade aos nobres ideais de 31 de março. Silenciar ante tais fatos, no meu entendimento, além de pusilanimidade é desamor ao País e ausência de caráter.

**P:** Como vê as últimas medidas do Governo Castello Branco, principalmente as relacionadas com o problema econômico, dentre as quais os cortes de subsídios do trigo, petróleo e papel de imprensa?

**R:** Tratando-se, como é o caso, do Governo atual, presidido por homem do passado e da honra do Marechal Castello Branco, a despeito dos aspectos controvertidos daquelas medidas, a melhor atitude é aguardar seus resultados.

**P:** Acha, o senhor que a Revolução pertence a um grupo ou está ligada em sua amplitude aos civis e militares, sem distinção?

**R:** Tenho declarado e reitero que a Revolução não tem donos e, em consequência, repele grupos, civis e fardados que pretendam apropriar-se dela. O movimento eclodiu para pôr fim a um ciclo histórico deplorável, no qual batedores de carteira, gatunos de casaca, ladrões de unhas polidas (muitos deles ainda soltos), escorados nas muletas dos comunistas, ousavam falar em reformas que jamais pretenderam fazer. Assim, repito, a Revolução não pertence a nenhuma corporação, isoladamente. Lamento, por isso, que nos últimos pronunciamentos não se tenha feito a devida justiça, além do papel desempenhado pelo Exército, à ação da Marinha, Aeronáutica e das eficientes forças populares.

**P:** Qual seu pensamento sobre as chamadas reformas de base, dentre as quais, agora se inclui a reforma partidária?

**R:** Ouso declarar que a conjuntura nacional exige que elas se realizem no mais breve tempo possível. O que empreendemos não seria uma Revolução e sim uma quartelada, se não tivermos a capacidade de concretizar todas as mudanças que a Nação exige de forma incontestável.

**P:** Existe, ainda, o perigo comunista?

**R:** O perigo comunista existe, sempre, para todas as Nações, ainda não escravizadas pelos vermelhos, de vez que a doutrina marxista-leninista determina que a luta só termine, quando todos os países forem dominados. Advirto, por isso, que se os objetivos que nortearam o movimento não forem integralmente cumpridos, aí sim, residirá o grande perigo.

**P:** A seu ver qual a melhor forma de governo? Devemos continuar no Presidencialismo ou tentar, por exemplo, outra vez o Parlamentarismo?

**R:** A melhor forma de governo é a democrática, na qual os direitos do homem são garantidos em toda a plenitude. Quando os homens que desempenham as funções de governo o fazem em nome do povo e com honestidade de propósitos, o Presidencialismo ou Parlamentarismo atendem plenamente.

**P:** Pensa o senhor que dentro das prisões ou cassações de mandatos ocorrem injustiças?

**R:** Haverá injustiça clamorosa se muitos dos que merecem e cujos nomes são por demais conhecidos, não tiverem seus mandatos cassados. Não acredito que isso ocorra, porque a Revolução teria perdido sua finalidade.

**P:** O Ato Institucional, a seu ver, foi completo ou careceu de outros quesitos para cumprir, totalmente, os objetivos da Revolução?

**R:** Transfiro a indagação ao exame dos juristas. Entretanto, parece-me que o Ato Institucional satisfaz. Quando isso não acontecer, acredito que modificações possam ser feitas, a fim de ajustá-lo às necessidades do momento, até porque a Revolução, antes de ser um evento estático, tem sua dinâmica própria.







O Cruzeiro nº 38, Rio de Janeiro, RJ  
Sábado, 27.06.1964



Salvar o Nordeste Antes de Tudo  
(Reportagem de Murilo Marroquim)





Afirmando não ter “*complexo anticomunista*” e que o seu “*anticomunismo admite que a evolução política e social do Brasil deve incorporar também ideias e propósitos da esquerda democrática, sem o que não estaríamos presentes na segunda metade deste século*”, o Presidente da República coroou a sua visita de 32 horas ao Recife com discurso franco e duro, perante sete Governadores e Chefes Militares.

Depois que foi o chefe do IV Exército, é a primeira vez que o Marechal Humberto Castello Branco vem ao Recife. Ele próprio o recordou, na Prefeitura, com alguma melancolia: “*Menino e General conviveram aqui. Grande parte da minha vida, vivi no Recife. Morei na Rua da Glória e na Rua da Aurora. Foi mais com sentimento de saudade do que com prazer, que senti o calor e alegria do povo, à minha chegada*”. Aqui nesta cidade faleceu a esposa do atual Presidente da República, quando ele comandava o IV Exército. E de onde saiu para a Chefia do Estado-Maior do Exército e, em consequência, para a Revolução de 31 de Março.

Com a sua já clássica aparência tranquila e amável, o Presidente, em discurso no banquete que lhe ofereceu o Governador Paulo Guerra, foi particularmente sincero. Muitas carapuças se ajustaram admiravelmente, quando afirmou, perante dezenas de representantes das classes dirigentes e políticas:

*Não atino por que elementos ricos da direita dão covardemente dinheiro ao partido comunista, enquanto pessoas do centro buscam condições de equilíbrio nas relações indecorosas com o comunismo. E esquerdistas desfiados e sem autenticidade com ele convivem numa vizinhança promíscua e comprometedora. De fato, todos estes, no bifrontismo das suas convicções, são marginais da vida democrática, do mesmo modo que também o seriam, graças às suas desprezíveis condições de carácter, no regime comunista.*

CASTELLO  
NO RECIFE:

# SALVAR O NORDESTE ANTES DE TUDO

REPORTAGEM DE MURILLO MARROQUIM (DIRETOR DO "BUREAU" DE "O CRUZEIRO" NO NORDESTE)



**A** FIRMANDO não ter "compromisso anticonstitucional" e que o seu "enfrentamento admite que a situação política e social do Brasil deve incorporar também ideias e propostas da esquerda democrática, assim o que não satisfizesse pretensões públicas correntes à sua volta de 33 horas em Recife com Sáenz Travenço e duro, perante sete governadores e chefe

segurança. Depois que foi o chefe do IV Exército, e a primeira vez que o Marechal Theodoro Castello Branco visitou ao Recife. Seu projeto o rendeu, na Prefeitura, duas eleições consecutivas. — "Marechal e General não se misturam aqui. Grande parte da minha vida, vivi no Recife. Morei na Rua da Glória e na Rua do Azeite. Foi mais um anticonstitucional

O FOVO pernambucano foi para as ruas de Recife e fim de prestar as suas homenagens ao Presidente Castello Branco, que ali realizou em sua mocidade e, muitas vezes depois, como Comandante do IV Exército. Agora ali realizou como comandante de todos os brasileiros.

de oposição do que nem pensar, que senti o calor e alegria do povo, e minha obrigação.

Aqui sente cidade falstora e época do atual Presidente da República, quando ele comandava o IV Exército. E de onde saiu para a chefia do Estado-Maior do Exército e, em consequência, para a Revolução de 31 de março.

O CRUZEIRO, 27.1.1964

FOTOS DE JOÃO RODRIGUES



Como a sua já cidade apartada tranquila e amável, o First. Depois, em discurso ao Insuperior que De advoco e Governador Paulo Guerra, foi profundamente elogiado. Muitas empresas se ajudaram admiravelmente, quando afirmou, perante diversos de representantes das classes dirigente e política: — "Não sei por que chamaram-me de direita, dia covardemente desobedeço ao partido comunista, enquanto pessoas de certo brenco sempre de espírito não relações indolentes com o comunismo. E esperanças clarificadas e sem qualquer dúvida com de cumprir minha obrigação pública e constitucional". De fato, todos sabem, no momento das suas convicções, que ninguém de vida democrática, do mesmo modo que também o seriam, graças às suas despretensivas condições de caráter, no regime comunista".

O Marechal Castello Branco confirmou que a Revolução está em marcha e que não poderá existir vacilações sem perigos desastrosos. Mas não se de comprometer sobre aqui o Presidente da República; ele também assumindo pelas esperanças que se depositam no seu caráter aberto e que ele, o que não é o, que poderá fazer. Antes do chefe Konradtve pernambucano; era governador Pedro Odebrecht, Fernando Vargas, de Ceará, Lourenço Zillmer, de Bahia, Nereu de Azevedo, de Maranhão, Abílio Azevedo, de R. G. de Norte; Luís Cavalcanti, de Alagoas; Marinho de Faria, de Pernambuco; e D. João de Deus. Prodições pediram empecos credíveis e D. João de Deus

continua na página 24

O CRUZEIRO, 27.1.1964

23

O Marechal Castello Branco confirmou que a Revolução está em marcha e que não podem existir vacilações nem perdões desnecessários. Mas nem só de entusiasmo viveu aqui o Presidente da República: foi também sensibilizado pelas esperanças que se depositam no seu Governo. Foi alertado por muitas velhas queixas da zona canavieira. Obteve uma mais larga visão da SUDENE, com as últimas estatísticas sobre o que fez, o que não fez e o que poderá fazer.

Além do chefe Executivo pernambucano, seis governadores (Pedro Gondim, da Paraíba; Virgílio Távora, do Ceará; Lomanto Júnior, da Bahia; Newton Belo, do Maranhão; Aluísio Alves, do R. G. do Norte; Luís Cavalcanti, de Alagoas) narraram ao Presidente as dificuldades dos seus Estados. Produtores pediram melhores créditos e financiamentos.

O Marechal Castello Branco respondeu-lhes que o seu Governo não mudará as prioridades para a região. E, no caso clássico do açúcar, cujas perspectivas não são animadoras (pois o crédito oficial chega bastante tarde), o Presidente afirmou que *“os problemas atinentes serão tratados como problemas de Governo”*. Visitou o Presidente o IV Exército e, falando já agora como Comandante-Chefe das Forças Armadas. disse:

*Se a alguém é justo, no presente momento da vida nacional, receber flores pelos relevantes serviços prestados ao Brasil quanto ao êxito da Revolução, não se pode negar que o Comandante do IV Exército, Gen Alves Bastos, deve figurar na galeria dos primeiros patriotas a serem agraciados com essas flores da gratidão nacional.*

Deixou o Presidente implícito, em pronunciamentos e declarações, que deseja ver integrados todos os recursos disponíveis em benefício da região. A propósito, aludiu com o maior interesse ao programa da Aliança Para o Progresso, frisando:

*Vejo a Aliança como um empreendimento que se volta não só para o desenvolvimento econômico propriamente dito, como também, para a integração do homem na nossa civilização.*

Interrogado, destacou o papel da Igreja Católica na obra comum, comentando brevemente a recente declaração do Bispos, no Rio de Janeiro, recordando que ouvira de D. Hélder, na televisão, a seguinte frase: “*Onde está o homem, está a Igreja*”, e comentou:

*Estou de pleno acordo com D. Hélder, nesta frase, como brasileiro e também na qualidade de Presidente da República.*

Espera o apoio da Igreja, mas:

*Está claro que o Governo não vai delegar, aos eminentes Bispos e Arcebispos, mandatos de governo, mas conta necessariamente com o seu auxílio, principalmente naquilo que seja para promover a boa compreensão das medidas que o Governo tem de tomar.*

Causando funda impressão ao se declarar contrário à prorrogação do Ato Institucional, revelando a próxima nomeação do Superintendente da SUDENE, admitindo que o problema das eleições presidenciais diretas ou indiretas são, ainda, assunto a ser examinado pelo seu Governo, o Presidente da República pediu, apenas, uma modificação no programa oficial: “*Missa, antes de embarcar de volta*”, e assistiu-a na velha igreja dos Guararapes.

Os nordestinos já estão muito cépticos, quando se trata de maior ajuda do Governo e do Sul. Mas receberam um Presidente nordestino, atualizado e obstinado, que lhes afirmou que vai resolver. Na reunião extraordinária da SUDENE, proclamou que o Nordeste tem prioridade; que a Reforma Agrária será feita e que

o latifúndio improdutivo aqui tem progredido; aludiu à irrigação e eletrificação no polígono das secas; delineou o aumento progressivo do potencial de Paulo Afonso; reiterou sua confiança na conjugação do trabalho da SUDENE, dos Bancos oficiais e privados, dos Governos Estaduais e Municipais e dos organismos Internacionais.

O Presidente afirma-se disposto a guerrear o desnível Norte-Sul, nos planos econômico, financeiro e social, aqui, onde ocorre:

*O maior problema de desenvolvimento do Mundo Ocidental.*

Acrescentou que vai começar a real "Batalha do Nordeste". Na expectativa, os mesmos nordestinos que fizeram Paulo Afonso, esperam a sua primeira ordem de comando.





**O Cruzeiro n° 39, Rio de Janeiro, RJ**  
**Sábado, 04.07.1964**



**O Começo do Fim**  
**(Por Abelardo Jurema)**





*Simplicidade e franqueza, às vezes rude, é o que os leitores vão encontrar em "Sexta-Feira, 13", relato dos acontecimentos que precederam a deposição de Jango, feito pelo seu Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, agora no exílio, em Lima, Peru. A Editora "O Cruzeiro" lançará brevemente o livro – um depoimento absolutamente válido. E a Revista "O Cruzeiro" começa, no presente número, a apresentação de vários capítulos esparsos dessa obra, que servirá ao julgamento crítico dos que buscam a verdade histórica. "Sexta-Feira, 13" uma outra perspectiva dos fatos que depuseram João Goulart. (Nilo de Oliveira)*

**M**anhã de quarta-feira (Semana Santa), sou chamado com urgência ao Palácio das Laranjeiras. Pareceu-me, pelo movimento, que o Presidente tomava providências que o permitissem ausentar-se do Rio por alguns dias. Era desejo sabido do Presidente se deixar ficar em São Borja até domingo de Páscoa.

Também esse era o meu desejo. Antes de sair de casa, já havia combinado com a minha mulher e alguns casais amigos, marcando-se uma peixada em Corrêas, na casa de um dos meus conterrâneos da Paraíba, favorecidos pela sorte, que nos prometia gorda e tranquila Páscoa. Na quarta-feira mesmo o meu conterrâneo subira com a esposa para Corrêas, levando os peixes e os condimentos necessários. Teria muito que esperar, como os acontecimentos se encarregaram de alterar todos os nossos planos de uma Feliz Páscoa.

Contrariando o habitual, o Presidente não se achava com uma fisionomia muito boa, isto é, tranquila e confiante. Estava algo preocupado e conversando muito amiudadamente com o Gen Assis Brasil. Darcy Ribeiro participava, vez por outras, desses conciliábulos. Algo estava contrariando o Presidente e algo teria que ser determinado lá não muito do seu agrado.

Lá para o meio-dia, convocado pelo Presidente, compareci ao seu gabinete improvisado no Palácio das Laranjeiras, não há Palácio mais impróprio para despacho administrativo.

### **Ponto Crítico**

Contou-me o Presidente que o Ministro da Marinha, Almirante Sílvio Motta, estava em crise na sua Pasta. Disse-me que mais de vinte mil marinheiros rebelavam-se contra determinações do Ministro. Falou que já por várias vezes falara ao Ministro para evitar choques com a Associação dos Cabos e Marinheiros, procurando contornar, pois se já o Governo não dispunha do almirantado, não poderia perder a simpatia dos inferiores. Disse-me, por fim, que, naquele dia à noite iria se realizar uma reunião comemorativa do 2º aniversário de fundação da Associação, no Sindicato dos Metalúrgicos. Iriam comparecer para mais de quinze mil marinheiros, segundo informações seguras. Não poderia comparecer, em face dos atritos ocorridos entre o Ministro da Marinha e os marinheiros e dos quais já haviam resultado algumas prisões que estavam contrariando muito o Presidente.

Pedi-me o Presidente para representá-lo na solenidade, falando em tom de conselheiro e de amigo. Fez-me recomendações várias, todas nesse sentido. Por vários momentos repetia até o que teria eu de dizer aos marinheiros.

Levantou-se, em seguida, e foi andando pelo Palácio afora, numa escalada entre amigos que terminou no aeroporto, rumo a São Borla. Em seguida, Darcy Ribeiro me explicava mais amiúde o problema da Marinha e que não me pareceu de fácil solução. Inclusive achei, pela exposição do chefe da Casa Civil, que a minha presença na reunião não seria muito aconselhável nem política.



Apesar do entusiasmo de Darcy Ribeiro pela reunião e pelo meu comparecimento representando o Presidente, confesso que sai do Palácio das Laranjeiras meditando muito sobre o assunto.

### **“A Moçada” de Aragão**

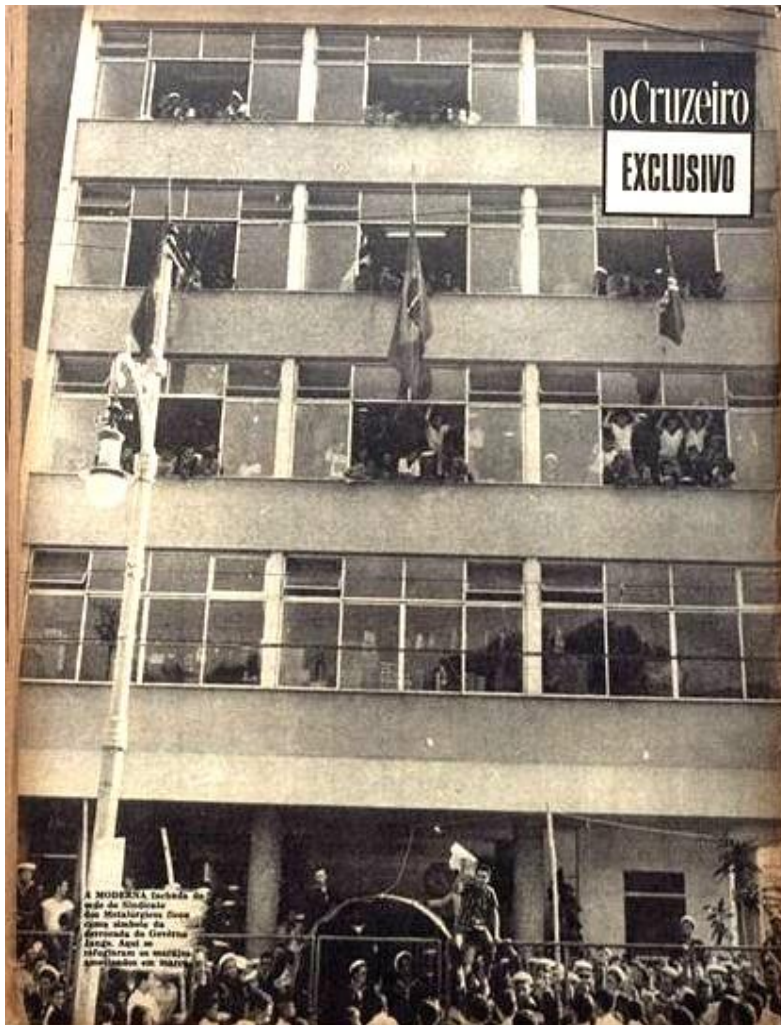
Dirigi-me, de imediato, ao Almirante Cândido Aragão. Apesar de toda a sua fama, encontrei-o cordato e também contrário à reunião, mas esclarecendo que não tinha mais força para impedi-la. Censurou também o Ministro Sílvio Motta por não ter sabido dialogar com o que chamava de “*a moçada*”, achando ainda um erro as últimas prisões verificadas.

Falei dialeticamente com o Almirante Aragão. Disse que aquela reunião não capitalizaria nada para o Governo, nem renderia, politicamente, nada para a sua “*moçada*”. Disse, em tom eloquente, que iria ela servir para mais uma campanha contra o Presidente e que o esvaziamento do Almirante Sílvio Motta era um erro, pois até aquela data tinha sido ele corretíssimo, disposto, leal e atuante, ainda há alguns dias o Presidente havia participado com o maior entusiasmo de homenagens prestadas por milhares de servidores do Arsenal de Marinha.

### **No Momento Crítico o Governo Jango Mostrou-se Desarticulado**

Em tom até veemente cheguei a dizer que ele, Aragão, se era líder mesmo, devia impedir a reunião. Não compreendia que a “*moçada*” não ouvisse ninguém, pelo que assim, acrescentei eu, não teriam eles direito a querer o nosso apoio e a nossa compreensão às suas reivindicações.

Aragão respondia sempre que a coisa chegara a um ponto que “*não dava mais pé*” para uma ação conciliatória dele.



**oCruzeiro**  
**EXCLUSIVO**

A MODERNA fachada do Palácio das Laranjeiras, sede do Ministério da Justiça, em frente à praça da Candelária. Aqui se realizaram as manifestações em 1964.

ABELARDO Jurema parece sentir um bom futuro para este e astrôlogo Nilton no próximo tempo astrôlogo Jurema se para de ver o Ministério presidente. O ministro da Justiça mantém até o fim sua fidelidade ao Governo por pelo em abril de 1964.



**NILDO DE OLIVEIRA**

Simplicidade e franqueza, às vezes rude, é o que os leitores vão encontrar em "Sexto Feito, 13", relato dos acontecimentos que precederam a deposição de Jango, feito pelo seu Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, agora no exílio, em Lima, Peru. A Editora O CRUZEIRO lançou brevemente o livro — um depoimento absolutamente inédito. E o Revista "O CRUZEIRO" começou, no presente número, a apresentação de vários capítulos sucessivos dessa obra, que serviu de julgamento crítico das que buscam a verdade histórica. "Sexto Feito, 13" é uma outra perspectiva dos fatos que depuseram João Goulart.

**POR ABELARDO JUREMA**  
**FOTOS DA EQUIPE DE "O CRUZEIRO"**

**M**ANSA de quarta-feira (Irmãos Nilton), um chamado com urgência ao Palácio das Laranjeiras. Parecia-me, pelo entusiasmo, que o Presidente tomara providências que a permitissem permanecer no Rio por alguns dias. Era desejo sabido do Presidente se sentir feliz em São Paulo até domingo de Passos.

Também não era o meu desejo. Antes de sair de casa, já havia conhecido uma a minha mulher e alguns colegas amigos, manifestando uma preocupação em Curitiba, na casa de um dos meus colaboradores da Parada, assegurados pela sorte, que me permitissem ir para a Universidade Fluminense, na quarta-feira seguinte a uma conferência sobre o Brasil para Curitiba, levando os papéis e os documentos necessários. Tinha muito que esperar, como os acontecimentos se encarrilharam de outras lutas e os meus colegas de uma Fala Plena.

Contrariando o habitual, o Presidente não se achava com uma falsete muito boa, não tão tranquilizadora e confiante. Havia algo perturbado e desconhecado muito anormalmente com o General Assis Brasil. Ezequiel Ribeiro participava, via por outra, disse convencido. Algo estava acontecendo e o Presidente e algo teria que ser determinado lá, não muito longe do meu agrado.

Eu para não-diz, encorajado pelo Presidente, comparei ao seu gabinete instalado no Palácio das Laranjeiras (não há palácio mais apropriado para despacho administrativo).

**PONTO CRÍTICO**

Ontem-me o Presidente que o Ministro da Marinha, Almirante Nilton Motta, estava em crise na sua Fala. Disse-me que mais de vinte mil marinheiros rebelaram-se contra determinações do Mito-

iro. Falei que se por várias vezes falara ao Ministro para evitar choque com a Associação das Cabos e Marinheiros, procurando convencer, pois se o Governo não dispunha do Almirante, não poderia perder a simpatia dos leitores. Disse-me, por fim, que teria de ir a bordo para se realizar uma reunião convocativa do 2º aniversário da Fundação da Associação, no Sindicato dos Metalúrgicos. Isso comparecer para não de deixar os marinheiros, segundo informações seguras, não poderia comparecer, um fato que irritou o próprio o Ministro da Marinha e os marinheiros e dos quais já haviam recebido algumas notícias que estavam contrariando muito o Presidente.

Fredy-me o Presidente para representá-lo na reunião, falando em nome do constituinte e de amigo. Fui-me recompondo várias, todas muito agitado. Por vários momentos repetia até o que teria de fazer aos marinheiros.

Levante-me, em seguida, e fui andando pelo Palácio agora, numa reunião entre amigos que terminou no tempo, rumo a São Paulo.

Eu seguia, turei Ribeiro me explicou mais detalhes o problema de Marinho e que não se parava de fácil solução. Inclusive alertei, pela exposição do chefe da Casa Civil, que a minha presença na reunião não seria muito aconselhável sem política. Apesar do entusiasmo de Daltro Ribeiro pela reunião e pelo meu comprometimento representando o Presidente, concluí que sai do Palácio das Laranjeiras muito mais cedo o assunto.

**"A MOÇADA" DE ABAGAO**

Três-dos, de manhã, no Almirante Cândido Aragão. Apesar de não a sua Fala, encontrei-o corado e também contrário a reunião, mas esclareceu que não tinha mais força para inspecção. Contudo,



**CANDIDO ARAGÃO**  
Cândido Aragão

Não tinha mais autoridade. Disse-lhe para procurar o **Cabo Anselmo** (um menino) e outros dirigentes, inclusive líderes sindicais e deputados que davam cobertura às reivindicações dos marinheiros. Andamos de seca e meca e não eram encontrados os protagonistas da crise da Marinha. Fui, com o Almirante Cândido Aragão, ao Ministro da Marinha. Entrei no gabinete de Sílvio Motta, sozinho. Aragão ficou na chefia de gabinete.

### **Sílvio Motta Confiante**

Ouvi toda a história oficial da chamada crise. O Ministro Sílvio Motta se mostrava confiante de que podia debelá-la. Disse-me que não compareceriam nem quinze nem vinte mil à noite e sim uns mil a mil e quinhentos. Disse-me que várias das reivindicações – casamento, vestir à paisana fora do serviço, melhoria de salários, um marinheiro fazia quatro a cinco mil cruzeiros por mês, reconhecimento dos estatutos da Associação com pequenas modificações, já estavam aceitas e me mostrou estudos reservados realizados pelo seu “*staff*” e que indicavam o atendimento daqueles pontos.

Explicou que não seriam conferidas de imediato, porque, primeiramente, teria que ser mantida a disciplina. Mostrou-se inflexível e, ao ser indagado por mim sobre o meu comparecimento à reunião, foi compreensivo mas muito lógico, dizendo-me que iriam fazer críticas à sua gestão, na minha presença, e que, naturalmente, iriam me constranger, não apenas como seu amigo mas como membro do governo a que ambos servíamos.

### **O Dedo Eleitoral**

Durante toda a tarde, ainda promovi “*démarches*” e entendimentos para evitar a reunião.

Havia o propósito deliberado de fazê-la. Devia haver interessados na substituição do Ministro da Marinha. Devia haver irresponsável manobrando pelos bastidores. Devia haver inocente sendo manobrado. Devia haver muita coisa, mas o fato é que, sob todos os aspectos em que examinava o problema, me parecia um erro a reunião, um erro maior a presença de qualquer Ministro lá e, muito mais ainda, a minha, como titular da Justiça e que seria interpretada como a própria presença do Jango. Só me preocupava o número de manifestantes que iria comparecer ao Sindicato. O argumento era de que o Almirantado já era contra Jango, por isso não se podia perder a “*moçada*”, que era toda da legalidade e do Jango.

Senti em tudo, também, o dedo da exploração eleitoral. Os marinheiros não votavam, mas suas famílias, amigos, parentes e aderentes votavam. Era um colégio eleitoral carioca a ser disputado por deputados ativos e atuantes.

O CGT também queria ser dono da bola para refletir prestígio nos seus quadros e assim resultar o fortalecimento dos seus líderes. Os marinheiros eram uma presa de guerra política. Não há a negar que focos de infecção estavam, já há tempo, provocando todo esse quadro.

### **De Cima Para Baixo**

As constantes demonstrações de indisciplina de oficiais superiores, como no caso da nomeação e promoção do Almirante Aragão, a atuação do ex-Ministro Sílvio Heck, as constantes publicações de manifestações hostis ao Governo, tudo isso estimulou a marujada que devia estar sendo trabalhada com igual intensidade, de fora para dentro. As contradições foram fatores ponderáveis que se juntaram a todos os erros cometidos.

Não é à toa que se leva uma situação como aquela que se verificou no Sindicato dos Metalúrgicos, uma juventude garbosa e que constitui orgulho da Pátria, nos convés dos nossos navios de guerra!

A noite, deixei-me ficar em casa de prontidão, de ouvidos colados aos telefones, enquanto observadores pessoais meus compareciam ao Sindicato dos Metalúrgicos, informando-me dos preparativos da reunião e depois de suas fases iniciais. As informações previam um grande comparecimento. Indicavam, entretanto, discursos violentos. As previsões eram pessimistas com relação à ordem.

Consegui, ainda por intermédio dos meus observadores, falar com vários líderes da reunião, civis e militares. Fiz apelos, mostrei que era uma reunião sem desdobrimento, como num processo reivindicatório, salientei que o Governo não poderia ficar com a indisciplina e disse ainda da disposição do Ministro Sílvio Moita para o entendimento, desde que as armas fossem ensarilhadas. Não houve jeito. Os ouvidos estavam fechados à razão. Pressionavam até o Governo, com a convicção de que, entre almirantes do contra e uma marujada a favor, o Governo não teria mais o que escolher e que contavam com o apoio sindical para uma greve geral no caso de consequências mais graves da reunião.

De nada adiantaram, para os líderes, os meus últimos argumentos que tudo aquilo vinha somar mais dificuldades para o Governo, fortalecer o inimigo comum na exploração do dia seguinte e levantar novas forças contra nós, com o slogan da inquebrantabilidade da disciplina. Foram palavras ao vento... Todo o sossego de uma Semana Santa foi devorado pelos insensatos e por uma juventude mal conduzida. Pela manhã cedo de Quinta-Feira Maior, já coisas mais graves se juntavam aos acontecimentos do Sindicato dos Metalúrgicos.

Um médico responsável e muito meu amigo, procurava-me para dar-me notícias intranquilizadoras para a segurança do País. O Ministro da Guerra, que se havia internado na segunda-feira da Semana Santa entrante, na presunção de voltar para casa e ao despacho normal, no fim da semana, tinha sofrido acidentes operatórios, pelo que os prognósticos, mais otimistas, lhe davam trinta dias de um pós-operatório, se não ocorressem novos imprevistos.

### **O Dilema da Disciplina**

Comuniquei cedo, desse mesmo dia, Quinta-Feira Maior, a Darcy Ribeiro e a Riff (Raul – secretário de imprensa da Presidência da República) todo o ocorrido. Lembro-me que entre os atropelos que se seguiram nesse dia, Raul Riff dizia:

*Seu Jurema, estamos; fritos, o Presidente fora (São Borja), o chefe da Casa Militar (General Assis Brasil, em Porto Alegre) igualmente fora, o Ministro da Marinha demissionário e ainda por cima, sem Ministro da Guerra!...*

Tivemos um dia cheio de dificuldades. Vários foram os entedimentos com o General Moraes Ancora, comandante do I Exército. Providências acauteladoras da ordem foram adotadas. Sentia-se, a todo instante, a falta do General Jair Dantas Ribeiro, hospitalizado no Hospital dos Servidores do Estado!

O Ministro Sílvio Motta, preocupado e muito justamente ferido no seu orgulho de Chefe da Marinha, procurava o apoio do Exército para abafar o Movimento Indisciplinar. Fuzileiros mandados para o sindicato haviam aderido ao movimento, jogando as armas fora e ingressando no recinto do sindicato para se unirem aos manifestantes. Impossível ao Exército, entrar numa operação limpeza que se afigurava sangrenta, contra companheiros de outra arma.

A situação se tornava extremamente delicada e a meu ver sem solução conciliatória mais, àquela altura. Alguém teria que se arranhar, descapitalizar-se, perder substância popular em favor da ordem e da disciplina! Seria o Presidente João Goulart. Os limites toleráveis já haviam sido alcançados. Não mais poderia o Presidente dialogar com uma tropa que já não obedecia aos seus superiores.

Várias reuniões de Ministros se seguiram. Oficiais da Aeronáutica também compareciam procurando ajudar numa solução. Lembro-me bem que o Cel Lino Teixeira, que era sempre um juscelinista apaixonado e um janguista ortodoxo, dizia a todo o momento:

*Qualquer que seja a solução, não esqueçam, é sagrada e até rudimentar, a disciplina.*

Creio que foi do Cel Lino a primeira ideia de conduzir presos os marinheiros para os quartéis do Exército, pois o ambiente entre oficiais e tropas, na Marinha, não era muito animador, nem inspirava confiança.

À noite de quinta-feira ia alta e toda gente esperava pelo Presidente João Goulart que já havia partido de São Borja, com escala em Porto Alegre.

### **Volta Jango**

Em todo esse cipoal, ninguém havia compreendido como era que o General Assis Brasil, chefe da Casa Militar, havia viajado na madrugada dessa quinta-feira agitada, deixando atrás de si um mundo turbulento, na vã esperança de uma Páscoa tranquila no Rio Grande... Chega afinal o Presidente. Toda a noite de Quinta Maior para Sexta-Feira Santa, foi gasta em conferências sucessivas, do Ministro da Marinha demissionário (Sílvio Motta) ao Ministro da Marinha novo (Paulo Mário).

Nas aparências, a solução do Presidente parecia justa e a única. Remoção dos marinheiros sublevados para os quartéis do Exército, abertura de inquérito e regresso ao trabalho, de todos oficiais e marinheiros, no início da próxima semana, segunda ou terça-feira.

Assisti à posse do Almirante Paulo Mário e o comparecimento de quase todo o Almirantado me tranquilizara. Parecia que o Presidente havia acertado na escolha e na hora precisa. De regresso ao Palácio das Laranjeiras, essa também era a impressão de todos, inclusive a do próprio Presidente, Pensava-se que afinal iria reinar paz na Semana Santa. Regressei para casa, no começo da noite da sexta-feira, com convicção de que a tempestade havia passado. Alguns telefonemas de repórteres me indicavam mais tarde que o ambiente voltava a agitar-se. Haviam sido libertados os marinheiros que se achavam nos quartéis do Exército e já realizavam passeatas rumo ao Ministério da Marinha.

### **Ministro Liberta**

Confesso, não entendi nada a esta altura. Voltei ao Palácio das Laranjeiras e todas as explicações diziam que o Almirante Paulo Mário havia anistiado a gregos e troianos, num licenciamento geral, para na próxima semana, apurar as responsabilidades. Na manhã do sábado estive longamente com o Ministro Paulo Mário. Tinha eu recomendações do Presidente João Goulart para explicar, pela televisão, toda a decisão do Governo. O instituto da anistia era vitorioso no Brasil que não era um País de penas eternas, vários exemplos me foram alinhados, inclusive da anistia concedida pelo Ministro Pedro Paulo de Araújo Suzano aos Oficiais-Generais que haviam devolvido condecorações. Falou-se na anistia que Juscelino Kubitschek concedera aos sublevados de Jacareacanga, logo no dia seguinte às últimas prisões, sem que ao menos tivesse sido aberto inquérito.



Apesar de preocupado, pareceu-me razoável a atitude do Ministro da Marinha, cuja figura me inspirava confiança pela sua serenidade e sobretudo pela sua firmeza.

Mas, ao sair do Ministério já os jornais publicavam clichês de Aragão e Suzano à frente de marinheiros que realizavam passeatas pelas ruas da cidade. A repercussão, realmente, em toda a cidade era a pior possível. Ninguém entendia a pressa na libertação dos marinheiros que não chegaram a passar mais de horas nos quartéis do Exército. Muito Menos compreendia alguém, que tudo fosse comemorado festivamente como parecia pelos noticiários da imprensa e do rádio.

### **Todos Inseguros**

O Presidente João Goulart a mim me disse que havia determinado a prisão do Almirante Cândido Aragão e Suzano, em face das fotografias publicadas, apesar, dizia-me o Presidente, do Ministro da Marinha haver explicado que aqueles Oficiais-Generais haviam deixado o Ministério, por ordem sua, para encontrarem a massa de marujos na Candelária e evitarem a sua vinda maciça ao Ministério.

Tudo isso fez voltar intranquilidade, desconfiança e apreensões, em todos os círculos oficiais. Ninguém se sentia seguro.

Jantando num restaurante da cidade, na noite do sábado, com a minha família e amigos, fui abordado pelo Cel Lino Teixeira. Estava furioso. Havia tido um choque com o próprio irmão, Brigadeiro Francisco Teixeira. Não compreendia a solução e me dizia, expressamente, que o que ele estava sentindo de revolta, de mal-estar e de surpresa, todo mundo militar janguista estaria também. Salientou que o Governo havia perdido substância total no seu dispositivo militar.

Ele que era um ortodoxo, que havia sido preso pelos mesmos opositores de hoje e que ontem negavam a posse ao sr. João Goulart, ele que tinha um irmão num dos postos-chaves do dispositivo militar, 3ª Zona Aérea, ele que lutaria até ontem com armas na mão ao lado do Presidente e das reformas, hoje não titubearia em lutar ao lado até de Carlos Lacerda, para manter a disciplina que, a seu ver, havia sido violentada irreparavelmente.

### **Franqueza**

Impressionou-me o Cel. Lino Teixeira e nunca mais pude esquecer a sua advertência:

*Seu Jurema a causa é tão ingrata que você, que sempre escuto com agrado na televisão, não estava no programa de hoje, nem convincente nem tão pouco convicto da tese que defendia...*

Se o Cel. Lino que era um janguista politizado assim estava, podia-se bem imaginar como de achariam outros setores apenas de simpatizantes!

No domingo, almoçava eu com generais do dispositivo militar do Presidente, no Rio. Todos inquietos com a ausência do General Jair, do Ministério. Faltava comando e as notícias de Minas já indicavam que o Governador Magalhães Pinto estava à frente de um Movimento agressivo pelo menos, naquele momento, de mobilização da opinião. Havia reformulado o seu secretariado, integrando-o com figuras nacionais mineiras como Alkmin, Milton Campos e Afonso Arinos.

Era voz unânime que, em tempo de paz, Jair poderia ser substituído interinamente pelo Ministro da Aeronáutica, Anísio Botelho, que teria livre trânsito no Exército. Acontece que já começava a soprar fumaça de guerra e todos achavam que o Presidente teria que quebrar o seu natural constrangimento e designar um General para Ministro Interino.

A Guerra não podia ficar sem comando na hora da guerra. Era doutrina mansa e pacífica, entre todos os presentes e creio que de uma evidência meridiana!

### **Barco sem Comando**

Não sei se o Presidente subestimou os acontecimentos ou se a sua sensibilidade foi maior do que o senso da realidade. A verdade é que, ainda hoje, aguarda alta no Hospital o General Jair Dantas Ribeiro por mais de 40 dias, tudo dentro dos prognósticos do médico, que lhe foram transmitidos por mim.

O Presidente foi deposto e nunca foi designado um ministro substituto. Vencera em Jango o sentimentalismo e, sem querer ferir suscetibilidades do General Jair, deixou o barco militar sem direção. Os quatro Exércitos ficaram exclusivamente ao arbítrio dos seus comandantes que não tinham com quem se entender, nos acontecimentos que se sucederam. Não houve comando, nem comandante, na hora da procela!

Jair Dantas Ribeiro no leme, talvez não tivesse regressado aos navios com tanta rapidez, a marujada sublevada. Talvez a crise da Marinha não tivesse atingido aquelas proporções. Jair Dantas Ribeiro no comando, os campos de batalha teriam tomado outra conformação e a legalidade seria mais uma vez salva ainda mesmo por um preço alto ao prestígio e ao poder do governo. O Presidente talvez tivesse tido outra decisão e a disciplina resguardada!

O destino tem mais força do que os seus participantes. Os acontecimentos envolvem os homens. Só grandes figuras, na hora exata, podem alterar, com um gesto, o curso da História. São, entretanto, homens carlylianos que surgem de cem em cem anos.



O Cruzeiro nº 40, Rio de Janeiro, RJ  
Sábado, 11.07.1964



Sexta Feira, 13 – A festa da Despedida  
(Por Abelardo Jurema)



*Uma festa, sem conexão alguma com fatos políticos em desenvolvimento, transforma-se, de repente, em ponto de saturação de uma crise, determinando a desintegração do governo Goulart. Pouco a pouco a verdade histórica vai sendo restabelecida, neste depoimento impressionante do Sr. Abelardo Jurema, que se mostra isento de qualquer emotividade no registro dos fatos de que participou. Houve o instante preciso em que o governo perdeu, por completo, o controle dos acontecimentos. A Nação ficou totalmente acéfala, violentada por uma comoção social imprevisível, já que os líderes passaram a seguir seus liderados. Nos últimos momentos, o ex-Presidente João Goulart deixou de seguir os conselhos de seu líder no Congresso, optando, então, por soluções apolíticas e por demais perigosas. (Nilo de Oliveira)*

### **Uma Festa, um Discurso, um Conselho, o Fim de um Governo**

#### **Elementos da Crise**

O rescaldo da crise da Marinha fumegava ainda. Toda a imprensa da Guanabara e do País, rádios e televisões, a opinião pública ainda tonta, tudo ainda revoltado e sem maiores explicações, e já na segunda-feira, após a Semana Santa, novo acontecimento estava programado para o Automóvel Club. É bem verdade que a festa dos sargentos já estava marcada e sem conexão com os acontecimentos da Marinha, mas ninguém poderia dissociá-los na opinião pública.

Em meio a tudo isso, as notícias de Minas Gerais eram intranquilizadoras. Magalhães Pinto havia reformulado o seu secretariado, convocando figuras nacionais para integrá-lo. Corriam notícias, por toda parte, de idas e vindas de Magalhães Pinto a Juiz de Fora e de Mourão Filho (General-Comandante das tropas federais mineiras) de Juiz de Fora a Belo Horizonte.

Já havia rebuliço nas ruas de Belo Horizonte. Prisões efetuadas de líderes operários, gasolina requisitada, transportes requisitados, mobilização da Polícia Militar, abertura de voluntariado, todo um Estado de Guerra em Minas Gerais, já era um fato consumado para os observadores mais imparciais.

No Palácio das Laranjeiras reinava relativa tranquilidade e o Presidente João Goulart, ao ser interrogado por mim sobre os fatos que corriam, sobre a situação do Estado de Minas Gerais, me respondia que havia muito boato... A preocupação do Presidente e de todo o seu Gabinete Militar era a concentração de sargentos e cabos no Automóvel Club. Notícias chegavam a todo instante de que o número de participantes iria ultrapassar de vinte mil. Ninguém fazia conta do tamanho do Automóvel Club. As perguntas mais indiscretas e realísticas, respondiam que era bom que a massa de sargentos e praças represassem pelos jardins do Passeio Público. Optantes da Polícia Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros da Guanabara também iriam comparecer.

A preocupação do Gabinete Militar da Presidência da República não eram os acontecimentos que ocorriam em Minas Gerais. Dominava todos a preocupação de não faltar transporte para os manifestantes. Enquanto Mourão Filho, Carlos Guedes e Magalhães Pinto punham já a tropa na rua para marchar para o Rio de Janeiro e se articulavam com Adhemar de Barros para que as tropas de São Paulo simultaneamente convergissem para o mesmo objetivo, o General Assis Brasil e toda a sua oficialidade da Casa Militar da Presidência consumiam as melhores horas de articulação e vigilância não na defesa do Governo, mas no empenho de ser realizada no Automóvel Club uma manifestação consagrada... O quadro me fazia lembrar uma situação semelhante em João Pessoa, na Paraíba, mas sem a gravidade dessa.

Véspera de eleição, nós do Partido Social Democrático nos achávamos tão eufóricos com a vitória na eleição no dia seguinte que, já à noite, nos reuníamos nos bairros, em churrascos cívicos, comemorando a sa-gração dos nossos candidatos, enquanto os adversá-rios udenistas se esparramavam pelos bairros distri-buindo chapas eleitorais dos seus candidatos, rasgan-do as nossas e substituindo-as pelas deles... Entre o nosso churrasco e o trabalho dos adversários, não houve outro caminho para a decisão das urnas. Perdemos...

### **O Último Conselho**

Uma voz cheia, enérgica, serena mas sincera, em tom até dramático, fazia-se ouvir no apartamento privado do Presidente, reunidos a ele apenas o autor, Samuel Wainer, Raul Riff, General Assis Brasil, Jorge Serpa e Amaury Silva. Era Tancredo Neves quem aconselhava o Presidente a não comparecer à reunião, acrescentando que seria urna provocação, sobretudo depois dos acontecimentos da Marinha que ainda não esta-vam com a sua situação resolvida.

Exprobava o líder do Governo na Câmara dos Deputa-dos que a conduta do Presidente naquela hora teria que somar e nunca que criar condições polêmicas que pudessem ser exploradas por uma imprensa que estava lançando muita lenha na fogueira de uma Guerra Civil. Salientava Tancredo Neves que motivos abundavam para o Presidente desculpar-se em não comparecer. A crise na Marinha era o argumento ra-zoável e suficiente. Um representante autorizado, com um discurso eloquente, daria a presença do Presidente e evitaria consequências imprevisíveis. Além do mais o Gen Jair Dantas Ribeiro, que teria aprovado a reu-nião e compareceria, achava-se hospitalizado e o seu estado de saúde, não sendo bom, seria um pretexto a considerar, para justificar a ausência do Presidente.

Só compreendia o comparecimento do Presidente a uma reunião como aquela, numa hora de luta armada em que dali saíssem tropas para o combate, pois teria ela o sentido de galvanizar as forças da legalidade. Mesmo assim, só se o Presidente comparecesse já com todo o seu estado-maior militar, como se já estivesse numa campanha. Tancredo Neves até se expôs aos desagradados do Presidente. Apesar de toda a intimidade entre ambos, sentia-se que o Presidente estava algo incomodado, pois logo mais se retirava para uma sala e não via, até a derrocada, o seu líder na Câmara dos Deputados.

Todos concordavam discretamente com a tese de Tancredo Neves. Ninguém sabia, entretanto, do que iria se desenvolver dali por diante e por isso mesmo aguardavam com impaciência a palavra do General Assis Brasil. De fisionomia carregada, o chefe da Casa Militar pronunciou algumas palavras incisivas, afirmando que ninguém, na Presidência da República, dispôs de um dispositivo militar como o do Sr. João Goulart. Salientou ainda que a manifestação tinha o "concordo" de todos os Ministros Militares que iriam comparecer à mesma reunião. Ainda ouço as palavras proféticas de Tancredo Neves:

*Deus faça com que eu esteja enganado, General, mas creio ser este o passo do Presidente que irá provocar o inevitável, para a motivação final da Luta Armada!*

Daí para adiante, os telefones não paravam. As primeiras notícias do Automóvel Club eram desanimadoras. Havia pouca gente. Surgiam as explicações de que o pessoal da Vila Militar não havia chegado ainda. Esclareciam que tinha havido dificuldades de transporte. Falavam em sabotagem. Diziam que alguns comandantes de tropas tinham criado dificuldades ao comparecimento dos sargentos e cabos à reunião.



Alegavam ainda que os promotores da reunião não se haviam organizado devidamente. Ninguém falava da necessidade da tropa ficar de prontidão, em face das notícias alarmantes de Minas Gerais. Ninguém falava, mesmo, na situação de Minas Gerais. Dominava a todos a perspectiva de êxito ou fracasso da manifestação. Era tal o otimismo com relação ao dispositivo militar do Presidente da República, que muitos exclamavam que era ótimo, mesmo, que os inimigos botassem a cabeça de fora para serem esmagados. Só assim saberia o Governo com quem contaria para a luta das reformas...

Afinal, já 20h00, veio o sinal de partida. O Automóvel Club estaria superlotado. Todos os Ministros presentes, eu, Oliveira Britto, Wilson Fadul, Exedito Machado, Paulo Mário, Anísio Botelho e Oswaldo Lima Filho, iriam na frente. Aguardaríamos o Presidente, já na mesa diretora da reunião. A chegada dos Ministros ao Automóvel Club foi contagiante. Grande massa à entrada nos aplaudia a todos. Da porta principal à mesa central, as aclamações não pararam. Havia mesmo delírio nos aplausos. Sentia-se confiança, em todos os presentes, nos auxiliares do Presidente João Goulart. Comovi-me até com as aclamações nominais que me faziam. Só o Almirante Aragão me vencera nos aplausos.

Era evidente, entretanto, que ali não estavam mais de dois mil sargentos e cabos, pois todo o salão repleto indicava a presença de numerosos civis e inúmeras famílias. Era uma grande reunião, mas não teria o significado que se queria emprestar, de fazer sentir aos adversários que cinco mil sargentos e cabos estavam, ao lado do Presidente João Goulart, contra a reação. No Automóvel Club não caberiam 20.000 sargentos e cabos, nem tampouco as guarnições da Guanabara poderiam se esvaziar de sargentos e praças, sobretudo com os ventos de guerra soprando das montanhas mineiras.

*“Creio até que generais bem advertidos, apesar de amigos leais”* do Presidente, autorizaram o comparecimento, de parte, apenas, dos seus graduados, reservando-se para uma eventualidade.

### **Ausência dos Generais**

Notei a ausência de oficiais-generais das três Armas. Oficiais-Generais amigos e decididos que conhecia e que não se achavam ali. Alguns amigos também estranharam. Pensei que todos deviam estar à frente de suas tropas, mas ao mesmo tempo, num almoço do dia anterior, domingo de Páscoa, tinha estado, eu, até com comandantes de tropas do Sul que aqui se achavam passando tranquilamente a Semana Santa... E que Semana Santa tranquila havíamos passado! Sublevação de marinheiros, regresso inopinado de Jango do Rio Grande, reuniões sucessivas até de madrugada, trabalho sem cessar durante o dia e a noite, a semana inteira! Mas algumas guarnições do Sul estavam sem seus comandantes, que passavam a Páscoa na Guanabara...

Falaram vários oradores monótonos uns, exaltados outros, objetivos poucos, mas tudo num ambiente de contagiante entusiasmo. Tudo tinha o calor e o aspecto de uma marcha para a vitória. Comandantes leais dispendo de inferiores daquela têmpera, generais amigos com uma juventude daquela nos quartéis, ninguém teria coragem de enfrentar o Presidente!

Escalado para falar, enchi-me de entusiasmo e de confiança num Governo que tinha massa, dispunha de tropa leal e aguerrida e entrosada aos seus princípios, e ainda possuía o maior trunfo para uma luta, que era a legalidade. Com o povo, com as Forças Armadas e com a legalidade, não haveria o que temer! Na cabeça do Presidente deviam estar também essas razões.

Uma festa, sem conexão alguma com fatos políticos em desenvolvimento, transforma-se, de repente, em ponto de saturação de uma crise, determinando a desintegração do Governo Goulart. Posto a par da verdade histórica vai sendo perturbada, por uma demonstração impressionante de Mr. Abelardo Jurema, que se encontra isento de qualquer simpatia no registro dos fatos que participou. Houve o instante preciso em que o Governo perdeu, por completo, o controle dos acontecimentos. A Nação ficou totalmente atônita, violentada por uma commoção social imprevisível, já que os líderes passaram a seguir seus liderados. Nos últimos momentos, o ex-Presidente João Goulart deixou de seguir os conselhos de seu líder no Congresso, optando, então, por soluções apolíticas e por demais perigosas.

**NILDO DE OLIVEIRA**



O EX-PRESIDENTE João Goulart na festa dos sapateiros, realizada no Av. Imbuvi Club. Im recetile sob luzes daltéris. Mas estava preocupado.

**oCruzeiro**  
**EXCLUSIVO**

POR  
**ABELARDO JUREMA**

**SEXTA-FEIRA, 13**

# A FESTA DA DESPEDIDA

FOTOS DA EQUIPE DE "O CRUZEIRO"



A SAÍDA do Automóvel Club, o ex-Presidente foi cercado por militares participantes da manifestação, que lhe foi tirada. As gritas e insurreições a presagiar um rumo político que viria seguida, o ex-Prp. João Goulart, então, seu semblante, que antes se mostrava corajoso, como se afirmava: "Como tirando qualquer coisa".



O EX-MINISTRO Abelardo Jurema, antes que se casasse, ocupou pelo ex-Presidente há seis ou sete meses, sua dedicação, no entanto, não lhe permitiu afastar-se, mesmo, do Governo a seu lado servido. Mas ele mesmo confessou que não conseguiu ir à festa do Automóvel Club, onde apareceu, na foto, representando a si.

A sua fala foi forte, entusiástica e até parecia uma palavra de ordem para medidas consequentes no campo das reformas. Falara como um chefe que dispõe de tropas invencíveis. Sempre observei que de duas coisas o Presidente não escondia a sua paixão: o povo e a Força Armada. Em qualquer oportunidade, deixava ele qualquer ambiente para se ficar horas, em palestra, com um general amigo. Nas manifestações públicas, quer em recinto fechado ou aberto, os responsáveis pela sua segurança pessoal passavam aperturas. O Presidente se deixava envolver pelo povo, com um riso de satisfação que o dominava inteiramente, fazendo-o esquecer outro compromisso já marcado pelo seu dedicado Eugênio Caillard.

Naquela noite, como na sexta-feira, treze, o Presidente da República estava entregue ao seu próprio destino e à sua vocação. Era todo povo e toda Força Armada. Pensava!

### **O Grande Equívoco**

Lembro-me, entretanto, da fisionomia carregada do General Bom-tempo, chefe do gabinete do Ministro Jair Dantas Ribeiro e seu substituto eventual já há alguns dias, como também do ar inquieto do Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Anísio Botelho, quando o cabo Anselmo, mal saído da sublevação da Armada, foi levado, por um graduado das forças aéreas, até a tribuna, recebendo as palmas delirantes de toda a assembleia. Era visível o constrangimento de muitos de nós, que estávamos sentindo que a presença do Anselmo era contraindicada naquele instante. Associava, mais ainda, a reunião dos acontecimentos da Marinha. Estava ainda, aquele inferior da Marinha, em vésperas de responder a inquérito, e ali se achavam o Presidente da República e o Ministro da Marinha. A situação foi tão incômoda que logo o retiraram do lado do orador, levando-o para o fundo do palco.

O cabo Anselmo ainda não havia baixado à terra. Estava sublimado. Parecia fora da terra. Dava, sem dúvida, a impressão nítida de quem não tinha preparo nem condições psíquicas e intelectuais para viver aquela posição de herói em que o haviam colocado, mesmo a imprensa, que combatia a sublevação dos cabos e marinheiros.

Ninguém tinha dúvida de que, se o Presidente havia comparecido àquela reunião, se havia pronunciado discurso tão veemente e forte nas suas adjetivações de endereço certo, e se contava, naquela ocasião, com dispositivo militar de segurança tão ostensivo, ninguém tinha a menor dúvida de que os adversários do Governo estariam àquela hora desarvorados, pois tinha razão o Gen Assis Brasil, nenhum Presidente de República dispusera até os dias correntes de dispositivo militar tão poderoso! Estávamos apenas há quarenta e oito horas do desmoronamento desse dispositivo, do modo mais espetacular que já se realizara na República brasileira!

Aquela massa saiu, obviamente dali, até mais confiante do que o próprio Jango. Dificilmente nós ministros conseguimos tomar os nossos automóveis. Perdemos-nos, uns dos outros, nos braços do povo. Reunimo-nos mais tarde, em um restaurante da cidade que por sinal estava repleto de simpatizantes da causa do Governo. Todos nós recebíamos cumprimentos e acenos cordiais de congratulações. Havia, em todos, entusiasmo e muita confiança no futuro.

O povo, realmente, estava do nosso lado e esperava do Presidente ação a seu favor, no campo das suas reivindicações mais caras e sobretudo no combate aos seus exploradores. No fundo, entretanto, de cada um de nós, e a fisionomia do Ministro Oliveira Britto não escondia, uma dúvida, uma desconfiança, uma interrogação presidida a todos os nossos pensamentos.



O Cruzeiro nº 41, Rio de Janeiro, RJ  
Sábado, 18.07.1964



Sexta Feira, 13 – Dia Fatídico  
(Por Abelardo Jurema)



*Muitas pessoas perguntam-me se não estou fazendo do sr. Abelardo Jurema um mártir da Revolução, se sua situação econômica é, realmente, precária. Em resposta transcrevo carta particular que dele recebi, fornecendo elementos para que os homens de boa-fé Possam julgá-lo. A verdadeira missão do jornalista é a da busca incessante da notícia verdadeira. Nossas emoções não são notícias. (Nilo De Oliveira)*

Lima, 19 de junho de 1964.

Nilo, amigo – Concluído o livro e de acordo com o seu telefonema de ontem, estou-lhe enviando os originais. Peço-lhe telefonar para minha mulher, 26-84-64 e 26-62-64, para ela ir receber os “cobres” na segunda-feira. Preciso deles, pois assim minha mulher terá elementos para pôr em marcha o enxoval de uma filha noiva em João Pessoa, cujo noivo já está construindo a sua casinha para casar-se este ano. Com os acontecimentos, havia suspenso o casamento. Agora, com o livro, já disse à minha mulher para fazê-lo ainda este ano. OK?

Ontem, com surpresa, recebi o número de “O Cruzeiro”, de quarta-feira, já com o “Começo do Fim”. Você foi extraordinário. Está bom e sobretudo os subtítulos que você colocou estão magníficos. Penso que o livro terá grande público. Fui narrando, quem era grande, ficou maior, quem era pequeno, não cresceu e quem não valia nada, nem sequer apareceu nas páginas do livro. Fui mais o jornalista do que o político. A alma de repórter continua em mim. Que me desculpem os personagens de toda a vida brasileira dos últimos tempos. Escrevo para a História e não posso mentir. Você vai ver pelos originais que há capítulos de sensação pela oportunidade, pelo ineditismo e sobretudo pela veracidade. Podem, por conveniência, alguns dos citados negar fatos. Negá-los apenas, mas eles existiram.



Não criei nada, apenas botei a memória para funcionar. Foi só.

Logo que ficar pronto o livro, mande-me alguns exemplares. Sim? Mande-me dizer sempre como vão as coisas.

Estou sempre sedento pelas notícias.

(Abelardo Jurema)



Passado o episódio do Estado de Sítio, parecia que o Presidente João Goulart iria nortear o seu Governo mais para o predomínio do fato administrativo, sobrepondo-se ao fato político que já consumira mais de metade do seu mandato. Seguiram-se reuniões com os técnicos. Os Ministérios de Minas e Energia, Viação e Obras Públicas, Educação, Saúde e Agricultura passaram a organizar planejamentos. Planos até audaciosos, mas de reclamo de toda uma Nação em desenvolvimento. JK havia sacudido o País de Norte a Sul com obras monumentais. Jânio Quadros foi apenas o ético, consumindo todos os seus sete meses de Governo com inquérito e bilhetinhos.

Em mais de um ano de governo parlamentarista, o Presidente não marcara nenhum tento administrativo. Estava na estaca zero. Os conciliábulos políticos tomaram-lhe todo o tempo. Não sobrava nada para despacho com chefes de serviços, nem para estudos com os técnicos. Por toda a imprensa, comentaristas políticos, cronistas, observadores e articulistas, via-se o fato político predominar totalmente. A tônica do combate ao Presidente era a sua frouxidão administrativa. Procuravam os opositores impingir a ideia de que o Chefe da Nação era incapaz, primário, preguiçoso e até analfabeto. Subestimavam uma figura de homem público que não era nada daquilo.



Inteligente, astuto, vivo, com imensa capacidade de audiência e outra enorme de falar e de expor, o sr. João Goulart pregou; realmente, sustos aos seus inúmeros adversários. Sustos de verdade com jogadas imprevisíveis, que pecavam apenas pela sua falta de complementação, pela sua improvisação e falta de continuidade. Sobretudo, pela sua imaturidade, pois o Presidente as lançava logo, sem que estivesse armada ainda a alternativa para o êxito ou para o insucesso. Curioso, no manuseio com os políticos, com o fato político, com a própria administração, era ele lento, demasiadamente demorado em qualquer solução definitiva! No jogo político, nas cartadas, nos lances era precipitado e jamais aguardava o amadurecimento da ideia! Passou, de repente, o sr. João Goulart, para estudos sérios da administração. Lançou em pauta o aproveitamento das Sete Quedas do Iguaçu, planejou hidrelétricas do extremo-norte ao sul; investiu no setor da agricultura, adquirindo numerosos tratores e máquinas agrícolas; agitou o campo educacional com um programa intensivo de alfabetização popular; traçou, na Viação, largo programa rodoviário que subia a centenas de bilhões de cruzeiros; avançou sobre as refinarias particulares de petróleo; ampliou a assistência médica aos Estados, através de convênios pelo Ministério da Saúde; abriu frentes de luta contra a exploração e a carestia; abriu perspectivas para o magistério primário, Polícia Militar e magistratura estaduais; convocou técnicos da melhor categoria para o acerto das nossas dívidas externas, imprimindo novos rumos econômicos e financeiros à nossa política externa.

### **Estratégia das Reformas**

Não saíam de sua cabeça, contudo, as reformas. Especialmente a agrária. A princípio, pensava que, com um programa de obras tão arrojado, conseguiria uma opinião pública embalada em torno das reformas, com reflexos intensos no Congresso Nacional e debilitamento de toda a oposição.

Sem paciência para aguardar alguns efeitos da nova política de administração, o Presidente começou a fazer pronunciamentos que provocavam não apenas a oposição, mas assustavam aos seus próprios correligionários. As suas mensagens ao Congresso Nacional, apesar de vazadas em termos altos e respeitosos, colocando em pauta vários problemas, sobressaltavam os partidos políticos. Mais ainda, aumentava esse sobressalto, a versão que lhe davam vários intérpretes do plano político do Presidente. Dava-se mesmo a impressão de luta aberta contra o Congresso. Pessoalmente, não. Nessas ocasiões, o Presidente mantinha os melhores contatos parlamentares e a mim, apesar de queixas dos líderes do PSD, sempre me fazia crer que, através de um grande movimento pacífico de opinião, iria conseguir o apoio do Congresso para as suas metas reformistas.

Irritado com a iniciativa dos senadores, de prorrogação dos trabalhos parlamentares nas férias natalinas, na presunção de um golpe do Governo contra as instituições democráticas, o Presidente revelou todo esse estado de espírito, retirando-se de Brasília para Petrópolis. Esvaziava-se Brasília não apenas dos seus Ministros e Diretores de Serviço, como dos próprios parlamentares.

Nessa clima e com essa tensão, o Presidente começou a planejar coisas. Primeiro uma mensagem ousada ao Congresso, com todas as questões de reforma fixadas de modo a despertar, nos parlamentares, a consciência da "*Hora Brasileira*". Essa mensagem de início de sessão legislativa, em 1984, foi cuidadosamente preparada pelo "*staff*" presidencial, sem participação de qualquer dos Ministros, cuja colaboração foi a de rotina, fornecendo elementos para a parte expositiva. O conteúdo político era segredo de Estado. Só nas vésperas é que o Prof. Darcy Ribeiro fez chegar exemplares, bem encadernados, aos Ministros.

Por muito tempo, a boataria campeou e se tinha a impressão que coisa mais grave iria conter a mensagem, lida, afinal, no Congresso, sem maiores "frissons". Mas, para que o Congresso reabrisse suas portas, para a nova sessão legislativa de 1964, num clima de tensão política que o capacitasse a sentir uma opinião pública definitivamente favorável às reformas, o Presidente programou um grande comício para o Rio de Janeiro, ao qual se deviam seguir outros, em São Paulo, Minas, Pernambuco e Porto Alegre. Queria o Presidente trazer para as ruas o povo em massa. Para isso, teve que recorrer às esquerdas, minorias atuantes que sabem botar povo na rua. Do Estado de Sítio para a frente, foi a primeira vez que o Presidente voltou a ter contatos com as lideranças sindicais. Preparava-se um grande comício na Guanabara. Para dirigi-lo, entretanto, na arregimentação e mobilização populares, voltou as vistas para José Gomes Talarico e Gilberto Crockrat de Sá, antigos e leais amigos, que nada tinham com o plano ideológico, mas se especializaram em atividades sindicais, a serviço exclusivamente do Presidente.

O destino não podia fugir à sua ação e, nas marchas e contramarchas para a marcação da data, muitas vezes fixada e várias desmarcada, assentada afinal para as vésperas da instalação do Congresso. O prazo era curto, entre a ideia do comício e a sua realização. Foi-se prorrogando, prorrogando, até que não havia outro jeito, senão na sexta-feira, pois o Congresso se instalava no sábado. E caiu ser 13, sexta-feira, justamente o dia do Presidente fazer a maior demonstração de prestígio e apoio popular que a história política registraria. E essa sexta-feira, 13, já por si tão envolvida pela opinião pública em mistérios e lendas, essa sexta-feira tão cuidadosamente evitada por milhões, essa sexta-feira que desperta, até nos mais indiferentes, precauções e cuidados especiais, passou a constituir a pedra-de-toque da oposição no seu combate ao Governo.

POR ABELARDO JUREMA



ABELARDO JUREMA ABRAÇA JOÃO GOULART.

# SEXTA-FEIRA, 13, DIA FATÍDICO

FOTOS DA EQUIPE DE "O CRUZEIRO"

Muitas pessoas perguntam-me se não estou fazendo de Sr. Abelardo Jurema um ídolo da Revolução, se sua situação econômica é, realmente, precária. Em resposta transcrevo carta particular que dele recebi, fornecendo elementos para que os homens da boa-fé possam julgá-lo. A verdadeira missão de jornalista é a de buscar impressionar justiça. A verdadeira missão de jornalista é a de buscar impressionar a justiça verdadeira. Nossas emoções não são notícias.

NILO DE OLIVEIRA

LIMA, 19 de junho de 1964.

Mãe, sempre — Convidado a livro e de acordo com a sua telefonema de ontem, estou-lhe enviando os originais. Peço-lhe telefonar para minha mulher, 26-84-64 e 28-62-64, para que ela receba os "votos" na segunda-feira. Preciso disso, pois assim minha filha terá elementos para pôr um marido a escolha de uma filha minha em João Pessoa, cujo noivo já está construído e sua casa para casar-se este ano. Com os meus sentimentos, hávia suspenção a casamento. Agora, com o livro, já disse à minha mulher para fazê-lo ainda este ano. OK?

Outros, com surpresa, recibo o número de "O Cruzeiro", de quarta-feira, já com o COMEÇO DO FIM. Você foi extraordinário. Está bem e subornado os subditos que você colocou em movimento. Parece que o livro terá grande público. Foi maravilhoso, quero ser grande, ficou maior, quer ser pequeno, não cresce e quem não vale nada, sem sequer aparecer nas páginas de livro. Foi mais o jornalista do que o político. A alma de repórter continua em mim. Que me desculpem os personagens de vida e vida brasileira dos últimos tempos. Escrevo para a História e não posso mentir. Você vai ver pelos originais que há capítulos de oração pela espontaneidade, pela liberdade e subornado pela verdade. Podem, por conveniência, alguns dos cidadãos negar fatos. Negam apenas, mas eles existiram. Não criei nada, apenas botei a memória para funcionar. Foi só.

Logo que ficar pronto o livro, mande-me alguns exemplares. Sim? Mandar-me disse sempre como vão as coisas.

Retem sempre o endereço pelas notícias.

\*) ABELARDO JUREMA



oCruzeiro  
EXCLUSIVO

DIVERSOS cartazes foram exibidos no momento de sexta-feira, 13, no Centro de Brasília. Entre eles, há um cartaz que dizia "MILITÁRIA" e outro que dizia "MILITÁRIA" e outro que dizia "MILITÁRIA".

Criou-se, em torno do comício, uma expectativa de crise, de golpe, de baderna, de amotinadas, de quebra-quebra, de subversão geral no País. Na realidade, o desejo do Presidente era demonstrar ao Governador da Guanabara que quem dispunha de povo era ele e, em sequência, marcar a presença do Presidente nas ruas de todo o País, até que a Nação sentisse que o Congresso Nacional a ela se juntava, nos seus anseios reformistas. Era, realmente, uma luta democrática e as praças públicas são as grandes tribunas de onde as vozes de uma Nação sempre se alteiam aos seus homens públicos. Temê-las, receá-las impedi-las, fechá-las, seria a sufocação dos pulmões populares!

### **Praça Pública, Arma do Povo**

Todas as grandes conquistas do homem, os seus direitos e as suas liberdades, partiram das praças públicas.

A contrapropaganda, entretanto, se não conseguiu diminuir as proporções do comício, criou um estado de espírito que se refletia, sem dúvida, mais intensamente, no bloco militar antigovernista. A partir dessa sexta-feira, 13, a frente de oposição galvanizou-se.

A massa assustou realmente toda a reação como aumentou as preocupações seriamente dos bem intencionados que achavam o País à beira da comunização. Dessa sexta-feira para a frente, a luta teria que ser dura, áspera e muito difícil. Faltou perspectiva ao Presidente, para compreender que qualquer falha, qualquer deslize, qualquer gesto a mais ou a menos, que servisse de interpretação para o transbordamento da gota no copo d'água, levaria tudo ao desastre total, tanto para o seu Governo, como para as forças políticas que o sustentavam. Difícil é construir, mas fácil é a tarefa de destruir.

Daquele dia em diante, a programação teria que se assentar na serenidade de uma atuação vigilante, que não permitisse fossem os seus sucessos explorados nem distorcidos por agitações ideológicas extremadas, capazes de dar a impressão de que as esquerdas eram as donas da festa. A bandeira da reforma não poderia passar a outras mãos e nem tampouco convinha deixá-la ser utilizada por lideranças dissociadas e até rivais do Presidente.

Aquelas duzentas mil pessoas que se comprimiram na praça pública, com o feijão caro, com a carne cara, com o leite caro, com o arroz caro, com o pão caro, com tudo caro, não ia agradecer nada, ainda, ao Presidente. Estava ali confiante de que as coisas melhorassem com as reformas. Nem era tampouco uma multidão comunista como a oposição quis fazer crer! Seria comunista demais numa praça pública, em um País católico, onde as forças de esquerda, em eleições livres, jamais haviam conseguido eleger bancadas numerosas. Aquela multidão acreditava em alguma coisa e o Governo não poderia decepcioná-la. Aquelas legendas comunistas que se liam, entre inúmeros cartazes, davam a presença dos seus adeptos, era verdade, mas o mar humano que se estendia de ponta a ponta do imenso logradouro que se abre entre a Estação da Central, o Palácio da Guerra e a Praça da República, sufocaria tôdas as questões ideológicas e esmagaria qualquer sectarismo político, porque ali estava, por acreditar num Governo que emanara do seu voto livre.

Lembro-me bem que, nessa noite, a convite do Gen Jair, que revelava cuidado com a minha segurança pessoal, jantei com vários generais no Palácio da Guerra. Todos eles estavam eufóricos e achando de grande beleza e significado democráticos o povo se misturando, tranquila e confiantemente, com os tanques e carros blindados, com a tropa maciçamente distribuída por toda a praça do comício.

De cima, das varandas do Palácio da Guerra, generais e inúmeros oficiais das três armas exultavam com o espetáculo cívico. Uma mole humana, ordeira, pacífica, ao som de bandas de música reunia-se na praça, sob a proteção de um Exército que sempre foi das causas populares. No ingresso à praça, momentos antes da chegada do Presidente, eu e os Ministros militares, sobretudo o General Jair, fomos todos delirantemente aclamados pelo povo. Não fosse os cordões de isolamento dos PE, nenhum de nós chegaria inteiro ao palanque. Um a um, fomos chamados à tribuna e as ovações populares eram entusiásticas.

### **Espetáculo Democrático**

A participação dos Governadores Arraes, Seixas Dória e o Deputado Leonel Brizola, ao invés de indicar a coloração vermelha do comício, mostrava que eles, como líderes populares e com mandatos populares, apesar de todas as restrições ao Presidente e de todas as mágoas e queixas, vieram de longe para não se perderem no conceito das massas. Na realidade, ali, o grande denominador comum, quem somava gregos e troianos, era Jango! O seu nome era o alvo. O seu discurso a voz de comando.

Difícilmente se pode controlar discursos de improviso e muito mais ainda de líderes que não ouvem a ninguém e nem acham ninguém acima de suas cabeças.

Na verdade em que pesem os destemperos de linguagem de vários e a incontidência política de alguns o espetáculo era essencialmente democrático e o seu sentido indicava ao Presidente rumos de equilíbrio, de prudência e de bom-senso. O Governo tinha povo e o Governo tinha Força Armada. Tudo sincronizado, e não para a sequência de agitações estereis e nunca para radicalizações que jamais foram bem entendidas ou compreendidas pelo povo.

O próprio Presidente me dizia, ainda empolgado pelo acontecimento, que aquela massa frenética ali estava mais pelo combate ao custo de vida, mais pelo tabelamento de aluguéis, mais pela prisão dos exploradores da bolsa do povo, mais pela luta a seu favor em termos concretos e objetivos, do que pelas reformas de base, pela temática ideológica, pelos refrãos dos pregadores nacionalistas de extrema-esquerda. Aquela massa, me dizia Jango, ali estava, porque confiava no seu Governo, para minorar o seu sofrimento e assegurar-lhe condições mais dignas e mais humanas de existência.

E o que impressionou a todos foi a ausência de qualquer fato desprimoroso da conduta popular. Nenhum incidente se verificou e a ordem foi absoluta.

Contrariando todos os prognósticos, a massa se dissolveu ordeiramente, indo para a casa distante sem provocações e revelando disciplina e compreensão. Emprestaram maior significação, ainda, ao acontecimento.

Do fato, porém, outras interpretações abundaram. A direita se sentiu frustrada e até ameaçada e a extrema-esquerda se superestimou, esquecendo a força aglutinadora de Jango, para se considerar já tão forte que talvez pudesse ultrapassar o Presidente. E o acontecimento, ao invés de servir de base de sustentação ao Governo, serviu como tema divisionista, enquanto as forças de oposição dele se serviam para se unirem e se alinharem na conspiração.

O que ocorreu no Sindicato dos Metalúrgicos e no Automóvel Club mostrou a quanto se superestimaram as lideranças radicais e como alimentaram a oposição, num ternário que não saiu mais das manchetes dos jornais e das edições extraordinárias dos jornais falados!



O Presidente João Goulart dormiu sob os louros de uma noite de massas empolgadas pelo seu governo e não ouviu os tropéis de uma cavalgada que partia dos setores que se assustaram, incentivados por um jogo político que vinha de muito longe, que vinha desde quando pela primeira vez depuseram a Getúlio Vargas.

Sexta-feira, 13, marcou a caminhada do Presidente pelo Poder. Levou-o ao delírio de uma glória efêmera, ao mesmo tempo que o jogou no ostracismo de um exílio, ele que, por sua vez, subestimou os seus adversários e julgou invencíveis os sentimentos populares.

Sexta-feira, 13, mais uma vez se fortalecia na superstição popular e mais uma vez mostrava que os antigos tinham razão quando afirmavam, não acredito em bruxas, mas que elas existem, existem!





O Cruzeiro nº 42, Rio de Janeiro, RJ  
Sábado, 25.07.1964



Sexta Feira, 13 – O Melancólico Fim  
(Por Abelardo Jurema)



Aqui estão alguns trechos do capítulo – Ato Final – do livro “*Sexta-Feira, 13*”, do sr. Abelardo Jurema, cujo lançamento as Edições “O Cruzeiro” farão dentro em breve. O ex-Ministro da Justiça, combatido por uns e admirado por outros, fez uma análise séria dos acontecimentos que determinaram a interrupção do processo democrático no Brasil. Seu livro tem o mérito de ser uma grande contribuição para a História. Até agora, nada de consistente foi levantado contra a veracidade das afirmações do Sr. Abelardo Jurema, em seu livro. (Nilo de Oliveira)

**M**anhã cedo de terça-feira, 31 de março. Notícias me chegavam da interdição, pela Polícia Estadual, das ruas de acesso ao Palácio da Guanabara. Falavam até em cerco do Palácio das Laranjeiras, onde se achava o presidente João Goulart. O noticiário radiofônico aqui e ali deixava escapar notícias intranquilizadoras e mesmo alarmantes, juntando-se estas àquelas que eram ouvidas das emissoras de São Paulo e de Minas Gerais.

O clima era, sem dúvida, de guerra.

Sai para despachar com os meus auxiliares. Todos me trouxeram notícias semelhantes e todos estavam preocupados. Caminhões do Governo da Guanabara bloqueavam inúmeras ruas do Flamengo, das Laranjeiras e de Botafogo. A Polícia Estadual estava mobilizada para a guerra. Nas imediações dos seus quartéis, os quarteirões estavam impedidos. Tinha-se mesmo a impressão de que o Governo da Guanabara havia realmente tomado conta da cidade e que tinha começado a ofensiva. Só não eram vistas, em todo o centro da cidade, tropas federais. Nós, do Governo, nos sentíamos como numa cidade ocupada pelo inimigo e até sem segurança individual. Notícias chegavam de buscas pela Polícia Estadual, civil ou militar, de amigos nossos em suas próprias residências.

No Palácio das Laranjeiras, onde cheguei no mesmo dia, antes das 12h00, já era o ambiente um pouco diferente. Ou havia muita calma e muita segurança, ou as fontes de informação da Presidência da República falhavam ou poupavam o Presidente do dissabor das más notícias.

Impressionou-me a aparência de calma do Presidente. Achava que havia muito boato. Não se mostrava seguramente informado do que se estava passando, nem mesmo na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Sucediãem-se audiências, umas necessárias ao momento, outras ainda de rotina.

No gabinete militar da Presidência da República, apesar do esforço de vários dos seus componentes, sobretudo oficiais mais novos, as notícias eram escasas. Às minhas indagações do que se passava realmente em Minas e na Guanabara, as respostas eram inseguras e até cheias de evasivas.

Assisti impressionado ajudantes-de-ordens do Gen Assis Brasil, perto das 13h00, ainda no telefone para o Ministério da Guerra, sugerindo que se mandasse observadores à Juiz de Fora e a Belo Horizonte para informarem-se com segurança do que ocorria. Na rua já era público o movimento sedicioso de Minas, chefiado pelo Governador Magalhães Pinto e Mourão Filho. Já eram ouvidas até proclamações. No Palácio da Presidência da República, ainda se falava em observadores para apalpar uma situação que já era do domínio público.

Lembro-me de que, às minhas indagações, informavam-me que do Ministério da Guerra haviam falado com as guarnições de Juiz de Fora e de Belo Horizonte e que seus comandantes esclareciam que estava tudo em ordem, sem anormalidades. Afirmiei que se estas houvessem, obviamente os seus responsáveis não iriam denunciá-las.

Fazia parte da prudência dos que se levantavam em armas, fazia parte mesmo do mecanismo tático e do rudimentar princípio conspiratório, prosseguir com o elemento surpresa até o máximo, ganhando tempo e deixando o governo no ar.

Ao correr os dedos pelo teclado da máquina, agora, fico a imaginar como poderia aninhar-se na cabeça de gente com tanta responsabilidade para a segurança do presidente e do governo, tal ingenuidade. Que mundo de anjos, que cabeça de dispositivo militar tão oca e tão pobre de argúcia e de decisões!

Não tive aí mais qualquer dúvida quanto ao nosso destino. Continuava o Ministério da Guerra sem titular, apesar do seu Ministro merecer admiração pelas suas atitudes coerentes, firmes e prontas. Estava ele, porém, num leito de hospital. Um corpo sem cabeça começava a ser atacado. Desde menino que as leituras das guerras, das revoluções e dos "putchs" me indicavam que sem comando único as vitórias são impossíveis. Nós estávamos até piores, pois só não havia comando único para as Forças do governo, como o seu ponto chave, o centro nervoso de todo dispositivo militar que era, sem dúvida, o Ministério da Guerra estava vago por impedimento de saúde do seu titular.

Na crise dos marinheiros pude bem aquilatar a falta do Ministro Jair Dantas Ribeiro, quando vi no I Exército inúmeros generais leais e dispostos, atônitos, sem decisões prontas e perplexos ante a sucessão dos fatos. Quem daria ordens para os quatro Exércitos, que tinham à sua frente generais de tradição como Amaury Kruel, Justino Alves Bastos, Benjamim Galhardo e Moraes Ancora? Quem conjugaria Marinha, Aeronáutica e Exército para uma ação comum contra os focos de infecção da lei e da ordem e que, naquele instante, eram apenas focos localizados e localizáveis?





TANQUES e caminhões, conduzindo tropas do 7º Exército, saíram para defender as forças do Gen. Eruli que marchavam de São Paulo para a Guanabara. As tropas militares rompiam as montanhas e áreas abastecidas, no caminho, por um serviço de carros-tanque com os combustíveis.



SEXTA-FEIRA, 13

# ATO FINAL MELANCÓLICO

oCruzeiro  
EXCLUSIVO

FOTOS DA EQUIPE DE "O CRUZEIRO"

ABELARDO JUREMA



O EX-PEZZE em Porto Alegre, ainda se mostrando bem humorado. Em 1, o Dr. Abelardo Jurema, em Lima, encerrando "Sexta-Feira, 13"

Aqui estão alguns trechos do capítulo — Ato Final — do livro "Sexta-Feira, 13" de Dr. Abelardo Jurema, após o momento da eleição do CRUZEIRO dentro em terra. O ex-Ministro da Justiça, combatido por sua e admirado por outros, foi uma análise crítica das especulações que determinaram a intervenção de prontos demônios no Brasil. Era isso que o leitor de um livro grande contribuição para a história. Até agora, nada de comunistas foi lançado contra a seriedade das afirmações do Dr. Abelardo Jurema, em seu livro.

SILÓ DE OLIVEIRA



**M**ANDEI cedo de terça-feira, 31 de março. Notícias me chegaram da intervenção, pela Polícia Bonabai, das ruas de acesso ao Palácio da Guanabara. Faltava até em cima do Palácio das Laranjeiras, onde se achava o Presidente João Goulart. O jornalista telefonou aqui e ali estava empag notícias intranquilizadoras e mesmo alarmantes, tentando-se não esquecer que eram notícias das emissoras de São Paulo e de Minas Gerais.

O clima era, em síntese, de guerra. Foi para despatchar com os meus auxiliares. Todos me trouxeram notícias sensacionais e todos estavam preocupados. Comissões do Conselho de Osmundo Menezes, Instituto Rios do Flamengo, das Laranjeiras e de Botafogo. A Polícia Bonabai estava mobilizada para a guerra. Mas imediatamente dos seus quartéis, os quartéis estavam impedidos. Tinha-se como a intenção de que o Conselho de Osmundo havia realmente tomado posse da cidade e que tinha começado a governar.

— Já não eram visíveis, em todo o centro da cidade, tropas federais. Não, do Conselho, mas simpatizantes com minha cidade ocupada pelo m-

Quem faria sentir a todo o dispositivo militar, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, que havia um homem no comando geral das forças do governo? Quem imprimiria às massas confiança na ação militar em favor do presidente da República? Quem faria sentir aos governadores estaduais que um pulso dirigia a legalidade? Quem assinaria os boletins militares para a Nação permanecer ao corrente dos acontecimentos? Quem, afinal, dada as ordens de marcha para a sufocação da Revolução que nascia e, como todas, ainda informe, insegura e desordenada?

Ninguém. Nem mesmo o Presidente João Goulart que não se revelava nem com índole bélica, nem tampouco com conhecimento exato do que se passava. Um presidente civil, numa hora de revolução, cobre apenas com a sua autoridade legal as ações militares de defesa do Governo. Como comandante supremo das Forças Armadas, um presidente civil fica na dependência dos planos táticos e estratégicos dos seus Ministros militares e sobretudo do seu Ministro da Guerra.

Na ausência do Ministro da Guerra, como era o caso, o que se via era a confusão no barco situacionista até mesmo com relação à extensão dos acontecimentos.

De fora, comandantes leais, da Marinha, Aeronáutica e Guerra reclamavam pelo telefone a ausência de planejamento e de ordem. Fuzileiros, aeronautas e poderosos grupamentos da Vila Militar prontos para a defesa do governo, sem terem a quem se dirigir e a quem sequer apelar para ouvir uma voz de comando. Afora o Forte de Copacabana, cuja notícia de sublevação somente se espalhou e foi conhecida do Palácio das Laranjeiras na quarta-feira, quando já tudo ia por água abaixo, nenhuma defecção se operava no dispositivo militar governista da Guanabara.

Já pelo começo da tarde, a Casa Militar da Presidência começou a se inquietar com o cerco, agora ostensivo, do Palácio Guanabara pelas forças policiais do Estado. Com esforço e muita movimentação, pois se sentia claramente que havia dificuldades lá pelas bandas do Ministério da Guerra, para a vinda de reforços de tropa para a segurança do Presidente no Palácio das Laranjeiras, foi conseguida a limpeza de algumas ruas de acesso, apreendendo-se muitos caminhões de lixo e carroças do Governo do Estado.

Em várias oportunidades, tinha o I Exército ocupado o Rio, restringindo a área de movimento do Governador. Além do grande comício de sexta-feira, 13, cuja repercussão, tanto nos círculos governistas como antigovernistas, fora enorme, inúmeras foram as vezes em que o Governador da Guanabara se amedrontara, até na expectativa de que havia chegado a hora de sua deposição.

Lembro-me de que, quando da realização de comícios contra a carestia, o Cel Borges, chefe de Polícia da Guanabara, determinou a sua proibição de fato, uma vez que não permitia a passeata, da Central do Brasil para o local da concentração, que era em frente ao antigo Palácio Tiradentes. O General Jair Dantas Ribeiro protegeu sindicatos, cercou toda a área do Palácio Tiradentes, policiou toda a Avenida Getúlio Vargas, garantiu as estações das Estradas de Ferro; da Leopoldina e Central do Brasil e ainda assegurou perfeita e normal retirada dos manifestantes, quando do término do comício, não havendo nenhuma anormalidade.

No grande comício da Cinelândia, quando do aniversário da morte do Presidente Vargas, igual demonstração de força foi feita, de forma espetacular até. Era a presença do General Jair Dantas Ribeiro.



No caso da Faculdade Nacional de Filosofia, o Governador da Guanabara permaneceu mais de quatro horas na rua, e o Exército, com várias patentes das mais altas no local, não permitiu o seu ingresso no Salão de Honra da Faculdade, onde se realizaria a solenidade programada para a exaltação da figura do Governador. Assisti a tudo da janela do gabinete do Ministro da Educação e pude bem verificar a disposição das forças federais, com relação ao Sr. Carlos Lacerda.

Em Recife, nas grandes manifestações populares que cercavam a visita do Presidente da República, inclusive à zona campesina de Massangana, o Exército estava presente e maciçamente. No Piauí foi o mesmo espetáculo de segurança militar e de apoio popular. No Rio Grande do Norte, ainda se fala na grandeza da manifestação prestada ao Presidente, quando da inauguração da energia elétrica de Paulo Afonso. Ainda aí, e de maneira inequívoca, o Exército garantia o presidente, com poderosa exibição de força.

Em Porto Alegre, São Paulo, Salvador, Volta Redonda etc., o presidente estava sempre envolvido pelo verde-oliva. Daí a minha surpresa, na terça-feira, 31 de março, quando senti pela primeira vez o presidente quase sozinho. Creio que até receios de ser preso pelas forças do Cel Borges deve ter ele tido, pois, durante todo o tempo, achava-o desconfiado e apreensivo.

Todos os amigos que chegavam ao Palácio das Laranjeiras falavam na completa insegurança das autoridades e dos próprios amigos do governo, pois o Governador Lacerda, com a sua polícia, que devia ser mínima com relação ao grosso das tropas leais que se achavam na Vila Militar, estava absoluto na cidade. Estava, como se poderia dizer na gíria, dando as cartas e jogando de mão...

Ninguém compreendia mesmo o que estava acontecendo! Por que a cidade não era ocupada ostensivamente como das outras vezes? Por que o Cel Borges parecia o próprio comandante do I Exército no domínio das posições estratégicas da cidade? Por que não se ouvia a zoadá de um tanque? Por quê?

Aviões na Base de Santa Cruz roncando para a luta, fuzileiros bem armados e com a melhor disposição de ânimo ansiavam por uma ordem de combate e fortíssimas unidades do Exército como o GUEs ficaram com os seus comandantes esgotados à espera de uma palavra de ordem que nunca chegou...

Enquanto isso, faltava força até para a segurança pessoal do presidente no Palácio das Laranjeiras, e para chegar até lá um choque blindado, passou-se todo o dia de terça-feira de espera. Somente chegou no fim da noite.

Era impressionante a desarticulação. Várias vezes os Generais Moraes Ancora, Milton Barbosa, Bomtempo e até mesmo Pery Bevilacqua lá estiveram no Palácio das Laranjeiras. Nada mudava a perspectiva. Entravam e saíam e o clima de tensão era o mesmo.

Quem conversasse com os três primeiros generais sairia, sem dúvida, mais preocupado. Não sabiam nem mesmo das notícias já divulgadas pelas rádios, nem traziam para o próprio Presidente da República notícia de qualquer movimento ofensivo ou defensivo que indicasse presença do dispositivo militar do presidente nos acontecimentos.

Até a madrugada de terça-feira, nem no Palácio das Laranjeiras nem no Palácio da Guerra, se sabia qualquer coisa positiva com relação ao General Amaury Krueel, nem muito menos sobre o ambiente militar de São Paulo.

Igualmente nada se sabia com relação ao General Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército. Falava-se, ainda, àquela altura, que o General Ladário Teles rumara para o Rio Grande do Sul a fim de assumir o comando do III Exército, de vez que o General Benjamim Galhardo não tinha aprovado à sua frente. Também se dizia que os Generais Crisanto Figueiredo e Silvino Castor da Nóbrega haviam-se dirigido ao Paraná para reassumirem os seus postos em Ponta Grossa e em Curitiba.

Na verdade, jamais esses dois últimos generais chegaram aos seus destinos. As notícias foram sempre desconstruídas. Até mesmo as oficiais. Ora se falava que o General Crisanto invadira já São Paulo, ora se informava que o General Silvino controlava toda Curitiba, tendo o Governador Ney Braga sob o seu controle. Na realidade, ambos não desceram ao Paraná, ou por dificuldade do tempo, ou porque as tropas já tivessem se sublevado. O fato é que dois grandes e leais comandantes, na hora da borrasca, estavam de férias...

O General Ladário, segundo notícias muito filtradas da Casa Militar, estava encontrando dificuldades no Rio Grande do Sul. Chegara à última hora, com uma situação já deflagrada e os planos conspiratórios traçados e os conspiradores já compromissados. Era homem forte, disposto e muito firme para com o governo, mas ninguém realiza milagres. Não seria em 24 horas que o General Ladário iria transformar um Exército numa unidade fechada aos trabalhos e infiltrações de desagregação que há tempo já se faziam sentir.

Toda a tarde de terça-feira levou o Presidente sem uma definição clara do que pretendia fazer. Consumiu-a em conversas e audiências que bem pesadas não estavam trazendo contribuição efetiva para a sufocação do movimento.

Entre as audiências, uma deve ter sido proveitosa, a do Marechal Osvaldo Ferreira Alves. Disse esse cabo-de-guerra ao presidente que tinha, quando no comando do I Exército, um plano para ocupar, em qualquer emergência, a cidade do Rio de Janeiro em hora e meia. Acrescentou que à frente da Petrobras somente poderia tomar providências complementares, mas que aguardava ordens sobre o front que deveria ocupar. Após a audiência, o Marechal Osvaldo palestrou nas antessalas, com ar grave, e sempre a dizer que o governo, nos setores militares, estava inteiramente desorientado. Disse que havia sugerido ao Presidente da República a nomeação imediata de um Ministro da Guerra, mesmo interino, e a deflagração imediata da ação repressora ao Movimento.

Entre uma obrigação e outra, lá vinha notícia de São Paulo e de Minas, captadas sobretudo pelo rádio. Não havia mais dúvida sobre a sublevação mineira, as tropas do General Mourão Filho já marchavam para a fronteira do Estado do Rio. Em São Paulo, dizia-se até aquela hora, que generais leais estavam sendo presos e o interventor da Companhia Telefônica, General Puertas, com o jornalista Nelson Gato, chefe do setor de repressão ao contrabando, achavam-se cercados pela Polícia do Governador Adhemar de Barros.

Falas de Adhemar na televisão, proclamações e convocações à luta eram divulgadas sem qualquer controle mais do CONTEL (Conselho de Telecomunicações). O Cel. Adhemar Scaffa, presidente do Conselho e homem da melhor categoria moral, social e militar, comunicava-me que o II Exército não dava cobertura à determinação do Conselho. Por isso, não havia como controlar as comunicações de rádio e de televisão em São Paulo. Tentei falar várias vezes com o General Amaury Kruehl, não sendo possível. Reuniões impediam o comandante do II Exército de ser encontrado.

Em face dessa e de outras, fui sentindo que as notícias, espalhadas e de origem paulista, de que o General Amaury Krueel marcharia ao lado dos revolucionários contra Jango eram verdadeiras. Assisti várias vezes nesse dia e pela madrugada adentro, o Presidente falar com o General Amaury Krueel. Apesar do cuidado do Presidente nas suas respostas, como que a nos esconder a realidade de São Paulo, pude bem colher a verdade nua. Justamente aquele general sobre cujos ombros estavam todas as responsabilidades de uma situação militar decisiva para o governo, justamente o General Amaury Krueel, em cuja atitude todo o Estado-Maior do I Exército depositava as suas esperanças de êxito e ainda a sua própria disposição de marcha para o campo da luta pela legalidade, justamente esse general, efetivamente, não estava mais com o Presidente.

Às nossas perguntas, Samuel Wainer, eu, Riff, Serpa e pouquíssimos outros mais, o presidente sempre respondia evasivamente e quase que textualmente:

*O Krueel vai bem... é meu amigo, está comigo, mas... sempre falando nesse negócio de comunismo, na infiltração do CGT, no PUA, nessas bobagens que eu liquido em dois tempos. Vai bem...*

Às minhas solicitações para falar ao Gen Amaury Krueel, para garantir a ação do Gen Puertas no controle das rádios e televisões de São Paulo, sempre o Presidente se descartava, encaminhando-as para o General Assis Brasil. Afinal, à primeira proclamação lançada pelo Gen Amaury Krueel, na qual ainda abria portas para um recuo do presidente, no caso de libertar-se de Darcy Ribeiro, Raul Riff, CGT, PUA e UNE, estabeleceu pânico entre os militares presentes. Não havia dúvidas quanto à posição do General Krueel. O presidente, que conversara amiúde com ele pelo telefone, entenderia melhor a proclamação.

Nova reunião de Ministros militares e alguns generais, sem qualquer consequência satisfatória. Os Ministros civis dela não participaram. A uma pergunta minha, na presença de vários colegas do Ministério, sobre a necessidade de uma demonstração da existência do dispositivo militar do governo, o Gen Moraes Ancora, coadjuvado pelo Gen Bomtempo, respondeu, sem muita convicção, dizendo que a cidade estava entregue à Marinha e Aeronáutica, para que o Exército pudesse concentrar todos os seus elementos em operações pesadas.

Nessa ocasião, foi o presidente convencido de que o General Cunha Melo, comandante das tropas federais do Estado do Rio, já à frente de poderosos contingentes, achava-se em Paraibuna e, logo pela madrugada da quarta-feira (19 de abril), com cobertura da Aviação, romperia as linhas mineiras e deveria chegar, no mesmo dia, até Juiz de Fora. Em todas essas 24 horas de sublevação, foi a única notícia positiva mesmo, sobre deslocamento de tropa e expectativa de ação. A cidade da Guanabara continuava entregue à Polícia do Governador Lacerda, com as ruas atravancadas e as autoridades e amigos do governo expostas a toda sorte de violência.

Em nenhum momento, o Presidente João Goulart foi informado da posição e situação do General Castello Branco, homem que a Revolução revelou, no seu capítulo final, ser o verdadeiro chefe e o seu paciente articulador. Ao ser preso, no final dos episódios, no começo da noite de quarta-feira, conduzido para a Escola de Estado-Maior, pude bem aquilatar como o presidente e nós, seus auxiliares, andávamos enganadas sobre as proporções da sublevação, até mesmo no Rio. Toda a Praia Vermelha era uma praça de guerra muito bem defendida. Note-se, praça de guerra preparada só por oficiais da Escola Técnica do Exército e da Escola de Estado-Maior.

Não havia inferior, nem cabo, nem sargento, nem praça. Tudo era de Tenente para cima. Gente aguerrida, disposta, unida e com um comandante que era o seu ídolo, General Jurandir Bizarria Mamede, diretor da Escola de Estado-Maior, homem estudioso, sereno, educado e que galvanizava mais de 200 oficiais, que se transformavam em várias companhias não só pelas qualidades técnicas como pela sua politização. Eram oficiais fanáticos à causa e ao seu Comandante. Dificilmente uma força poder-se-ia dispor e atacar tão qualificados combatentes. Compreendi por que o General Moraes Ancora, respondendo a perguntas sobre onde andava o General Castello Branco, respondia que o Chefe do Estado-Maior do Exército havia passado até às 14h00 da terça-feira (31 de março) no Palácio do Ministério da Guerra, acompanhado de muitos oficiais armados e que dali já se havia retirado, tendo o General Bomtempo acrescentado que todas as dependências do Estado-Maior estavam fechadas.

Senti, em ambos os Generais, o alívio de ter o General Castello Branco se retirado espontaneamente do Palácio da Guerra, sem ser molestado, à frente dos seus oficiais, que constituíam, sem dúvida, o núcleo central da Revolução.

Recordo-me que era doutrina vitoriosa nos altos comandos militares janguistas, a transferência de oficiais oposicionistas ou mesmo duvidosos para as regiões do Norte e Nordeste e para o Estado-Maior e a Escola Superior de Guerra. Sempre se alegava que o IV Exército não teria maior importância num Movimento, pois a situação se decidiria em São Paulo, Rio Grande e Guanabara. Nem Minas Gerais entrava nas cogitações. Por isso mesmo, os Generais Mourão Filho e Carlos Guedes, apontados sempre como contrários ao Presidente, eram ali mantidos como inofensivos comandantes de pequena tropa. A Revolução mostrou justamente o contrário.

Foi de Minas que veio o primeiro grito e de onde se ouviram os primeiros passos pelas estradas rumo ao Rio de Janeiro. De Recife, vieram as primeiras demonstrações da extensão do movimento, com a ação rápida do General Justino Alves Bastos contra o governador Miguel Arraes e todo o dispositivo governista da época. Da Escola de Estado-Maior, veio, não apenas o Chefe da Revolução como também o atual Presidente da República. Da Escola de Estado-Maior surgiu todo o Comando Revolucionário. Da Escola de Estado-Maior surgiram os Planos de Ação. Da Escola de Estado-Maior deve ter surgido toda a Filosofia do Movimento Revolucionário.

Alegavam ainda que no EMFA, no Estado-Maior do Exército e na Escola Superior de Guerra não havia tropas e os Generais se perderiam, como no 11 de novembro de 1955 se perderam Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Jurandi Mamede etc. Creio que o presidente João Goulart somente veio mesmo a sentir toda a extensão do Movimento Revolucionário e a gravidade da sua própria situação quando, na madrugada de quarta-feira (1º), soube que todo um regimento das Forças do General Cunha Melo, que devia ocupar Juiz de Fora naquele mesmo dia, havia-se passado todo inteiro, inclusive com um grupo de Artilharia, para o lado do General Mourão Filho.

Esse fato foi guardado até à derrocada final. Nenhum Ministro soube e creio que o da Aeronáutica e o da Marinha só vieram a sabê-lo pelo General Assis Brasil, já o presidente em Brasília. A ideia de nomear o General Ancora, Ministro da Guerra e o General Oromar Osório, comandante do 1º Exército, já se concretizara muito tarde, quando toda a Nação sentiu e principalmente os comandantes das guarnições mais longínquas, que as Forças de apoio ao Presidente não tinham um comando único, nem tampouco um Ministro da Guerra no posto.



A proclamação pela disciplina e pela legalidade, do Marechal Lott, não podia produzir mais efeitos, pois o barco governamental já adernava e o seu esquema militar se esfacelava rápida e estrondosamente! Toda uma semana de crise na Marinha, com os seus efeitos reforçados pela assembleia dos sargentos, nada influiu para a revisão do dispositivo militar governista. Nenhum ato, nenhuma providência, nenhuma medida, nenhum plano enfim se esboçou. O presidente João Goulart se perdia em conferências com militares e civis, permanecendo as suas Forças nos quartéis, enquanto Kruel e Mourão Filho convergiam para o Rio de Janeiro.

Também chegava tarde a tomar corpo, no pensamento do presidente, a sugestão, que ninguém sabe de onde havia partido, de se entregar o Ministério da Guerra e o Comando Supremo das forças legais ao Marechal Lott. Animava o Presidente a ideia de com isso chegar a uma condição satisfatória, deixando o governo nas mãos de um homem firme, de tradição legalista, que poderia pacificar a Nação sem retrocesso nas suas conquistas políticas e sociais e mesmo com espírito reformista. Não havia mais condições de sustentação do governo para uma parlamentação desse tipo. Quando o Gen Ancora foi parlamentar com o Gen Kruel, já não era o comandante de um Exército, mas um soldado vencido que apenas iria acertar a rota dos vitoriosos, para neutralizar possíveis choques e perdas inúteis de vidas humanas.

Pela manhã de quarta-feira, o Presidente João Goulart se mostrava visivelmente abatido e perplexo. A nenhum ministro fez qualquer recomendação e nenhum ministro, para ser verdadeiro, sabia de nada. Nenhum sabia nem onde se achavam os rebeldes, nem onde estavam as Forças Legais. O Governador Badger Silveira por várias vezes telefonou e eu não soube responder, porque ninguém me informava, nem mesmo o Gen Assis Brasil, onde se achavam as

Forças, do Gen Cunha Melo que se dispunham a dar combate às do Gen Mourão Filho. Informando-me, o governador fluminense, certa vez, que tinha conhecimento de que o General Mourão Filho já se achava à frente de suas tropas em Três Rios, a uma hora do Rio, procurei esclarecimentos do Gen Assis Brasil, que, depois de muitas reticências, me confessava que o General Cunha Melo estava com os seus soldados em Areial, muito mais perto ainda do Rio. A luta nas margens do Paraíba não tinha havido e felizmente...

Igualmente, numa oportunidade, quando se pensava, pelas informações oficiais, que o Gen Zerbine continha o avanço do General Kruel em Jundiá (a elevação do terreno permitia uma resistência) e que grossos contingentes da Vila Militar (as melhores e mais equipadas tropas) estavam rumando para reforçarem as forças do General Zerbine, eis que impactou toda gente, no Palácio das Laranjeiras, a notícia de que as forças do General Kruel já estavam em Resende e que a Escola Militar, também rebelada, já marchava para o Rio.

O Palácio das Laranjeiras estava repleto por toda a manhã de quarta-feira. Havia entusiasmo, disposição e firmeza em inúmeros amigos do Presidente. Acabava eu de deixar o microfone da "*Rede da Legalidade*" (criação espontânea minha e do Riff para se esclarecer à Nação, para se noticiar só fatos, para se transmitir à Nação a palavra de ordem do presidente) por volta das 12h30 desse mesmo dia, quando o telefone me chama. Era Raul Riff que, de casa, me comunicava que o Presidente havia voado para Brasília. Não soube ele acrescentar o que teria ido fazer o Presidente em Brasília, onde os contingentes militares eram escassos. Desde a noite anterior que o Presidente falava em ir a Brasília, enquanto todos nós o aconselhávamos a desistir de viajar, porque a resistência (se é que podíamos chamar de resistência a estagnação das

forças legais), no Rio, se esfacelaria com a sua ausência. Após sua saída, quem estava no Palácio das Laranjeiras, foi vendo que, se aproximava o fim da festa, pois as tropas que o garantiam já começavam a abandoná-lo, inclusive o contingente de fuzileiros que, aproximadamente às 14h30, já o deixava, rumo ao Ministério da Marinha. Ficara o Palácio das Laranjeiras, com uns 8 Ministros de Estado, com o Chefe da Casa Militar, com o Presidente da SUPRA e vários outros auxiliares do governo, quase que inteiramente desguarnecido. Só um choque da PE do Cel Ventura ainda dava sinal de existência no Parque Guinle! Das varandas do Palácio das Laranjeiras, mostrei ao Ministro Oliveira Britto as forças do Governador Lacerda andando pela Rua da Laranjeiras. Nessa altura, Padrinho (Pedro de Castro, um serviçal do presidente, modesto e humilde) que me tinha muitas atenções e respeito, revelando-se mesmo zeloso em muitas oportunidades pela minha segurança, chamou-me a um canto e me cochichou:

*Ministro, o patrão, de Brasília deve ir para Porto Alegre, pois ouvi quando, pelo telefone, acertava ele a ida de um "Coronado" da Varig para Brasília, a fim de ficar à disposição da Presidência da República. Fale com o Berta para arranjar outro avião e vá embora com os outros Ministros, para Brasília ou Porto Alegre.*

Essa foi a mensagem melancólica, mas verdadeira, que chegava aos Ministros de Estado de toda a situação governista. Era a voz de um doméstico, humana porém, que vinha como um roteiro. Era, mais um companheiro de infortúnio que nos advertia verdadeiramente da situação, do que mesmo de um empregado do Presidente! Provoquei, em seguida, o General Assis Brasil e este afinal se resolveu a explicar tudo aos Ministros Amaury, Oswaldo Lima, Britto, Expedito, Fadul, Anísio Botelho, Pinheiro Neto e eu. Levou o Chefe da Casa Militar a contar coisas que já sabia, há mais de uma hora. Não sabia, entretanto, para onde os Ministros deveriam ir, se para Brasília,

Porto Alegre ou se deviam permanecer no Rio (na cadeia, sem dúvida). Não havia condições de permanência no Rio, obviamente, pois àquela altura já a televisão do Palácio mostrava que tudo havia acabado. Achava-se no vídeo o Governador Carlos Lacerda e as câmaras mostravam com muita nitidez vários tanques daqueles que, há alguns minutos, pareciam nos garantir no Palácio das Laranjeiras, com as suas guarnições se apresentando ao Governador Guanabario. Resolvemos todos falar com o Presidente pelo rádio. Informamos que iríamos todos para Brasília naquele instante. Precisamente às 17h30, deixávamos o Palácio das Laranjeiras, justo quando o último choque da PE do Exército também o abandonava e já começavam a chegar curiosos e grupos lacerdistas. Todo o percurso até o comando da 3ª Zona Aérea, no Santos Dumont, foi feito sob tensão. O aspecto da cidade era o de uma praça de guerra ocupada por tropas inimigas. Na fisionomia de muitos, surgiam traços de vanglória, na de outros, talvez até de pena dos que se estavam retirando, batidos e desorientados...

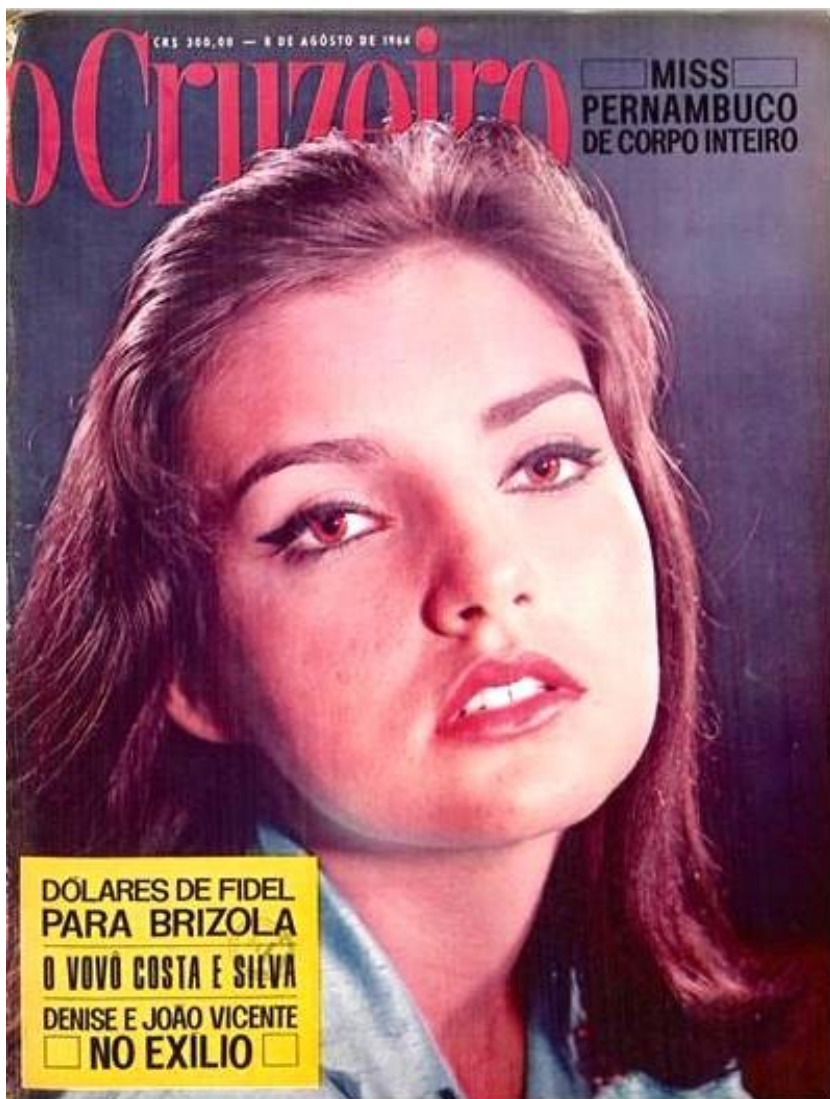




O Cruzeiro nº 44, Rio de Janeiro, RJ  
Sábado, 08.08.1964



Dólares de Fidel Para Brizola  
(Por Arlindo Silva)



## **Segundo Informe Oficial, o Montante do Auxílio de Fidel Castro a Brizola Seria da Ordem de 19 Bilhões de Cruzeiros, Naquela Época**

**O** informe reservado, remetido a 13 de abril deste ano, ao Ministério da Guerra, pelo adido militar brasileiro no México, denunciando a ajuda financeira de Fidel Castro (dez milhões de dólares) a Leonel Brizola, é até o momento, a mais espantosa prova de que o movimento subversivo organizado e liderado pelo ex-governador gaúcho obedecia a um esquema internacional, para transformar o Brasil numa nova Cuba.

**Q**uase não há comentários a fazer sobre esse sensacional documento. Ele fala por si. Só nos resta lê-lo, relê-lo, meditar sobre até que ponto chegara o desvario de Brizola, e quedar-nos estupefatos. Note-se, porém, que, dessa vultosa soma de dinheiro, dessa massa colossal de dólares, Leonel Brizola chegou a receber duas parcelas, ou, como diz o informe reservado, duas prestações. A primeira, na primeira semana de março. A segunda, vinte dias mais tarde, ou mais precisamente, a 23 de março. Isso significa que, pelo menos 5 milhões de dólares chegaram das mãos de Fidel Castro às mãos de Brizola.

**C**omo naquela época o dólar andava na casa dos 1.900 cruzeiros, é fácil fazer o cálculo, em moeda brasileira, de quanto Brizola teria recebido para apressar a eclosão do seu Movimento Revolucionário em nosso País. Conclui-se, também, que o total da subvenção de Fidel a Brizola, dez milhões de dólares, representava, na época, cerca de 19 bilhões de cruzeiros. É quantia maior que o orçamento da maioria dos Estados brasileiros... E nem se diga que o nosso adido militar no México exagerou o seu informe, porquanto a denúncia foi confirmada, verbalmente, pelo próprio Embaixador do Brasil no México.

**N**as comissões militares de investigação, de onde extraímos os elementos para esta reportagem, a impressão é de que, com mais três ou quatro meses de atividade, Brizola já estaria em condições de deflagrar um Movimento Revolucionário. Dispunha de uma organização subversiva quase perfeita. Não havia capital, cidade, vila ou povoado, por mais distante que fosse, que não tivesse o seu "*Grupo de 11*". Há uma comissão militar encarregada de fazer investigações exclusivamente sobre os "*Grupos de 11*". E a esta altura, cada Estado, cada território brasileiro conta com uma pasta especial, com documentos, cartas e telegramas dos chefes de "*Grupos*" para o líder Brizola, e do líder Brizola para os chefes de "*Grupos*".

**T**oda a correspondência de Leonel Brizola com seus agentes subversivos era enviada em envelopes com timbre da Câmara dos Deputados. Quanto aos telegramas, eram passados pelo DCT, sob a direção do Coronel Dagoberto Rodrigues. Em geral, Brizola redigia apenas um texto e recomendava aos Correios e Telégrafos que remetessem repetindo a mesma mensagem a tais destinatários, em tais e tais cidades. Era o DCT colocado, escandalosamente, a serviço da campanha subversiva de Brizola, como se fosse sua estação particular de telecomunicações. Hoje, graças a um meticoloso trabalho de catalogação, estudo de documentos e atas de reuniões dos "*Grupos*", pode a comissão militar especializada contar com um fichário completo sobre cada um dos "*Grupos de 11*" que existiam no País. Eles sobem a mais de 2.500. Cada "*Grupo*", no fichário da comissão, recebeu um número, onde constam o nome do chefe, residência, bairro, cidade etc. Assim são os fichários de todos os "*Grupos de 11*" inventariados pela Revolução, Estado por Estado, cidade por cidade, povoado por povoado. Para mostrar aos leitores como o conjunto dos "*Grupos de 11*" constituía um pequeno exército, vamos reproduzir trechos de um dos relatórios militares sobre essa organização.

**A** história começou a 19 de outubro de 1983, quando o Dep. Leonel Brizola fez um pronunciamento pela “*Rádio Mayrink Veiga*” convidando o povo a se organizar “*em defesa do nacionalismo*”. Este pronunciamento foi nebuloso, sugerindo a organização de grupos de 5 elementos. Quase ao mesmo tempo, Brizola encomendou ao Prof. Coriolano Vieira, da Guanabara, um estudo sobre “*motivação e mobilização popular para a Campanha Revolucionária*” que iria encetar. Esse estudo, após a Revolução de Março, foi encontrado nos arquivos particulares de Brizola. Nesse estudo foi esquematizada a campanha subversiva, que pode ser resumida nas seguintes palavras:

*Impor a vontade de Brizola à Nação, através de uma organização que se infiltraria na estrutura social brasileira, inclusive nas Forças Armadas, submetendo-as.*

**E**, em vez dos 5 elementos de que falara Brizola inicialmente, o estudo do Prof. Coriolano Vieira propôs que os grupos se compusessem de 11 elementos. No dia 25 de outubro de 63, em novo pronunciamento pela “*Maryrink Veiga*”, referiu-se Brizola, pela primeira vez, a “*grupamentos de 11 elementos*”, figurando um time de futebol, “*onde cada um tem sua missão*”, e acrescentou que “*o jogo já estava em campo*”. (A comissão militar especializada possui gravação de todas as palestras de Brizola.) A 15 de novembro de 63, Brizola fez outro pronunciamento, mais claro. A 22 do mesmo mês desencadeou ampla campanha pela formação dos “*Grupos de 11*”. A 29 de novembro começou a ser impressa e distribuída a publicação “*Organização dos Grupos de 11 – Companheiros ou Comandos Nacionalistas*”. Nos pronunciamentos que se sucederam, através da “*Mayrink Veiga*”, Brizola passou a solicitar que os ouvintes lhe escrevessem, informando-o de suas necessidades e prometia resposta pela própria estação de rádio.



LEONEL BRIZOLA visita em sua mansão a imprensa brasileira formada por membros do "Grupo de 12" reunidos por todo o território nacional. A demonstração é imprevista. Foto: Imágitos Wanderley



ARLINDO SILVA apresentando o "Livro Negro da Revolução"

# DÓLARES DE FIDEL PARA BRIZOLA

REPRODUÇÕES FOTOGRAFICAS DE JORGE AUDI E JOÃO FONTES



FOTOCOPIA de informe reservado, recebido pelo alto escalão brasileiro no México. As fotos de Fidel, Castro, e outras informações complementares, que não podem ser reveladas ao leitor.

11 de agosto de 1964

CONTINUA

Essa resposta era, propositadamente, demorada, porque visava a prender o ouvinte, ansioso por escutar seu nome no rádio. E enquanto isso, esse ouvinte estava sendo doutrinado. Pelas cartas recebidas, e pelo seu teor mais ou menos inflamado, Brizola enviava o folheto "*Organização dos Grupos de Onze*". As cartas, apreendidas na "*Rádio Mayrink Veiga*", contam-se aos milhares. Dentro desse esquema foram organizados, em todo o território nacional, os "*Grupos de 11*".

Ao mesmo tempo, Brizola iniciava uma campanha financeira, para manter o boletim "*Panfleto*", e os ouvintes da "*Rádio Mayrink Veiga*" organizavam listas de angariação de dinheiro, que era remetido ao ex-deputado. Em geral, eram remetidos cheques em nome de Leonel Brizola. Outras vezes, os ouvintes remetiam dinheiro vivo. As quantias, em geral, não eram grande; e os remetentes pediam "*desculpas, prometendo voltar com novas remessas*". Naturalmente, Brizola não dava muita importância a esses pobres remetentes de 200, 500, 1.000 cruzeiros, porque aí estava Fidel Castro – segundo o informe oficial – encaminhando-lhe dez milhões de dólares para a montagem do Esquema Revolucionário. Mas, pelos donativos, era possível aquilatar o grau de fanatismo dos que atendiam aos seus apelos de ajuda financeira através da "*Rádio Mayrink Veiga*". Para se ter uma ideia da politização da massa de ouvintes do interior do Brasil, não só pelas falas na "*Mayrink Veiga*", mas também pela correspondência (telegramas, panfletos e instruções remetidas por Brizola) – vamos reproduzir trechos de cartas, tomadas ao acaso entre as dezenas de pastas, da comissão militar que investiga o assunto "*Grupos de 11*". Uma dessas cartas vem de Martinópolis, S. Paulo:

*Dep. Leonel Brizola: Prezado companheiro: O fim desta é fazê-lo ciente de que eu e mais um companheiro, de*

*nome Dellareis Feltrin, nos deslocamos do Grupo organizado pelo Sr. Serafim Freitas Filho, para organizar um segundo grupo. Organizamos este Grupo de acordo com as primeiras instruções, enviadas ao Serafim. Reunimos os 11, discutimos o assunto e assim, no dia 18.02.196, ficou organizado o segundo Grupo. Mas levamos ao conhecimento de V.S. que estamos em completo desacordo com o Sr. Serafim, motivo por que, ao receber das mãos dele as instruções, disse ele que, após formar o Grupo, deveria entregar a Ata a ele, porque tinha recebido ordem verbal de um desconhecido, credenciado por V. Ex<sup>a</sup>, que trazia instruções secretas e que a correspondência deveria ser entregue semanalmente a um emissário de V. Ex<sup>a</sup>, que pelo Correio poderia haver fraude, cujo secreta disse mais, segundo o Serafim, que dentro de 60 dias haveria o desfecho armado e que dentro de 30 dias nós, dos grupos dos 11, iríamos receber armas e instruções. Disse ainda o Serafim que tinha telefonado para a "Mayrink Veiga", no dia 15, sábado, após o pronunciamento do Sr. Governador Adhemar em Belo Horizonte, pedindo garantias para os Grupos deste Estado... Cordialmente, pelos "Os 11 patriotas", (a) Miguel Graciano do Nascimento. Caixa Postal, 221, Martinópolis, S. Paulo.*

### **Jânio e Brizola Estavam Ligados**

**Essa carta é datada de 28 de fevereiro, de sorte que, pelas informações nela contidas, o Movimento Armado de Brizola deveria eclodir dentro de 60 dias, ou seja, a 1º de maio. A carta fala, também, em Atas, e é chegado o momento de esclarecer aos leitores que de cada reunião dos "Grupos de Onze" era feita uma Ata, cujos termos, segundo modelo impresso distribuído fartamente por todo o País, era o seguinte:**

*Nós, os 11 brasileiros abaixo assinados, constituímos nesta data o "Comando Nacionalista" (Rua... N°... Telef...) e escolhemos para líder e comandante o*

*companheiro... Nesta data estamos, também, comunicando nossa decisão ao líder nacionalista Leonel Brizola de nossos objetivos: defesa das conquistas democráticas do nosso povo, realização imediata das Reformas de Base (principalmente a Reforma Agrária) e a libertação de nossa Pátria da espoliação internacional, conforme a denúncia que está na carta-testamento do Presidente Getúlio Vargas. (Seguem-se as assinaturas dos 11)*

**Outra carta, de Paraíso do Norte, Paraná, datada de 14 de março, diz:**

*Venho por meio desta solicitar a sua Excelência resposta de minha última carta, com os dados do "Grupo de 11", que ainda não tive resposta, e, também, sobre as munições que se acham na residência do Gerente. Grato pela atenção (a) Luiz Francisco Gomes.*

### **No Esquema de Brizola, o Diretor dos Correios era o Encarregado das Comunicações.**

*Folhetos e volantes eram remetidos pelo correio (que estava no esquema) aos "grupos de 11", em todo o território brasileiro. A gravidade dos dizeres dispensa maiores comentários: era subversão franca.*

**M**ensagens assim chegavam aos milhares à "Rádio Mayrink Veiga". E as respostas iam, também, aos milhares, ou por carta, com envelopes timbrados da Câmara dos Deputados, ou pelo Telégrafo nacional, inteiramente às ordens de Leonel Brizola. Como o Departamento de Correios e Telégrafos era o centro de comunicações entre Brizola e seus comandados dos "Grupos de 11", vale a pena contar uma história a respeito da nomeação do Coronel Dagoberto Rodrigues para diretor daquela repartição. Uma funcionária dos Correios, Aguila Queiroz Gomes, mulher politizada, elemento atuante do PTB, escreveu a Brizola:

*Tomo a liberdade de molestar V. Ex<sup>a</sup>, enviando-lhe esta lista com nomes de homens decentes, honestos e dignos como V. Ex<sup>a</sup>, e que há muitos anos vêm lutando pela legalidade em nossa Pátria. Se assim o faço, é porque temo pelo nosso atual Presidente, Dr. João Goulart, pois paira uma ameaça sobre ele, caso não tome medidas enérgicas a respeito. O atual diretor dos Correios e Telégrafos, Cel Gustavo Borges, não é merecedor da confiança do Dr. João Goulart, pois vive dizendo que dentro de três meses derrubará o atual Presidente e sua camarilha (palavras textuais dele). Sendo um órgão importante como é o dos Correios e Telégrafos, um órgão de comunicações, importantíssimo em qualquer emergência, precisa ser orientado e dirigido por pessoas de confiança do Dr. João Goulart, haja visto que um elemento pernicioso, o Gov. Lacerda, que, por si só, já dá bastante trabalho, imagine mancomunado com o Cel Borges, passou uma semana dormindo no Departamento dos Correios e Telégrafos, tendo como guarda-costas o mesmo Cel Borges, que nutre um ódio pessoal contra o Dr. Goulart. Espero que V. Ex<sup>a</sup> leve a sério esta carta, pois o nosso saudoso Presidente Vargas sucumbiu por se rodear de elementos não seus amigos. Tenho a satisfação de conhecer pessoalmente V. Ex<sup>a</sup>, bem como o Dr. João Goulart, pois faço parte da paróquia de Jacarepaguá (PTB). Anexo a esta uma lista de pessoas para serem nomeadas para as diversas funções de confiança no DCT.*

**Da** lista enviada a Brizola, constavam 11 nomes. Coincidência ou não, desses, foram nomeados 7, começando pelo Cel Dagoberto Rodrigues para diretor-geral. Daí por diante, Brizola ficou de dono do DCT. Documentos apreendidos na residência do ex-deputado, em Porto Alegre, revelaram que o Cel Dagoberto era a segunda pessoa, vindo logo após Brizola, no mecanismo dos "Grupos de 11", ou seja, dos "Comandos Nacionalistas". O organograma era o seguinte: Chefe: Brizola; Centro de Comunicações: Cel Dagoberto e Paulo Schilling (secretário particular de Brizola, que teria negociado com Fidel Castro o financiamento de 10 milhões de dólares); Trabalho no Campo:

Padre Alípio; Trabalho Sindical: Paulo Schilling e Batista; Material: Almirante Aragão; Trabalhos no Nordeste: Neiva Moreira; Trabalhos em São Paulo: Almino Afonso; Trabalhos em S. Catarina, Paraná, Guanabara, Rio G. do Sul: Leonel Brizola.

**Se**, por um lado, organizou, com os "*Comandos Nacionalistas*", um pequeno exército subversivo, que estava apenas à espera de armas para agir, por outro, Brizola havia feito profundas penetrações nos diversos setores das Forças Armadas. Diz um relatório das comissões de investigação:

**Agia** Brizola através de todos os escalões da hierarquia, onde era, por vezes, repositório de queixas dos frustrados, veículo para satisfação de ambições pessoais pela notória influência que exercia no País, e, na maioria dos casos, de seu próprio interesse tendo em vista a consecução de seus objetivos, naturalmente dependentes da situação militar. Transformando oficiais e praças em verdadeiros agentes infiltrados nas Corporações, recebia, dos mesmos, frequentes relatórios sobre o que se passava em diversas Unidades, com sugestões sobre nomes que, por não pactuarem com sua pregação, deveriam ser afastados; sobre problemas internos dos quartéis; denúncias de perseguições a sargentos; pedidos de emprego para parentes de militares ou, como foi o caso do Cel Moacyr Ribeiro Coelho, pedido de colocação em posição de prestígio de "*âmbito nacional*", como o SPI (Serviço de Proteção aos Índios), que lhe permitiria "*mobilidade de movimentos*"; ou, ainda, carta do General Oromar Osório, que, denunciando a existência de um "*sindicato de generais*", insinua-se como "*o Ministro para aguentar a mão noutra crise de gabinete*". Brizola, continua o relatório oficial das comissões investigadoras, promovia ou participava de reuniões com militares de notória atividade política esquerdista.

**P**romovia reuniões com sargentos em sua própria residência e em outros locais, insistindo, sempre, na necessidade de se organizarem, dando instruções a respeito e aliciando-os claramente sob pretexto de oposição ao golpe que era tramado. Prestou auxílio aos sargentos revoltosos de Brasília. Entre a documentação constante do dossiê de Brizola consta um telegrama do sargento Adair Oliveira (Rio Claro, São Paulo), concitando o líder dos “*Grupos de 11*” a prosseguir a sua campanha à frente de 20.000 homens, para a “*grande jornada*”. Há uma carta do General Assis Brasil em que este, fazendo o papel de deduro, aponta vários militares como “*golpistas ou maus elementos*” e declara que “*nada decidirei sem consultar contigo*”. Isso tudo sem falar nas notórias ligações de Brizola com o Alm Cândido Aragão, encarregado do setor “*material*” dos “*Grupos de 11*”, que colocava fuzileiros navais na residência do ex-deputado, como “*leões de chácara*”, mediante a gratificação especial de 100 mil cruzeiros mensais.

**V**amos, porém, concluir esta reportagem mostrando as ligações entre Brizola e Jânio Quadros. Foi apreendido na residência de Brizola, em Porto Alegre, um documento da maior significação, versando sobre entendimentos entre o ex-governador gaúcho e Jânio. Esse relato é assinado por Adib Salomão, emissário de Leonel Brizola a Jânio. A análise do documento, feita pela comissão militar que o examinou, tem os seguintes itens:

- 1. A entrevista foi iniciada pela transmissão de uma série de informes de Leonel Brizola a Jânio Quadros, versando particularmente sobre a realização do plebiscito pelo retorno ao presidencialismo;*
- 2. A seguir, o informante passa a relatar as opiniões que teriam sido expendidas pelo ex-presidente, todas de cunho eminentemente revolucionário;*

**3.** *Afirmando não crer na possibilidade de reformas por meios pacíficos, declara-se disposto a viajar para o RS imediatamente, com o que "incendiaria" e "sublevaria" o operariado paulista, estando, para isso, com um avião já pronto e aguardando apenas a ordem de "VENHA" de Leonel Brizola.*

**Conclusão:** Tal pronunciamento é indicativo do estado de espírito de Jânio Quadros, que, endereçando-o a Leonel Brizola, revela a condição de chefia desfrutada por este, a quem Jânio se submetia, inclusive aguardando ordens. Afirmações dessa natureza e gravidade permitem supor não tenham sido isoladas no quadro das relações entre esses dois homens públicos, pois que, dificilmente, alguém se disporia a tanto, não existissem antecedentes que justificassem a semcerimônia com que falavam em revolução, sublevação etc.







**O Cruzeiro n° 45, Rio de Janeiro, RJ**  
**Sábado, 15.08.1964**



**As Cartas Secretas dos Generais a Brizola**  
**(Por Arlindo Silva)**



**Na** noite de 2 de abril passado, quando a Revolução já estava vitoriosa, Leonel Brizola, da sacada da Prefeitura de Porto Alegre, lançava desesperadas mensagens aos sargentos, incitando-os ao contra-ataque. Essas palavras, transmitidas através do rádio, numa tentativa da reedição da cadeia da legalidade, continham um misto de ódio e desvario:

*Atenção, sargentos do Brasil... Atenção, Bagé, atenção sargentos da 3ª DI de Santa Maria... Atenção, sargentos de Uruguaiana... Chegou a nossa hora. Alinhem-se porque chegou a nossa hora... Procurem os oficiais nacionalistas... Tomem conta dos quartéis e prendam os oficiais gorilas e golpistas... Tomem, nesta noite, todas as iniciativas necessárias... Hoje à noite, amanhã, no momento oportuno... Ocupem os quartéis e prendam esses golpistas e traidores... Agora é que vamos ver quem tem bomba para gastar... Nós agora é que vamos começar a luta...*

**Não** houve luta, porém. Fracassara a derradeira tentativa de Brizola de subverter as Forças Armadas. Os sargentos não tomaram os quartéis. Não prenderam os oficiais "golpistas e gorilas". Quem fugiu foi Brizola, após tentar inutilmente formar, no Rio Grande do Sul, uma nova República de Piratini, tendo o General Ladário Teles como Ministro da Guerra e ele, Brizola, como Ministro da Justiça. Nem mesmo Jango, que para lá se dirigiu na rota de sua retirada, aceitou os conselhos do cunhado, de formar ali um governo de resistência. Entre governar com Brizola e o exílio, preferiu o exílio...

Aqueles apelos alucinados aos sargentos, para que tomassem os quartéis e prendessem os "gorilas" constituíram a melhor prova de que Brizola havia organizado, ou acreditava ter organizado, os sargentos como uma quinta-coluna subversiva no seio das Forças Armadas. E que, com eles, apenas com eles, estaria em condições de fazer a sua revolução.

**N**as comissões militares de investigação, várias são as pastas contendo correspondência entre Brizola e os sargentos, soldados e oficiais, sendo estes últimos em número reduzido. Mas havia até generais que se curvavam ante o líder dos “*Grupos de Onze*”, como se fora ele o supremo comandante das Forças Armadas. A carta do General Oromar Osório, que nos últimos dias do governo Goulart, comandava a Vila Militar de Deodoro, é um documento deprimente. Ele bajula, faz intriga, denuncia colegas e acaba pedindo um “comandozinho” na Guanabara, porque já se sacrificara muito no comando de unidades na fronteira... Publicamos essa carta, na íntegra, nesta reportagem, para que os leitores verifiquem que Brizola se transformara mais ou menos naquilo que fora, no tempo de Getúlio, o falecido Gregário Fortunato. Diz um relatório militar:

*Era repositório de queixas de frustrados, veículo para satisfação de ambições pessoais através da notória influência que exercia no País. Com um trabalho de aliciamento, penetrou nas Forças Armadas. Essas ligações ultrapassaram, de muito, aquelas normais relações entre um político e seus eleitores. Revestiram-se de características atentatórias à ordem administrativa militar, de aliciamento e incitamento e de tentativa de desagregação ou imobilização de todo o organismo militar do País, tudo isso documentalmente provado.*

**Conta** o Deputado Armando Falcão, em documento anexo a um dos inquéritos militares ora em curso que, “em fins de 1959 ou princípios de 1960, foi informado de que o Sr. Leonel Brizola, então governador do RS, conspirava contra o regime”. Relata Falcão:

*Eu era Ministro da Justiça e o Coronel Luís Inácio Jaques Júnior cientificava-me de que o Sr. Leonel Brizola convidara o General Osvino Ferreira Alves, então comandante do III Exército, para um encontro, e, ali, procurara convencer aquele militar da necessidade urgente de uma reformulação da vida geral brasileira. Isso só seria viável, na opinião do Governador, se fosse*

*abandonada a fantasia do processo eleitoral, passando-se a elaborar os planos de um movimento sindical-militar. O desfecho seria a implantação de um governo "de fato", representado por uma junta militar, chefiada pelo próprio General Osvino. Dizia ainda o Coronel Jaques Júnior que era amigo do Chefe do Serviço de Informações do III Exército, e então Coronel, hoje General, Argemiro de Assis Brasil, e que, se eu considerasse aconselhável, como Ministro da Justiça, poderia promover a vinda de Assis Brasil ao Rio, pois ele, certamente, de viva voz, confirmaria as notícias que me eram transmitidas. Autorizei o Coronel Jaques Júnior a providenciar o convite ao Coronel Assis Brasil e, poucos dias depois, recebi em minha residência aquele militar, o qual, efetivamente, confirmou de modo completo a informação. Transmiti o assunto, imediatamente, ao conhecimento do Presidente da República e passei a dispensar especial atenção aos movimentos do Sr. Leonel Brizola, que, não tendo encontrado apoio militar para o seu complô, continuou, no entanto, a alimentar intuições golpistas contra as eleições de 3 de outubro de 1960.*

○ relato de Armando Falcão coincide com o conteúdo de uma carta, existente nas comissões militares de inquérito, do General Osvino Ferreira Alves a Leonel Brizola. Essa carta, cujo original se encontra no Serviço Secreto do III Exército, versa sobre as possibilidades eleitorais do Marechal Lott, contra o qual se lançara Jânio Quadros. Brizola não acreditava, em absoluto, na vitória de Lott e, por isso, pelo que relata Armando Falcão, e pelo que se deduz da carta do General Osvino, queria apelar para o golpe. A carta de Osvino, aliás, termina com uma frase que não deixa a menor dúvida acerca das intenções do ex-governador gaúcho. Disse Osvino:

*Seja qual for a roupagem legal com que se queira cobrir o golpe, esse sempre se apresentará à Nação como um desnudo e escandalizará a parte sã do País, que, na imensa maioria, é o próprio povo. É preferível perdermos a eleição com honra do que galgarmos o Poder desonrados.*

**P**or aí se vê que, há muito tempo, Leonel Brizola tenta, com apoio de militares, generais ou sargentos, dar o seu golpe. Deve-se, pelo menos, reconhecer, que Brizola não mudou. Quem mudou muito foi o General Osvino, que, naquela época, recusou o convite do ex-governador gaúcho, mas que nos últimos tempos do governo Jango andava em lua-de-mel com o CGT... Publicamos na íntegra, a carta do General Osvino a Leonel Brizola, porque, a esta altura, tem o valor de um documento histórico.

**O** General Assis Brasil escreveu a Leonel Brizola bilhetes e informes, encontrados na residência do ex-governador gaúcho, em Porto Alegre, onde o ex-chefe da Casa Militar de Jango aparece como dedo-duro, denunciando generais "golpistas" ou "maus elementos". Nessa carta, que já era substitutiva de outra anteriormente enviada (que não foi encontrada), Assis Brasil pede que seu nome não apareça como informante e declara que nada decidirá sem consultar Brizola. Referia-se a um convite que tivera para vir trabalhar com Osvino, no Rio - "*Mas nada decidirei sem conversar contigo*". Leiam, os leitores, esse bilhete. Está publicado, inteiro, nesta reportagem. Ele revela a intimidade das ligações, existentes ultimamente, entre Assis Brasil e Leonel Brizola. Note-se que em 1959, quando o ex-governador gaúcho tentou articular o golpe contra as eleições que elevaram Jânio Quadros à Presidência, o então Coronel Assis Brasil delatou a tentativa de conspiração de Brizola ao Ministro Armando Falcão.

**E**m matéria de bilhetes, nada mais comprometedor do que aquele escrito por Oromar Osório (não confundir com a sua longa carta), no qual chama a atenção de Brizola para um movimento anticomunista e antibrizolista que estaria prestes a eclodir em várias cidades do Rio Grande do Sul e do qual participariam elementos do III Exército e da Aeronáutica. Vai, também,

publicado, na íntegra, para mostrar aos leitores que, lamentavelmente, o General Oromar Osório se transformara num escravo a serviço do chefe dos "*Comandos Nacionalistas*", ou seja, dos "*Grupos de Onze*".

### **Nos Documentos Encontrados na Residência de Brizola, o General Assis Brasil Aparece Delatando Colegas de Farda**

#### **# Carta de Osvino a Brizola #**

Porto Alegre, 31 de agosto de 1959

Meu caro amigo Dr. Brizola

Ainda sob a magnífica impressão colhida na palestra que tivemos em nosso último encontro, na minha residência, é que lhe dirijo estas linhas.

Em primeiro lugar quero expressar-lhe minha crescente admiração pelo entusiasmo, convicção, firmeza, coerência de suas ideias e coerência nas ações. Na quadra histórica em que o Brasil está vivendo, não encontramos muitos homens com as suas responsabilidades, dos quais possamos pensar e dizer o que penso e digo do ilustre governador do Rio Grande do Sul.

Em segundo lugar, quero reafirmar-lhe meu pensamento, meus pontos de vista e minhas impressões sobre acontecimentos do momento e sua possível evolução: o que lhe escrevo nada mais é do que aquilo que ontem conversamos e que, para meu conforto de soldado e de brasileiro o amigo comigo sintonizou em toda linha.

A candidatura do Marechal Lott era um fato desejado e consumado nos corações do Povo e as cúpulas dos partidos, depois de certa recalitrância, houveram por bem homologar.

A qualquer cidadão honesto parecia que este grande passo no processo normal, democrático e institucional de substituir o Presidente da República estava consolidado e acabado. Podíamos ir à eleição com um grande candidato, apoiado por dois grandes partidos e com a imensa ressonância militar; por maiores que fossem ou que venham a ser as forças de que dispo-nha o candidato Jânio Quadros, não poderemos e nem deveremos considerá-las, a priori, superiores às de que venha contar a candidatura do Marechal Lott.

A alegação de que o Marechal pertence ao Governo, ao qual o povo atribui grande parte de suas aflições e daí o enfraquecimento de sua popularidade, não parece muito procedente. O povo sabe que os setores responsáveis pela carestia, nem mesmo indiretamente estão ligados e muito menos são dependentes do Marechal Ministro.

Estas duas considerações, repito, alicerçam nos amigos do Marechal a convicção de que marcharemos para uma eleição normal, legal e com grande possibilidade de vitória.

Essas considerações são de muito tempo do pleno conhecimento do meu ilustre amigo. Também são do seu conhecimento que ultimamente, como que vem pairando no ar certa "*radioatividade*" perigosa ao processamento normal da renovação do Governo. Certa imprensa do Rio e São Paulo, sincera ou fingidamente, se mostra inquieta com um possível Golpe.

As atitudes do Governador do R. G. do Sul e do Comandante do III Exército, atitudes de puríssima legalidade, são, lá pelo Rio e São Paulo, consideradas como subversivas e ameaçadoras. Certas declarações de generais, repetindo chavões constitucionais, que, se nada dizem de novo, refletem, contudo, certo estado de espírito.

Tudo isto, meu caro Dr. Brizola, levou-nos a conversar e trocar ideias e como lhe disse no início destas linhas, tive a imensa satisfação de constatar que nossas conclusões e nossos propósitos afinam-se cem-porcento, diferindo apenas em que meu otimismo quanto ao resultado da eleição não seja partilhado "*in totum*" por você.

Assim, concluímos que qualquer golpe no processo normal de substituição do Presidente é perigoso, profundamente incoerente com o que vimos pregando e difundindo; que o povo, apesar de sofrer, está aguardando, ainda, melhores dias; que esse mesmo povo vê no Marechal Lott uma esperançosa e grande solução. Consequentemente, não vemos como pensam os partidos retroceder na questão da candidatura. Nem vemos como pensam golpear os partidos a expectativa da Nação sem que com isso se desmoralizem perigosamente. Seja qual for a roupagem legal com que se queira cobrir o golpe, esse sempre se apresentará à Nação como um desnudo e escandalizará a parte sã do País que na imensa maioria é o próprio povo. É preferível perdermos a eleição com honra do que galgarmos o Poder desonrados.

Do seu amigo e admirador sempre crescente

General Osvino Ferreira Alves.

### **# Bilhetes de Assis Brasil a Brizola #**

Porto Alegre, 11 de setembro de 1961  
Amigo Governador

Aqui vai uma relação, que é substitutiva daquela primeira que te dei. No fundo, é a mesma. Tivemos que fazer algumas modificações porque a outra foi feita meio às pressas. Por outro lado, segue, também



junto um papel com informações sobre uma série de maus elementos daqui. Agiram junto ao General Machado, influenciando negativamente, desde o começo da crise. Não convém, de maneira nenhuma, que meu nome apareça como fonte de informações. Apelo para a fórmula do Gen Muricy: "*Fonte fidedigna*". Fica a seu critério usar o Ênio para meter o olho nessa gente. Acho, porém, melhor sondar antes suas disposições antigolpistas.

Abrços do Assis Brasil

VIRE

Osvino assumirá Comando do I Exército. Fui convidado para ir para lá. Nada decidirei sem conversar contigo.

Assis Brasil

### **Lista de Informações Anexa ao Bilhete Acima**

Situação em Porto Alegre

Ainda no Estado-Maior:

Coronel Rafael Zipin  
Coronel Miltin Batista Pereira  
Ten-Coronel Telmo Santana  
Ten-Coronel Jayme Moreno  
Major Décio Barbosa

Elementos golpistas que tudo fizeram durante a crise para conduzir os acontecimentos a uma derrota para a causa da legalidade. Eram controlados pelo General Muricy. Procuraram intrigar e estabelecer desconfianças e cisões entre o Comando do III Exército, e o Governador. Superada a crise, continuam nesse propósito.



Comando Cia. Guardas:

Cap. Américo Leal. Golpista conspirador com o Gen. Muricy. Tudo fêz durante a crise para perturbar a ação dos legalistas.

18° RI:

Ten-Cel. José Marsilac  
Major Luís Carlos Mena Barreto  
Golpistas a serviço do General Muricy.

Ary Prates da Rocha – Integralista provocador. Age na DOPS ligado aos elementos golpistas do III Exército, como agente do General Muricy. Sabe-se que a DOPS recebeu uma relação de oficiais do III Exército, da causa da legalidade, como sendo comunistas. Tal relação foi elaborada pelos golpistas.

**# Carta de Oromar Osório #  
Confidencial**

Santiago, 22 julho de 1982

Prezado amigo Governador Brizola  
Mui cordiais saudações

Valho-me da presente para visitá-lo e render-lhe homenagens pelo sucesso dos últimos acontecimentos na crise político-psicológica. A reação, porém, não para. Pois exemplos na Argentina e, agora, do Peru, atestam-na. Os agentes internacionais são os mesmos. O Brasil está em sua encruzilhada histórica. Jango tem demonstrado sagacidade e sabedoria. O dispositivo militar valeu-lhe bastante, mesmo o Machado Lopes pressionado pelos golpistas e pacifistas tartufos, que os há também em nossas hostes. Não sei se o Nelson de Mello terá cabeça e resistência para o momento. Contudo, tenho-o na conta de bravo e leal ao governo. Falta-lhe bagagem profissional e cultural.

Ao ensejo desta quero dar-lhe ciência de algo que me aborrece. Pretendia comandar na Guanabara o Grupamento de Unidade Escola (10 mil homens), para cooperar com o Osvino e sob o seu comando. O General Ladário, que o comanda e nada fez pela legalidade, vai salvar-se da compulsória no dia 25 do corrente. Saindo Divisão, vai continuar naquele comando, agora modificado de Brigada Para Divisão, e sob medida pelo Krueel e pelo Machado Lopes. Soube ontem pelo Krueel, que é amigo e defensor dele, que esse comando agora é privativo de Divisão.

Os golpistas fazem constar que irei chefiar uma repartição de segunda classe (Remonta ou Assistência Social). Fiquei com a "*pulga atrás da orelha*" pela coincidência de ser apresentada dificuldade para um comando na capital política que, ainda, é o Rio, para mim.

Com mais de um ano de fronteira, onde gostosamente paguei e muito bem o meu tributo, justa é a minha pretensão. Esposa doente. Nada pedi até agora. O Osvino manda-me um recado, dizendo ser eu o seu candidato. Deve cair na compulsória em julho de 63, sendo número 5 (cinco). A promoção pela lei é pelo princípio de escolha. Mas estabeleceram como norma a antiguidade do almanaque.

Quero acentuar: não pleiteio promoção agora. Mas quando querem salvar o Ladário arranja-se vaga com o Nestor Souto para o Paraguai. Há um sindicato de generais ao qual não pertencço e hostilizo, de aproveitadores de situações: estão sempre bem e nos postos chave. De malas prontas sempre... Não estou vendo chance para o meu desejo de comandar na Corte. Sinto que há restrições mentais a meu respeito, no quadro militar, não só pelos ideais ou pela ação ou atitudes claras, extensivas e leais ao povo e ao governo amigo.

O Magessi ganha fraudulentamente e com apoio velado do Segadas a eleição do Clube e continua a comandar a Vila Militar, sabotando o Osvino, ligado como é aos parceiros integralistas como ele. Assim, penso que não poderei estar no Rio para votar no governador amigo para deputado. Será o que Deus quiser.

O Machado Lopes, indo para o Estado-Maior do Exército, ponham-me como subsecretário da Guerra, cargo burocrático que me agrada, para fingir todos os golpistas e inimigos do governo, inclusive os falsos amigos, que não têm coragem de passar para o outro lado de uma vez. A função é de Oficial-General, não diz que é Exército ou Divisão. Noutra crise de gabinete seria o Ministro para aguentar a mão. São ideias...

Pode parecer pretensão minha, mas essa geração de generais é minha contemporânea de Escola Militar toda ela. Conheço a floresta e as árvores tão bem quanto eles, inclusive o Grupo de Krueel, e que, no fundo, não gosta de mim, porque é o mesmo que, em 53, tirou Jango do Ministério do Trabalho e trabalhava nos bastidores do EME (Estado Maior do Exército)! Todo ele integral-fascista! Meu caro Governador: antes das eleições haverá dor de cabeça produzida por esses tartufos e "*profiteurs*". Eu, Jair, Osvino, Pery, e mais alguns outros somos leais e sinceros. Enquanto os Magessi, Ênio, Malan etc. estão do outro lado (Segadas inclusive).

O presente desabafo pessoal pediria o transmitisse, mui discretamente, ao Jango, que me prometeu, em São Borja, levar-me para o Rio depois das promoções de julho. Soube ontem que há pressão militar e política sobre o Nelson para transferir o Osvino do 1º Exército por ter sido o esteio da ordem e da legalidade há pouco e continuar "*homem forte*". O Lacerda quer... e o Machado Lopes disse que ele está fazendo

um magnífico governo na Guanabara! Isso é o fim do mundo! Quanta gente fraca e covarde! Por isso é que o Cardeal os envolve na batina... para ditaduras!

Sem mais, os respeitosos cumprimentos à digníssima esposa e melhores votos de saúde e êxitos democráticos e nacionalistas, abraça-o afetosamente o amigo e admirador Oromar

### # Bilhete de Oromar Osório #

Informe ao Brizola amigo: Devemos colocar as antenas para um Movimento Anticomunista e antibrizolista, com base em Bagé, Cruz Alta e Santo Ângelo (este último é meu teatro). Consta que elementos da Aeronáutica e do III Exército (QG) estão a ele ligados. Pretendiam desencadeá-lo entre 28 de fev. e 15 de março. Não o fizeram com medo da reação da 1ª DC e 3ª DI. Adiaram, esperando a volta de Jânio Quadros. Não acredito que tenham "*bolas*" para tanto. O General Penha tem compromissos com Jango: nada de briga com o Brizola (segundo o próprio Penha, em Itaqui, a mim!). O momento exige serenidade, sem receio. Vigilância política e militar.

Abraços do Oromar

Em 22 de março de 82

